CONCURSO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM VISTA À REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES *EX-ANTE* E DAS AVALIAÇÕES AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS PARA A PREPARAÇÃO DOS NOVOS PROGRAMAS OPERACIONAIS 2014-2020

LOTE 8

AVALIAÇÃO *EX-ANTE* E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO

Relatório Final da Avaliação Ex-ante

(versão corrigida com base na versão do PO de 13 de Agosto de 2014)

QUATERNAIRE PORTUGAL, CONSULTORIA PARA O DESENVOLVIMENTO S.A.

16 de outubro de 2014

EQUIPA TÉCNICA QP

António Manuel Figueiredo (coordenação global)

Artur Costa

Lurdes Cunha

Maria Elisa Pérez Babo

João Silva

Mariana Rodrigues

Carla Melo (AAE) (Simbiente)

Sérgio Costa (AAE) (Simbiente)

COLABORAÇÕES ESPECÍFICAS

Gisela Ferreira

Magda Porta

ÍNDICES

Índices	3
Sumário Executivo	8
Executive Sumary	15
1. INTRODUÇÃO	22
1.1. Contextualização da AEA	22
1.2. Estrutura do relatório	22
1.3. Síntese metodológica	23
2. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	26
2.1. Dimensão estratégica da programação, relevância e pertinência do diagnóstico e contributos para a Estratégia EUROPA 2020	26
2.2. Coerência interna do PO	37
2.3. Coerência externa do PO	44
2.4. Princípios horizontais	55
2.5. Indicadores, monitorização e avaliação	63
2.6. Consistência da alocação dos recursos financeiros	70
3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	78
3.1. Síntese da Análise da AAE	78
3.2. Principais efeitos do POR ALENTEJO e recomendações da AAE	81
3.3. Síntese de Recomendações	94
3.4. Conclusões	96
4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	100
4.1. Conclusões	100
4.2. Recomendações	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	113
ANEXOS	117
ANEXO Nº 1 - Teoria da programação e fatores críticos principais	118
ANEXO Nº 2 – Lista de Entidades Auscultadas	141
ANEXO Nº 3 – Reuniões de Auscultação	142
ANEXO Nº 4 – Fundamentação do Diagnóstico	153
ANEXO Nº 5 - Coerência com Acordo de Parceria e Estratégia 2020	179
ANEXO Nº 6 – Coerência Interna (EP)	183

ANEXO Nº 7 – Coerência Interna (PI) 185
ANEXO Nº 8 – Elementos de enquadramento da resposta à questão de avaliação 9 196
ANEXO Nº 9 – Coerência Externa 204
ANEXO Nº 10 – Indicadores e monitorização 212

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Ponto de Situação Regional e Nacional para o alcance dos indicadores da EE 2020 e PNR 28
Quadro n.º 2 - Relação entre a ambição regional e a EE 2020 32
Quadro n.º 3 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 1 a 7) 36
Quadro n.º 4 - Fundamentação dos níveis de sinergia e de complementaridade entre Eixos Prioritários 37
Quadro n.º 5 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 8 e 9) 43
Quadro n.º 6 - Articulação entre o PO Alentejo e os PO Temáticos 44
Quadro n.º 7 - Articulação entre PO Alentejo e PDR (FEADER) e FEAMP 46
Quadro n.º 8 - Articulação do PO Alentejo com o PO Cooperação Transfronteiriça, PO Inter-regional e PO Mediterrâneo 50
Quadro n.º 9 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questão 10 a 14) 55
Quadro n.º 10 - Prioridades de Investimento e Tipologias de Ação que combatem as desigualdades 56
Quadro n.º 11 – Sinergias entre áreas de intervenção consagradas no POR na secção dos princípios horizontais e prioridades de investimento 57
Quadro n.º 12 - Bateria de Indicadores sugeridos 65
Quadro n.º 13 - Distribuição da Comparticipação Comunitária, por Eixo Prioritário 71
Quadro n.º 14 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP1, por Domínio de Intervenção 72
Quadro n.º 15 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP2, por Domínio de Intervenção 72
Quadro n.º 16 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP3, por Domínio de Intervenção 73
Quadro n.º 17 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP4, por Domínio de Intervenção 73
Quadro n.º 18 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP5, por Domínio de Intervenção 74
Quadro n.º 19 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP6, por Domínio de Intervenção 74
Quadro n.º 20 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP7, por Domínio de Intervenção 75
Quadro n.º 21 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP8, por Domínio de Intervenção 75
Quadro n.º 22 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP9, por Domínio de Intervenção 76
Quadro n.º 23 - Principais efeitos e recomendações no âmbito dos FCD da AAE 82
Quadro n.º 24 - Síntese das principais recomendações por FCD 94
Quadro n.º 25 - Síntese da Especialização Inteligente Alentejo 124
Quadro n.º 26 - Síntese dos domínios de Especialização Inteligente Alentejo 126
Quadro n.º 27 – Cruzamento dos Ativos Estratégicos e as Prioridades 129

Quadro n.º 28 - Cruzamento entre as Iniciativas Âncora e Prioridades de Intervenção 129

Quadro n.º 29 – Matriz de apresentação de Sinergias entre Constrangimentos Estruturais e Prioridades de Intervenção 131

Quadro n.º 30 – Matriz de apresentação das Sinergias entre as Prioridades de Intervenção e Iniciativas Âncora 132

Quadro n.º 31 – Alocação das Prioridades de Intervenção, Constrangimentos Estruturais e Ativos Diferenciadores às Prioridades de Investimento (e Eixo) 134

Quadro n.º 32 - Objetivos específicos do PO e correspondência com o Acordo de Parceria e Estratégia Europa 2020 179

Quadro n.º 33 - Matriz de apresentação das sinergias entre objetivos 183

Quadro n.º 34 – Matriz de sinergia entre objetivos por prioridade de investimento 185

Quadro n.º 35 – Justificação das sinergias identificadas 190

Quadro n.º 36 – Coerência entre PO Alentejo e os restantes PO Temáticos 204

Quadro n.º 37 – Indicadores: EIXO 1 COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME 214

Quadro n.º 38 - Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 1 COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME 216

Quadro n.º 39 - Análise dos indicadores (Eixo 1) 217

Quadro n.º 40 – Indicadores: EIXO 2 ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO 219

Quadro n.º 41 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 2 ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO 224

Quadro n.º 42 - Análise dos indicadores (Eixo 2) 226

Quadro n.º 43 – Indicadores: EIXO 3 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO 229

Quadro n.º 44 - Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 3 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO 232

Quadro n.º 45 - Análise dos indicadores (Eixo 3) 234

Quadro n.º 46 – Indicadores: EIXO 4: DESENVOLVIMENTO URBANOSUSTENTÁVEL 236

Quadro n.º 47 - Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 4: DESENVOLVIMENTO URBANOSUSTENTÁVEL 238

Quadro n.º 48 - Análise dos indicadores (Eixo 4) 240

Quadro n.º 49 – Indicadores: EIXO 5: EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSO ENDÓGENO 242

Quadro n.º 50 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 5: EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSO ENDÓGENO 246

Quadro n.º 51 – Análise dos indicadores (Eixo 5) 248

Quadro n.º 52 – Indicadores: EIXO 6 COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO 250

Quadro n.º 53 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 6 COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO 253

Quadro n.º 54 – Análise dos indicadores (Eixo 6) 255

Quadro n.º 55 – Indicadores: Eixo 7 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE 257

Quadro n.º 56 – Valores Base e Valores Alvo dos Indicadores: Eixo 7 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE 259

Quadro n.º 57 - Análise dos indicadores (Eixo 7) 260

Quadro n.º 58 – Indicadores: Eixo 8 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE 261
Quadro n.º 59 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: Eixo 8 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE 263
Quadro n.º 60 - Análise dos indicadores (Eixo 8) 264
Quadro n.º 61 - Indicadores: Eixo 9 CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 266
Quadro n.º 62 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: Eixo 9 CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 269
Quadro n.º 63 - Análise dos indicadores (Eixo 9) 270

Acronímia

A – Ativos Diferenciadores

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica
AC – Administração Central
ADC – Agência de Desenvolvimento e Coesão
ADL – Associação de Desenvolvimento Local

AEA – Avaliação Ex-ante
ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida

AP – Acordo de Parceria

CCDR-A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Alentejo

CE – Comissão Europeia

CE – Constrangimentos Estruturais

CEF – Cursos de Educação e Formação

CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão

CIM – Comunidade Intermunicipal
CLDS- Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CQEP – Centros para a qualificação e o ensino profissional

CTE – Centro de Emprego
TeSP – Cursos Tecnológicos Superiores Profissionais

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DRE – Direção Regional de Educação
DSRA – Direção de Serviços Regionais do Alentejo

EE 2020 – Estratégia Europa 2020

EEI – Estratégia de Especialização Inteligente

EEI – A – Idem Alentejo
EIDL – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local
ELD – Estratégias Locais de Desenvolvimento

EM – Estados Membros

EP – Eixo Prioritário

EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

FC – Fundo de Coesão

FEADER – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e das Pescas

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FSE – Fundo Social Europeu

GAC – Grupo de Ação Costeira

GAL – Grupo de Ação Local
GEE – Gases de Efeito de Estufa

GT – Grupo de Trabalho

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&D&I – Investigação e Desenvolvimento e Inovação –

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

ICC – Indicadores Comunitários Comuns

ICI – Inquérito Comunitário à Inovação

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
ILE – Iniciativas Locais de Emprego
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPCTN – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

ISCED – International Standard Classification of Education

ITI – Investimento Territorial Integrado

LE – Linhas Estruturantes

NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais

OT – Objetivo Temático

PAR – Plano de Ação Regional
PCT – Parques de Ciência e Tecnologia

PDR – Plano de Desenvolvimento Rural

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PINT – Prioridades de Intervenção

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMSE – Programa Mais Sucesso Escolar

PNR – Programa Nacional de Reformas

PO – Programa Operacional

POA – Programa Operacional do Alentejo

POCH – Programa Operacional do Capital Humano

POR – Programa Operacional Regional
POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QP – Quaternaire Portugal

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RF – Relatório Final
RFP – Relatório Final Preliminar

RIS 3 – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

RTE-T - Rede Transeuropeia de Transportes

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SI – Sistema de Incentivos

SRI – Sistema Regional de Inovação

SRTT – Sistema Regional de Transferência de Tecnologia

TICE – Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

UE – União Europeia

V – Vetores

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto e metodologia

A avaliação ex-ante (AEA) do Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo foi realizada com o objetivo de responder a um conjunto de questões de avaliação que definiam o objeto da avaliação com recurso a metodologias de avaliação *theory-driven* (formulação da teoria da programação do PO Alentejo e da correspondente identificação dos respetivos fatores críticos) e da realização de momentos complementares de auscultação de *stakeholders* com intervenção relevante na futura implementação do PO, designadamente três painéis de discussão (entidades envolvidas na Estratégia Regional de Especialização Inteligente – EREI Alentejo, discussão mais alargada sobre os fatores críticos da programação e uma reunião com as Associações de Desenvolvimento Local - ADL's e Comunidades Intermunicipais - CIM's) e quatro entrevistas individuais (Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo, Fundação Eugénio Almeida, Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal e Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo).

Ao nível da contextualização, sublinha-se o facto da equipa de AEA ter trabalhado com 4 versões do PO Alentejo, tendo o Relatório Inicial, o Relatório Final Preliminar e o Relatório Final analisado versões do PO sucessivamente reformuladas e ajustadas (uma vez que o PO começou a ser elaborado num período anterior ao conhecimento das delimitações do Acordo de Parceria), o que obrigou a uma resposta às questões de avaliação por aproximações sucessivas – a versão final deste relatório corresponde ao documento de 14 de agosto. Para além disso, o acesso aos PO temáticos (PO Competitividade e Internacionalização, PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, PO Emprego e Inclusão Social e PO Capital Humano, assim como o PDR – FEADER), com os quais o PO Alentejo se deve articular no território da Região, foi muito tardio e incompleto, não existindo mesmo informação completa sobre a programação do FEAMP. As versões para discussão pública do Programa de Cooperação Territorial Portugal-Espanha e do Programa Mediterrânico foram também tardiamente conhecidas. Adicionalmente, os trabalhos de AEA decorreram durante algum tempo sem conhecimento por parte da equipa de avaliação da versão definitiva da proposta de AP (só disponibilizada em 31 de janeiro de 2014). A versão final do AP foi conhecida já em plena revisão deste Relatório Final.

Dada a abordagem por aproximações sucessivas às questões de avaliação em função das sucessivas versas do PO analisadas, foi possível garantir alguma interação entre os resultados da AEA e a progressiva elaboração do PO, com destaque para as melhorias observadas no sistema de indicadores.

Objeto de avaliação

O objeto de avaliação é configurado por um conjunto de questões de avaliação definidas em sede de caderno de encargos que a equipa de AEA organizou em seis dimensões:

- **Dimensão estratégica da programação:** relevância, pertinência e fundamentação do diagnóstico estratégico prospetivo que suporta a estratégia do PO; incorporação das orientações da Estratégia Europa 2020 e do Plano Nacional de Reformas e contributo do PO Alentejo para as metas europeias da Estratégia 2020; conformidade com as orientações do Acordo de Parceria (AP); abordagem integrada ao desenvolvimento territorial;

- **Princípios horizontais da programação e grau de envolvimento de *stakeholders*:** igualdade de oportunidades e de género, princípios da parceria e da não discriminação, desenvolvimento sustentável e diferentes formas de envolvimento de *stakeholders* na concretização do PO;

- **Coerência interna:** sinergias e complementaridades entre diferentes eixos prioritários do PO e respetivas prioridades de investimento mobilizadas e análise crítica das tipologias de ações (não propriamente medidas) tendo em vista os objetivos específicos a atingir em cada prioridade de investimento;

- **Coerência externa:** sinergias e complementaridades a respeitar entre os PO temáticos com intervenção no território da Região e o PO Alentejo, o mesmo se aplicando à intervenção do

PDR-FEADER na Região, tendo por base as formulações conhecidas das cadeias de programação e a delimitação definida em sede de AP;

- **Conformidade da alocação de recursos financeiros:** avaliação da consistência das alocações conhecidas com a dimensão estratégica da programação e a sua hierarquia de objetivos identificada pela teoria da programação;

- **Sistema de indicadores**: avaliação da pertinência, consistência e exequibilidade dos indicadores propostos tendo em conta a dimensão baseada em resultados da programação e a medida da transformação que se pretende atingir com a programação.

Principais Conclusões

Tendo em conta que o PO Alentejo 2020 aborda a implementação do Plano de Ação Alentejo 2020 apenas nos termos que o Acordo de Parceria prescreve ser o seu domínio de intervenção, deve ser assinalada a centralidade que na sua estratégia assume a concretização da Visão Estratégica que marca o referido Plano de Ação, oportunamente validado em sede do Conselho Regional.

Com base no recurso às metodologias de avaliação *theory-driven,* a AEA identifica no PO Alentejo alguns fatores críticos de programação, definidos essencialmente em função da aplicação da Visão Estratégica que enquadra o Plano de Ação e o PO. Os fatores críticos da programação sistematizam não só potenciais desenvolvimentos e melhorias do PO até à fase da sua regulamentação e implementação mas proporcionam também à futura monitorização estratégica da programação uma boa base de trabalho. Destacam-se os seguintes fatores críticos:

- Ao nível da **governança regional para a estruturação de um Sistema Regional de Inovação Alentejo** é crucial para a Região consolidar infraestruturas de base tecnológica com proximidade às empresas, capazes de sinalizar as necessidades de inovação e de incorporação de conhecimento e tecnologia de que essas empresas carecem para a desejada evolução da base produtiva regional, sem colocar de parte a proximidade ao ecossistema regional de Lisboa e os avanços conseguidos no período de programação que está a terminar. É necessário assegurar uma procura empresarial de arranque e para isso as entidades de intermediação no SRI Alentejo são cruciais. Adicionalmente assinala-se a **necessidade de regulamentar sistemas de incentivos suscetíveis de acolher a especificidade da Região Alentejo** que consiste em mobilizar a ambição dos OT1 e OT3 num ambiente empresarial de procura potencial de incentivos que não é fluida e que precisa de ser ela própria dinamizada.

- **A Visão Estratégica assumida requer uma política de cidades, de natureza integrada** e o Acordo de Parceria e o próprio tardaram em encontrar uma saída airosa para essa dificuldade. A solução encontrada passou pela mobilização dos objetivos temáticos OT 4, OT 6 e OT9, dando origem a um eixo prioritário próprio de desenvolvimento urbano sustentável (EP 4) focado nos centros urbanos regionais e estruturantes e intervenções de outros EP, mobilizando as mesmas prioridades de investimento dirigidas aos centros urbanos complementares da Região. O fator crítico da programação aqui presente residirá na capacidade de engenharia de projeto que a Região e os municípios revelarão em matéria de combinação de intervenções orientadas para o baixo carbono, preservação e valorização ambiental e regeneração urbana física, económica e social. O PROT-Alentejo terá aqui um relevante instrumento de implementação das suas orientações.

- Os **efeitos dinamicamente perversos que o declínio demográfico tem gerado no desenvolvimento da Região exigem uma forte injeção de emprego qualificado, designadamente jovem, na Região, desejavelmente combinada com uma política mais focada de atração de residentes**. O contributo mais sério para este rejuvenescimento qualificado, ou menos de reforço de ativos qualificados, tem no PO o seu principal instrumento de concretização nos EP 1 e 3 e no potencial de intervenção dos instrumentos de apoio à evolução da base produtiva regional. A programação do PO necessita por isso de alguma métrica orientadora para definir a ambição das duas políticas de emprego que as cadeias de programação introduzem: a do emprego mais qualificado e a do emprego inclusivo. Esta

distinção é, no entender da AEA, crítica para dimensionar as diferentes dimensões de apoio ao empreendedorismo acolhidas pela programação.

- **O modelo territorial do Alentejo coloca alguns desafios à política inclusiva a acolher pelo PO**, aconselhando a uma política descentralizada e concretizada em estreita articulação com os ITI NUTS III e os diferentes DLBC, rurais, costeiros e urbanos (áreas desfavorecidas). O fator crítico nesta sugestão é a da vontade e capacidade dos municípios para no âmbito dos ITI intermunicipais NUTS III acolher parcerias com outros atores locais para levar à prática esta política inclusiva mais descentralizada. Tal modelo pode apresentar a vantagem não despicienda de contribuir para um melhor aproveitamento de serviços coletivos e de redes para o apoio social já existentes nos territórios municipais.

- Outro fator crítico da programação sinalizado pela AEA reside na abordagem da **sustentabilidade ambiental como prioridade horizontal**. Nessa perspetiva, a Visão Estratégica apela a que a questão da sustentabilidade ambiental atravesse a questão da competitividade a abordar por via dos EP 1 e 3. E aqui uma vez mais é a EREI-Alentejo que pode contribuir para funcionar como o elemento organizador da prioridade horizontal. Esta dimensão é crucial para assegurar que dinâmicas de investimento em curso, por exemplo, nos domínios da agricultura intensiva sejam compatíveis com a Visão Estratégica.

- A AEA sinaliza que existem na Região problemáticas e iniciativas que poderiam aconselhar **ITI de geometria mais flexível** do que as NUTS III, entendidas como instrumentos de integração de instrumentos e de políticas. É o caso, por exemplo, da valorização da paisagem do montado, de territórios mais atingidos pela desertificação e degradação de solo arável (foco nas mudanças climáticas) e do próprio Alqueva. Esta possibilidade é compatível com o espírito com que os ITI surgem nos documentos da Comissão Europeia e o próprio Acordo de Parceria não deixa de admitir a exceção: "sem prejuízo de prever a possibilidade de concretizar ITI noutras configurações territoriais, dirigidas a operações em domínios limitados e selecionados". A AEA compreende, todavia, a sensibilidades dessas alternativas em termos de custos de transação e de coordenação.

Em matéria de conformidade da estratégia do PO com o diagnóstico prospetivo, a programação realiza um esforço notório de fundamentação das opções estratégicas do PO, potenciando não só o investimento institucional realizado no âmbito da elaboração do Plano de Ação, mas também o capital de conhecimento aprofundado que a CCDR Alentejo tem vindo a acumular sobre a Região, incluindo o papel exercido pelos trabalhos de fundamentação técnica do PROT Alentejo. A versão final do PO Alentejo alarga significativamente o número de metas estratégicas globais com as quais se compromete, observando-se também uma apreciável melhoria da sua métrica em termos de indicadores globais relacionáveis com a bateria de indicadores de resultado. Para além disso o SWOT que acompanha a versão do PO objeto de avaliação constitui, apesar da sua consistência analítica, um instrumento meramente formal e estático de explicitação do quadro estratégico da programação, não sendo legível de que modo o SWOT permitiu chegar à formulação do quadro estratégico adotado pelo programa. Os elementos coligidos apresentam um potencial dinâmico de leitura cruzada de oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos que não é aproveitado.

Em matéria de contributo do PO Alentejo para a Estratégia Europa 2020 *o* facto da versão final do PO Alentejo ter integrado metas estratégicas globais, em geral alinhadas com as metas da Estratégia Europa 2020 e com as do Plano Nacional de Reformas, permite uma leitura mais consistente do modo como se propõe contribuir para estes referenciais estratégicos. A AEA realça a evolução operada na formulação das metas estratégicas globais, cobrindo integralmente na última versão do PO todos os objetivos: (i) 15% de aumento do PIB regional; (ii) assumir-se como região "innovation follower" em 2020; (iii) aumentar a percentagem de pessoas com 30-34 anos com formação superior; (iv) reduzir a taxa de abandono escolar de 20,3% em 2013 para 10% em 2020; (v) aumentar a percentagem de adultos envolvidos em atividades de ALV; (vi) reduzir as assimetrias regionais em 10% medidas pelo desvio-padrão do PIB regional; (vii) reduzir a taxa de desemprego regional de 16% em 2012 para 13,6% em 2020; (viii) reduzir em 10% o consumo de energia elétrica. Do ponto de vista do contributo para a dimensão do crescimento inteligente, a AEA conclui que é manifesta e praticamente impossível à região do Alentejo atingir no período de programação 2014-2020 a meta prevista em matéria de despesas de

I&D no PIB de 3%, assumindo antes o PO a meta de subida de estatuto no quadro do perfil de regiões no *Innovation Scoreboard*. Em matéria de crescimento inclusivo, o PO Alentejo é mais incisivo no seu contributo para a melhoria das qualificações como instrumento de modernização inclusiva, sinalizando três metas estratégicas: redução do abandono escolar precoce, aprendizagem ao longo da vida (ALV) e diminuição da taxa de desemprego regional. Do ponto de vista do contributo do PO para as dimensões do crescimento sustentável, a AEA sinaliza a debilidade de se limitar à redução do consumo de energia elétrica.

A elaboração do Plano de Ação Alentejo 2020 envolveu um conjunto significativo de *stakeholders*, cobrindo esmagadoramente o tecido institucional da Região, embora não tenha sido fácil à AEA identificar os contributos concretos que essa participação trouxe ao diagnóstico estratégico prospetivo da Região e à Visão Estratégica diferenciadora que enquadra o PO. A AEA concluiu ainda que a dinâmica de participação de *stakeholders* na programação será fortemente tributária do modo como os ITI – CIM NUTS III vierem a organizar a implementação dos seus próprios Planos de Ação, envolvendo ou não parceiros institucionais, sendo neste caso crucial clarificar se essa intervenção estará limitada a parceiros que inscrevem apenas a sua atividade no território da CIM ou se, pelo contrário, as CIM chamarão para esses processos entidades do tecido institucional regional.

Relativamente à coerência interna do PO Alentejo, a análise de correspondência entre eixos prioritários e prioridades de investimento associadas não identifica nenhum exemplo de incoerência interna da programação, antes pelo contrário permitiu ilustrar a evidência de que existem diferentes eixos prioritários a convergir para alguns dos objetivos estratégicos declinados da Visão. É particularmente relevante a coerência interna a garantir entre o EP 4 (Desenvolvimento Urbano Sustentável) focado nos centros urbanos regionais e estruturantes e os EP 6, 7 e 8 que mobilizam as mesmas PI e estarão focados nos centros urbanos complementares. Do ponto de vista da conformidade existente entre as medidas antecipáveis na programação e os objetivos estratégicos do PO, é necessário salientar que as tipologias de ação que constam da apresentação dos objetivos específicos associados a cada prioridade de investimento são ainda explicitadas de modo bastante agrupado. Nesse contexto, a resposta à questão de avaliação trabalha algumas dessas tipologias de ação, discute-as criticamente do ponto de vista do seu contributo esperado para os objetivos. O PO adota uma grande diversidade de tipologias de operações nos domínios que correspondem aos seus objetivos fundamentais (focando a intervenção em matérias diretamente relacionadas com a competitividade, complementada com intervenções de sustentabilidade e qualificação territorial e de qualificação inclusiva da população). Esta opção, principalmente se tivermos em consideração que há ainda tipologias que, na Região, serão implementadas através de outros instrumentos financeiros, gera riscos de dispersão territorial e temática de operações, dificultando a concentração de apostas em medidas mais alinhadas com a Visão Estratégica e tornando muito complexa a monitorização de resultados e impactes. A racionalidade e a focagem estratégica deverão ser garantidas através de critérios de seleção de projetos que se sustentem, ao nível regional e sub-regional, em bases sólidas: uma estratégia regional de especialização inteligente bem definida, apoiada num sistema regional de inovação articulado, devidamente acompanhado por instrumentos de planeamento e gestão regionais complementares: o PROT Alentejo, um pacto regional para a qualificação, o emprego e a inclusão social e uma iniciativa-âncora, prevista no PAR, para a Economia Social.

A avaliação da ***coerência externa do PO Alentejo*** permitiu detetar os seguintes fatores críticos:

- Serão críticos os resultados do grupo de trabalho que articulará a EEI – Alentejo com a ENEI e restantes estratégias regionais, já que existem margens de potencial sobreposição de ações e riscos de não coordenação de políticas e domínios de especialização;
- O domínio da formação carece de uma articulação e delimitação mais cuidada com o PO Inclusão Social e Emprego, que não está ainda explicitada no PO Alentejo;
- O fator mais visível de sobreposição no domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos encontra-se associado à mobilidade ecológica, embora não se afigure complexo regulamentar as áreas de intervenção de cada PO evitando áreas de sobreposição.

Ainda no contexto de avaliação da coerência externa importa referir que se detetaram alguns critérios de delimitação que poderão constituir obstáculos à governação do programa. No domínio da

Competitividade e Internacionalização, onde os critérios de dimensão da empresa e do projeto em diferentes tipologias de ação induzem um certo nível de complexidade (o sistema de incentivos de inovação depende da dimensão do projeto e não da dimensão da empresa, ao contrário dos restantes), bem como a existência de uma delimitação dúbia dos projetos multi-regionais baseada no investimento residual de outras regiões em sede de PO Alentejo. Quanto ao domínio Inclusão Social e Emprego, as ações direcionadas ao aumento da eficácia na inserção do mercado de trabalho por via da formação e ajustamento entre qualificações e aptidões e necessidades da economia, também merecem uma articulação entre agentes para que não exista sobreposição de iniciativas, embora o POR exerça exclusividade de intervenção em três níveis: regional, NUTIII (dos ITI), e local/intraurbano (nas DLBC, que podem intervir sobretudo em zonas urbanas desfavorecidas). Detetam-se, então, problemas de modelo de governação e coordenação a ter em conta, sobretudo na necessidade de clarificar se os ITI NUTS III em preparação mostrarão apetência por intervir nesta matéria.

O vasto território da Região Alentejo comporta um conjunto de recursos importantes, cujo padrão estabelece um conjunto de complementaridades relevantes de **abordagem do PO Alentejo com os instrumentos de financiamento do FEADER e do FEAMP**, sobretudo nas matérias relativas aos Domínios Temáticos da Competitividade e da Sustentabilidade. Os DLBC poderão apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo e a animação económica através das PI 8.3. (FSE) e 8.8. (FEDER), sendo que o envelope financeiro para essas ações no âmbito das DLBC estará incluído nas PI 9.6. (FSE) e 9.10. (FEDER). Não obstante, desses apoios poderão resultar contributos também para os OT3 Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura e OT6 Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos. A problemática das articulações (basicamente, delimitação de fronteiras e potenciação de sinergias/complementaridades de intervenção) entre ITI e DLBC deve ser contextualizada aos seguintes níveis:

- Na conceção das ELD e dos PDCT, nomeadamente, tendo em consideração a ausência de apoios com origem nas Prioridades de investimento;

- Na definição do modelo de governação, encontrando soluções que permitam ultrapassar duas tradicionais dificuldades: a coordenação entre organismos da Administração Central e Regional na gestão e acompanhamento das intervenções e a coordenação regional/local, frequentemente inibidora da mobilização de recursos experimentados de promoção do desenvolvimento.

A análise ao PO Alentejo no que concerne à aplicação na ***programação dos princípios horizontais*** revela que, nomeadamente no domínio da igualdade entre homens e mulheres, apesar desta matéria ter sido debatida no processo de preparação do PO e de serem preocupações diagnosticadas na Região, estas não foram vertidas, de forma evidente, para o documento de programação.

Sobre a consistência da alocação dos recursos financeiros, a programação financeira do PO Alentejo evidencia uma concentração de recursos no Eixo Competitividade e Internacionalização das PME (33,6%), seguida de Desenvolvimento Urbano Sustentável (11,7%), Coesão Social e Inclusão (10,1%) e de Eficiência Energética e Mobilidade (9,5%). Esta distribuição de recursos afigura-se coerente com a Estratégia definida para a Região e com as necessidades identificadas, concentrando os recursos na promoção da competitividade das empresas, na promoção do emprego e na valorização do capital humano e permite, no entender da AEA, completar o foco produtivo com dois importantes domínios de regulação da competitividade: a promoção das mais-valias ambientais, culturais e patrimoniais, designadamente nos três tipos de centros urbanos definidos no PROT Alentejo (regionais, estruturantes e complementares) e a coesão social.

Finalmente, ***em matéria de indicadores, monitorização e avaliação***, a AEA sinaliza o desequilíbrio observado entre dois grupos de questões de avaliação. Em matéria de cobertura de objetivos e prioridades temáticas, definição clara de indicadores e aferição de progressos na concretização dos objetivos, o PO Alentejo regista uma significativa evolução ao longo das suas sucessivas versões, apresentando nesses critérios uma apreciável resposta a esses critérios. Porém, no que respeita a questões de meta-informação e meta-alimentação do sistema de indicadores, fundamentação técnica de formas de cálculo de metas intermédias e finais e estratégia seguida no quadro de desempenho do PO, a AEA regista a não disponibilização de matérias suficientes para ajuizar da fundamentação com que

esses valores são estabelecidos. A AEA regista ainda os progressos significativos observados na identificação de fontes estatísticas nacionais para efeito de cálculo de indicadores de resultado, embora com problemas ainda existentes em matéria de regionalização de alguma informação estatística. Por fim, a AEA sublinha o potencial de monitorização estratégica que o PO Alentejo apresenta, em estreita combinação com propostas de temas de avaliação de impactos e de avaliação intercalar apresentadas pela equipa de avaliação.

Principais Recomendações

O Relatório Final de AEA do PO Alentejo é completado com um grupo de recomendações dirigidas a diferentes *stakeholders* do futuro PO, com incidência especial na CCDR Alentejo e na futura Autoridade de Gestão do PO, que se organizam nos seguintes tópicos: modelo de governação e incorporação do princípio do partenariado; afinamento da fundamentação estratégica das opções do PO; afinamento da programação para produzir melhores resultados; indicadores, monitorização e avaliação. Cada recomendação é fundamentada por um dado conjunto de conclusões.

Em matéria de modelo de governação e de incorporação do princípio das parcerias, a AEA recomenda que seja dedicada particular atenção ao modelo de gestão do sistemas de incentivos, de modo a ele poder refletir uma forte coerência com as prioridades regionais e com as opções da EEI Alentejo. Considera-se que é fundamental atribuir às entidades do Sistema Regional de Inovação do Alentejo em consolidação e mais próximas das empresas um papel de grande relevância em termos de intermediação, de promoção e de demonstração de projetos, tendo em vista assegurar um bom arranque dos apoios no âmbito dos EP 1 e 3. Recomenda-se nesse sentido a opção por modelos de génese de candidaturas (avisos) que tenham em conta as opções da estratégia regional e a constituição o de comissões de análise e de definição de parâmetros de avaliação de mérito de projetos que materializem de forma coerente a estratégia regional. Recomenda-se ainda que o modelo de governação da EEI Alentejo possa combinar a promoção da incorporação de conhecimento em empresas instaladas nos domínios prioritários da EEI Alentejo com a atração de novas empresas ao território com potencial de geração de mais intensas relações entre produção de conhecimento, de tecnologia e empresas utilizadoras. A ambição que a Visão Estratégica do PO Alentejo implica exige a conceção e montagem de um sistema de monitorização estratégica dessa ambição, ajustando-a em permanência com a capacidade de absorção e de resposta que a Região vier a revelar sobre a mesma.

Para uma operacionalização mais clara das condições de delimitação da intervenção do PO Alentejo e do POT Competitividade e Internacionalização, recomenda-se que os domínios de interseção e de autonomia das EEI – Alentejo e da EEI nacional sejam clarificados.

A AEA recomenda a explicitação do modo como a ADC e a CCDR Alentejo se propõem no âmbito do modelo de governação do PO Alentejo assegurar a articulação necessária das intervenções FEDER e FSE, não só no que diz respeita às intervenções de ambos os Fundos no âmbito de intervenção do PO Alentejo, mas também em relação às intervenções FEDER e FSE objeto de intervenção por parte, respetivamente, do PO Alentejo e de POT, como por exemplo, o POCH.

Recomenda-se também a explicitação atempada dos modelos de articulação entre ITI – NUTS III e DLBC, designadamente, a clarificação das condições de acesso a FEDER e FSE por parte das ADL – GAL e GAC, matéria fundamental para organizar no âmbito NUTS III a convergência e articulação de FEDER, FSE, FEADER e FEAMP. Será designadamente relevante aprofundar se essa articulação é um assunto exclusivo da intervenção das CIM e do seu Conselho de Estratégia ou se, pelo contrário, a CCDR Alentejo intervirá como entidade reguladora desses processos.

Em matéria de fundamentação estratégica de domínios de programação

Considerando os progressos observados na mobilização de fontes de informação de base regional e sub-regional para fundamentar estrategicamente opções de programação nos domínios da eficiência energética e da inclusão social, recomenda-se que o tema da igualdade de género, sobretudo entendido na perspetiva da conciliação da vida profissional e familiar, envolvendo o papel das empresas nessa matéria, possa dispor na programação de estudos de base mais aprofundados de modo a melhor fundamentar tipologias de intervenção específicas a consagrar no PO Alentejo.

Em matéria de metas estratégicas globais

Dados os progressos observados na versão final do PO em matéria de metas estratégicas globais e tendo em conta a relevância das amenidades ambientais na concretização da Visão Estratégica que inspira a programação, a AEA recomenda que um indicador de sustentabilidade ambiental possa ser adicionado ao conjunto de metas estratégicas globais. Recomenda-se também que a future Autoridade de Gestão do PO Alentejo e as Autoridades de Gestão dos PO temáticos com intervenção na Região trabalhem em conjunto de modo a fixar quais os contributos expectáveis desses PO temáticos para a concretização das metas estratégicas globais estabelecidas pela programação do PO Alentejo.

Em matéria de afinamento da programação para obter melhores resultados

Recomenda-se que os domínios de programação do PO Alentejo respeitantes a política inclusiva de emprego, política de inclusão, combate à exclusão social e desenvolvimento socioeconómico de base local possam dispor de um referencial de boas práticas para o empreendedorismo de necessidade e social, essencialmente com o objetivo de contrariar a segmentação de instrumentos de política pública que são convocados pelas referidas prioridades de investimento. Recomenda-se que nas tipologias de ação que envolvam o apoio a ações e projetos inovadores do ponto de vista da integração de instrumentos em matérias como a ativação de desempregados, o combate ao abandono escolar e outros sejam atempadamente acompanhadas de referenciais de boas práticas para o desenvolvimento metodológico dessas abordagens inovadoras e que possa para a sua disseminação serem mobilizados apoios no âmbito da capacitação institucional. Recomenda-se nesse sentido que a CCDR Alentejo promova um seminário de boas práticas de inovação social, sensibilizando agentes do desenvolvimento socioeconómico local.

Dada a importância que assumirão no e para o território os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial a promover pelas CIM representadas no território da Região e a sua articulação com as experiências de desenvolvimento socioeconómico local a protagonizar pela figura das DLBC, recomenda-se que a CCDR Alentejo promova: (i) Reuniões individuais com cada CIM de apreciação dos Planos de Ação em conclusão por parte destas entidades, tendo em vista a avaliação da coerência do seu contributo para a estratégia regional assumida pelo PO, a apreciação crítica dos resultados que os planos de ação visam atingir, o modo como se articulam com as DLBC em formação no seu território e a estratégia de contratualização que as CIM pensam a partir dos Planos de Ação propor ao PO Regional e aos PO Temáticos; (ii) Promover uma reunião com todas as CIM para publicitação de resultados; (iii) Conceção e operacionalização, no âmbito do modelo de governação e sistema de informação do PO Alentejo, de um dispositivo de monitorização da implementação dos Planos de Ação e da sua contratualização.

Dada a relevância que a política de cidades e centros urbanos reveste para a concretização da Visão Estratégica que enquadra a programação do PO Alentejo e a existência de um eixo prioritário focado no desenvolvimento urbano sustentável combinado com a mobilização de prioridades de investimentos de outros eixos, a AEA recomenda que a CCDR Alentejo e/ou a futura autoridade de gestão elaborem um documento de divulgação de boas práticas de combinação das dimensões do baixo carbono, da preservação e valorização ambiental e da regeneração urbana, em contextos de muito reduzida intervenção infraestrutural. Este documento deve preceder os correspondentes avisos a abrir pelo PO neste domínio, de modo a proporcionar aos municípios tempo de maturação e preparação de projetos ajustados aos instrumentos de programação oferecidos pelo PO.

Em matéria de sistema de indicadores, monitorização e avaliação

A AEA recomenda que a Autoridade de Gestão elabore um manual centrado na meta-informação do sistema de indicadores, apresentando igualmente a fundamentação técnica para o estabelecimento das metas intermédias e finais e para a estratégia prudencial utilizada na definição das metas intermédias. Os indicadores de resultado apresentados pela versão final do PO nos temas da inovação social, capacitação institucional e grau de concretização de estratégias de valorização do potencial endógeno devem ser melhorados.

EXECUTIVE SUMARY

Context and methodology

The OP Alentejo 2014-2020 ex-ante evaluation (EAE) has been focused on a group of evaluation questions which defined the object of the evaluation exercise. A theory-driven evaluation methodology has been used (programming theory of the OP Alentejo and identification of programming critical factors), combined with specific participative involvement of stakeholders considered as having a crucial role in the OP's future implementation, mainly three discussion panels (a discussion with stakeholders involved in RIS3 Alentejo, a debate about programming critical factors identified by the evaluation team and a meeting with LEADER and no LEADER Local Development Associations and Intermunicipal Communities) and some interviews (Regional Energy Agency of North Alentejo and Tagus, Foundation Eugénio Almeida, Pedra Natural Technologic Centre and ADRAL).

Contextualising the evaluation exercise, it is relevant to underline that the EAE worked with four versions of the OP Alentejo, the Inception Report, the Draft Final Report and the Final Report (two versions), updated from one to another, principally as far as the issue of indicators is concerned. So, the answers to the evaluation questions were approached by successive approximations incorporating the changes observed in the OP different versions. The final version of this report is focused on the 14 August edition of the OP Alentejo. Additionally, the information about the thematic OP (OP Competitiveness and Internationalisation, OP Sustainability and Efficient Use of Resources, OP Employment and Social Inclusion and OP Human Capital) and the EAFRD Rural Development Programme, with which the OP Alentejo should be articulated, has been very lately and only partially accessed. No information about the EMFF programme has been received. The versions of the Territorial Cooperation Programme Spain-Portugal and of the Mediterranean Programme submitted to public discussion were also lately accessed. Finally, the EAE exercise has begun before the public access to the preliminary version of the PA presented by the Portuguese government at the end of January 2014 (the final version of the PA was accessible only for this revised version of the Final Report, which is another contextualisation element that should be considered. The final version of the PA was accessed during the final revision of this report.

Due to the successive approximations approach to the evaluation questions required by the evolution of the OP's design, the results of the EAE and of the EEA succeeded in interacting with the progressive elaboration of the OP, principally as far as the improvement of the indicators system is concerned.

Evaluation object

The evaluation object is defined by a set of evaluation questions prescribed by the Terms of Reference of the study. The evaluation team organised these evaluation questions in the following six topics:

- **Strategic dimension of the programming**: relevance, pertinence and grounding of the prospective strategic diagnosis supporting the OP strategy; incorporation of guidelines of the Strategy Europe 2020 and of the National Reform Plan and contribution of the OP Alentejo towards the goals of the Strategy Europe 2020; degree of conformity with the guidelines of the PA; integrated approach to territorial development;

- **Horizontal principles of programming and degree of involvement of *stakeholders***: equal opportunities, gender equality, partnership and non-discrimination, sustainable development and different modalities of participation of stakeholders in the OP implementation;

- **Internal coherence**: synergies and complementarities between the different priority axis of the OP and the investment priorities mobilised by them and critical analysis of the typologies of interventions and actions (measures are not yet defined) regarding the specific objectives targeted by each investment priority;

- **External coherence**: synergies and complementarities to achieve through the articulation between Thematic OP's operating in Alentejo region and the OP Alentejo, extended to the intervention of the RDP – EAFRD in the region, taking into account the programming chains and the limits between Thematic OP's and Regional OP's prescribed by the PA;

- **Degree of conformity of the allocation of financial resources:** evaluation of the consistency of the allocation already known with the strategic dimension of programming and the hierarchy of objectives established by the programming theory;

- **Indicators system**: evaluation of the pertinence, consistency and feasibility of the indicators proposed by the OP, regarding the result-based dimension of programming and the ability to measure the changes targeted by the programming.

Main Conclusions

However considering that the OP Alentejo 2020's influence in implementing the Regional Action Plan (RAP) Alentejo 2014-2020 is conditioned by the Partnership Agreement, one should stress that the Strategic Vision which inspired the RAP is at the core of the OP Alentejo strategy.

On the basis of the previously mentioned theory-driven evaluations, the EAE identified some OP programming critical factors, principally regarding the implementation of the Strategic Vision which inspired the RAP and the OP. These programming critical factors represent not only potential developments and upgrades of the OP till the regulation and implementation phases, but also a crucial support for the OP strategic monitoring process, principally if the management body succeeds in overcoming the lack of some monitoring indicators. The EAE highlighted the following critical factors:

- Regarding the **regional governance towards the organisation of the Alentejo Regional Innovation System**, it will be crucial to consolidate technology-based infrastructures with a close proximity to firms, able to identify innovation and knowledge needs of SME in order to improve the regional productive base, not ignoring the proximity regarding Lisbon's innovation ecosystem and the results already achieved in 2007-2013 programming period. It will be necessary to have a strong take-off demand at the beginning of the new programming period and for that the intermediation role of the Regional Innovation System's institutions which have closer links with local firms will be a crucial factor. Additionally, the EAE highlights that the **OP should have regional incentives rules able to respect the specificity of Alentejo region**, that is to say mobilising the TO1 and TO3 ambition in an entrepreneurial environment in which the demand for public policy instruments is not fluid and needs to be fostered itself.

- The Strategic Vision inspiring the RAP and the OP requires an integrated policy for the urban centres network. The PA and the OP itself only succeeded in establishing a solution for this prerequisite in the final version presented to Brussels in August 2014. The solution consisted of mobilizing the thematic objectives 4, 6 and 9, originating a new priority axis focused on sustainable urban development targeted at regional and polarizing urban centres and mobilizing the same priority investments for another priority axis targeting interventions at the complementary urban centres. The critical programming factor here will be the engineering ability of the Region and municipalities in presenting projects combining the transition towards a lower carbon economy, preservation and enhancement of urban environment and physical, economic and social urban regeneration. The Regional Spatial Plan (PROT-Alentejo) will have here a significant implementation instrument.

- To tackle the **perverse dynamic effects generated by the demographic decline of Alentejo region requires a strong injection of high-skilled jobs, mainly of young skilled people, preferably combined with more focused local policies of attracting new residents**. The most significant contribution of the OP to attract more young skilled people will be potentially achieved through the priority axis 1 and 3, combining the attraction of skilled human resources with another instruments targeted at improving the regional productive system. The OP programming needs a set of indicators able to monitor the two programming employment policy dimensions: the creation of skilled jobs and the employment inclusive dimension. According to

the EAE, these two dimensions should be clearly separated in order to orient the two entrepreneurship intervention types supported by programming.

- **The Alentejo territorial model is particularly challenging concerning the implementation of the inclusion policy** prescribed by the OP, suggesting that a decentralised policy achieved in strict articulation with the action of NUTS III ITI and the different rural, coastal and deprived urban DLBC. Here, the critical factor will be the will and the ability of the municipalities to foster partnerships at NUTS III level with other local actors to implement a decentralised and place-based inclusive policy. That model presents the significant advantage of contributing for a more efficient and effective use of social overhead equipments and of social networks, which are already in place at local level and targeted at social support.

- The **environmental sustainability horizontal priority** is another critical programming factor highlighted by the EAE. The Strategic Vision is particularly challenging in order to be incorporated in implementing priority axis 1 and 3. Here again the role of RIS3 Alentejo will be crucial to accommodate this horizontal priority, as far as for example the investment dynamics in intensive agriculture is concerned.

- The EAE underlines that some regional problems and initiatives may recommend **more flexible ITI** in terms of territories to involve than that it will be provided by NUTS III scale, principally from the point of view of integration of instruments and policies. That is the case, for example, of initiatives enhancing the montado landscape, of territories affected by desertification and degradation of arable land (focus on climatic changes) and of Alqueva itself. This flexible implementation of ITI is compatible with EC orientations and the PA itself admits that possibility: "independently the possibility to achieve ITI in other territorial configurations, targeted at selected operations in specific fields of intervention". However, the EAE understands the transaction and coordination's costs associated to these modalities.

Regarding the conformity between the OP strategy and the prospective diagnosis, the EAE underlines the significant effort of the OP in having a strategic sound basis for the strategic options retained, taking full advantage not only of the institutional investment of stakeholders involvement during the RAP elaboration, but also of the deep knowledge that CCDR Alentejo is accumulating on the Region, including the vast and diversified work of preparing the Alentejo Regional Spatial Plan. The final version of the OP significantly enlarged the number of global strategic goals and there is also a remarkable improvement of the metrics of those strategic goals. The SWOT version that supports the OP is analytical consistent, although it represents a formal and static exploitation of the strategic framework retained by the OP. It is not legible in what way the SWOT analysis helped the formulation of the strategic framework adopted by the OP. The analytical content of the SWOT presents a dynamic potential of crossed view of opportunities, threats, strengths and weaknesses which is not explored.

Regarding the OP Alentejo contribution to Strategy Europe 2020, the definition of global strategic goals generally in line with the Europe 2020 Strategy goals and with those of the National Reform Plan allows for a more consistent view of the ways through which the OP will have a contribution for these strategic goals. The EAE underlines the significant evolution observed in establishing global strategic goals, covering in the last OP version all the objectives: (i) 15% of increase of the Regional GDP; (ii) To be in 2020 an innovation follower region; (iii) To increase the percentage of 30-34 years people enrolled in higher education; (iV) to reduce the early drop-out school from 20,3% in 2013 to 10% in 2020; (v) to increase the percentage of adults involved in Life Long Learning activities; (vi) to reduce regional disparities in 10%; (vii) to reduce the regional unemployment rate from 16% in 2012 to 13,6% in 2020; (viii) to reduce in 10% the consumption of electricity. As far as the contribution for the smart growth dimension is concerned, the EAE concludes that it will be practically impossible to the Alentejo region to achieve during the programming period of 2014-2020 the goal of 3% of R&D expenditures in regional GDP, assuming in alternative the improvement of the Alentejo ranking in the EU Innovation Scoreboard scale. Regarding the inclusive growth dimension, the OP Alentejo is more incisive concerning its contribution to the improvement of skills as instrument of inclusive modernisation, highlighting three strategic goals: the reduction of early drop-out school, the increase of the number of people involved in long life learning and the fall of the regional unemployment rate. Global strategic goals concerning the

sustainable growth dimension are limited to the reduction of electricity, which is not coherent with an OP whose Strategic Vision strongly depends upon the enhancement of environmental amenities.

The elaboration of the RAP Alentejo 2020 involved a significant number of stakeholders, covering the vast majority of the institutional fabric of the Alentejo Region. Due to fact that the EAE had not access to the results of the different working groups, it is not easy to identify in what way the different contributions informed the strategic and prospective diagnosis and the Strategic Vision inspiring the programming. The EAE also concludes that the future participation of stakeholders in programming will be strongly dependent upon the future organisation and implementation of ITI-CIM-NUTS III Action Plans, involving or not institutional partners. It will be crucial to assess whether those partnerships will be limited to institutions operating in each NUTS III or in alternative will involve other regional institutions not circumscribed to the NUTS III level.

Regarding the OP Alentejo internal coherence, the correspondence analysis between priority axis and the associated investment priorities identified no significant examples of internal lack of coherence. On the contrary, it revealed that different priority axis will converge towards some strategic objectives derived from the Strategic Vision. It is important to stress the internal coherence to be achieved between the priority axis nº 4 (urban sustainable development) focused on regional and polarizing urban centres and the priority axis 6, 7 and 8, mobilizing the same IP and focused on urban complementary centres. From the point of view of the conformity between the anticipated programming measures and the OP specific strategic objectives, it is necessary to underline that the typologies of actions associated to the specific objectives are still presented in a strong aggregated way. In this context, the answer to evaluation questions is organised around some of these typologies of action, discussing them from the perspective of their estimated contribution to the objectives achievement. The OP adopts a great diversity of operation typologies concerning its fundamental objectives (focused on topics related to competitiveness of SME, complemented with sustainability interventions, enhancement of territories and inclusive qualification of population). This option, principally considering that other typologies will be implemented trough financial instruments, faces the risk of territorial and thematic dispersion of operations, penalising the concentration of efforts in measures more in line with the Strategic Vision and increasing the complexity of monitoring results and impacts. The rationale and strategic focus should be guaranteed through selection criteria of projects able to sustain, at regional and sub-regional level, a well defined smart specialisation strategy, supported by an integrated regional innovation system, duly complemented by regional planning and management instruments: the Alentejo Regional Spatial Plan, a regional pact for qualification, employment and social inclusion and a core initiative, anticipated in the RAP 2014-2020 concerning social economy.

The evaluation of the **OP Alentejo external coherence** highlighted the following critical factors:

- The results of the Working Group targeted at articulating the RIS3 Alentejo with the National Smart Specialisation Strategy and other regional strategies will be a critical factor, because there are high risks of potential overlapping and of no coordination between policies and fields of specialisation;

- Training instruments lack articulation between the OP Alentejo and the OP Social Inclusion and Employment;

- Regarding Sustainability and Efficient Use of Resources, the most important overlapping risk is associated to ecological mobility, although that the EAE underlines that it will be not a complex task to establish programming rules for the intervention of the regional and the thematic OP in order to avoid the overlapping areas.

The EAE identified some delimitation criteria between the OP Alentejo and thematic OP which represent potential obstacles to a good governance model. Regarding Competitiveness and Internationalisation, in which the firm and projects dimension criteria generate management complexity (meanwhile the innovation incentives system is dependent upon the firm dimension and not upon the project dimension, the other incentives system depend upon the Project dimension), as well as a dubious delimitation of multi-regional projects based on the residual investment mase by other regions in Alentejo, are potential factors of governance problems. As far as Social Inclusion and Employment is concerned, the actions targeted at increasing the effectiveness of integration into the labour market through training actions and

matching between qualifications and skills and needs expressed by the economy will require further articulation between agents to overcome the risks of overlapping initiatives, although the OP Alentejo has the exclusivity of action at three levels: regional level, ITI NUTS III and local/intraurban (concerning DLBC acting in less favoured urban zones). The anticipated critical questions associated to the governance and coordination model should be taken into account, principally regarding the need to clarify whether or not the ITI-NITS III will be able to play a role in this topic.

The vast territory of Alentejo region encompasses a group of relevant complementarities between the OP Alentejo and the **the EAFRD and EMFF interventions**, principally regarding the thematic topics of Competitiveness and Sustainability. The DLBC will support actions related with entrepreneurship and economic animation through the IP 8.3 (ESF) and 8.8 (ERDF), notwithstanding that funding instruments will be associated to IP 9.6 (ESF) and 9.10 (ERDF). These supports will also have a potential contribution for TO3 "Reinforce the competitiveness of SME of agriculture, fishing and aquiculture sectors" and for TO6 "Preserve and protect environment and promote the efficient use of resources". The issue of articulation (basically of delimitation of interventions and the facilitation of synergies and complementarities of intervention) between ITI and DLBC should be taken into account in the following situations:

- Conceiving Local Development Strategies and Pacts for Development and Territorial Cohesion, namely considering the inexistence of supports generated by investment priorities;

- Defining the OP governance model, searching for solutions targed at overcoming two traditional difficulties: coordination between Central and Regional administration bodies in managing and following-up interventions and regional/local coordination, often the full mobilisation of development promotion resources.

Regarding the application of programming horizontal principles, the EAE reveals that, particularly regarding the equality between men and women and although that topic has been enoughly debated in the RAP preparation and developed in the OP prospective diagnosis, those guidelines have not been clearly incorporated in the OP programming.

Regarding the consistency of the allocation of financial resources, financial programming reveals a concentration of resources in the priority axis Competitiveness and Internationalisation of SME (33,6%), followed by the axis Sustainable Urban Development (11,7%), Social Cohesion and Inclusion (10,1%) and Energy Efficiency and Mobility (9,5%). The EAE thinks that this allocation of resources is coherent with the strategy assumed for the region and with the needs that have been identified, concentrating the resources in promoting the competitiveness of SME, employment and enhancing the human capital resources of the Region. It also allows to supplement the productivity focus with two additional domains: the enhancement of the economic value of natural, cultural and environmental regional assets, namely in the three types of urban centres defined by the Alentejo Regional Spatial Plan (regional, polarizing and complementary) and social cohesion.

Finally, ***as far as indicators, monitoring and evaluation are concerned***, the EAE signals the asymmetry between the results of two groups of evaluation questions. Regarding the covering of objectives and investment priorities, the clear designation of the indicators and monitoring of the degree of achievement of the objectives, the EAE concludes that the OP Alentejo registered a significant evolution along the successive versions of the OP presented to the evaluation team, fitting very well all these criteria. However, regarding metainformation issues and the technical explanation of how indicators are calculated and milestones and final goals are established and how the strategy for the performance framework is designed, the EAE signals a significant lack of information, inhibiting a sound comprehension of the options assumed by the OP. The EAE also signals that significant improvements have been observed in gathering national statistical sources to build result indicators, although the regionalisation of some indicators needs further improvements. Finally, the EAE concluded that the OP Alentejo has a high potential in terms of strategic monitoring, in strict combination with the proposal of impacts evaluation and mid-term assessments themes made by the evaluation team.

Main recommendations

The OP Alentejo EAE Final Report ends with a group of recommendations addressed to several OP future stakeholders, covering the following topics: governance model and incorporation of partnership principle; strategic fine tuning of programming, clarification of global strategic goals, fine tuning of programming to achieve better results and indicators.

Regarding the OP governance model and the incorporation of the partnership principle, the EAE recommends that a particular focus should be dedicated to the incentive systems management model, in order to ensure a strong coherence with regional priorities and with the RIS3 Alentejo main orientations. We consider that it will be crucial that the institutions integrated in the Alentejo Regional Innovation System which is in a trajectory of consolidation and with higher proximity to local SME can play a role in terms of intermediation, fostering and demonstration of projects, to ensure a good take-off of programming for priority axis 1 and 3. We recommend that the OP management body will opt for tenders taking into account the regional strategy priorities and the creation of panels of analysis and Project assessment criteria fully identified with regional priorities. We also recommend that the RIS3 Alentejo governance model could combine the support to the incorporation of knowledge and R&D results within firms covered by the priorities of the RIS 3 Alentejo with the attraction of new firms to the Alentejo territory able to reinforce more dense links between knowledge production, technology and absorbing firms. The ambitious Strategic Vision supporting the OP requires the conception and make-up of a strategic monitoring system able to follow-up that ambition, adjusting it permanently regarding the regional capacity of absorption and of reactiveness.

In order to achieve a more effective delimitation of the OP Alentejo and of thematic OP Competitiveness and Internationalisation, the EAE recommends further clarification of the overlapping and autonomous interventions of National Smart Specialisation and of RIS3 Alentejo.

The EAE strongly recommends that ADC and CCDR Alentejo can fix better the governance model that it will be used to ensure the good articulation between ERDF and ESF support, not only within the framework of the OP Alentejo, but also regarding the ERDF and ESF interventions managed respectively by the OP Alentejo and the thematic OP Human Capital.

We also recommend that, as faster as possible, the governance models of ITI-NUTS III and of DLBC, namely the clarification of access conditions to ERDF and ESF by the LDA-LAG, could be further developed, which will be a crucial factor to organise within NUTS III territories the convergence of ERDF, ESF, EAFRD and EMFF interventions. It is particularly relevant to clarify whether or not the articulation within the NUTS III territories will be exclusively assumed by IMC and respective Strategic Committees or what would be the role of CCDR Alentejo in regulating these processes.

Concerning global strategic goals

Considering the progresses observed in the final version of the OP and the relevance of the environmental amenities in implementing the Strategic Vision inspiring the OP, the EAE recommends that a sustainability indicator should be integrated into the group of strategic goals. The EAE also recommends that the OP Management Authority and the Thematic OP's Management Authorities work together to establish what could be the expectable contributions of those Thematic OP's in achieving the global strategic goals established by the OP programming.

Regarding the strategic fine tuning of programming, and considering the significant improvements registred in gathering regional and local data concerning energy efficiency and social inclusion, we recommend that the topic of gender equality, principally understood from the perspective of conciliating professional and family life conditions and involving firms, could be object of further research in order to improve the design of typologies of interventions supported by the OP Alentejo.

Regarding the fine tuning of the OP programming to achieve better results, the EAE recommends that OP programming dimensions concerning inclusive employment policy, social inclusion policy, fight against social exclusion and local socio-economic development operations could have a best practices Vade Mecum for social entrepreneurship and local development initiatives, essentially targeted at minimising the segmentation of public policy instruments mobilised by those investment priorities. We

also recommend that, as far as the typologies of action involving innovative projects concerning the integration of instruments covering for example the activation of unemployed people, the fight against the early school drop-out and other ones are concerned, could have best practices guidelines to develop innovative methodologies complemented with support to institutional capacity building. We consequently recommend that CCDR Alentejo organises a seminar on best practices of social innovation, involving and animating local socio-economic development agents.

Considering the high relevance that NUTS III Pacts for Development and Territorial Cohesion, led by the IMC, will assume in these territories, in strict articulation with local socio-economic development experiences led by DLBC, the EAE recommends that the CCDR Alentejo: (i) organise individual meetings with each ICM, targeted at analysing the Action Plans prepared by the ICM and their coherence with regional strategy inspiring the OP Alentejo, as well as critically assess the results that NUTS III AP want to achieve, the way how these AP will be articulated with the DLBC in preparation within each NUTS III and the contractualisation strategy that each ICM wants to propose to the OP Alentejo and to the thematic OP operating in the Region; (ii) organise a collective meeting with all the ICM to disseminate the estimated results; (iii) conceive and implement, within the framework of the OP governance model and information system, a monitoring process of the implementation of the ICM Action Plans and of the contractualisation procedures.

Considering the relevance that cities and urban centres policy assumes concerning the implementation of the Strategic Vision inspiring the OP programming and the existence of a priority axis focused on sustainable urban development combined with the mobilisation of other priority axis investment priorities, the EAE recommends that the CCDR Alentejo and the future OP management body can elaborate guidelines and best practices in combining initiatives targeted at reducing carbon emissions, preserving and enhancing environment and urban regeneration in a context of much lower infrastructural investments. These guidelines should precede tenders, in order to give enough time to municipalities to design and consolidate projects adapted to the programming instruments offered by the OP Alentejo.

Regarding the indicators, monitoring and evaluation system

The EAE recommends that the Management Authority elaborates a manual focused on meta-information issues of the indicators system, also covering all the technical arguments invoked to fix milestones and final strategic goals and explaining the reasons of the very prudent strategy established for the definition of milestones. The themes of social innovation, improvement of institutional capabilities and the degree of achievement of endogenous resources enhancement strategies should improve the design of the result indicators presented in the final version of the OP.

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AEA

Apresenta-se neste documento a versão final definitiva do Relatório Final (RF) da Avaliação Ex-ante (AEA) do Programa Operacional (PO) Alentejo 2014-2020, tendo por suporte a versão do PO enviada à Comissão Europeia (CE) a 15 de Agosto de 2014, elaborada nos termos contratualmente definidos e respeitando o formato estabelecido pelo caderno de encargos.

Toda a avaliação deve ser contextualizada e a presente não foge a essa regra. Referem-se, de seguida, alguns elementos a ter em conta na interpretação das conclusões, os quais não comprometem o alcance global da AEA e a sua utilidade para o desenho e afinamento do programa sob avaliação:

- **Em primeiro lugar**, a AEA foi concretizada num contexto caracterizado pela gestão da incerteza, do qual devem ser essencialmente sublinhados os seguintes constrangimentos: (i) realização de uma parte considerável do trabalho ainda sem a publicação da versão oficial da proposta de Acordo de Parceria; (ii) necessidade de trabalhar com quatro versões do PO Alentejo; (iii) conhecimento tardio de versões consultáveis de PO Temáticos e de outros programas como o FEADER ou o Programa de Cooperação Territorial Espanha-Portugal. Neste contexto, a AEA acabou por concretizar-se num ambiente de aproximações sucessivas ao objeto de avaliação;

- **Em segundo lugar**, as fases intermédias para a produção do relatório final de AEA decorreram em tempos mais curtos do que os inicialmente previstos na metodologia proposta para os trabalhos, acontecendo que, em contrapartida, a fase correspondente à elaboração do relatório final acabou por dar origem a três versões desse relatório final;

- **Em terceiro lugar**, e em estreita relação lógica com o parágrafo anterior, foi necessário realizar algumas adaptações à proposta metodológica inicialmente apresentada que, para além de incorporar a compressão dos tempos intermédios, diferiu para as fases finais de realização do trabalho os momentos de auscultação a *stakeholders*, tendo os resultados desses momentos de auscultação sido incorporados no RF de AEA;

- **Em quarto lugar**, a formalização dos indicadores revestiu-se de uma grande volatilidade, com significativas e relevantes alterações observada neste domínio do PO.

Como contrapartida positiva destes constrangimentos e instabilidade, pode dizer-se que a AEA logrou interagir com a conceção do PO, respeitando assim um dos princípios básicos que constam dos guias metodológicos disponibilizados pelos serviços da CE.

1.2. ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A estrutura do Relatório Final da AEA respeita as indicações constantes do Caderno de Encargos e está assim organizada:

- Índices;
- Sumário Executivo (em português);
- Sumário Executivo (em inglês);
- **Capítulo 1**: introdução ao relatório de AEA, incluindo síntese metodológica do desenvolvimento dos trabalhos;
- **Capítulo 2**: sistematização das respostas às questões de avaliação, com desenvolvimentos e aprofundamentos técnicos remetidos para anexos;

- **Capítulo 3:** sistematização das principais conclusões e recomendações da AAE;
- **Capítulo 4:** sistematização das principais conclusões e recomendações da AEA;
- **Capítulo 5**: apresentação de referências bibliográficas e eletrónicas;
- **Capítulo 6**: apresentação dos anexos técnicos de suporte à fundamentação das respostas às questões de avaliação.

1.3. SÍNTESE METODOLÓGICA

A AEA do PO Alentejo 2014-2020 foi realizada com base num quadro metodológico organizado em função dos seguintes princípios:

- Opção por um modelo teórico-conceptual de abordagem da AEA inspirado nos referenciais das "*theory-driven evaluations*" e da "*programme theory*" que a equipa da Quaternaire Portugal tem vindo a aperfeiçoar em sucessivos períodos de programação, que tem a sua expressão na definição de uma teoria de programação para o PO Alentejo e, à luz dela, na identificação de fatores críticos de programação (objeto de discussão/validação em painel de discussão);
- Planeamento global do exercício e de cada uma das fases e respetivas componentes metodológicas ajustado ao contexto de compressão temporal de períodos intermédios a que o exercício foi sujeito, sem prejuízo da resposta às questões de avaliação colocadas em sede de caderno de encargos;
- Utilização como material crítico de avaliação do modo como o PO Alentejo transformou o Plano de Ação Alentejo 2014-2020 (aprovado por unanimidade em sede de Conselho Regional) em instrumento de programação;
- Mobilização seletiva para domínios considerados críticos pela equipa de avaliação da participação organizada de *stakeholders*, por intermédio de painéis de discussão realizados na fase final de elaboração da AEA e realização de entrevistas complementares;
- Garantia de interação regular com a autoridade e núcleo técnico responsáveis pela preparação do PO, assegurando sobretudo a progressiva adaptação das conclusões à evolução do próprio PO nas quatro versões consultadas;
- Total transparência e independência ao nível das informações, dos métodos e das atividades realizadas;
- Criação de espaços intra-equipa de avaliação de articulação permanente com os resultados da AAE.

As matérias consideradas críticas para discussão estruturada com *stakeholders* foram a operacionalização da Estratégia de Especialização Inteligente (EEI) – Alentejo, os fatores críticos de programação identificados pela AEA através da teoria da programação e as questões de coerência externa entre o PO Alentejo e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) FEADER.

A lógica (teoria) da programação com que o PO Alentejo foi concebido e a teoria da mudança que o suporta assumem na metodologia do desenvolvimento do trabalho uma forte centralidade que importa destacar. O diagrama da página seguinte dá conta dessa centralidade.

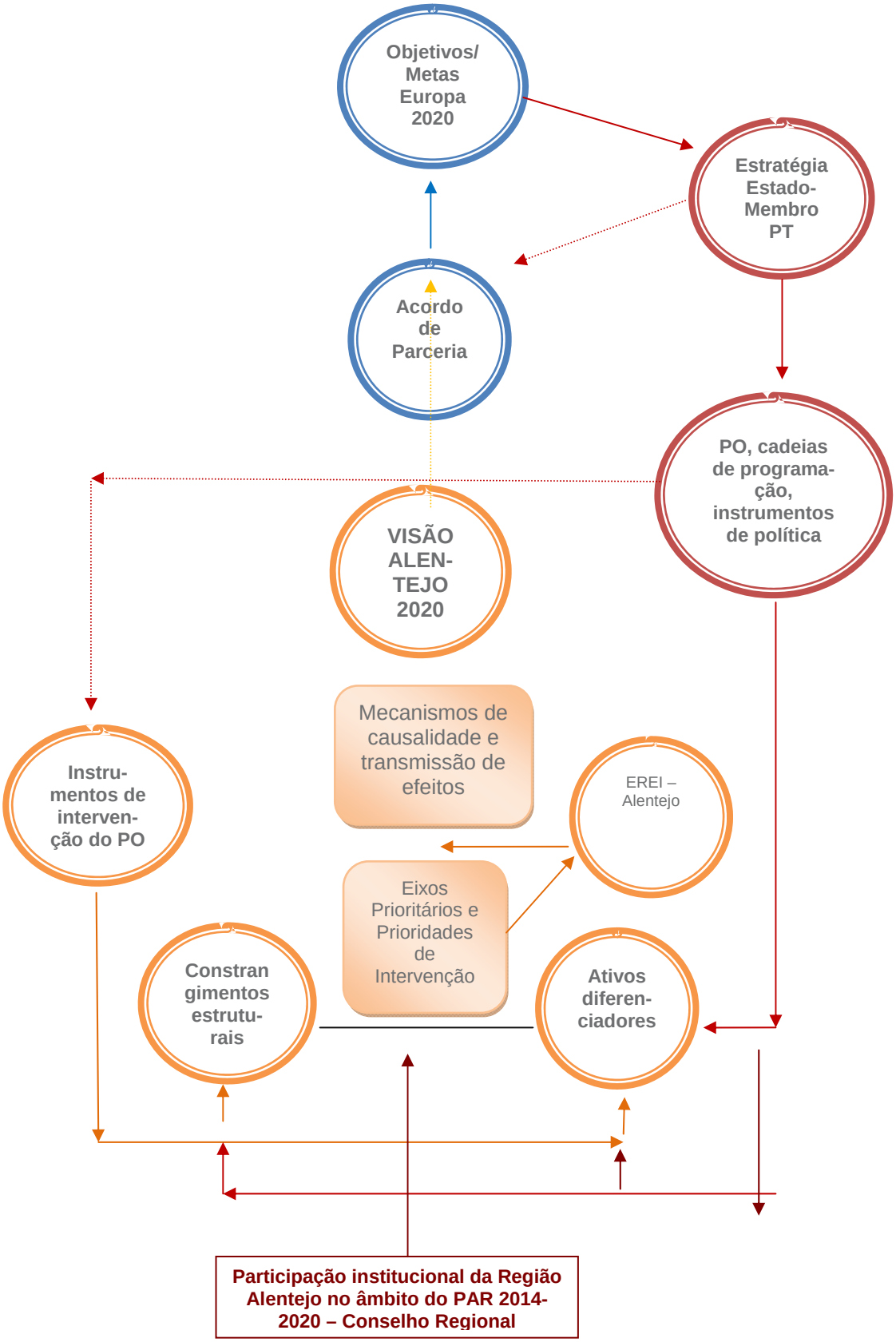


Diagrama nº 1 – Esquema geral para a formulação da teoria da programação do PO ALENTEJO

A teoria da programação avalia em que medida o PO responde simultaneamente aos constrangimentos estruturais que a visão estratégica formulada para a região do Alentejo no horizonte 2020 visa superar, à valorização de ativos diferenciadores da Região e às metas da Estratégia Europa 2020 (devidamente plasmadas na estratégia consignada no Acordo de Parceria Portugal – Comissão Europeia).

Tendo em conta a Visão Estratégica definida em sede de plano de ação para o Alentejo, que reflete as orientações da estratégia Europa 2020 e para ela contribui ativamente, a teoria da programação analisa a utilização de um conjunto diversificado de prioridades de investimento e de instrumentos de política entendidos como pertinentes para erradicar/minimizar constrangimentos estruturais que condicionam a concretização da referida Visão Estratégica. Esta última dimensão está claramente materializada na versão do PAR 2014-2020 através dos domínios de intervenção, eixos prioritários e prioridades de intervenção.

Como é compreensível, a ação do PO não esgota a diversidade dos instrumentos de intervenção, pelo que a teoria da programação implícita no PO Alentejo identifica ainda as complementaridades reconhecidas com os PO Temáticos Competitividade e Internacionalização, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Capital Humano e Inclusão Social e Emprego e com a intervenção dos restantes FEEI (Coesão, FEADER e FEAMP) na erradicação/minimização de tais constrangimentos estruturais e à valorização dos ativos diferenciadores.

De acordo com a metodologia de avaliação, a teoria da programação identifica os mecanismos através dos quais os instrumentos de intervenção selecionados contribuirão para erradicar/minimizar os já mencionados constrangimentos estruturais regionais, valorizar ativos diferenciadores e simultaneamente concretizar os vetores de realização pressupostos pela Visão Estratégica. No ***anexo nº 1*** deste RFP apresentam-se os desenvolvimentos analíticos que decorreram da aplicação da teoria da programação do PO Alentejo. É esta trajetória metodológica que permite à AEA definir os fatores críticos da programação, estejam eles situados no âmbito da atuação interna do PO (questões de coerência interna, relevância, pertinência e de alocação financeira de fundos) ou, pelo contrário, sejam tributários de outros instrumentos de intervenção mobilizados para o mesmo território por outros PO e Fundos (questões de coerência externa).

A principal adaptação metodológica realizada, como já se referiu, consistiu em diferir da primeira para a fase final de elaboração dos trabalhos os principais momentos de auscultação de *stakeholders*. Foram realizados três painéis de discussão de suporte ao presente relatório e foi concretizada uma série de entrevistas de suporte ao relatório final, focadas na transformação do Plano de Ação Regional em PO Alentejo (**ver *anexos n.º 2* e *n.º 3***).

2. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Nota preliminar

Cumprindo as orientações prescritas pelo caderno de encargos para a organização e dimensão do Relatório Final (RF) da AEA, a resposta às diferentes dimensões do objeto da AEA é estruturada apresentando primeiro as questões de avaliação, enunciando depois uma resposta sucinta que é complementada, quando necessário, por desenvolvimentos técnicos que constam de anexos próprios. Cada uma das dimensões de avaliação fecha com uma breve síntese das fontes e métodos de informação que foram mobilizados para fundamentar a resposta às questões de avaliação.

2.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA PROGRAMAÇÃO, RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO DIAGNÓSTICO E CONTRIBUTOS PARA A ESTRATÉGIA EUROPA 2020

Questão 1 - O diagnóstico (diagnóstico prospetivo) das disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento está devidamente fundamentado?

A complexidade e diversidade de intervenções que o PO Alentejo contempla na sequência da aplicação das orientações da proposta de AP determinam para o diagnóstico uma abrangência e desagregação espacial para as quais nem sempre é possível reunir informação e estudos de base com o nível de profundidade necessário. Para além disso, a informação estatística, mesmo naqueles domínios de maior abrangência, raramente reproduz em tempo real as dinâmicas do território, da economia e da sociedade. Existe um *trade off* que é normalmente aceitável: indicadores medidos em tempo mais imediato correspondem a variáveis para agregados territoriais de maior dimensão (NUTS III e mesmo o país). Ora, é sabido que o contexto de profunda crise em que o país se encontra é suscetível de alterar radicalmente as tendências que algumas variáveis vinham apresentando, e que nem todas as parcelas do território reagem ou são afetadas da mesma forma. Os efeitos do ajustamento macroeconómico, ou seja, a geografia da crise, não são ainda totalmente conhecidos, pelo que estamos a projetar um diagnóstico prospetivo sem o conhecimento total do contexto de partida[1].

Outra limitação resulta do facto de muitos dos projetos apoiados pelo período de programação 2007-2013 não produzirem efeitos imediatos, sendo uma parte desses efeitos tributária da aplicação de medidas complementares focadas na sua sustentabilidade, atendendo a que numa região como o Alentejo, com constrangimentos estruturais enraizados no tempo, necessitam de políticas persistentes e coerentes para que invertam as tendências das décadas anteriores. Existem na programação do PO Alentejo domínios como a consolidação do sistema científico e tecnológico, a criação de uma massa crítica de empresas inovadoras e o combate à desertificação do território que preenchem essa dimensão que requerem a continuidade e consistência temporal das opções de políticas públicas sob pena de não concretização de resultados.

Neste contexto, é relevante que nas apostas fundamentais da estratégia e do Programa (ou de instrumentos complementares, que se assinalam na análise da coerência externa), haja fundamentação resultante de diagnóstico, de continuidade de políticas ou de alinhamento com prioridades europeias e nacionais. A AEA não limitou a sua análise aos documentos mais óbvios (o próprio documento com a proposta do Programa e aquele que fundamenta a estratégia do Plano de Ação Regional), tendo alargado a sua atenção aos materiais de caracterização e diagnóstico regional produzidos e trabalhados no quadro de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território e a materiais de investigação complementares. Um quadro, apresentado em anexo (***anexo n.º 4***) contém uma síntese desse trabalho analítico, que permitirá, de forma mais direta, responder às questões de avaliação. A tabela tem uma

[1] A investigação empírica existente sobre a matéria da geografia dos efeitos da crise deve-se ao trabalho de João Ferrão no âmbito do ICS (ver Portugal de A a Z, publicação editada pelo ICS para comemorar o seu 50º aniversário) e, embora não inclua ainda informação respeitante aos anos mais pesados da crise, evidencia já o Baixo Alentejo como um dos territórios do Alentejo mais atingidos, sobretudo em termos dos indicadores de âmbito empresarial.

abordagem abrangente, inscrevendo a análise da pertinência do diagnóstico na relação entre a estratégia regional e a Estratégia Europa 2020 e avaliando em que medida se encontram evidências de fundamentação – qualitativa ou quantitativa – das opções, permitindo, designadamente, verificar se o diagnóstico cobre os domínios em que o Programa se propõe intervir.

Sobre a qualidade do diagnóstico

O diagnóstico realizado é abrangente e quase exaustivo, embora apresente desigualdades ao nível da desagregação territorial, da inclusão de informação quantificada, da intensidade de análise (há domínios mais aprofundados) e da qualidade/adequação da informação tratada. Trata-se de algo que, face à debilidade dos sistemas de informação territoriais e de monitorização de políticas, é esperado e não põe em causa, a nosso ver, a justeza do diagnóstico, mas tem três inconvenientes: (i) não permite construir *baselines* adequadas para a definição de metas a atingir – e para a definição de indicadores de resultado; (ii) não permite que o diagnóstico seja, ele próprio, um elemento de importância muito relevante para a definição da estratégia e para a programação – a maior parte das opções depende sobretudo das orientações europeias e nacionais sobre domínios prioritários e a formatação dos instrumentos de financiamento; e (iii) não introduz a necessária modulação territorial de muitos dos constrangimentos assinalados e, por via dessa debilidade, dificulta o enquadramento das estratégias ITI a definir na Região.

A espacialização do diagnóstico traduz-se num conjunto de referências qualitativas a aspetos específicos (Alqueva, aglomerados urbanos, etc.) e à inclusão dos seguintes indicadores sub-regionais:

INFORMAÇÃO POR NUT III

- Despesas de I&D total e empresarial, 2003-2010
- Proporção de despesa em I&D no PIB (%) no Alentejo, 2003-2010
- Peso do VAB das empresas TIC, 2007-2011
- Repartição regional do Volume de Negócios do Setor TIC, 2007-2010
- Alunos matriculados no Ensino Superior, 2006-07,2010-11, 2011-12
- Produtividade aparente do trabalho, 2007,2008,2009 e 2010
- Taxa de Abandono Ensino Secundário (18-24 anos), 2011
- Taxa de participação em cursos profissionais no Ensino Secundário regular, 2004-05, 2007-08, 2010-11
- Desempregados inscritos nos Centros de Emprego (30/06/2013)
- Taxa de desemprego, por idades e por nível de ensino 2011-2013
- Evolução da População Residente, 2001-2011
- Atividades culturais e de desporto por habitante, 2011
- Cultura e desporto no total de despesas municipais, 2011
- Taxas de cobertura – Equipamentos Segurança Social (Creche, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Dia, Lar de Idosos, Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)), 2011

INFORMAÇÃO POR CONCELHO:

- Variação da População Residente, 2011-2011
- Tipologia de Centros Urbanos - caraterização
- Subsistemas Urbanos – caraterização – correspondem às 5 NUT III da região

De uma forma geral, em todos os grandes domínios da estratégia de intervenção proposta para o Programa há uma abordagem às principais variáveis de estado (e menos de dinâmica) na Região. Em determinados domínios, há uma abordagem de indicadores com desagregação NUTS III ou município.

A análise SWOT não utiliza todas as potencialidades desta ferramenta, limitando-se a constituir uma forma de organizar conclusões (algumas de natureza muito genérica, outras mais assertivas, e com desagregação espacial muitíssimo limitada) em cada um dos domínios da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo). Não há, por exemplo, uma evidenciação de vantagens competitivas (no cruzamento de forças da Região com oportunidades) ou das maiores vulnerabilidades (que resultariam do cruzamento de debilidades com ameaças do contexto externo à Região). Desta forma, não se vislumbra uma utilidade relevante da análise SWOT para a construção da estratégia e formatação do PO, sobretudo porque não é utilizado como instrumento dinâmico de construção da estratégia do PO.

O diagnóstico posiciona a Região (de uma forma global) face às prioridades da estratégia Europa 2020 (e do Programa Nacional de Reformas 2020) e, quando há informação regionalizada disponível, face às metas aí definidas. O PO Alentejo integra positivamente metas de ambição estratégica global com que se compromete, tendo a explicitação destas metas variado ao longo das sucessivas versões do PO, cobrindo na versão final todos os objetivos estratégicos globais, observando-se uma boa interação entre o aperfeiçoamento do PO e o trabalho da AEA. É, assim, positivo que o PO Alentejo tenha substituído a meta global de performance dinâmica medida pelo aumento do peso do PIB regional no PIB nacional por um indicador de crescimento do PIB regional (15%). Mesmo no âmbito da eficiência energética, em que a gestação de metas foi mais difícil, existe uma meta para a redução do consumo de energia elétrica. Tendo em vista a monitorização estratégica do PO, será importante desenvolver trabalho conjunto entre a autoridade de gestão do PO Alentejo e as autoridades de gestão dos PO temáticos no sentido de melhor determinar qual vai ser o contributo relativo do PO Alentejo e dos PO Temáticos na concretização das referidas metas estratégicas globais. Desde que estas condições de operacionalização sejam concretizadas, o PO Alentejo disporá no entender da AEA de um relevante quadro de monitorização estratégica, podendo representar por essa via um significativo avanço em matéria de programação face a períodos anteriores.

Questão 2 - O diagnóstico comporta as dimensões previstas nos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020, nas recomendações do Conselho Europeu, no Programa Nacional de Reformas e no Programa do Governo ou noutros documentos de orientação estratégica associados às áreas de intervenção do PO (incluindo os previstos no âmbito das condicionalidades ex ante)?

O PO Alentejo apresenta as metas nacionais e europeias e o ponto de situação atual para os domínios da EE 2020, exceto o domínio da sustentabilidade (cuja informação é de mais difícil acesso).

Quadro n.º 1 – Ponto de Situação Regional e Nacional para o alcance dos indicadores da EE 2020 e PNR

Objetivos	Indicadores	Metas		Situação Atual	
		Europa	Portugal	Portugal	Alentejo
Reforço da I&D e da Inovação	Investimento: % PIB	3%	3%	1.52% (2011)	0.49% (2011)
				Setor público: 0.69% (2011)	0.30% (2011)
				Setor privado: 0.84%	0.20% (2011)
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10%	10%	19.2% (2013)	20.3% (2013)
	% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40%	40%	33.7% (Censo 2011)	22% (2013)
Aumentar o Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	61.1% (2013)	65.6% (2013)

O PO Alentejo propõe-se contribuir para a dimensão do crescimento inteligente da Estratégia Europa 2020 através essencialmente da transformação do modelo produtivo regional, orientando-o progressivamente para a matriz diferenciadora que a Visão Estratégia pretende sinalizar. Tal transformação será orientada para uma crescente articulação com as mais-valias patrimoniais, naturais e ambientais que identificam e diferenciam a Região e concretizada através de uma mais intensa incorporação de conhecimento, tecnologias sustentáveis, inovação e empreendedorismo mais qualificado. Nesta perspetiva, **a Visão Estratégica aponta para uma forte combinação de crescimento inteligente e sustentável**.

No entanto, embora a Visão Estratégica esteja, na sua dimensão produtiva e empresarial, claramente alinhada com as opções do crescimento inteligente da Estratégia Europa 2020, o PO Alentejo debater-se-á com uma dificuldade extrema de alinhamento pela meta dos 3% do PIB em matéria de I&D. Portugal, no seu conjunto, irá debater-se com o enorme desafio de cumprir a meta idêntica do PNR, e às regiões do Alentejo, Algarve, Açores e Madeira com sistemas de inovação frágeis está a ser pedido um

esforço que exigiria que regiões mais desenvolvidas nesta matéria como Lisboa, Norte e Centro pudessem atingir valores superiores aos 3% para tornar a meta nacional e europeia exequível.

No entender da AEA, não seria credível nem legítimo pedir-se à Região que se comprometesse com uma meta dessa natureza, principalmente porque esse compromisso pesaria sobretudo no incremento vertiginoso da vertente de I&D empresarial desse esforço. Assim, considera-se satisfatória a inclusão do objetivo melhoria dos indicadores de I&D&I de que resulta diretamente a posição do *Innovation Scoreboard* em vez de um indicador relativo ao PIB de investimento em I&D. Bem mais importante do que o indicador "despesa regional em I&D/PIB regional" será inequivocamente a consolidação do Sistema Regional de Inovação (SRI) e sobretudo a criação de uma intensa interação entre as empresas da região (e novas empresas a atrair ou recentemente chegadas ao Alentejo) e as entidades que integram esse SRI. De acordo com a AEA, a opção por uma meta que fixe a progressão da Região na escala do European Innovation Scoreboard parece legítima.

O contributo esperado do PO para as metas europeias e nacionais da qualificação (taxa de abandono escolar e % de jovens com qualificação superior) é em si um desafio de monta, mas aqui a Região não parte com a mesma desvantagem que se observa em matéria de I&D. O combate ao abandono escolar implica um esforço enorme de redução da taxa atual em cerca de 50%, mas a Região parte do mesmo nível de insuficiência nacional, não lhe sendo exigido um sobre esforço. Já no que respeita à percentagem de população com 30 a 34 anos com qualificação superior, a Região parte com extrema desvantagem para satisfazer esta meta, já que os fenómenos de declínio demográfico e dificuldades de fixação de recursos humanos colocam a Região a 5-6 pontos percentuais dos valores nacionais. No caso do abandono escolar, o PO dispõe de instrumentos para acompanhar o esforço nacional, sobretudo se os ITI assumirem esta dimensão como uma sua prioridade, mais do que a insistência no tema certamente justificado das infraestruturas escolares. Já no caso da meta da qualificação superior, no entender da AEA, os instrumentos decisivos estarão na atração de emprego qualificado que os instrumentos dirigidos ao tecido empresarial e ao SRI Alentejo poderão proporcionar. Por isso, a AEA sinaliza que seria útil que o PO Alentejo pudesse estimar a criação de emprego qualificado que a implementação dos EP 1 e 3 poderá proporcionar. A mobilização do OT 10 no PO será também crucial, sobretudo em torno da necessidade de acompanhar a responsabilidade que é atribuída ao PO pelo AP, de apoiar os cursos superiores de curta duração de nível ISCED 5 alinhados com a EREI-Alentejo, não esquecendo o contributo dos apoios a estudantes carenciados que podem ser essenciais em contexto de retração de procura de ensino superior por motivos de economia familiar. A AEA considera ainda de extrema relevância que o PO Alentejo se comprometa com uma meta em termos de aprendizagem ao longo da vida (ALV): - aumentar a taxa de população abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida, fixando como objetivo a taxa de 10%.

Quanto às metas da sustentabilidade, a AEA sinaliza a impossibilidade prática de fundamentar com rigor uma avaliação do contributo do PO para as metas nacionais e europeias, dada a inexistência de *baselines* fiáveis que nos permitam aferir do esforço que é solicitado à Região. Ao valorizar inequivocamente a dimensão da sustentabilidade como vetor diferenciador da Região na sua Visão Estratégica, o PO Alentejo compromete-se a inserir essa dimensão como prioridade transversal no âmbito de intervenção dos EP1 e EP3 e a valorizar a dimensão da sustentabilidade na sua EREI.

Quanto à taxa de emprego, a posição da Região é mais equilibrada com a realidade nacional com a população dos 20 aos 64 anos como referencial de denominador do que segundo as taxas das Estatísticas Trimestrais de Emprego INE em que a diferença desfavorável ao Alentejo é mais pronunciada. A avaliação do contributo do PO Alentejo para esta meta requer uma estimativa do PO sobre a dimensão de emprego (qualificado e em geral) a criar no âmbito dos EP1 e EP3, para poder dimensionar o esforço que será pedido à política inclusiva de emprego (OT8 e OT9) e aos diferentes mecanismos de empreendedorismo que as cadeias de programação destes dois OT contemplam. Recorda-se que a Iniciativa Emprego Jovem ficará fora da alçada da intervenção do PO, embora com ele articulado, dificultando também por essa via a medida do esforço a solicitar ao PO para o cumprimento dessa meta.

Quanto às metas no âmbito do crescimento inclusivo, a informação disponível é escassa, senão nula, em termos de *baselines* e de esforço exigido à Região. Como a meta nacional está definida em termos absolutos, isto é, em termos de massa absoluta de pessoas a retirar da pobreza, a maior fragilidade

demográfica do Alentejo implica consequentemente um menor esforço à Região. O PO Alentejo dispõe, porém, de uma relativa diversidade de instrumentos de política e de tipologias de intervenção para intervir descentralizadamente nesta matéria. Não deve ignorar-se que os CLDS serão objeto de intervenção do PO Temático Inclusão Social e Emprego, pelo que na métrica a adotar deve ter-se em conta a ação erradicadora dos instrumentos que esse PO Temático aplicará na Região. De qualquer modo, trata-se de um domínio em que se avançou pouco na caracterização da situação regional e sub-regional de partida. Regista-se também como fator negativo o facto das entidades ligadas à segurança social localizadas na Região terem manifestado indisponibilidade para serem entrevistas, revelando um grande desconhecimento quanto ao teor do PO Alentejo e aos desafios que ele implica para a sua atuação.

Questão 3 - A abordagem integrada do desenvolvimento territorial apoiada pelo PO é adequada face aos seus objetivos e prioridades? É consistente com o quadro institucional existente?

A abordagem integrada ao desenvolvimento territorial apresenta, na estratégia de programação do PO Alentejo, uma relevância crucial.

A estratégia do PO compromete-se com uma redução das assimetrias intrarregionais (medida pela melhoria do desvio-padrão do PIB per capita), o que vem confirmar a relevância atribuída à questão do modelo de desenvolvimento territorial e, consequentemente, à sua abordagem integrada. De acordo com a AEA, a visão estratégica que enquadra a programação do PO Alentejo, "Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social", só é materializável na programação com o desenvolvimento territorial da Região colocado no centro das suas preocupações. Na verdade, a visão estratégica de suporte do PO atribui às mais-valias territoriais da Região (de diferente natureza, rurais e urbanas, ambientais e patrimoniais, culturais e de identidade) uma importância crucial, desafiando inclusivamente o setor empresarial e a base produtiva da Região a valorizarem essas mais-valias sob a forma de produtos e processos que tirem delas partido. Ora, uma aposta desta natureza não pode passar à margem de uma abordagem integrada do desenvolvimento territorial. Os diferentes graus de internacionalização e pesos da procura externa no PIB regional que os diferentes Alentejos apresentam (com relevo para o Alentejo Litoral dada a presença de Sines) tendem a gerar diferentes perceções da Visão Estratégica de futuro, suscitando por isso uma maior relevância a atribuir às questões da coesão territorial e da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial.

O PO dedica-lhe uma secção, na qual a programação do PO considera que o desenvolvimento local promovido pelas comunidades locais (DLBC) e os investimentos territoriais integrados (ITI) de base CIM – NUTS III, constituirão os principais mecanismos institucionais que a programação irá assumir, em estreita articulação com a proposta do Acordo de Parceria, para concretizar a referida abordagem integrada ao desenvolvimento territorial.

O contributo potencial futuro da aplicação das figuras das DLBC e ITI para a promoção do desenvolvimento territorial exigirá monitorização rigorosa, sobretudo do ponto de vista de como as estratégias das CIM irão combinar-se com a Visão Estratégica da Região e como acomodarão a articulação com a mais descentralizada intervenção das DLBC. Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, por um lado (com relevo para a centralidade do segundo) e Alentejo Litoral e Lezíria, por outro, são territórios com perfis de desenvolvimento fortemente heterogéneos entre si, o que é um desafio para a convergência da Visão Estratégica que suporta a programação do PO. Depois, o modo como ITI e DLBC irão articular-se no contexto de cada território correspondente às CIM em presença é também de avaliação prematura (***ver anexo n.º 3***). Não pode ignorar-se que CIM e ADL protagonizam diferentes experiências de integração de Fundos Estruturais, com as segundas a apresentarem uma experiência mais dilatada no tempo e mais diversificada nessa matéria, o que pode suscitar dificuldades de convergência. As CIM trabalharam inicialmente com orientações muito latas, tendo por referência o Plano de Ação unanimemente aprovado pelo Conselho Regional, sendo necessário avaliar em que medida os referenciais estratégicos evoluíram em função do progressivo conhecimento da formatação do PO Alentejo. O painel de discussão realizado com CIM e ADL, Leader e não Leader, forneceu indicações

muito positivas sobre o grau de interação existente no terreno entre CIM e ADL, revelando uma forte predisposição para integração de ações, o que é de relevar num contexto em que as ADL desconhecem ainda que condições de acesso terão aos financiamentos FEDER e FSE. A maturação de experiência e de acumulação de conhecimento sobre o terreno e o seu quadro institucional e de necessidades foram evidentes no desenvolvimento do painel, confirmando-se, no entender da AEA, que a CCDR Alentejo disporá de um contexto propício a uma regulação proactiva da integração territorial, assumindo o seu papel, por exemplo, através da sua aposta no Pacto Regional para a Empregabilidade.

Neste contexto, a AEA conclui que será pedido à CCDR Alentejo, em apoio da futura autoridade de gestão do PO Alentejo, um significativo esforço de regulação das experiências de territorialização de políticas públicas ITI e DLBC e que essa regulação deve ser concretizada fundamentalmente através da inclusão dessa dimensão na monitorização estratégica da programação.

Questão 4 - Qual o contributo potencial do programa para a Estratégia Europa 2020 em Portugal, tendo em conta os objetivos, as prioridades temáticas selecionadas e os desafios e necessidades identificadas no quadro da esfera de intervenção prevista?

Embora alguns domínios da EE 2020 apresentem uma manifesta ausência de informação regionalizada, áreas onde é, por isso, impossível determinar os desvios da região em relação ao PNR e à EE 2020, a informação constante no documento sobre a estratégia mostra-se suficiente. As matérias do clima e energia, bem como de inclusão social e das desigualdades padecem de uma escassa informação territorializada, constituindo inequivocamente os elos mais fracos (ou pelo menos mais interrogados) do contributo do PO Alentejo para a Estratégia Europa 2020.

Empregabilidade: o Diagnóstico realizado no âmbito desta programação evidencia que, embora a taxa de desemprego tenha apresentado uma tendência resiliente até ao ano de 2011, a partir desse ano a região apresenta uma degradação bastante considerável do desemprego, em particular do desemprego feminino. A taxa de empregabilidade situa-se bastante aquém da média nacional e longe da meta de 75% da população entre 20 e 64 empregada em 2020 definida no PNR e na EE 2020. O PO Alentejo refere que o indicador relativo à taxa de emprego situa a região “13 pontos percentuais aquém das metas de referência para 2020”, e o PO reagiu positivamente aos comentários da AEA fixando uma meta para a redução da taxa de desemprego regional. Desta forma, assim como o país tem um enorme desafio de reconfigurar o mercado de trabalho com vista à absorção do desemprego de longa duração, a região também responde a este desafio pela via da ambição nacional patente no PNR. Para isso mobilizará ações inseridas no OT 3 e OT 8, através do Eixo 1 e 5 respetivamente.

Intensidade em I&D: já se referiu anteriormente que o Alentejo apresenta um nível de investimento em I&D bastante menor do que a média nacional e, por isso, longe da meta de 3% inscrita no PNR e objetivo da Estratégia Europa 2020. O investimento em I&D de 0.5% é três vezes inferior ao do país, contribuindo para esse valor principalmente a reduzida intensidade inovadora e de I&D do setor empresarial. Ora, neste campo, existem sérias dúvidas que a região se posicione em condições de obter resultados de intensidade em I&D próximos da meta, o que tem implicações na média nacional e, assim, contribui negativamente para o alcance deste objetivo. Contudo, o diagnóstico sinaliza uma subida neste indicador nos últimos anos, bem como alguns resultados positivos ao nível da recolha de proveitos com a inovação, ao mesmo tempo que assume as debilidades da capacitação regional, as dificuldade de acesso à informação e a fraca incorporação tecnológica. Para superar esses constrangimentos o Eixo 3 mobilizará recursos apenas para intervir nesta matéria, com particular incidência para a consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia; tal como já foi anteriormente referido, o melhor contributo neste domínio do PO Alentejo consistirá na criação de condições para uma maior interação entre empresas da Região e a oferta de serviços tecnológicos e de inovação por entidades integrantes do SRI Alentejo, consolidando por essa via uma procura potencial que tenderá a influenciar os padrões de investigação científica e tecnológica residente na Região.

Clima/energia 20/20/20: a ausência de indicadores compromete a qualidade de avaliação deste domínio, da mesma forma que prejudica a própria programação. O diagnóstico apresenta contudo informação relativa ao consumo de energia por habitante, este tem aumentado de forma gradual, sendo que em 2011 foi superior em 6% à média nacional. Ainda assim, este é o domínio em que o PO Alentejo apresenta maiores lacunas quanto à relação com o PNR e a EE 2020 uma vez que o constrangimento

ambiental que assume é relativo aos recursos e não à energia ou ambiente, assim como as prioridades de intervenção relacionam-se de forma mais intensa com este constrangimento, enquanto o domínio ambiental nacional e regional é muito mais vasto do que os recursos, contemplando principalmente a descarbonização da economia, a adoção de energias renováveis e o aumento da eficiência energética. Contudo, o POR dispõe de um conjunto de ações inseridas no OT 4 (Eixo 7) e OT 6 (Eixo 8) com vista ao uso eficiente de recursos e à redução das emissões dos gases de efeito de estufa.

Nível de Educação: a taxa de abandono regional é duas vezes superior à meta de 10%, objetivo do PNR e da EE 2020, embora esteja próxima da média nacional. Face a este ponto de situação, a região apresenta a mesma capacidade de contribuição para o cumprimento da meta do que as restantes regiões. A resposta assentará na mobilização das prioridades de investimento no domínio do OT10 (Eixo 2). Quanto à taxa de abandono escolar precoce, verificou-se uma alteração positiva nas metas regionais, com a ambição de chegar aos 10%, quando antes apenas pretendia uma redução em 25%, redução essa que seria insuficiente para contribuir positivamente para o cumprimento da meta nacional (ou seja, agora a ambição regional está em linha com a necessidade do país alcançar a meta de 10%). A segunda componente da educação é a escolarização superior: a taxa de escolarização superior é bastante inferior à média nacional, pelo que mais uma vez a região tem neste campo um desafio importante ao assumir a meta de alcançar uma taxa de população com ensino superior dos 30 aos 34 anos de 40%.

Inclusão Social: a área social também carece de indicadores mais precisos para adequar a sua posição aquilo que é exigido à região. Contudo, o diagnóstico refere a existência de rendimentos médios inferiores à média nacional, bem como um número de inativos superior à média nacional, nomeadamente pela enorme proporção relativa de população envelhecida. Estas duas características, embora diferentes, afiguram-se como importantes indícios das debilidades sociais do Alentejo e a justificação para a necessidade de aumentar o nível de riqueza produzida na região. A implementação das tipologias de ação inseridas no OT 9 (Eixo 6), será decisiva para integrar socialmente franjas da população mais vulneráveis e desta forma contribuir para a redução da pobreza, um dos compromissos do PNR e da EE 2020.

Cruzando a informação relativa às metas regionais e estes domínios, obtém-se o seguinte quadro.

Quadro n.º 2 - Relação entre a ambição regional e a EE 2020

	Empregabi-lidade	Intensidade em I&D	Clima/ energia	Nível de Educação	Inclusão Social
Incrementar em 15% o valor do PIB regional;	X				X
Integrar em 2020 o grupo das regiões classificadas como *Inovation Follower* no âmbito do *Inovation Scoreboard*;		X			
Aumentar a taxa de população com ensino superior ou equiparado entre os 30 e os 34 anos, tendo como objetivo atingir 40%;				X	
Reduzir a taxa de abandono escolar precoce tendo como objetivo alcançar uma taxa de 10%;				X	
Aumentar a taxa de população abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida, fixando como objetivo a taxa de 10%.	X			X	
Atenuar em 10% as assimetrias territoriais	X				X
Diminuir a taxa de desemprego para 13,6% em 2020	X				X
Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica			X		

A resposta do PO às metas estabelecidas pelo PNR de retirar pelo menos 200 mil pessoas da pobreza e pela EE 2020 de abranger mais de 20 milhões de pessoas consiste na aposta de reforço do PIB regional (entendido como fator estrutural de empregabilidade e de redução consequente da pobreza e, na versão

final do PO, na meta de redução de desemprego que passa a figurar como a principal meta em termos de coesão social. Pode também dizer-se que as metas regionais na área das qualificações reforçam o combate à exclusão social, mexendo num dos fatores que a determinam, as qualificações. A grande centralidade do domínio da educação no POR é particularmente relevante dadas as fragilidades detetadas a este nível no diagnóstico: essa centralidade é conseguida através da escolha de três objetivos: atingir a taxa de escolarização superior da população entre os 30 e os 34 anos em 40%, assim como uma abrangência da aprendizagem ao longo da vida de 10% da população e uma redução da taxa de abandono escolar. Assim, o POR assume a meta de redução da taxa de abandono escolar que está presente nos documentos nacionais e europeu, assim como a meta da escolarização superior. Em matéria energética, a estratégia regional é prudente e, por ausência de baselines adequadas, fixa-se apenas na redução do consumo de energia elétrica. Adicionalmente, e por fim, face às debilidades regionais de I&D, o PO Alentejo assume um indicador relativo de inovação com a ambição de elevar a sua posição no *Regional Innovation Scoreboard*, em vez de se comprometer com uma meta quantitativa.

Questão 5 - Os objetivos específicos formulados para o PO evidenciam de forma precisa qual a ligação que apresentam com as necessidades e desafios nacionais e europeus?

Embora a referência direta e precisa sobre a ligação entre as necessidades e desafios necessidades europeus na definição ou escolha de cada objetivo específico apenas esteja explícita em escassos domínios, ao longo do documento é possível encontrar referências a constrangimentos regionais que são também problemas nacionais e, por sua vez, europeus, cuja solução corresponde a um desafio conjunto. Desde logo existe uma relação com os desafios nacionais por incorporação das prioridades de investimento selecionadas no Acordo de Parceria (e na sua delimitação de âmbito entre o programas regionais e os programas temáticos) elaborado pelo Governo de Portugal. Por sua vez, esse Acordo de Parceria pressupõe uma contribuição para o cumprimento de estrangulamentos nacionais, mas também o contributo para os desafios e metas europeias.

O domínio onde é mais evidente a relação entre o objetivo específico selecionado e os desafios é o da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos, nomeadamente o objetivo que tem em vista o "aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos" (4.2.1) e "estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético" (4.5.2). Enquanto no primeiro existe uma referência ao constrangimento nacional da elevada intensidade energética com custos ambientais, mas também custos associados à dependência externa, a que a região não é alheia; no segundo, existe uma referência direta ao desafio europeu da descarbonização das economias. Nos restantes objetivos do domínio as referências são mais implícitas referindo-se à necessidade de valorização dos recursos naturais e culturais, de regeneração física de áreas específicas ou da eficiência energética nas infraestruturas de habitação social e dos edifícios da administração pública descentralizada e local, que não representam desafios exclusivos desta região.

No domínio Capital Humano existem referências ao horizonte 2020 e à necessidade de contribuir para os grande objetivos nacionais, uma vez que a região parte com uma taxa de abandono escolar inferior à média nacional, e por isso existe um alinhamento com as necessidades nacionais para "Melhorar o sucesso escolar no ensino básico (…)". Adicionalmente, a importância do reforço da orientação vocacional dos alunos, da racionalização a oferta educativa, a rentabilização dos recursos, o ajustamento da formação ao mercado de trabalho através de bolsas de estudo e diversificação da oferta também são preocupações nacionais e, algumas delas, também se apresentam como desafios europeus, nomeadamente o aumento da taxa de escolarização superior da população.

No domínio do emprego e da inclusão social não existem referências explícitas, mas face aos constrangimentos nacionais e europeus, a criação de condições para um aumento da taxa de emprego e, por essa via, de um aumento da inclusão social, transcende a dimensão regional das tipologias de ação. Contudo, apesar de, em linhas gerais, ser possível encontrar este alinhamento, o envelhecimento estrutural da população e os reduzidos rendimentos auferidos em relação à média nacional, colocam a região num nível mais débil.

Por fim, no domínio da competitividade e internacionalização a reduzida dimensão das empresas quer em número de riqueza produzida, quer no número de trabalhadores que emprega, aliada a uma reduzida capacidade para a investigação e inovação, correspondem a um agravamento dos constrangimentos que existem a nível nacional. Embora não existam referências diretas a esses constrangimentos e desafios para o futuro, é possível encontrar paralelo entre os desafios ao nível da internacionalização e competitividade nacionais.

Questão 6 - Os objetivos específicos formulados no PO permitem perceber de que modos se integram na estratégia nacional, traduzida no Acordo de Parceria e na Estratégia EUROPA 2020?

A fronteira existente entre cada um dos objetivos europeus e cada objetivo específico não é unívoca, observando-se uma relação de vasos comunicantes não estanques. O Acordo de Parceria considera o emprego como um minimizador de exclusão social e da pobreza, existindo um efeito multiplicador em cada objetivo específico que muitas vezes não é simples de determinar em que domínio termina. Por essa razão, aquilo que a equipa procurou fazer foi relacionar da forma mais direta e simples o objetivo específico à grande meta europeia. Embora em alguns deles, as se tenha conseguido determinar qual o seu contributo ou relação para o alcance das metas, mas essa é uma questão que já se antevia porque seria impossível relacionar os vastos domínios existentes no POR em apenas 5 objetivos muito concretos.

Em primeiro lugar, o objetivo temático relacionado com a investigação e inovação está fortemente direcionado para um aumento da capacidade da região, mas como já se disse muito dificilmente a região conseguirá um desempenho próximo do que lhe é exigido para alcance da meta de 3% do PIB investido neste setor. Em segundo lugar, de forma semelhante ao ponto anterior, os objetivos relacionados com o uso eficiente dos recursos e a eficiência energética também estabelecem uma relação com as metas europeias 20/20/20, ou seja, de redução de 20% nas emissões de gases de efeitos de estufa, o peso das energias renováveis no consumo de energia ser de 20% e aumento de 20% da eficiência energética. Em terceiro lugar, os objetivos específicos das prioridades de investimento dos objetivos temáticos da inclusão social e do emprego também estabelecem uma sinergia muito forte com o aumento da taxa de emprego para 75% e a redução da pobreza, assim como as metas do capital humano estão fortemente relacionadas a meta de abrangência de 40% de jovens com diploma de ensino superior e redução da taxa de abandono escolar em 10%. Esta relação elaborada tem uma causalidade diferida no tempo porque existem impactos intermédios, mas permitem realizar uma primeira leitura sobre o contributo dos objetivos para o alcance da estratégia europeia.

Como é possível verificar no quadro do ***anexo n.º 5,*** existe uma incorporação dos objetivos específicos nacionais estabelecidos no Acordo de Parceria, embora essa incorporação seja parcial como é natural e desejável pelos desafios e necessidades especificamente regionais.

Este exercício é muito menos intuitivo do que seria desejável, face à ausência praticamente total de referências europeias ao longo do documento, com exceção das primeiras páginas em que situa a região face aos objetivos e indicadores nacionais e europeus. Por essa razão, a equipa sugere que se procure justificar, através de indicadores de impacto ou outro instrumento, de que forma é que cada objetivo específico contribui para o alcance das metas europeias e, também, nacionais para que a relação entre o POR e os restantes instrumentos (financeiros ou estratégicos) seja mais profícua. Desta forma, também seria mais fácil de majorar projetos em fase de candidatura que contribuíssem de forma massiva para o alcance das metas regionais, nacionais e europeias.

Questão 7 - Em que medida a participação dos stakeholders fundamentais do PO no processo de programação (e respetivos resultados) é a mais adequada? As medidas que se preveem adotar para o seu envolvimento na respetiva implementação do programa (no respeito pelo princípio do partenariado e governação multinível) são as mais adequadas?

O processo de elaboração do Plano de Ação Alentejo 2020 iniciou na programação 2014-2020 uma forte dinâmica de participação institucional que culminou na sua aprovação por unanimidade por parte do

Conselho Regional, tendo sido posteriormente continuada com os trabalhos de aprofundamento da estratégia de especialização inteligente (EEI) Alentejo.

A equipa de avaliação não teve acesso aos materiais de síntese das inúmeras sessões e grupos de trabalho constituídos na Região ao longo da elaboração do Plano de Ação, pelo que não lhe é possível avaliar em profundidade o contributo efetivo desse processo para a fundamentação do diagnóstico prospetivo. Mas se tivermos em conta, por comparação, os materiais sistematizados no âmbito dos trabalhos de elaboração do PROT Alentejo, as principais instituições da Região têm um vasto conhecimento sobre os constrangimentos estruturais da Região e sobre as dinâmicas mais recentes de evolução. Existe também a informação objetiva da aprovação por unanimidade do Plano de Ação 2014-2020 no Conselho Regional, o que não pode deixar de ser considerado como um indicador de conformidade entre o documento e a referida dinâmica de participação.

Com este contexto, a implementação do PO não pode deixar de ponderar as expectativas criadas por este processo de participação, posteriormente continuado com os trabalhos de aprofundamento da EEI Alentejo. Designadamente, no âmbito desta última, dada a sua relevância crucial para assegurar o desenvolvimento da base produtiva em consonância com a Visão Estratégica assumida pela programação e dada ainda a forte inversão de inércias que ela veicula, vai ser necessário assegurar um modelo de governação que assegure a monitorização estratégica rigorosa do modo como ela vai ser aplicada através dos instrumentos de política pública que a programação do PO Alentejo mobiliza.

O estádio de maturação da EEI Alentejo ainda em vias de aprofundamento justifica que seja nesse domínio que a AEA identificou mais interrogações por parte do sistema regional de *stakeholders*. Os painéis de discussão realizados (e a entrevista ao CEVALOR) revelaram que a escolha dos domínios diferenciadores carece ainda de um amplo reconhecimento, sobretudo atendendo às interrogações colocadas a respeito da consideração do turismo como domínio transversal da EEI Alentejo, e não como domínio diferenciador, e da seleção da economia social como domínio emergente a apoiar. Os motivos para a interrogação suscitada são diferentes.

No caso do turismo, os *stakeholders* que se pronunciaram sobre o assunto consideram penalizador e fonte de indefinição a sua consideração como domínio transversal, tal como estava previsto na versão então conhecida da EEI. A AEA é sensível a esta questão e considera que o turismo no Alentejo tem um potencial de clusterização de domínios que não encontrarão outra forma para proporcionar essa clusterização, como é o caso, por exemplo, dos recursos culturais, patrimoniais e até identitários da Região, o que nos parece um argumento suficiente forte para o seu tratamento como domínio diferenciador. Regista-se que a última versão da EEI Alentejo já acolhe esta opção.

No caso da economia social, é mais um problema de capacitação institucional que foi colocado, exigindo uma forte intermediação para que o setor seja fonte de procura de conhecimento e de serviços de inovação. A definição de entidades regionais com capacidade para exercer essa intermediação é no entender da AEA um fator crítico a considerar.

Já a lógica de constituição de um *cluster* no domínio dos recursos minerais com epicentro e nas rochas ornamentais, só a dinâmica que o agrupamento revelar aos incentivos I&D, inovação e internacionalização propostos pelo PO Alentejo permitirá esclarecer se a sua inscrição como domínio diferenciador da EEI Alentejo ganhará expressão e massa crítica.

É ainda relevante assinalar que a representação universitária no painel de discussão nº 2 (Fatores críticos da programação) assinalou com pertinência que o envolvimento da Universidade de Évora na EEI Alentejo não pode ignorar os desafios que se colocam à própria Universidade no que respeita à reorganização da rede de instituições de ensino superior. Os desafios colocados pela política pública de ensino superior interpelam a Universidade de Évora para se posicionar em redes que transcendem a Região Alentejo e que são de âmbito nacional e de cooperação internacional. Será, assim, necessário, que a programação regional da EEI Alentejo tenha em conta a relevância desses posicionamentos, ajustando-se desse modo ao modelo de geometria variável que as redes de investigação científica adotam presentemente.

Face a este contexto, só uma monitorização estratégica desse processo, envolvendo os principais *stakeholders* com potencial de sinalização de estratégias e prioridades junto dos meios empresariais da

Região, poderá combater a atomização de iniciativas que é o contrário de uma bem sucedida EEI. A debilidade e o caráter ainda incipiente do sistema regional de inovação do Alentejo podem constituir paradoxalmente um ativo no sentido de contrariar a referida atomização. Com menos entidades a povoar o sistema pode revelar-se mais operativo definir focos de intervenção, sendo absolutamente necessário garantir que a sinalização de necessidades por parte das empresas permaneça ativa no modelo de governação da EEI Alentejo. A direção certa consistirá na consolidação do sistema regional de inovação que foi possível avançar no atual período de programação 2007-2013.

A AEA regista ainda que a implementação dos princípios do partenariado e da governação multinível será no PO Alentejo fortemente tributária do modo como irá decorrer a dinâmica de implementação dos Planos de Ação CIM NUTS III em preparação e que conduzirão, acaso os municípios neles representados o entenderem, a processos de contratualização com o PO Regional e com os PO Temáticos com intervenção no território da Região. Esta questão é relevante, pois há casos de entidades do tecido institucional que acabam por ter dois processos de participação – o da elaboração do Plano de Ação Regional Alentejo 2020 e o da constituição dos Planos de Ação das CIM NUTS III. De acordo com a auscultação realizada, a hipótese de contratualização de ações cofinanciadas pelo FSE com os PO Capital Humano e Inclusão Social e Emprego no âmbito dos ITI – CIM NUTS III tenderá segundo a AEA, a estimular novas formas de partenariado, atendendo sobretudo à reduzida experiência das CIM em matéria de génese e formatação de projetos dirigidos ao cofinanciamento FSE. Do mesmo modo, a inclusão nesta dinâmica da figura das DLBC e o reconhecimento de práticas de partenariado animadas pelos GAL – ADL e pelos Grupos de Ação Costeira no âmbito da sua tradicional intervenção nos domínios, respetivamente, do FEADER e do FEAMP, tenderá também a dinamizar a intervenção do partenariado na programação. E o que é mais importante é que tal possibilidade introduz na dinâmica de programação do PO exemplos evidentes de governação multinível:

- A EEI – Alentejo protagonizará um modelo de partenariado a nível regional;
- Os ITI asseguram o nível do partenariado sub-regional no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial NUTS III;
- As DLBC alargam essa dinâmica ao nível local, não necessariamente municipal.

Uma referência ainda para a figura dos Pactos de Empregabilidade que o Acordo de Parceria remete para o âmbito de intervenção das CIM, mas que a CCDR Alentejo se propõe organizar na base de um plano regional para a empregabilidade, tirando partido da sua experiência de regulação e animação de processos desta natureza em períodos de programação anteriores. A AEA identificou na auscultação realizada a intenção da ANQEP estar disposta a territorializar a sua intervenção, tendo sido registados convites dirigidos por aquela entidades às CIM para reuniões de trabalho nesse sentido.

Quadro n.º 3 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 1 a 7)

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questão 1	Análise sistemática do PAR Alentejo 2020 e cruzamentos de análise com o PO Pesquisa bibliográfica sobre investigação empírica mais recente sobre a Região Alentejo Análise dos materiais de fundamentação técnica do PROT Alentejo Análise de indicadores de contexto publicados pelo INE sobre a Região Alentejo
Questões 2, 4, 5, 6	Análise de *desk-research* sobre a Estratégia Europa 2020 Idem sobre Estratégia de Especialização Inteligente e Estratégia Europa 2020 Estratégia de Especialização Inteligente da Região Alentejo sobre a mesma Acordo de Parceria Análises de correspondência entre PAR Alentejo 2020 e PO Alentejo 2014-2020 Reuniões de trabalho de interação com o núcleo central da CCDR Alentejo responsável pela elaboração do PO Materiais de painel de discussão 2 (a integrar em Relatório Final=
Questão 3	Análise dos materiais de participação na elaboração do PAR centrados no tema da coesão territorial Resultados do Painel de discussão nº 3 com ADL – GAL e Grupos de Ação Costeira (a integrar em relatório final) Resultados do Painel de discussão nº 1 no âmbito da EEI Alentejo Reuniões de trabalho de interação com o núcleo central da CCDR Alentejo responsável pela

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
	elaboração do PO
Questão 7	Resultados do Painel de discussão nº 3 com ADL – GAL e Grupos de Ação Costeira (a integrar em relatório final) Resultados do Painel de discussão nº 1 no âmbito da EEI Alentejo Idem Painel de discussão nº 2 – Fatores críticos da programação

2.2. COERÊNCIA INTERNA DO PO

Questão 8 - Os objetivos, as prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes entre si?

Para a apresentação das interações que se estabelecem entre os objetivos ao nível do Eixo Prioritário é utilizada uma matriz de apresentação da sinergia entre objetivos, que tem uma escala de classificação com quatro níveis: "sem influência", "influencia reduzida", "influência moderada" "influência forte" (**ver *Anexo n.º 6***). Já para demonstrar as sinergias existentes entre prioridades de investimento, foi também criada uma matriz de sinergia entre prioridades de investimento (**ver *Anexo n.º 7***), cujos desenvolvimentos constam deste anexo.

Os elementos que justificam a classificação adotada são explanados no quadro a seguir.

Quadro n.º 4 - **Fundamentação dos níveis de sinergia e de complementaridade entre Eixos Prioritários**

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
EP1. COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME	Tal como resulta da conceção estratégica do PO, trata-se de um EP que mantém com os restantes EP do PO uma intensa complementaridade. Obviamente que os laços com o EP 3 são de intensidade máxima, pois os resultados esperados para a intervenção sobre as PME devem sinalizar à investigação e desenvolvimento tecnológico orientações e prioridades. A EEI – Alentejo deve ser o grande elemento organizador dessas complementaridades. Mas também porque um dos objetivos específicos tem como fim melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação (e internacionalização), num contexto em que a proporção de investimento em investigação e desenvolvimento na riqueza da região por parte do setor privado é especialmente reduzido (0.2% PIB em 2011), inserido na prioridade de investimento de "apoio à capacidade das PME para participarem nos processos de crescimento e inovação". Em segundo lugar, o PO Alentejo também pretende promover o empreendedorismo qualificado e criativo e reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços. Desde logo estes objetivos devem ser atingidos através de uma forte interação com as infraestruturas facilitadoras do ambiente empreendedor, sejam o Parque de Ciência e Tecnologia de Évora, sejam outras Incubadoras, para que se minimizem os problemas de capacitação regional, de rede, dificuldade de acesso à informação e fraca incorporação de conteúdos técnicos e tecnológicos nos processos de produção diagnosticados A complementaridade com o EP2 jogar-se-á essencialmente com a prioridade de investimento que envolve "a atualização das aptidões e das competências dos trabalhadores e o aumento da pertinência do ensino e da formação para o mercado de trabalho", pois a transformação produtiva ambicionada pelo PO carece de força de trabalho qualificada para o efeito e com o objetivo específico de aumentar o número de doutoramentos, inseridos em EREI visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação. As intervenções do EP 1 devem também assegurar um contributo das PME para a descarbonização da economia, implicando que entre os incentivos à inovação a componente da eficiência energética e da utilização de tecnologias verdes possa constituir uma prioridade dos apoios a conceder. Para além disso, a sinergia com o EP5 resulta de se tratar de duas vias de criação de emprego, uma por via do mercado e do investimento empresarial o outro com uma natureza mais marcada de emprego inclusivo.

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
EP2. ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	No EP2 há claramente duas dimensões de intervenção: uma que é constituída pelo combate ao abandono escolar e intervenções sobre a empregabilidade das qualificações e uma outra que se prende com o apoio a doutoramentos e pós-doutoramentos no âmbito das opções da EEI – Alentejo. Daí termos identificado a máxima sinergia com o EP3 e um nível de sinergia abaixo com o EP1 e com as intervenções a mobilizar no âmbito do OT8 e OT9, considerando neste último caso que a qualificação para a empregabilidade continua a ser em Portugal um relevante fator de inclusão social. No primeiro caso, o EP2 ligado à educação estabelece forte relação com o EP3 I&D&I devido essencialmente à importância da formação avançada evidenciada pelo alcance do objetivo específico de aumentar o número de doutoramentos, inseridos na EEI e da prioridade de investimento referente ao aumento das habilitações do ensino superior.
EP3. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	Da mesma forma que se verificou a existência de uma forte sinergia com a I&D&I quando se analisou o EP 1, também o reforço do EP 3 tem um impacto significativo na competitividade empresarial. Sob o enquadramento orientador da EEI – Alentejo, o nível sinérgico máximo deste EP é claramente concretizado com a mobilização das prioridades de investimento no âmbito do OT3 – competitividade de PME. Em primeiro lugar, e decorrente da EEI, pretende-se estimular a economia de base tecnológica e de elevado valor acrescentado, bem como assegurar a absorção de conhecimento científico produzido pelas infraestruturas de I&D&I pela economia. Em segundo lugar, a região ambiciona um reforço da presença dessas infraestruturas nas redes internacionais com o objetivo de impulsionar o binómio internacionalização e inovação dos projetos empresariais. Em terceiro lugar, as debilidades estruturais das PME para internacionalizar (e inovar) justificam o reforço de redes de cooperação com o objetivo de fortalecer a sua posição junto do mercado externo, bem como garantir economias de escala entre elas. Por fim, a necessidade de aumentar o investimento em investigação e desenvolvimento por parte do setor empresarial para a região convergir com as metas europeias de 3% do PIB investido nesta área. Estima-se depois que o apoio a atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico e de I&D&I possa, ainda no âmbito orientador da EEI – Alentejo, alimentar com conhecimento os objetivos de sustentabilidade a mobilizar através do OT7 e particularmente do OT4 e OT6, a partir do momento em que a sustentabilidade ambiental deverá ocupar um lugar estruturante na EEI – Alentejo para ser coerente com a transformação produtiva exigida pela Visão Estratégica adotada.
EP4. DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	Este EP configura a principal alteração operada na versão final do PO sob avaliação, respondendo parcialmente à apreciação crítica dos primeiros relatórios da AEA, relativa à ausência de uma política de cidades. Tal como está configurado, a arte deste EP estará na combinação efetiva em estratégias urbanas das dimensões da eficiência energética e sustentabilidade, ambiental e de regeneração urbana. Tal como está concebido, tenderá a manter com os EP 6, 7 e 9 uma forte complementaridade, sendo que o critério de delimitação do território de aplicação do EP4 consistirá na tipologia de centros urbanos: regionais e estruturantes para o EP4 e complementares para os restantes eixos. A coerência é estrategicamente assegurada pelo Plano Regional de Ordenamento do Território.
EP5. EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ENDÓGENOS	De acordo com os resultados da AEA, o nível sinérgico máximo com o EP1 tem fundamentação em 4 objetivos específicos acolhidos pelas PI deste EP: apoio à inserção de recursos humanos qualificados nas empresas (que implica alguma complementaridade com o EP3), formação de empresários e de adaptação de trabalhadores, apoio ao empreendedorismo e toda a intervenção em torno do potencial endógeno. O objetivo específico de apoio à formação de trabalhadores de serviços públicos remete para um nível sinérgico intermédio com o EP10. O objetivo específico concentrado na ativação de desempregados remete para sinergias com o EP da inclusão e mitigação da pobreza. A inscrição que a última versão do Acordo de Parceria faz do "Apoio a sistemas de regadio eficientes, nomeadamente através do fecho da rede secundária do EFMA" no OT 8, prioridade de investimento 8.9 "concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade", leva-nos a considerar o nível sinérgico máximo com o EP 7 e a reforçar a conexão com o EP1.
EP 6 – COESÃO SOCIAL e INCLUSÃO	O EP que mobiliza para o PO os instrumentos do OT inclusão social e emprego é um eixo que se basta muito a si próprio e por isso é talvez aquele que no PO apresenta um nível de complementaridade mais baixo. A registar-se alguma sinergia é com o EP 5 (Emprego), sobretudo porque há alguns riscos de sobreposição de fórmulas de ativação de desempregados e de apoio ao empreendedorismo de necessidade e social que ganhariam imenso com a plena consideração das complementaridades a estabelecer sob pena de sobreposição de instrumentos. Para além disso, seria de todo o interesse que as ações de valorização do potencial endógeno (EP5) se articulem com a política inclusiva descentralizada a abordar designadamente sob a forma das DLBC rurais e para zonas urbanas desfavorecidas. Na nova

EIXO /Objetivo temático	Fatores de justificação das sinergias identificadas
	configuração do PO, este apoiará também intervenções de regeneração urbana de âmbito social, pelo que a coerência com o que é concretizado do ponto de vista à luz de projetos de regeneração urbana e as outras intervenções deverão ser coerentes entre si.
EP7. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE	Este EP mobiliza para o PO Alentejo essencialmente dois vetores de sustentabilidade ambiental, o que se concretiza através de investimentos energeticamente mais eficientes e sustentáveis das empresas (um fator de competitividade relevante) e a sustentabilidade como vetor de política urbana e territorial. É com essa fundamentação que se apontam os EP1, EP3 e EP 8 como os que apresentam com este EP o nível sinérgico intermédio. Do mesmo modo como o referido a propósito do EP6, também este EP apresenta prioridades de investimento que são também mobilizáveis para o EP 4 no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável, pelo que existe uma complementaridade óbvia, embora neste caso focados nos centros urbanos complementares.
EP8. AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Trata-se de um EP que mobiliza instrumentos que podem ser considerados cruciais para que a Visão Estratégica que enquadra do PO tenha concretização, constituindo o principal instrumento de qualificação do território. Os dois principais níveis sinérgicos resultam das duas principais famílias de objetivos específicos prosseguidos pelas prioridades de investimento acolhidas por este EP. A natureza de principal instrumento de qualificação do território determina o nível sinérgico máximo com o EP 7 (OT4) e compreende-se que seja assim em função do papel que ambos desempenharão na componente de qualificação do território da Visão Estratégica. Desde logo, existe uma forte relação com o EP 7, uma vez que ao transformar estruturalmente a economia para a redução das emissões de gases de estufa, existe uma forte probabilidade de existir um aumento da eficiência energética e proteção do ambiente com energias mais limpas e, portanto, renováveis. Essa sinergia materializa-se na prioridade de investimento de redução da poluição do ar. O segundo nível sinérgico com o EP1 da competitividade prende-se com a família de objetivos específicos orientados para o património natural e cultural, com ênfase na componente do turismo e com a necessidade deste setor não ficar fora da EREI – Alentejo. A valorização deste património numa perspetiva de criação na cadeia de valor do turismo de excelência é aqui convocada. Isso poderá concretizar-se através dos sistemas de incentivos às PME ligadas ao turismo e, por essa razão, existe uma interação com o EP 1
EP9. CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÂO ADMINISTRATIVA	O eixo prioritário 9 estabelece uma sinergia com eixo relacionado com o incentivo à investigação e desenvolvimento por incorporação do OT 2 e com o eixo da competitividade pela redução de custos de contexto (burocracia, por exemplo). Contudo, as sinergias mais fortes acontecem com o EP 5 e EP 6 pela via da capacitação dos agentes que operam em áreas nucleares como a educação, aprendizagem ao longo da vida, formação, emprego e políticas sociais

SÍNTESE

A coerência interna do PO Alentejo é essencialmente marcada pelo papel de enquadramento ditado pela Visão Estratégica que suporta o PO, estabelecendo por essa via um nexo de forte complementaridade entre transformação do modelo produtivo requerida por essa Visão Estratégica, qualificação do território e do seu sistema urbano determinada pela relevância das amenidades urbanas e ambientais e qualificação de pessoas.

Face aos resultados encontrados, a monitorização estratégica do modo como o PO Alentejo irá concretizar os níveis de sinergia e complementaridade agora identificados pela AEA deverá ser entendida como o principal instrumento de monitorização estratégica do modo como o PO Alentejo irá concretizar a sua Visão Estratégica. Na versão final do PO sob avaliação, a criação de um EP dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável com as mesmas PI também mobilizadas pelos EP 6, 7 e 8 abre para a concretização da Visão Estratégica um novo EP, o que é relevante dada a valia de excelência da rede de pequenos centros urbanos e a existência de uma estratégia territorial definida no quadro do PROT Alentejo, que disporá de instrumentos para ser concretizada.

Questão 9 - As medidas propostas são as mais adequadas para alcance dos objetivos delineados ou haveria outras medidas cujas realizações e resultados conduziriam de forma mais eficaz ao alcance dos objetivos?

A resposta a esta questão de avaliação implica dois exercícios prévios destinados a balizar o âmbito de análise.

O primeiro é o de situar bem a que nível da cadeia de programação nos devemos colocar, isto é, a que "objetivos" deve referenciar-se a resposta à questão?

Deve ter-se em consideração que a arquitetura e as opções do Programa não dependeram de um exercício linear, em que a um diagnóstico se seguiu uma definição de objetivos e, a partir destes, se

analisaram alternativas para os atingir. Num processo deste tipo, a questão teria uma abordagem mais explícita, mas na realidade, se existiram, essas alternativas foram colocadas ao nível global da preparação do Acordo de Parceria, e não podem ser avaliadas ao nível do Programa – exceto no sentido, que não nos parece de qualquer utilidade, de fazer uma crítica das opções europeias e nacionais que foram impostas à estrutura de cada Programa Operacional.

O segundo aspeto prévio é o de focar a resposta nas matérias que são efetivamente relevantes, e não de uma forma generalizada, sob pena de realizar um exercício inconsequente e disperso.

No quadro da "teoria de programação" elaborada para o POR Alentejo, há uma claríssima hierarquização de objetivos, que se consubstancia no seguinte: a abordagem à Visão Estratégica (do Plano de Ação Regional) que suporta a programação é fundamentalmente tributária do **contributo potencial do PO para estimular o aparecimento de uma base produtiva regional capaz de tirar partido da geoestratégia da Região e da sua diferenciação patrimonial, natural e ambiental em geral**. Nesse contributo, é crucial assegurar um papel proactivo ao Sistema Regional de Inovação e ao contributo que a investigação e desenvolvimento tecnológico pode assegurar. Trata-se assim de reorientar a base produtiva para a matriz diferenciadora da Região, aumentando a sua intensidade tecnológica e de conhecimento. [EP1 e EP3].

As apostas complementares na qualificação do território [EP 4; EP7; EP8] e na qualificação inclusiva da população [EP2, EP6] adquirem pleno significado quando articuladas com a centralidade que as Prioridades de Intervenção Regional *1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências, 2. Qualificação e Internacionalização de ativos do território – acessibilidades e infraestruturas económicas e 3. Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região* assumem no quadro estratégico, e com o peso de financiamento que os EP1 e EP3 assumem na programação. É aqui relevante salientar o contributo chave que o novo EP4 do PO, Desenvolvimento Urbano Sustentável, pode trazer ao desígnio estratégico central atrás mencionado.

Esta questão de avaliação será, assim, abordada tendo em consideração este grau de hierarquia dos objetivos e alguns mecanismos implícitos de transmissão de efeitos[2], que relacionam as intervenções em concreto (os projetos, as operações) com esses objetivos (mesmo tendo em consideração que as Prioridades de Investimento adotadas dentro de cada Objetivo Temático resultaram de uma opção nacional generalizada a todos os PO Regionais e Temáticos). É ao nível destes mecanismos que se irá analisar se as opções de programação (tipologias de projetos) parecem ser as mais adequadas ou se é possível invocar algumas alternativas eventualmente vantajosas.

Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
Domínio da Competitividade: I&D, desenvolvimento tecnológico, inovação e internacionalização
EP1 Competitividade e internacionalização das PME (OT3)
3.1 Promoção do espírito empresarial …
3.2 Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME …
3.3 Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços …
EP3 Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (OT1)
1.1 Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) …
1.2 Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação …
Tendo em vista o objetivo central **de reorientar a base produtiva para a matriz diferenciadora da Região, aumentando a sua intensidade tecnológica e de conhecimento**, a intervenção do PO Alentejo no domínio da competitividade recorre a um conjunto de instrumentos de política muito diversificado, procurando atuar aos diversos níveis da cadeia produtiva e de toda a sua envolvente. A referência a estes instrumentos (de estímulo ao empreendedorismo e apoio a iniciativas empresariais inovadoras, ao nível dos processos e dos produtos; de incentivo à internacionalização, prospeção de mercados externos e atração de investimento; de fomento da I&D nas empresas e em cooperação com outras entidades do SC&T; de valorização de recursos endógenos

2 ESTE MECANISMOS SÃO IDENTIFICADOS NO ANEXO 1 DESTE RELATÓRIO.

Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação

regionais, etc.) é ainda genérica, nesta fase da programação, e dificilmente pode afirmar-se que existiriam alternativas às medidas adotadas. As avaliações estratégicas do QREN confirmaram estarmos perante uma panóplia de instrumentos que reproduzem substancialmente o estado da arte nesta matéria.

Já no que respeita à sua focagem, importa que a implementação do Programa mobilize esta paleta de instrumentos de acordo com apostas claras ao nível regional, as quais devem resultar de três processos:

(i) o da **qualificação do Sistema Regional de Inovação do Alentejo**, dando-lhe consistência e alinhando-o com a Visão Estratégica do PAR 2014-2020, naquilo que é sobretudo um desafio de governação;

(ii) o da verificação inequívoca do enquadramento e do grau de impacte das ações a apoiar (operações, projetos) nas **orientações da Estratégia Regional de Especialização Inteligente** – a qual carece, como se refere noutro capítulo desta avaliação, ainda de alguma definição mais clara e sustentada;

(iii) a **gestão criteriosa e integrada dos diversos instrumentos** (apoio ao empreendedorismo, incentivos às empresas, apoio a projetos de I&D, investimentos no contexto infraestrutural e organizativo), tendo em especial atenção as limitações de massa crítica regional em termos empresariais; todo o quadro de intervenção deve ser equilibrado no sentido de gerar os estímulos adequados aos comportamentos empresariais desejados e à atração de investimento e iniciativa do exterior.

Não é, portanto, a partir do tipo de medidas adotadas, mas da sua materialização ao nível das metas e dos critérios de estímulo e seleção de projetos na Região que se poderão criar as condições para um maior contributo do PO para os objetivos de competitividade. A seleção dos projetos a apoiar deverá otimizar a mobilização dos seguintes mecanismos de transmissão de efeitos:

- Estruturação do sistema tecnológico e de inovação (SRI Alentejo), combatendo a atomização de protagonismos institucionais.
- Reforço da I&D empresarial, sobretudo em áreas que correspondam a triangulações virtuosas possíveis entre produção de conhecimento, produção de tecnologia e massa crítica empresarial de utilização da mesma (ex. economia do vinho, agroalimentar e gastronomia, energia, TICE e otimização ambiental da agricultura intensiva).
- Empreendedorismo de base tecnológica, potenciado em articulação com a atração de residentes qualificados e com a necessidade de intensificar *spin-off's* e incubação a partir da investigação científica na Região;
- Internacionalização, inovação (novos produtos e serviços) e qualificação empresarial, tendo em conta o baixo nível de capitais próprios do tecido de PME, assegurando que a evolução produtiva seja compatível com a Visão Estratégica assumida pelo PO e seja concretizada em ambiente de mercado global.

Neste quadro, assinalam-se como escolhas adequadas ao contexto regional e aos objetivos que o PAR adota a possibilidade de financiamento de ações de capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas I&I (centros tecnológicos, centros de transferência de tecnologia e institutos de novas tecnologias, entre outras), enquanto unidades de interface na valorização económica do conhecimento, e o apoio a projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME (com investimento total igual ou inferior a 3 milhões de euros).

Domínio da Qualificação do Território: baixo carbono, proteção ambiental e inclusão social

EP4 Desenvolvimento urbano sustentável

OT4 – baixo carbono e mobilidade sustentável

OT6 – proteção ambiental

OT9 – inclusão social

EP7 Eficiência energética e mobilidade (OT4)

4.2 Promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis nas empresas …

4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas …

4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios …

EP8 Ambiente e sustentabilidade (OT6)

6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural …

6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades …

Este grande domínio de intervenção, embora possa ser considerado complementar no quadro da Visão Estratégica para a Região do Alentejo, vai operar nalguns fatores muito relevantes para a competitividade, que correspondem aos recursos territoriais que estão na base da diferenciação patrimonial, natural e ambiental, que a estratégia regional destaca e que a intervenção direta apoiada pelos EP1 e EP3 do PO irá valorizar do ponto de vista económico. Surge reforçado pela consagração de um EP vocacionado para o desenvolvimento urbano sustentável. Este contributo resulta sobretudo dos seguintes mecanismos:

Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação

- A proteção e qualificação de recursos no território, na lógica da sua gestão ativa,
  - [i] melhora a atratividade da Região (para turistas/visitantes e também, através das amenidades urbanas e ambientais, para a fixação de residentes e profissionais qualificados, gerando um contexto favorável a iniciativas empresariais inovadoras) e
  - [ii] estimula a criação direta de oportunidades de negócios e de atividades de investigação no âmbito destas temáticas (na linha da prioridade de intervenção regional de *renovação da base económica sobre os recursos naturais e a excelência ambiental*: conservação da natureza, turismo ativo ou cultural, agricultura sustentável, etc.).
- As medidas propostas operam diretamente no estímulo à modernização empresarial, através de intervenções para promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas e de estratégias de baixa emissão de carbono em diversos setores, já que estes são domínios que favorecem a modernização tecnológica, as práticas sustentáveis e de responsabilidade social, a interação entre empresas e centros de investigação e a cooperação.

Tal como no domínio anterior (dos EP1 e EP3), o PO prevê o apoio a uma paleta diversificada de tipologias de operações, o que pode considerar-se positivo, mas apela a uma criteriosa e proativa promoção de estímulos à conceção de projetos, de forma a evitar a dispersão territorial e temática de iniciativas. Caso contrário corre-se o risco de pulverizar a intervenção, pondo em causa o cumprimento dos objetivos de uma intervenção visível e sustentável.

Não se trata, portanto, de considerar as medidas que já constam no PO como adequadas ou inadequadas, mas sim de referir a ainda insuficiente definição do quadro regulamentar dos instrumentos integradores das ações nos diversos domínios (e, eventualmente, outros que não se enquadrem no PO Regional).

O primeiro nível de racionalidade das intervenções estará, naturalmente, no Plano Regional de Ordenamento do Território, mas a dimensão programática deste não é suficiente para a facilitação da dimensão operacional.

Este é um desafio que, em parte, poderá ser resolvido no quadro das ITI (para a escala sub-regional, e incluindo aqui a hipótese, interessante, de uma ITI para o espaço-Alqueva) e das DLBC (para territórios rurais e de baixa densidade), mas que, no que respeita a um dos principais fatores de sustentabilidade social e económica e competitividade regional, a qualidade e as amenidades urbanas, tem no EP4 uma resposta limitada.

Para esta intervenção de qualificação à escala intraurbana, sugere-se, no quadro desta AEA, que sejam ponderadas as condições de aplicação e as vantagens, no contexto regional, de duas alternativas: (i) uma intervenção baseada na distinção temática dos projetos (a partir das tipologias previstas em cada prioridade estratégica e objetivo temático) e (ii) uma intervenção baseada em projetos integrados, para territórios urbanos específicos (aglomerados ou partes de aglomerados urbanos), demonstradores de contributos significativos tanto para as metas quantitativas do PO Regional (resultados, impactos), quanto para os objetivos de natureza mais estratégica.

Nesta segunda alternativa deve ter-se em conta a possibilidade de integrar também tipologias de intervenção no âmbito dos restantes EP do PO Alentejo, designadamente ao nível da capacitação institucional e modernização administrativa, do capital humano, da coesão social e até da competitividade.

Domínio da Qualificação Inclusiva: Ensino e qualificações, emprego, coesão social e inclusão

EP2 Ensino e qualificação do capital humano (OT10)

10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade …

10.2 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior …

10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho …

10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida …

EP6 Coesão social e inclusão (OT9)

9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade …

9.6 e 9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária – DLBC

9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais …

9.8. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

EP5 Emprego e valorização económica de recursos endógenos (OT8)

8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos …

8.3 Criação de emprego por conta própria, o empreendedorismo e criação de empresas …

Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação

8.5 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança …
8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio à atividade por conta própria …
8.9 Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas …

Tal como nos restantes domínios, estamos aqui em presença de um conjunto de Eixos Prioritários que enquadram uma grande diversidade de tipologias de intervenção. É mesmo possível referenciar que as fronteiras entre elas, entre estas e outras que constam nos PO Temáticos (tanto no domínio da coesão social e emprego quanto no da educação, em que, por exemplo, as atuações no nível secundário competem ao PO Capital Humano e no pré-escolar e básico ao PO Regional) ou com outras linhas de financiamento do próprio PO Alentejo (por exemplo, o apoio ao empreendedorismo, que está previsto, como vimos, também no EP1) são, frequentemente, difusas.

Assim sendo, o grande desafio que se coloca à intervenção é o da clarificação de fronteiras e da orientação dos projetos para objetivos de natureza agregada na Região, a partir de um racional fundamentado nas orientações de duas das prioridades que o PAR 2014-2020 para o Alentejo define:

[i] O Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social, que deverá enquadrar intervenções de política pública de apropriação regional nas vertentes da empregabilidade e da inclusão social, com destaque para: formação profissional (inicial e contínua); estímulo à manutenção e criação de emprego; e inclusão social de grupos de risco e em situação de desfavorecimento.

[ii] A iniciativa-âncora para a Economia Social, cujas vertentes chave são:

a. Inserção pelo emprego e reforço das qualificações (atuação na criação do próprio emprego, na capacitação de grupos desfavorecidos no acesso ao mercado de trabalho e no desenvolvimento local e integrado dos territórios).
b. Dinamização da criação de emprego em atividades de produção de bens e serviços para satisfação de atividades socialmente úteis nas quais o mercado não atua ou não é acessível, com facilitação do compromisso entre competitividade económica e coesão social e potenciação da criação/desenvolvimento de negócios.
c. Desenvolvimento de parcerias no quadro do estímulo ao empowerment e a uma cidadania ativa (preocupações do terceiro setor).
d. Desenvolvimento de processos de inclusão social, pela via da capacitação dos indivíduos, entendidos enquanto processos de transformação das instituições.
e. Refuncionalização dos equipamentos da coesão local (sobretudo, saúde e ação social), enquanto oportunidade de estabelecimento de redes operacionais e económicas entre os territórios rurais e os centros urbanos mais próximos.

Quadro n.º 5 - Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questões 8 e 9)

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questão 8	Interação com o grupo de trabalho CCDR Alentejo responsável pela elaboração do PO Alentejo Análise sistemática de Acordo de Parceria, Plano de Ação Alentejo 2020 e PO Alentejo Resultados do Painel de Discussão EEI Alentejo
Questão 9	Materiais de teoria de programação do PO Alentejo Essencialmente análise aprofundada do PO Alentejo

2.3. COERÊNCIA EXTERNA DO PO

Questão 10 - Os objetivos, as prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes com outros instrumentos relevantes de âmbito comunitário, nacional ou regional de apoio ao investimento público?

Entre o PO Alentejo e os PO Temáticos

A abordagem à coerência externa baseia-se, sobretudo, em análise documental: Acordo de Parceria, PO Capital Humano, PO Competitividade e Internacionalização, PO Inclusão Social e Emprego, PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. Em primeiro lugar, procedeu-se a uma análise de articulação e delimitação de responsabilidades do PO Alentejo com base no Acordo de Parceria. Em segundo lugar, tendo em conta as tipologias adotadas para as prioridades em que existia necessidade de articulação entre o PO Alentejo e programas temáticos, examinou-se se existia risco de sobreposição de ações.

No **anexo n.º 9** encontra-se uma análise pormenorizada por prioridade de investimento, que se encontra sistematizada no quadro seguinte.

Quadro n.º 6 - **Articulação entre o PO Alentejo e os PO Temáticos**

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
Eixo 1 – Competitividade e Internacionalização das PME	
Tratando-se do domínio competitividade e internacionalização, a articulação será feita em relação ao POT Competitividade e Internacionalização. Ora, a coerência externa está assegurada, embora a AEA ressalve que os critérios de delimitação adotados poderão inserir alguns obstáculos à governação quer devido aos critérios de dimensão da empresa e do projeto em diferentes tipologias de ação. Como o diagnóstico do PO Alentejo sinaliza as fragilidades das PME, deve-se garantir a existência do financiamento suficiente para esta região, independentemente da origem do instrumento financeiro.	
Eixo 2: Ensino e Qualificação do Capital Humano (Capital Humano; Ensino e Formação)	
O EP2 do PO Alentejo não suscita problemas relevantes de coerência externa. O POR tem âmbito bem definido e potencial de intervenção reforçado. Pode concretizar estratégias territoriais inclusivas de combate ao abandono escolar e tem três instrumentos de intervenção no ensino superior da Região o que não é despiciendo, sobretudo no que respeita à qualificação de recursos humanos para a EEI – Alentejo. A AEA entende como sendo uma forte limitação imposta pelo Acordo de Parceria o facto do PO não ter intervenção nas diferentes formas de ensino técnico-profissional e vocacional, incluindo a formação de adultos que em nosso entender apresenta um elevao grau de territorialização numa Região em que as qualificações da população mais envelhecida são muito baixas. O facto de serem matérias de intervenção do PO Temático Capital Humano não as deverá afastar da dinâmica regional do Pacto Territorial para a Empregabilidade e das suas declinações sub-regionais na ação das CIM NUTS III.	
Eixo 3 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	
O principal elemento estratégico a sinalizar pela AEA é que a coerência externa dos EP 1 e 3 do PO Alentejo com outros instrumentos de política com contributo potencial para a Visão Estratégica que suporta o PO é fortemente tributária de dois modelos de governança (coordenação): (i) o modelo de governação dos sistemas de incentivos, atendendo à coexistência de diferentes critérios de delimitação entre o PO e o PO temático da Competitividade e Internacionalização; (ii) o modelo de governança da intervenção do PO Alentejo e do FEADER na Região, tendo em conta entre outros aspetos que o OT3 só poderá ser mobilizado para os ITI NUTS III a partir do FEADER. Outro fator preocupante de ruído, sobreposição ou conflito é o desconhecimento dos termos efetivos em que a EEI nacional se articulará com a EEI – Alentejo, ambas em maturação, já que ele é critério de delimitação no âmbito do EP3. A AEA sinaliza também os riscos associados à reprodução do sistema de incentivos relacionados com a qualificação de micro e pequenas empresas, num processo que sem a base regulamentar não é possível saber se constituirá uma mera reedição do SI PME Qualificação ou se, pelo contrário, procurará atingir níveis acrescidos de seletividade. Em síntese, pelo menos no que diz respeito à complementaridade entre PO Alentejo e PO Temático Competitividade e	

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA

Internacionalização, a AEA sinaliza a necessidade de um acordo de governação de sistemas de incentivos entre PO Alentejo, PO Temático e organismos intermédios futuros responsáveis por apreciação da elegibilidade e mérito de projetos que preveja à partida as particularidades que o Alentejo apresenta entre as regiões menos desenvolvidas, quando confrontado com o Norte e Centro.

Eixo 4. Desenvolvimento Urbano Sustentável

A consagração na versão final do PO de um EP para o desenvolvimento urbano sustentável apela sobretudo à complementaridade com intervenções do PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos em domínios relacionados com o recurso água. Supletivamente, dado existir uma dimensão social nas intervenções de regeneração urbana apoiadas, em certos centros urbanos é também crucial acompanhar a incidência do PO Inclusão Social e Emprego.

Eixo 5: Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos

Embora a articulação entre o POR e o PO Inclusão Social e Emprego apenas se reflita diretamente em duas prioridades de investimento, existem ações direcionadas ao aumento da eficácia na inserção do mercado de trabalho por via da formação e eficiência entre qualificações e aptidões e necessidades da economia que também merecem uma articulação entre agentes para que não exista sobreposição de ações.

A única medida de absorção de desempregados inserida no 8.1 em contexto regional são os estágios na administração local e nos serviços descentralizados da administração central, não apresentando problemas de coerência externa na relação com os outros PO temáticos devido à existência de uma fronteira delimitada de ações. Por outro lado, as ações inseridas na prioridade 8.5. dedicadas à formação de trabalhadores carecem de uma articulação cuidada com o PO temático que não está delimitado no PO em risco de existir sobreposição de ações de formação.

Eixo 6. Coesão Social e Inclusão

A principal ideia que resulta da análise de coerência externa deste EP é a desvalorização dos riscos de coerência externa suscitados pela programação. O Acordo de Parceria concede ao PO exclusividade em algumas áreas relevantes e garante-lhe um potencial de intervenção inclusiva apreciável em relação a períodos de programação anteriores. É um aspeto a considerar como muito relevante do ponto de vista do afinamento final da programação.

Porém, se os problemas de coerência externa com o POT Inclusão Social e Emprego não se afiguram muito relevantes, em contrapartida há problemas de coerência interna alargada, induzidos pelo facto de três níveis serem possíveis para o PO Alentejo exercer essa exclusividade: o nível regional, o nível NUTIII dos ITI e o nível local e intraurbano que as DLBC que podem intervir sobretudo em zonas urbanas desfavorecidas. Há, por isso, problemas de modelo de governação e coordenação a ter em conta, sobretudo a necessidade de clarificar se os ITI NUTS III em formação mostrarão apetência por intervir nesta matéria. Do mesmo modo, será necessário identificar com clareza que zonas urbanas desfavorecidas poderão ser envolvidas na prioridade de investimento 9.8.

Estima-se que o Plano Regional para a Empregabilidade, figura admitida pelo Acordo de Parceria, que estará a ser preparado na CCDR Alentejo e sobre o qual a AEA não dispôs de informação, possa constituir um relevante instrumento de coordenação, com as CIM NUTS III a participar ativamente na concretização operacional desse instrumento.

Eixo 7. Eficiência Energética e Mobilidade .

Na linha dos períodos de programação anteriores, o PO Regional terá uma intervenção fortemente complementar da que corresponde ao PO Temático na área ambiental e, também, ao PO Competitividade, FEADER e FEAMP.

Tendo em conta algumas áreas assinaladas como constrangimento no diagnóstico regional, é de assinalar que o PO Alentejo não tem intervenção ao nível das alterações climáticas e gestão de, pelo que as intervenções do PO Temático da Sustentabilidade e também do PDR/FEADER e FEAMP exigem a devida monitorização.

Na prioridade 4.5, embora o risco de sobreposição seja reduzido devido à seletividade das tipologias de ação, as intervenções de mobilidade ecológica merecerão uma articulação mais marcada, já que não muito claro que projetos tenderão a integrar o programa regional.

Eixo 8. Ambiente e Sustentabilidade

Neste eixo não existem problemas de sobreposição uma vez a prioridade 6.5, embora estabeleça articulação com o POSEUR, tem as fronteiras de intervenção bem delimitadas.

Ficam fora do âmbito do PO Alentejo os apoios à gestão de resíduos e ao ciclo urbano da água, aspetos que o diagnóstico regional

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
não assinala como muito críticos. Adicionalmente, também excluem-se as ações de descontaminação de solos, assim como a reabilitação dos solos, monitorização de solos das águas superficiais e subterrâneas, a projetos de reabilitação ambiental de áreas degradas afetas à indústria extrativa.	
Eixo 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	
Não existem problemas de coerência externa a destacar, existindo delimitações bem delineadas entre os programas.	
A capacitação dos parceiros sociais, de exclusividade do PO Alentejo, é uma ferramenta importante e relevante face às debilidades associativas da região.	

Entre o PO Alentejo e as intervenções do FEADER e FEAMP

O PO Regional do Alentejo 2014-2020 assenta, fundamentalmente nas prioridades de intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Regional, consubstanciadas no PAR – Alentejo 2020, mas estas Prioridades suscitam uma forte expectativa derivada de intervenções complementares para a Região, nomeadamente as enquadradas nos PO das áreas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (financiamento FEADER) e das Pescas e Aquicultura (FEAMP). Ambos os instrumentos apresentam potencial de complementaridade de intervenção nos investimentos económico-produtivos (no quadro do OT 3) e nas intervenções de animação económica para o desenvolvimento de natureza sócio local (no quadro do OT 9). Para além destas intersecções, a AEA considerou outras articulações e complementaridades potenciais com intensidade relevante, sobretudo, nos domínios de intervenção relativos: (i) à qualificação dos recursos humanos e à inovação; e (ii) à proteção do ambiente e à eficiência dos recursos.

Na tabela seguinte, apresentam-se os elementos de avaliação de coerência externa entre o PO Alentejo, o PDR Continente 2020 (FEADER) e o FEAMP, por Eixo prioritário e Prioridade de Investimento.

Quadro n.º 7 - Articulação entre PO Alentejo e PDR (FEADER) e FEAMP

Eixo Prioritário PO Alentejo	PI	FEADER	Potencial articulação e complementaridade com FEADER e FEAMP
Eixo Prioritário 1. Competitivi-dade e internacional-lização das PME	3.1.	❖❖❖	A designação do EP 1 remete para a potencial articulação e complementaridade com investimentos económico-produtivos a apoiar por Medidas do PDR Continente 2020 e do Programa para as com Pescas e Aquicultura, que perseguem os mesmos objetivos de estimular dinâmicas de investimento das PME, nomeadamente, aquelas que atuem em domínios estratégicos para a estruturação, consolidação e dinamização das cadeias de valor regional. Com efeito, e de acordo com o PO Alentejo, o espectro de Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020 interpela um conjunto expectável e densificado de contributos/complementaridades de financiamento: • com recursos do FEADER, no enquadramento das apostas estratégicas referentes ao Complexo agroflorestal com destaque para a Agricultura de Regadio e a Afirmação do Cluster Agroalimentar; • com recursos do FEAMP, no enquadramento das apostas regionais na Economia do Mar e do desenvolvimento das zonas costeiras do Alentejo (e com enquadramento na ITI Mar, prevista no Acordo de Parceria). • Essa densificação pode ocorrer desde que veiculem objetivos ligados à promoção da organização e robustecimento das fileiras produtivas, com a aposta complementar na inovação e numa perspetiva de competitividade e de internacionalização das empresas e dos negócios. Neste contexto destacam-se as seguintes: • PDR Continente 2020: Operações a financiar no âmbito do EI Competitividade e Organização da produção do PDR Continente, designadamente: a M3 – Valorização da Produção Agrícola, apoiando a instalação e investimentos de Jovens Agricultores, apoiando investimentos nas explorações agrícolas e nas empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas; e a M4 – Valorização dos Recursos Florestais, que vai apoiar as pequenas e médias empresas de exploração, comercialização e primeira transformação de produtos florestais, com especial significado para a aposta estratégica da Região na colheita, comercialização e 1ª transformação de Cortiça. • PO Pescas e Aquicultura: a Prioridade 1 do FEAMP que visa apoiar investimentos que vão no sentido de fomentar uma pesca e uma aquicultura inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento.
	3.2.	❖❖	
	3.3.	❖❖	

Eixo Prioritário PO Alentejo	PI	FEADER	Potencial articulação e complementaridade com FEADER e FEAMP
Eixo Prioritário 1. Competitividade e internacionalização das PME			No que respeita aos critérios de delimitação, o AP invoca o setor, enquadrando os investimentos do setor agrícola no âmbito do FEADER e os investimentos do setor das pescas e aquicultura no âmbito do FEAMP. No contexto dos investimentos económico-produtivos destaca-se, ainda, a atribuição de uma verba específica (200M€ de FEADER para os apoios das Ações 3.1. Jovens Agricultores, 3.2. Investimento na exploração agrícola e 3.3. Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas) pelo PDR para aplicação na zona de influência do EFMA como componente de uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial (ITI Alqueva) apoiada por várias medidas, financiadas por diferentes programas operacionais e vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Alguns investimentos incorpóreos e estratégicos para ganhos de competitividade das empresas agroalimentares não têm enquadramento regulamentar inteiramente explícito no FEADER e FEAMP (p.e., em domínios associados à inovação e diferenciação de produtos e serviços, marketing e "branding", consolidação organizacional e melhoria de desempenho de gestão), podendo vir a concorrer para este tipo de apoios. Quanto à internacionalização, trata-se de um objetivo muito presente no âmbito da M3. Valorização da produção agrícola do PDR 2014-2020, que visa contribuir para orientar as iniciativas empresariais para a exportação de bens transacionáveis e a internacionalização do sector. No entanto, o apoio à internacionalização do complexo agroalimentar e florestal e da economia do mar e o apoio a projetos de investimento empresarial em inovação no âmbito da transformação e comercialização de produtos do anexo I do Tratado da União Europeia e florestais com investimento total acima de 4 M€ (exceto quando desenvolvidos em explorações agrícolas ou por Organizações de Produtores) serão integrados no campo de intervenção do FEDER. No PDR não foi integrada qualquer intervenção para a melhoria das condições de financiamento das empresas, sendo importante estimular uma complementaridade dos apoios neste contexto e permitir o acesso de empresas do Complexo Agroflorestal aos instrumentos financeiros de capital de risco, previstos implementar no âmbito dos FEEI.
Eixo prioritário 3. Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação	1.1.	❖❖	No tocante à coerência com FEADER e FEAMP, a AEA considera que, nas condições específicas do território, e tendo em consideração a prioridade de intervenção no horizonte 2020 de Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências (vertida na prioridade temática da coesão Competitividade e Inovação, que enquadra o vetor Crescimento Inteligente), o PO Alentejo deverá articular-se de forma organizada e coerente com os PO FEADER e FEAMP, sobretudo, em torno do estímulo de domínios diferenciadores identificados como prioritários para a Região no âmbito da EEI Alentejo: agricultura e florestas, agroindústrias e segurança alimentar, mar, qualidade de vida e economia social e valorização do património e turismo, tendo em conta o possível surgimento de grupos operacionais e polos e redes na Região, nomeadamente, no quadro da Parceria Europeia para a Inovação (PEI), apoiadas pela M1. Inovação do PDR Continente. As Áreas Temáticas definidas pelo PDR Continente como prioritárias para o Complexo Agroflorestal são: aumento da eficiência dos recursos na produção agrícola e florestal; melhoria da gestão dos sistemas agrícolas e florestais; melhoria da integração nos mercados; e valorização dos territórios. Com efeito, uma das condições de acesso do Plano de Ação dos Grupos Operacionais para realizar projetos de inovação reside na garantia de assegurar fontes de financiamento complementares, p.e.x., conjugando financiamento FEADER, FEDER e de programas europeus de apoio à I&D com o Horizon 2020
	1.2.	❖❖	
Eixo prioritário 5. Emprego e valorização económica de recursos endógenos	8.1.	×	
	8.3.	❖❖	Os DLBC poderão vir a apoiar ações relacionadas com o empreendedorismo, a criação de projetos empresariais de pequena dimensão e a criação de novos empregos, através desta PI, que concede apoios à criação de empresas por parte de desempregados, de jovens à procura do primeiro emprego e de outros públicos desfavorecidos no acesso ao mercado de trabalho. A atuação dos DLBC deverá articular-se estreitamente com os apoios FEADER e FEAMP no âmbito dos respetivos PO, mas também com ações apoiadas pelo FEDER no âmbito do PO Alentejo. Este conjunto alargado de tipologias de apoio tem por objetivo apoiar desempregados com projetos de criação de empresas, permitindo respostas sociais e, ao mesmo tempo, a dinamização de atividades económicas, sobretudo, em territórios com necessidades evidentes em termos de inclusão social e de criação de emprego. De acordo com o PO Alentejo, no contexto deste tipo de apoios pressupõe-se que se assegure a organização de ações de sensibilização e formação dos promotores de modo a melhorar as qualificações e competências necessárias ao sucesso das iniciativas.
	8.5.	❖❖❖	O apoio previsto nesta PI traduz a resposta do FSE para uma melhor qualificação e preparação dos ativos empregados e dos empresários para a mudança. Dado o facto de o PDR Continente 2020, ter previsto apoio a ações de formação focadas na resolução de necessidades concretas em matéria de conhecimento que se colocam aos ativos e empresas do Complexo Agro-Florestal decorrentes da implementação de projetos de investimento apresentados para financiamento no âmbito do PDR Continente 2020 e do ProDeR (projetos de investimento aprovados a partir de 1 de Janeiro de 2013), as intervenções destinadas a satisfazer necessidades de conhecimento, em matérias setoriais e não setoriais, que se colocam aos ativos do Complexo Agroflorestal e às PME em zonas rurais, bem como a formação obrigatória para acesso ao apoio destinado aos jovens agricultores, deverá ser promovida através dos Fundos da Política de Coesão, segundo o AP. Este cenário suscita a necessidade de uma abordagem baseada na concertação dos vários instrumentos de política para a capacitação dos agentes do Complexo Agroflorestal, através de operações ajustadas às suas especificidades.

Eixo Prioritário PO Alentejo	PI	FEADER	Potencial articulação e complementaridade com FEADER e FEAMP
	8.8.	❖❖❖	A PI pretende complementar as ações previstas na PI 8.3., sustentando o investimento na criação de empresas de muito pequena dimensão que resultam da criação do próprio posto de trabalho. Os DLBC poderão apoiar ações através destas PI focadas na concretização de investimentos que assegurem o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, bem como na promoção e da inovação social, na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e/ou de baixa densidade populacional. Desta abordagem de apoios espera-se uma estreita articulação com os apoios FEADER e FEAMP, nomeadamente, no que respeita a • Atividades relacionadas com o turismo, o artesanato e os produtos de qualidade; • Iniciativas locais de emprego e de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo; • Dinamização da economia social e combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social; • Preservação da biodiversidade através da sensibilização e da educação ambiental. • No enquadramento das apostas regionais, deverão constar a Economia do Mar e o desenvolvimento das zonas costeiras do Alentejo.
Eixo prioritário 5. Emprego e valorização económica de recursos endógenos	8.9	❖❖❖	Esta PI divide-se em duas abordagens distintas mas complementares, que apresentam forte subsidiariedade, sobretudo, com o FEADER: • Apoio a ações em que enquadram estratégias específicas de valorização económica de recursos endógenos em territórios de baixa densidade, designadamente de âmbito temático e articuladas com as ações das PI 8.3., 8.8., 6.3., 9.6. e 9.10., ou seja, com forte ligação com a intervenção dos DLBC. Da leitura da AEA, este campo de intervenção pressupõe operações de promoção da atividade económica de caráter integrado (Programas de ação fundamentados em parcerias locais, envolvendo entidades públicas e privadas, e constituídos por conjuntos de projetos que concorram para o mesmo fim), estimulando áreas de negócios diferenciadas, complementares e fomentadoras de emprego. • Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA, com ligação potencial à intervenção futura dos DLBC, bem como às Medidas de investimento económico produtivo no âmbito do PDR Continente 2020. Com efeito, o PDR alocou uma verba específica de 200M€ de FEADER para o apoio à instalação de jovens agricultores e ao investimento nas explorações agrícolas e nas empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas desde que localizados na zona de influência do EFMA como componente de uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial (ITI Alqueva). Para além destas questões, no PDR Continente 2020 estão definidos apoios para a infraestruturação coletiva (M3 – Valorização da Produção agrícola) que tenham como objetivo a obtenção de economias de escala e uma utilização mais eficiente de recursos, não só no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, mas também ao nível da política de desenvolvimento regional, pelos efeitos diferenciados que muitas das infraestruturas permitem, os quais extravasam o âmbito estrito da atividade agrícola, nomeadamente, em termos da preservação e melhoria do ambiente, das acessibilidades e das condições de vida das populações rurais. Tendo em vista contribuir para a concretização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial a nível sub-regional será alocada verba específica do PDR Continente para a aplicação deste segmento de intervenção da M3 (infraestruturas coletivas) como componente de abordagens ou estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas e validadas com o envolvimento das CIM) contribuindo para a sua concretização.
	8.11.	×	
A abordagem DLBC pressupõe o estabelecimento de estratégias multissectoriais de desenvolvimento local/rural que visam promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros (através de iniciativas de ligação em rede e de cooperação), focadas no empreendedorismo, de acordo com as necessidades e potencialidades dos respetivos territórios. No Alentejo evidencia-se a necessidade de resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza que se verificam. Assim, os DLBC constituem um instrumento que, se devidamente dinamizados e organizados, permitirão envolver os atores regionais no desenvolvimento de respostas assertivas a essa necessidade em concreto, bem como às necessidades económicas e ambientais dos territórios. No que se refere à intervenção dos GAL, ao longo das últimas décadas, a Iniciativa LEADER (nas suas 3 gerações) mais recentemente a Abordagem LEADER integrada no ProDeR e a abordagem de coesão territorial integrada na Política Comum das Pescas integrada no PROMAR, têm constituído um importante instrumento de apoio e estímulo para a revitalização dos territórios rurais. Não obstante, o contributo positivo da perspetiva "*bottom up*", a capacidade de animação dos territórios tem sido limitado, designadamente em termos de diversificação e dinamização da economia local/rural e de criação de emprego, numa perspetiva de sustentabilidade económica e social.			
Na perspetiva da AEA, a dispersão das áreas de intervenção no território, que vão desde o incentivo à criação de negócios até à intervenção de apoio social, pode condicionar contribuições de maior eficácia das medidas, pese embora o aparente sucesso da utilização dos recursos orçamentais disponíveis em grande parte dos territórios rurais (recorde-se que a Região Alentejo está provida de 9 GAL e 1 GAC, que abrangem todo o território). No âmbito dos DLBC, pressupõe-se um maior envolvimento dos diversos parceiros do território e a definição e implementação de ELD que conjuguem os vários instrumentos de financiamento. Esta questão constitui um ponto crítico de eficiência (na utilização dos recursos públicos) e de eficácia (na produção de resultados), nomeadamente, na implementação de medidas ativas de emprego e de inclusão social. Com este cenário, é recomendável o estabelecimento de convergências entre os diferentes Fundos e instrumentos estratégicos (ELD, DLBC e ITI) com intervenção na Região, não apenas no terreno dos princípios programáticos mas ao nível da sua operacionalização. Estas convergências deverão estar devida e claramente identificadas ao nível da definição da estratégia local, da implementação e gestão das diversas Medidas e da delimitação eficaz das fronteiras. Para que este desígnio seja alcançado, as Autoridades de Gestão dos PO, incluindo o PDR do Continente e o PO das Pescas e Aquicultura deverão ser responsáveis pelas potenciais articulações e complementaridades, como serão responsáveis por assegurar a não duplicação de elegibilidades entre Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial incidentes nos mesmos territórios.			

Eixo Prioritário PO Alentejo	PI	FEADER	Potencial articulação e complementaridade com FEADER e FEAMP
Eixo prioritário 6. Coesão social e inclusão	9.1.	❖	Uma das prioridades da UE em matéria de desenvolvimento rural e de desenvolvimento das zonas costeiras e piscatórias trata da promoção da inclusão social, da redução da pobreza e do desenvolvimento económico das zonas rurais, com a consequente e desejável criação de emprego. No Alentejo, o reforço da abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais é dirigido para as comunidades de base rural e para as comunidades pesqueiras e costeiras. O instrumento regulamentar será o DLBC. De acordo com o PO Alentejo, o desenvolvimento local liderado pelas comunidades locais na Região deverá ter presente que muitas das atividades económicas que se têm localizado no espaço rural têm atualmente uma menor ligação com a atividade agrícola; no entanto, esse facto não deve merecer menos atenção porque são essas atividades que podem vir a contribuir para a viabilização futura das comunidades rurais.
	9.6.	❖❖❖	Nessa ótica as políticas públicas com incidência no desenvolvimento local a inscrever na região deverão assentar, sobretudo, em três dimensões: • *Fixação das pessoas no território* – suster a perda demográfica a partir da identidade alentejana, tendo em conta a matriz de ocupação espacial regional; • *Dinamização de atividades económicas* – aproveitar o espaço rural e preservar a identidade da região; • *Dinamização do emprego* – qualificar ou atrair qualificações de acordo com as diferentes ocupações do território. As EDL deverão corresponder, assim, a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local: (i) promovidas pelas comunidades locais através dos GAL (parcerias compostas por representantes públicos e privados dos interesses socioeconómicos locais); e (ii) atentas às especificidades dos territórios nas sua zonas de influência. A intervenção do PDR Continente 2020 contempla o apoio a intervenções no âmbito do Eixo A4. Desenvolvimento Local (M10 LEADER), designadamente: • Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (máximo de 25 mil €); • Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (máximo de 200 mil €). • Diversificação de atividades na exploração para atividades não agrícolas; • Cadeias curtas e mercados locais para distribuição/comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados; • Apoio aos regimes de qualidade e aos produtos locais; • Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais naturais e paisagísticos (incluindo ações de sensibilização).
Eixo prioritário 6. Coesão social e inclusão	9.7.	×	
	9.8.	×	
	9.10.	❖❖❖	Os apoios a conceder nesta PI pretendem complementar as ações passíveis de ser concretizadas com os apoios da PI 9.6., constituindo o DLBC o instrumento regulamentar para imprimir as estratégias dirigidas para as comunidades de base rural e para as comunidades pesqueiras e costeiras. Neste contexto, o PO Alentejo também refere o contributo das ações integradas para os objetivos desta PI. No que se refere às intervenções a enquadrar nas EDL, a conceber e dinamizar pelos GAL (com financiamento FEADER) e pelos GAC (com financiamento FEAMP), estas deverão desempenhar um papel relevante na resposta aos elevados níveis de desemprego e índices de pobreza e de exclusão social, nomeadamente através da dinamização e diversificação da economia local nos territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados e de baixa densidade populacional. A tipologia de operações constante da Submedida de Apoio à Implementação das EDL do PDR Continente, acima referenciada no EP 6, sinaliza um conjunto de áreas de investimento com potencial de animação económica e de geração e/ou manutenção de emprego de pequena escala, mas relevante nas zonas rurais. Trata-se de dinâmicas que deverão enquadrar-se de forma coerente no racional de intervenção dos programas de ação, devendo também ser assegurada a coerência com a estratégia de desenvolvimento territorial estabelecida para as CIM/respetiva NUTS III.
Eixo prioritário 7. Eficiência Energética e Mobilidade	4.2.	❖	A questão da eficiência energética no Complexo Agroflorestal assume uma forte importância no âmbito do PDR Continente 2020, assumindo-se como um dos seus objetivos transversais. Neste particular, assume especial destaque o apoio à utilização de energias renováveis nas explorações agrícolas e ao aproveitamento para fins energéticos de subprodutos agrícolas e florestais. De igual modo, o apoio à modernização dos equipamentos de bombeamento de água e de produção de energia associados à gestão do aproveitamento hidroagrícolas EFMA visa aumentar a eficiência energética, com os consequentes ganhos ambientais, nomeadamente em termos da redução do consumo dos combustíveis fósseis e da redução da emissão de gases de estufa. A articulação e complementaridade desta PI com o FEADER e FEAMP poderá dar-se por via do apoio a projetos com componentes de intervenção de natureza ambiental e de melhorias na eficiência energética e de diversificação de fontes de energia, que não sejam elegíveis no âmbito do FEADER.
	4.3.	×	
	4.5.	×	

Eixo Prioritário PO Alentejo	PI	FEADER	Potencial articulação e complementaridade com FEADER e FEAMP
Eixo prioritário 8. Ambiente e Sustentabilidade	6.3	❖❖❖	O OE 3 do PDR Continente contém um objetivo operacional de Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, que visa criar respostas às necessidades de restauração, preservação e valorização dos recursos naturais, paisagem e património local. Estes apoios serão concedidos através da Abordagem LEADER, pelo que os GAL-DLBC poderão ter uma intervenção mais ou menos relevante nesta matéria, dependendo das condições específicas dos territórios e, desejavelmente, em estreita articulação e complementaridade com os apoios veiculados por esta PI.
Eixo prioritário 8. Ambiente e Sustentabilidade	6.5.	×	
Eixo prioritário 9. Capacitação institucional e modernização administrativa	11.1.	×	
	11.2.	❖	De acordo com o PO Alentejo, a capacitação institucional dos atores territoriais será condição necessária à eficiência e eficácia das políticas públicas. Nesse sentido, e na ótica da Equipa de Avaliação, será importante envolver os atores associados aos GAL-GAC-DLBC no *up-grade* da sua capacitação, p.e., em torno da coordenação, dinamização, execução e acompanhamento estratégias locais de desenvolvimento; do desenvolvimento de projetos territoriais e sectoriais inovadores; e da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e programação de políticas.

Entre o PO Alentejo e o PO Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha, o PO Inter-regional e o PO Mediterrâneo

Embora o investimento destes programas no território seja residual comparativamente com os programas nacionais, os programas transnacionais também merecerão uma articulação com o PO (ainda que os programas não estejam disponíveis na sua versão final). A cooperação transfronteiriça justifica-se quer no triângulo Algarve, Alentejo e Andaluzia, quer nas regiões do Alentejo, Centro e Extremadura, territórios marcados pelas desigualdades e pelo envelhecimento, respetivamente. Por sua vez, o PO do Mediterrâneo, com uma dotação de 257.955.042 euros, tem como prioridades a intervenção transnacional ao nível do ambiente (34%) e inovação (32%) num vasto território constituído pela Albânia, Croácia, Chipre, França (algumas regiões), Grécia (algumas regiões), Itália (algumas regiões), Malta, Montenegro, Portugal (Algarve, Alentejo e Lisboa), Eslovénia, Espanha (algumas regiões), Reino Unido (apenas Gibraltar) e Bósnia Herzegovina. Por fim, o PO Inter-regional tem como objetivo "reforçar a eficácia da política de coesão ao encorajar a troca de experiências entre regiões no seio dos objetivos temáticos" com uma dotação financeira de 359.326.000 euros.

Quadro n.º 8 - Articulação do PO Alentejo com o PO Cooperação Transfronteiriça, PO Inter-regional e PO Mediterrâneo

	Cooperação Transfronteiriça	Inter-regional	Mediterrâneo
1.1	X	X	
1.2	X	X	X
3.1.	X		
3.2.	X		
4.3.			X
4.5.		X	X
6.3.	X	X	X
6.5.	X		
11.1.	X		

No domínio da Competitividade e Internacionalização, para além da articulação com os PO temáticos já analisada nas páginas anteriores, a governação do PO Alentejo terá também que ter em conta a intervenção do PO Cooperação Transfronteiriça de forma praticamente total, com exceção da prioridade 3.3 (para além da PI 2.3 que também corresponde a este domínio embora de uma forma mais indireta via utilização das TIC na função pública). Analisando as tipologias de ação deste programa, facilmente se percebe que existe uma sinergia forte entre eles, sendo a comprovada cooperação transfronteiriça no seio dos projetos a distinguir o leque de projetos meritórios de candidatura. Para além deste domínio, também o domínio da Sustentabilidade é amplamente coberto com ações apoiadas por este PO transnacional, o que carece de uma articulação para não duplicação de ações para suprir constrangimentos da Região.

O PO Inter-regional apoiará as ações de desenvolvimento tecnológico e inovação através da PI 1.1 e 1.2. Estas ações consistem maioritariamente em partilha de políticas ao nível inter-regional, consistindo

em Planos de Ação, visitas às regiões e a monitorização das políticas, sendo que não parece levantar problemas de coerências externa, nem de sobreposição. Os projetos passíveis de apoio na PI 4.5 correspondem tanto a ações inter-regionais como a plataformas de aprendizagem de políticas, partindo uma vez mais do princípio da partilha de boas práticas. Esse princípio de partilha de políticas também é utilizado na PI 6.3 valorizando a divulgação dos resultados alcançados com determinadas políticas. Cada um dos eixos de intervenção tem uma componente financeira alocada de 84.441.610 euros, revelando que da inovação à sustentabilidade, passando pela competitividade e descarbonização da economia, todos os domínios têm o mesmo grau de importância.

Como já se referiu, o PO Mediterrâneo tem como prioridades o ambiente e a inovação reproduzidas pela articulação com o POR ao nível da PI 6.3, assim como da PI 1.2. Mais uma vez, assinala-se a necessidade de assegurar que o financiamento a projetos diferenciados não irá duplicar ações, nomeadamente projetos de inovação de sistemas transnacionais mediterrânicos. De referir que as tipologias de ação deste programa acompanham todas as fases de desenvolvimento das políticas públicas do desenho à aplicação, passando pela avaliação.

Existem prioridades para as quais não existe dotação financeira nos programas nacionais, mas onde alguns projetos poderão encontrar financiamento através dos programas transnacionais. Entre esses projetos, encontram-se os que integrarem o desenvolvimento de tecnologia inovadora para a proteção do meio ambiente e eficiência dos recursos (no PO Cooperação Transfronteiriça), numa ligação entre o OT1 e o OT6, assim como os que impliquem a transição industrial para uma economia de eficiente utilização dos recursos (PO Inter-regional). Em articulação com os PO temáticos, a região também poderá encontrar financiamento para os projetos de investimento para fazer face a riscos específicos (PO Cooperação Transfronteiriça) e a disponibilização de instrumentos financeiros para as PME (PO Inter-regional).

Questão 11 - Existem mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos e são estes os mais eficazes?

Tendo em consideração o conhecimento existente na fase atual sobre os mecanismos de articulação e coordenação dos vários fundos envolvidos na sua implementação formula-se um conjunto de considerações.

Em primeiro lugar, há que destacar que o PO Alentejo terá sob a sua alçada de autoridade de gestão tipologias de intervenção que envolvem quer FEDER, quer FSE. Trata-se de um problema interno à autoridade de gestão do futuro PO e o seu modelo de governação precisa de acautelar que os dois fundos convergirão para os objetivos delineados. Não é possível à AEA pronunciar-se sobre tais mecanismos, pois eles não estão bem definidos no momento em que o RF é elaborado.

Em segundo lugar, há que contemplar os mecanismos de articulação e coordenação de intervenções FEDER e FSE quando elas correspondem a tipologias de intervenção que ora são do PO Alentejo, ora pertencem aos PO Temáticos, sobretudo PO Capital Humano e PO Inclusão Social e Emprego. Não é possível vislumbrar se este tipo de articulação pode ser gerido conjuntamente com o anterior, ou se, pelo contrário, exige mecanismos diferenciados.

Depois, não pode ser ignorado que, no âmbito do âmbito dos ITI CIM-NUTS III, estaremos em presença de intervenções contratualizáveis multifundos, sobretudo num contexto em que a experiência de génese de projetos FSE por parte das CIM não é elevada. Estima-se de facto que o papel dos Conselhos Estratégicos das CIM, ao qual é atribuído pelo Acordo de Parceria, a articulação entre ITI e DLBC num dado território NUTS III, será largamente penalizado pela ausência de experiência nessa matéria e pelo facto de não terem sido constituídos em algumas das CIM; trata-se de um quadro institucional muito incipiente que coexistirá com a própria incipiente experiência de algumas das CIM da Região. Deverá, por isso, existir, em nosso entender, algum mecanismo de articulação entre Autoridades de Gestão de PO Alentejo, POT envolvidos na contratualização e CIM com intervenções multifundos de modo a garantir alguma coerência nesta matéria. O mesmo se diga em relação às DLBC multifundos.

No que respeita, em concreto, à intervenção dos DLBC e à elaboração das respetivas Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), não resultam ainda claras as modalidades/soluções de hierarquização dos

instrumentos estratégicos. Para os GAL não parece adequado que as ELD sejam subsidiárias das estratégias formatadas das Comunidades Intermunicipais (CIM), nomeadamente por existirem diferentes níveis de articulação entre GAL e as CIM, decorrente da maturidade das mesmas, na implementação de estratégias de desenvolvimento territorial e algumas estratégias das CIM corresponderem a justaposições de projetos de carácter municipal sem que seja relevado o trabalho dos GAL no âmbito da intervenção nos territórios rurais. A formatação das estratégias desenhadas pelas CIM deverá relevar a importância das mais-valias e amenidades territoriais e de excelência rural consagradas pela Visão Estratégica Alentejo 2020 e a importância do contributo dos DLBC para esse desígnio, nomeadamente, por poderem constituir instrumentos facilitadores dessa inovação.

Finalmente, há ainda que referir que em matéria de mecanismos de articulação e coordenação com o FEADER (PDR) e FEAMP o panorama de informação existente é ainda mais opaco e inexistente, não sendo em rigor possível à AEA pronunciar-se sobre este fator crítico da programação.

Questão 12 - A característica de PO multifundos está devidamente assegurada?

Face aos elementos disponíveis, a resposta a esta questão de avaliação é inequivocamente positiva, tanto mais positiva quanto mais intervém a comparação com períodos de programação anteriores. Não só o plurifundo FEDER – FSE está assegurado, mas também a presença da figura das DLBC assegura que para determinados territórios da Região haja o alargamento dessa característica ao FEADER e ao FEAMP.

O campo de intervenção dos DLBC abrange um leque muito alargado de domínios, sendo que esta lógica de complementaridade entre Fundos afigura-se determinante para gerar eficiência e eficácia na produção de resultados e efeitos, e deverá estabelecer-se nas diversas vertentes:

- Vertente FEADER, orientada para projetos que contemplem uma ligação mais ou menos evidente com o complexo agroflorestal, como o turismo (agroturismo), os serviços de recreação e lazer, o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a produção de bens resultantes de atividades de transformação, a criação de pontos de venda direta dos bens produzidos na exploração, entre outros;

- Vertente FEDER, que enquadra a valorização territorial, com óbvias sinergias em matéria de qualificação dos territórios rurais, abrangendo a qualidade de vida e a atração de elementos de iniciativa/dinamização económica;

- Vertente FSE, cujos domínios de intervenção são de grande relevância para a qualificação e melhoria de competências dos ativos rurais;

- Vertente FEAMP com a maximização da participação dos sectores das pescas no desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e garantir que as comunidades locais explorem plenamente as oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento costeiro e marítimo e delas beneficiem. A possibilidade, no âmbito do DLBC, de as estratégias de desenvolvimento local poderem abranger um conjunto diferenciado e complementar de apoios amplia a capacidade de intervenção das ADL/GAL na dinamização dos territórios rurais, não tendo de restringir/adaptar as suas estratégias ao campo de atuação do FEADER. Não obstante, considera-se que está ainda por clarificar o enquadramento no DLBC de algumas áreas consideradas importantes para a definição de ELD integradas e coerentes, como p.ex., o regime de incentivos às microempresas rurais, a qualificação de ativos das zonas rurais ou projetos na área da inclusão social. O FEADER é muito restrito quanto a estes segmentos de apoio e ainda existe alguma indefinição no que respeita aos apoios do FEDER e do FSE que serão contemplados no DLBC,

No que respeita à abrangência da intervenção dos futuros DLBC será, igualmente, importante clarificar de que forma os territórios urbanos relevantes para a integração urbano-rural e urbano-costeira serão considerados nas áreas de intervenção dos GAL do FEADER e FEAMP, uma vez que tradicionalmente estes territórios não têm beneficiado da “abordagem LEADER”, nem é claro se serão elegíveis no FEADER e FEAMP.

A acrescer, subsiste alguma incerteza quanto à programação e operacionalização desta abordagem plurifundos. Por um lado, e uma vez que ainda não está totalmente claro quais as intervenções que serão integradas no DLBC nem são conhecidos os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das CIM, as ADL/GAL têm alguma dificuldade em (re)definir o seu campo de atuação e elaborar as suas estratégias de desenvolvimento de forma a potenciar sinergias e complementaridades, Por outro, o modelo de gestão previsto no PO, refere que cada DLBC fará a contratualização da gestão com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores, cabendo à Autoridade de Gestão de cada PO financiador a aprovação das propostas de decisão sobre os projetos a aprovar. Este modelo poderá gerar dificuldades na operacionalização das ELD quer ao nível da existência de procedimentos, formulários, orientações e regras diferenciadas, quer da eventual limitação da autonomia dos GAL na implementação da sua EDL, restringindo p.ex., a capacidade de aprovação dos pedidos de apoio, ou de definição dos períodos para apresentação de candidatura e os montantes de cada concurso.

Neste sentido, o modelo de governação dos Fundos Comunitários na Região Alentejo deve garantir a desejável articulação entre as Autoridades de Programação dos diferentes PO e demais agentes e a e complementaridade entre as estratégias, designadamente, em matéria de orientações regulamentares, técnicas e administrativas, tendo sempre em vista os resultados esperados e os efeitos a alcançar, sendo recomendável um esforço de integração entre os vários níveis estratégicos e a formação de parcerias mutuamente comunicantes.

Quanto às dotações financeiras disponíveis, dado que a intervenção FEADER tem uma natureza orientada para as atividades agrícolas, a figura/instrumento regulamentar DLBC só se tornará interessante se houver uma convergência de contributos por parte dos outros Fundos. Neste contexto, importa ter presente que parte relevante dos apoios FEADER no período de programação 2007-2013 foi atribuída a atividades económicas não agrícolas: 72,276 milhões de Euros FEADER comprometidos no âmbito da Ação 3.1.2. Criação e desenvolvimento de microempresas; 61,983 milhões de Euros FEADER comprometidos no âmbito da Ação 3.2.2. Serviços básicos para a população rural, correspondendo a praticamente 35% da dotação financeira (Indicadores de monitorização do ProDeR, 31 de Dezembro de 2013), domínios que deixaram de ter enquadramento no PDR Refira-se, ainda, que de acordo com a versão disponibilizada do PDR, o montante previsto para o DLBC no AP representa apenas 45% do montante afeto ao Subprograma 3. Dinamização das Zonas Rurais do ProDeR.

Questão 13 - Os processos eventualmente ensaiados de ITI e DLBC asseguram condições de articulação com as intervenções em matéria de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e de pescas?

Com a informação disponível, a AEA não pode deixar de emitir um juízo bastante crítico sobre o estado da arte nesta matéria e que transcende a capacidade de intervenção do PO Alentejo.

A informação disponível indica que as DLBC serão aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo GAL, os quais terão de apresentar as EDL e os respetivos Programas de Ação, não havendo alocações pré-definidas. Assim, os DLBC poderão resultar de experiência de intervenção incluindo, para além da abordagem LEADER, as intervenções de cariz social e/ou económico. Em termos de conceito, os processos inscritos no documento de programação asseguram condições de articulação com as intervenções em matéria de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e de pescas; todavia, a concretização operacional deste enquadramento recomenda um conjunto de aspetos que se afiguram como vitais para a concretização de ganhos de competitividade nos territórios rurais:

- O estabelecimento de convergências reais e operacionais linearmente estabelecidas ao nível da definição da estratégia local, da gestão operacional e da delimitação eficaz no domínio dos princípios programáticos, das tipologias de intervenção e elegibilidades. Importa clarificar o modo como o PO Alentejo se propõe: (i) integrar a definição de processos e de critérios de seleção das estratégias de desenvolvimento local; (ii) concretizar as funções dos GAL.

  Sobre as questões administrativas e regulamentares, de forma a facilitar a articulação e reforçar a consistência do modelo de gestão, importa que os diversos instrumentos se articulem para que possam harmonizar, desde o início, abordagens a aspetos regulamentares, orientações,

procedimentos, controlos e demarcações, o que permitiria dispor de um enquadramento da implementação das EDL menos constrangido, evitando desperdício de recursos.

Do lado do PDR Continente (versão de 10 de Março de 2014, pág. 298), é referido que, no âmbito do acompanhamento do Acordo de Parceria, se prevê a criação de mecanismos específicos de monitorização e acompanhamento das abordagens integradas para o desenvolvimento territorial a contemplar em diversos PO Temáticos e Regionais, envolvendo a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), as Autoridades de Gestão relevantes e as principais agências públicas nos domínios em questão.

- O estabelecimento de formas de articulação entre os diversos Fundos e entre os diversos instrumentos estratégicos regulamentares e outras intervenções enquadradas no PO Alentejo (PAR; EDL/FEADER, Estratégia Integrada de Desenvolvimento Local – EIDL/FEAMP, CLDS/FSE; ITI Alqueva e ITI Mar) e de medidas de apoio ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade no âmbito do PO Alentejo (FEDER e FSE), procurando nestas iniciativas a energia ascendente que a Visão Estratégica Alentejo 2020 exige do ponto de vista do aproveitamento das mais-valias territoriais da Região, de modo a promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na dinamização e diversificação das economias de base rural e urbana e das zonas pesqueiras e costeiras.

- A formação de competências dos agentes, bem como a formação de parcerias com representatividade ao nível dos agentes económicos, sociais e institucionais.

  A gestão e a eficácia das soluções encontradas para concretizar as EDL não pode ser dissociada do funcionamento dos GAL, e das relações existentes quer com a Gestão do PO, quer com interlocutores de outros fundos e de outras entidades com intervenções ao nível do desenvolvimento das zonas rurais e costeiras. Neste contexto de desenvolvimento integrado, o reforço de competências e a capacidade de intervenção afiguram-se aspetos críticos para uma adequada implementação das EDL, desde logo, na animação dos territórios rurais, mas também na suscitação de dinâmicas de investimento privado que constitui a pedra angular para revitalizar os territórios e encontrar soluções para enquadrar os jovens, as mulheres e outros ativos em situação de desfavorecimento face à atividade económica e ao emprego.

- Não pode ignorar-se ainda que o universo das associações de desenvolvimento local transcende o estatuto de GAL – LEADER, sendo necessário encontrar no âmbito dos DLBC espaço institucional para o papel relevante que algumas dessas associações desempenha em várias frentes, mesmo não apresentado o estatuto de GAL -LEADER.

- Finalmente, importa assegurar que os apoios em matéria de capacitação institucional sejam proporcionados em função de resultados a atingir mobilizando os instrumentos de programação mais pertinentes.

Questão 14 - Os critérios assumidos a nível nacional para a delimitação das intervenções dos PO temáticos na Região e do PO ALENTEJO permitem antecipar uma boa cobertura estratégica às necessidades de desenvolvimento da Região?

Existem tipologias de intervenção consideradas necessárias que ficam a descoberto com a delimitação proposta?

Mobilizando essencialmente para a resposta a esta questão de avaliação os resultados de avaliação de coerência externa do PO Alentejo, a AEA não encontrou evidências de não cobertura estratégica de necessidades relevantes de desenvolvimento da Região. Será fundamental assegurar que matérias de intervenção exclusiva do PO Temático Capital Humano, como a formação de adultos e a modernização/inovação de sistema educativo, possam apesar disso integrar a lógica de integração do Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social.

Numa perspetiva geral, o amadurecimento das abordagens de desenvolvimento territorial, designadamente, em matéria de ITI Alqueva, de intervenções no âmbito dos DLBC e de intervenções no

âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, deverá garantir uma maior clarificação das tipologias de intervenção a contemplar nos diferentes instrumentos, norteada pela preocupação de maximizar a mobilização de recursos, num quadro de eficácia e eficiência.

Ao nível do desenho e conceção das estratégias é relativamente fácil acautelar sobreposições ou lacunas de intervenção, colocando-se este problema ao nível da operacionalização e implementação dos instrumentos regulamentares. O problema central não será, por conseguinte, o da não cobertura de necessidades regionais, mas antes o da capacidade de integrar instrumentos de política mobilizados pelo PO Alentejo para transversalmente aplicar a Visão Estratégica orientadora da programação e com a qual o PAR Alentejo 2020 se comprometeu.

Do mesmo modo, deve referir-se que a estratégia da Região é penalizada pela opção assumida em sede de proposta de Acordo de Parceria de abordagem da política de cidades através de um conjunto limitado de instrumentos e sem uma abordagem integrada à mesma. A dimensão das amenidades urbanas desempenha um papel crucial na Visão Estratégica que a programação do PO aspira concretizar. Face a esta limitação, caberá ao PO.

Relativamente ao enquadramento da formação obrigatória para os jovens agricultores, os documentos de programação são omissos, não sendo ainda percetível de que forma e em que Prioridade de Investimento será enquadrada.

Quadro n.º 9 - **Mobilização de fontes e métodos de sistematização da informação (Questão 10 a 14)**

Questão de avaliação	Fontes e métodos mobilizados
Questão 10	Análise sistemática de Acordo de Parceria, PO Alentejo, Cadeias de programação dos Domínios Temáticos e dos PO Temáticos disponíveis Entrevistas complementares realizadas
Questão 11	Interação com o grupo de trabalho CCDR Alentejo responsável pela elaboração do PO Análise sistemática de PO e de Acordo de Parceria Entrevistas complementares (a realizar no período compreendido entre o RFP e RF)
Questão 12	Análise sistemática de PO Alentejo, PO Temáticos e PDR FEADER
Questão 13	Interação com o grupo de trabalho CCDR Alentejo responsável pela elaboração do PO Acordo de Parceria Resultados do Painel de Discussão com CIM, ADL-GAL e Grupos de Ação Costeira
Questão 14	Análise sistemática dos materiais de participação no processo de elaboração do PAR Alentejo 2020 Análise sistemática de PO Alentejo, Acordo de Parceria e PO Temáticos disponíveis Resultados de avaliação da coerência externa do PO Alentejo Resultados do painel de discussão com CIM e ADL-GAL e Grupos de Ação Costeira

2.4. PRINCÍPIOS HORIZONTAIS

Questão 15 - As medidas planeadas são as adequadas para assegurar o respeito pelos princípios horizontais consagrados, designadamente, o princípio da parceria, o princípio da igualdade entre homens e mulheres, o da igualdade de oportunidades e da não discriminação e o do desenvolvimento sustentável?

Princípio da Parceria

De acordo com o Princípio da Parceria, o PO Alentejo deverá assegurar a colaboração entre as autoridades nacionais, regionais e locais, mas também deverá envolver as organizações do terceiro setor e as entidades privadas com o objetivo de construir um programa mais eficiente e eficaz na resolução dos constrangimentos estruturais. Na elaboração do PAR Alentejo 2020, foram auscultados os parceiros durante a elaboração do Diagnóstico Prospetivo Regional, Plano de Ação Regional e Programa Operacional Regional, num total de 30 sessões de trabalho, sendo que a maioria das mesmas consistiram em reuniões de trabalho (18), seguindo um ciclo de seminários (5) e 9 *workshops*,

contabilizando também uma conferência regional. Entre as diversas plataformas, o processo de auscultação contou com mais de 800 participantes, resultando num total de 65 contributos escritos.

Das entidades auscultadas constam as autoridades regionais (Direção Regional de Saúde, Direção Regional de Cultura – do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Regional de Economia – do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Regional do Património Cultural – do Alentejo, Direção Regional de Mobilidade e Transportes – de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, Direção Regional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Direção dos Serviços – Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo), as autoridades locais (Câmaras Municipais e Comunidades Intermunicipais) e outras autoridades públicas (delegações regionais do Instituto Português da Juventude, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Segurança Social ou do INATEL, a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Beja, as Unidades locais de saúde e os Hospitais), cumprindo portanto o Código de Conduta. Para além destas entidades, também foram auscultados os parceiros económicos e sociais, que têm um estatuto de influência consagrado no Art.º 152 do Tratado da União Europeia, como a delegação regional da União Geral de Trabalhadores e da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, assim como de associações empresariais e cooperativas. Por fim, também foram recebidos contributos da sociedade civil. Contudo, verifica-se uma aparente lacuna ao nível das organizações que promovem a igualdade e a não-discriminação.

O processo de cooperação com as partes interessadas expressa, também, o cuidado de inserir parceiros socioeconómicos e organizações setoriais do domínio da agricultura e desenvolvimento rural (Confederação dos Agricultores de Portugal, Confederação Nacional de Agricultura, Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, Comissão Vitivinícola Regional do Alentejo, Comissão Vitivinícola Regional do Ribatejo ou a Agência para o Desenvolvimento em Espaço Rural no Alentejo Sudoeste), particularmente importantes na definição do programa do FEADER. Com a mesma importância, mas desta vez no âmbito do FSE, foram auscultadas as associações de desenvolvimento e delegações regionais do Centro de Emprego e Segurança Social. Estes domínios mais específicos merecem uma auscultação particular porque se referem a realidades muito peculiares, embora também neste campo se deva salientar a reduzida taxa de auscultação ao nível das entidades que combatam a discriminação como um fator negativo.

A futura aplicação da EEI Alentejo resulta ela própria de um intenso trabalho de parceria, que a AEA considera crucial para concretizar um modelo de governação da EEI Alentejo compatível com os desafios que esta aposta coloca à Região e à programação do PO. A concretização desse princípio será vital para que o SRI Alentejo consolide o que é neste momento o seu aspeto mais frágil, o da baixa intensidade de interação sistémica entre as entidades que o integram.

Princípio da Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação

Embora o diagnóstico não contenha informações relativamente às áreas críticas passiveis de problemas de discriminação (com exceção das taxas de desemprego entre homens e mulheres cuja importância será dada na seção seguinte), ao longo do POR é possível encontrar evidências da existência de uma preocupação ao nível da igualdade de oportunidades.

Quadro n.º 10 - **Prioridades de Investimento e Tipologias de Ação que combatem as desigualdades**

Prioridades de Investimento	Tipologias de Ação
8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	O POR pretende fomentar o contacto dos desempregados subsidiados e beneficiários do RSI com outros trabalhadores e atividades. Na inserção destes desempregados no mercado de trabalho será tido em conta o princípio da não discriminação.
9.1 Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Apoiar programas desenvolvidos localmente de modo que integrem desempregados em ações úteis à sociedade, incluindo particularmente públicos mais vulneráveis (ações integradas de promoção local da inclusão social ativa). Por outro lado, o POR pretende apoiar organizações (incluindo empresas) que promovam projetos de inserção socioeconómica de desempregados beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) ou subsídio de desemprego (contratos de Inserção ou de Inserção+).
9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas	O POR assume como compromisso o apoio à aquisição de unidades

Prioridades de Investimento	Tipologias de Ação
sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso dos serviços sociais, culturais e recreativos e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	móveis para descentralizar os serviços de saúde (com o objetivo de diminuir a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, principalmente nos territórios de baixa densidade). Por outro lado, esta prioridade de investimento procura apoiar também aumentar a oferta de serviços sociais destinados a idosos e/ou serviços de apoio aos cidadãos portadores de deficiência, por forma a satisfazer as necessidades ao nível da procura, sendo também um fator de integração na sociedade de cidadãos com dificuldades.
10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce, igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Por um lado, através da ação social escolar o POR promove a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino; por outro lado, o apoio às necessidades educativas especiais fomenta a igualdade na educação para alunos com particularidades específicas. Por fim, as tipologias de ação do domínio do capital humano têm à partida efeitos de longo prazo na inclusão de ativos.

O eixo 2 evidencia uma matriz centrada nas problemáticas da melhoria do sistema de educação e na igualdade do acesso à mesma, por essa razão considera-se que intervenções como a ação social ou o apoio ao ensino especial demonstram a preocupação com a igualdade. Por sua vez, o eixo 5 apoiará ações que promovam a empregabilidade da população que se encontra desempregada e, na análise deste principio em particular, interessa particularmente acautelar que o apoio a medidas com vista à absorção no mercado de trabalho de franjas da população mais vulneráveis. Por fim, o eixo 6 é aquele que evidentemente mais demonstra a preocupação com o combate às desigualdades com o apoio a políticas de inclusão e de igualdade, bem como de promoção de serviços nos territórios de baixa densidade. A economia social desempenha um papel relevante no que diz respeito à EREI-Alentejo e, por essa via, assume carácter transversal, mas assume particular relevância na PI 3.1.

Adicionalmente, o PO Alentejo, na seção dos princípios horizontais, faz referência a um conjunto de ações que se pretendem levar a cabo para minimizar as desigualdades. O quadro seguinte relaciona essas ações com as prioridades de investimento selecionadas no quadro anterior.

Quadro n.º 11 – **Sinergias entre áreas de intervenção consagradas no POR na secção dos princípios horizontais e prioridades de investimento**

Áreas de intervenção do POR relacionadas com as prioridades horizontais	Prioridades de Investimento						
	3.1.	8.3	9.1	9.7	9.8	10.1	10.5
Intervenções que combatem o insucesso escolar e o abandono escolar precoce;						X	X
Promoção da igualdade de acesso à educação pré-escolar, ensinos básico e secundário de boa qualidade;						X	
Reforço das respostas educativas existentes para apoiar alunos com necessidades educativas especiais e a transição para a vida pós-escolar destes alunos;			X			X	
Fomento da orientação vocacional, bem como o desenvolvimento de formas de ensino profissionalizantes.			X			X	
Apoio às estruturas de formação e de qualificação das pessoas;							X
Qualificação das pessoas direcionada para a empregabilidade;			X				
Valorização das competências e capacidades de pessoas e grupos desfavorecidos no sentido da sua inserção profissional e social.			X				
Apoio à integração no mercado laboral;		X	X				
Apoio à criação do auto-emprego e do empreendedorismo;	X	X					
Apoio da reconversão de desempregados;			X				

Áreas de intervenção do POR relacionadas com as prioridades horizontais	Prioridades de Investimento						
	3.1.	8.3	9.1	9.7	9.8	10.1	10.5
Promoção da inclusão ativa.			X				
Apoio da economia social;	X			X			
Apoio de equipamentos (sociais e de saúde) de modo a reduzir as desigualdades de acesso entre territórios e grupos sociais;				X			
Apoio de serviços de natureza pública e privada de apoio às famílias (pessoas idosas, pessoas com deficiência, guarda e apoio de crianças, apoio pedagógico a crianças, jovens e adultos, apoio a atividades domésticas).				X			
Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.					X		

Embora o POR tenha alguma intervenção na ativação de desempregados com subsídio de desemprego ou com Rendimento Social de Inserção através da 8.1, uma parte muito substancial do apoio à inclusão de grupos mais vulneráveis será oriundo da PI 9.1. Para além disso, o PO Inclusão e Social e Emprego tem um conjunto alargado de intervenções que poderão provocar alguma sobreposição de ações (apoio à qualificação de pessoas com deficiência ou ensino de português para imigrantes, por exemplo). Por usa vez, a formação de públicos estratégicos com o objetivo de aumentar a sua capacidade de resposta às necessidades de grupos mais vulneráveis, com vista a um aumento da eficácia das políticas públicas, é uma área de intervenção cujo POR não abrange, sendo de intervenção exclusiva do PO Inclusão Social e Emprego (PI 9.3, objetivo específico 5). Aliás, como já se consegue perspetivar, é neste programa que muitas ações deste domínio encontrarão dotação financeira para a sua realização. O acesso a serviços públicos de forma equitativa será assegurado pela prioridade de investimento que fomentará e dotará o território com as infraestruturas sociais e de saúde necessárias à população.

Em último lugar, entre a lista de entidades auscultadas na elaboração do PO Alentejo constam algumas organizações com trabalho de terreno neste domínio como a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado, que tem ações com o objetivo de promover a igualdade de género e de oportunidades, a União das Misericórdias Portuguesas, a Rota do Guadiana – Associação para o Desenvolvimento Integrado, a Cruz Vermelha, entre outros organismos públicos que permitem uma igualdade de acesso a serviços coletivos como os Hospitais e as Unidades Locais de Saúde.

Princípio da Igualdade entre Homens e Mulheres

Embora exista este conjunto de constrangimentos que a região procura suprir, apenas a prioridade 8.3. "Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras" é que contempla um instrumento que procura mitigar a desigualdade de género quanto ao acesso dos desempregados subsidiados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Todos os restantes constrangimentos deste domínio requerem recurso ao PO Inclusão Social e Emprego através das seguintes prioridades:

- **PI 8.4.** Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual: esta PI contempla ações com vista ao aumento do número de mulheres que criem o próprio emprego e com o objetivo de criar condições de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

- **PI 9.3.** Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades: para sensibilizar os agentes e formar os quadros das instituições para o combate à discriminação, a desconstrução de preconceitos e estereótipos, o combate à violência de género, doméstica e ao tráfico de seres humanos e a promoção da igualdade de género, bem como capacitar as ações realizadas pelas entidades públicas e privadas no domínio da igualdade de género e da prevenção e combate à violência doméstica e de género e ao tráfico

de seres humanos, bem como reforçar a capacidade de resposta ao nível da proteção das vítimas de violência de género, doméstica e de tráfico de seres humanos.

O PO Alentejo prevê que, em todas as PI dos Eixos 5 e 6, a seleção de operações seja feita tendo em conta critérios de igualdade de género.

Foram realizadas reuniões de trabalho com entidades e organizações expressamente vocacionadas para a promoção da igualdade de género?

Neste domínio, foram auscultadas a Terras Dentro – Associação Integrada para o Desenvolvimento, que promove a ação "MIGA II – Mais Igualdade de Género no Alentejo", a MONTE – Desenvolvimento do Alentejo Central, que desenvolveu a ação "Mirabal – Mulheres 100 medo" de sensibilização da sociedade para a luta contra a violência doméstica, e a Rota do Guadiana – Associação para o Desenvolvimento Integrado. A Cruz Vermelha, que desenvolve um conjunto de ações (como ações de formação e sensibilização para públicos estratégicos, ações de sensibilização lúdico-pedagógicas com a comunidade educativa, gabinetes de apoio à vitima da violência doméstica e apoio ao empreendedorismo feminino) e a Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias, que apoia iniciativas empresariais femininas, também foram auscultadas no âmbito da elaboração do PO Alentejo.

O programa apresenta medidas específicas para combater formas discriminatórias de género ou limita-se a propor critérios de majoração de projetos em função desses critérios?

De acordo com os princípios orientadores descriminados, podemos referir que existirão majorações para ações de combate a formas discriminatórias de género. Contudo, também apresenta medidas específicas de combate à discriminação com base no género.

O programa apresenta a medida 8.3. "Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras", que visa financiar ações de apoio ao empreendedorismo, a criação de projetos empresariais de pequena dimensão e a criação de novos empregos, através da concessão de apoios a desempregados. A medida procura mitigar a desigualdade de género quanto ao acesso dos desempregados beneficiários de prestações sociais, como o Rendimento Social de Inserção. Adicionalmente, também existem incentivos ao empreendedorismo feminino.

As necessidades nacionais e regionais tiveram em consideração essa dimensão?

Ao analisar os documentos de preparação do Programa Operacional, nomeadamente o Diagnóstico Prospetivo da Região, verificamos que, em termos de informações discriminadas por género, apenas existe uma referência à taxa de desemprego feminino, que habitualmente atinge valores superiores à taxa de desemprego masculina e global. Não existe outro tipo de informação onde se faça menção ao género, que permita caraterizar as desigualdades existentes a nível regional e perceber quais as necessidades regionais e nacionais nestas matérias. Através da informação disponibilizada não podemos analisar as necessidades nacionais e regionais relativamente às desigualdades de género existentes e forma de as colmatar.

Que efeitos podem ser esperados do PO ALENTEJO em termos de promoção de melhores condições de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres?

Relativamente aos efeitos que podem ser esperados do PO Alentejo face à promoção de melhores condições de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, pela análise dos documentos preparatórios do PO e pelo próprio Programa Operacional, não está espelhada nenhuma preocupação particular sobre esses efeitos a não ser que devem contribuir para os princípios horizontais sem qualquer especificação particular. Não existem portanto evidências que permitam formar conclusões fundamentadas relativamente a este tema. Contudo, ao nível dos indicadores de resultado existem metas por género, nomeadamente os indicadores de FSE.

Princípio do Desenvolvimento Sustentável

Uma análise integrada do PO Alentejo demonstra uma preocupação com a sustentabilidade ao longo do documento, embora existam alguns fatores críticos a considerar. A análise que se segue, por domínio temático com o objetivo de ser mais intuitiva, está de acordo com o trabalho que está a ser elaborado no âmbito da AEA Ambiental Estratégica, relatório entregue a 16 de março e que tece as seguintes considerações:

Competitividade e Sistema Produtivo: neste domínio existem oportunidades de promoção do sistema de I&D, bem como o apoio à estimulação da transferência de tecnologia, conhecimentos e processos para o tecido empresarial, contribuindo para a produtividade sustentável das empresas, assim como para a capacitação para os desafios económicos e ambientais e para aumentar a competitividade e a internacionalização das empresas. Adicionalmente, este POR demonstra a preocupação com o desenvolvimento de novas atividades económicas com recurso à valorização dos recursos naturais endógenos (como a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agro alimentação, recursos minerais, pesca, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar). Por fim, neste domínio, o POR tem presente a possibilidade de preservação e valorização económica da identidade histórico-cultural, do património coletivo e social da Região, para assim promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais. Por sua vez, dos efeitos negativos ou ameaças do POR evidencia-se a dificuldade em implementar tecnologias, processos e conhecimentos eco inovadores e eco eficientes, principalmente nos setores mais tradicionais, que têm um peso relevante na economia, aliada à reduzida dimensão das empresas, aos baixos níveis de qualificação da mão-de-obra, à falta de capacidade da adaptação das empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais.

Sugere-se que os critérios estabelecidos nos regulamentos privilegiem projetos e investimentos que impulsionem a valorização da diversidade interna da Região do Alentejo, tendo em conta o caráter eco inovador das iniciativas, com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis

Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa: a implementação do PO Alentejo atuará através do apoio a diversas tipologias de ação no domínio do desenvolvimento social, na capacitação e qualificação dos recursos humanos, na inclusão ativa no mercado de trabalho, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Embora a equipa não detete efeitos negativos neste domínio, recomenda-se que o PO reforce a componente da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população.

Energia: as ações de promoção e desenvolvimento dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação não veem devidamente identificadas tipologias de ação para cada objetivo estratégico e critérios de seleção para as candidaturas, o que prejudica a sua análise. Contudo, nas restantes áreas do domínio estão clarificadas as opções. No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, as prioridades de investimento perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico, através da pretensão de aprovação de projetos e ações que prometem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção, demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias.

Qualificação Territorial e Identidade Regional: apesar de o POR evidenciar alguns riscos ambientais associados à qualificação territorial prevista no âmbito do desenvolvimento do EFMA, bem como à ausência de critérios de seleção definidos, podendo acarretar efeitos negativos para a o estado das massas de água e outros recursos endógenos, caso a gestão das pressões consumptivas e riscos de poluição ou contaminação, o programa também apresenta um conjunto de ações estratégicas ou

prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demostrando alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais.

Recursos naturais: Em primeiro lugar, importa salvaguardar a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove, essencialmente no que se refere à gestão e consumo desses recursos naturais e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes, onde assume especial relevância o EFMA. Contudo, a gestão e valorização dos recursos naturais presentes constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável. De uma forma geral, considera-se que a implementação do PO proporcionará um contributo positivo sobre os valores naturais presentes, particularmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais endógenos, contribuindo inclusivamente para a sua valorização.

Paisagem e Património: O POR evidencia claramente a intenção de melhorar o nível de conhecimento e promoção e divulgação dos valores patrimoniais existentes, assim como assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. Por outro lado, existem ações com vista à valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas e à sua reabilitação. O estímulo à integração da paisagem e património nas atividades tradicionais, assim como dinamização das parcerias inovadoras de desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentada e a valorização do património natural e cultural presente também estão presentes ao longo do documento. Por fim, o programa também aposta na criação ou integração de trilhos e pontos de apreciação da paisagem associados ao património natural e cultural presente. Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim às alterações/modificações provocadas nos ecossistemas presentes e consequentemente na paisagem.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos: embora o âmbito das ações previstas na estratégia do PO Alentejo não contemplem uma abordagem direta ao nível dos riscos, o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos atuará nos constrangimentos da região.

Como nota final, existem um conjunto de considerações transversais aos domínios:

- Necessidade definir mecanismos de governação que permitam uma articulação entre o PO Alentejo e o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos de modo a que as ações apoiadas no âmbito destes programas operacionais se constituam oportunidades complementares;
- São identificadas essencialmente algumas necessidades de reforço de mecanismos ou orientações para assegurar a sua conformidade com os principais objetivos do QRE e das estratégias regionais, nomeadamente do PAR, ao nível dos FCD Energia, Qualificação Territorial e Identidade Regional, Recursos Naturais e Paisagem e Património, que se considera que seriam potenciados e melhorados com a internalização das recomendações apresentadas; e
- Proposta de PO bastante positiva, assegurando, apesar da necessidade de aprofundamento ou reforço em alguns objetivos e ações, as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.

Questão 16 - As atividades de conceção e programação do PO ALENTEJO desenvolveram os estudos técnicos necessários para a incorporação destas prioridades horizontais?

A documentação analisada e a informação obtida não demonstram evidências de que tenham sido realizados estudos técnicos específicos relativamente aos princípios horizontais. No entanto, alguns aspetos a ela relativos foram objeto de trabalhos preparatórios, designadamente ao longo de algumas da 30 sessões de trabalho que já referimos (reuniões de trabalho, ciclos de seminários e *workshops*).

Podem destacar-se os *workshops* "Crescimento Inclusivo - Pessoas e Coesão Social: Estratégia de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo Litoral 2014-2020" (Grândola – 11-03-2013) e "Qualificações, Empregabilidade, Coesão Social e Inclusão" (Portalegre, 13-06-2013), onde naturalmente foram debatidos temáticas relacionadas com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e relativas ao princípio da não discriminação. O princípio do desenvolvimento sustentável esteve presente na reunião com CIMAC - Sistema urbano policêntrico e mobilidade sustentável (Évora, 18-02-2013, no Seminário - "Política Nacional de Cidades Sustentáveis" (Mértola, 31-05-2013) e no workshop - "Sistema Ambiental e Energia" (Portalegre, 13-06-2013).

Questão 17 - No SWOT apresentado, há alguma preocupação explícita de análise de necessidades em matéria de princípios horizontais?

A matriz SWOT identifica como pontos fracos alguns problemas sociais relacionados com o princípio da não discriminação. São assim elencados, como pontos fracos regionais:

- dificuldades de acessibilidade aos equipamentos sociais e de saúde por população residente, em áreas mais afastadas dos centros urbanos;
- o nível de envelhecimento da população ativa e as consequentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho,
- os elevados níveis de desempregos dos mais jovens e de desempregados de longa duração
- baixos níveis de escolaridade e elevada taxa de abandono escolar
- situações de exclusão social

Estes pontos fracos são entraves ao cumprimento de objetivos de inclusão e de coesão social da Região do Alentejo. Assim, estratégias relacionadas com uma maior acessibilidade a cuidados de saúde, através do uso da telemedicina ou intervenções complementares entre instituições privadas e IPSS; projetos de atracão de população ativa para uma revitalização demográfica e de inversão dos baixos níveis de qualificação, e ainda ações de dinamização de atividades e emprego pelas organizações da economia social são consideradas oportunidades capazes de mitigar estes problemas regionais e permitir um desenvolvimento harmonioso da região.

Relativamente ao **princípio do desenvolvimento sustentável**, a matriz SWOT aponta como pontos fracos regionais aspetos relacionados com:

- Fraca articulação entre as atividades económicas locais e o território, ao nível da gestão sustentável dos recursos naturais;
- Fragilidades na estratégia regional de gestão dos recursos hídricos, dispersão e multiplicidade de sistemas de abastecimento de água de pequena dimensão, perdas de água significativas nas redes de abastecimento humano e agrícola e pressões significativas nas águas subterrâneas e superficiais
- Agravamento da suscetibilidade à desertificação do território, proveniente da intensificação de fenómenos extremos, do despovoamento e da debilidade económica;
- Inexistência de um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos que permita a abordagem de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, flexível e reativa.

Aponta, ainda como ameaças da região do Alentejo: a degradação ambiental (solo, água, biodiversidade e paisagem) nas áreas de clima semiárido e sub-húmido seco, em resultado da desflorestação, más práticas agrícolas e condições climáticas adversas e os riscos naturais decorrentes dos fenómenos extremos (secas e cheias) e de alterações no ciclo hidrológico.

A fim de atenuar os pontos fracos e as ameaças regionais, levando a região a atingir um nível de desenvolvimento harmonioso e sustentável o sistema ambiental deverá ser uma componente determinante no modelo de desenvolvimento regional. Assim, deverão ser introduzidas novas formas de gestão ambiental e dos recursos hídricos, nomeadamente nas atividades agrícolas; o incentivo a uma utilização mais sustentável dos recursos naturais, através de métodos de gestão mais eficientes com a utilização de energias renováveis e a implementação de estratégias alternativas de eficiência energética. A região deveria realizar uma aposta clara na produção de energias renováveis, potenciando os recursos e o *know-how* existente.

2.5. INDICADORES, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Nota preliminar

A análise do sistema de indicadores estabilizados pela versão do PO de 14 de Agosto de 2014 sob avaliação é realizada de forma aprofundada no anexo nº 10 que integra o presente relatório. Nesta parte do corpo do relatório anotam-se as ideias principais que relevam da resposta às questões de avaliação. Em termos de contextualização das respostas às questões de avaliação, deve referir-se que em matéria de análises de fundamentação técnica da meta-informação e da meta-alimentação do sistema de indicadores, a equipa de avaliação dispôs apenas como recurso complementar ao texto final do PO uma folha EXCEL complementar. Neste suporte, constam algumas notas que podem ser consideradas para alguns indicadores elementos esclarecedores quanto á meta-informação do indicador e sobretudo quanto aos métodos de cálculo de metas e indicadores de desempenho. Mas, tal como consta do referido anexo nº 10, o material disponível em termos de meta-informação e meta-alimentação do sistema é bastante parco, afetando a resposta às questões de avaliação.

Questão 18 - Os indicadores de realização e de resultado previstos para o PO cobrem de forma adequada e suficiente os seus principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir bem o seu desempenho global?
Questão 24 - Os indicadores de resultado, embora em número limitado permitem aferir os progressos na concretização dos objetivos (para o grupo, território, setor ou outra finalidade)?

A AEA regista a apreciável evolução observada no sistema de indicadores do PO, em alguns casos acolhendo sugestões e recomendações de relatórios de AEA anteriores. As notas de análise expostas de seguida visam melhorar ainda algumas dimensões menos conseguidas e suprir lacunas ainda observadas.

- EP 1: Constitui o eixo de maior evolução e consistência nos indicadores propostos. Regista-se a opção assumida de combinação entre indicadores produzidos pelo SI do PO e por recurso a informação INE; nesta última, os indicadores de resultado construídos com informação INE requerem a explicitação da sua regionalização possível e sobretudo a ponderação comparativa entre o universo das empresas apoiadas e o do tecido empresarial regional;

- EP2: Apenas dois de quatro tipos de operações são cobertos (ação social escolar e projetos complementares de atividades letivas, sendo este último muito complexo pela diversidade de atividades, exigindo no entender da AEA indicadores de realização complementares. O indicador "taxa de cobertura de crianças no pré-escolar" não tem correspondência em matéria de realização. A opção por indicadores de resultado para o abandono escolar e CET centrados na dimensão diploma é, segundo a AEA, redutor, exigindo informação complementar. A questão da relação do número de doutorados com a EEI – Alentejo não é medida;

- EP3: Respeito quase integral por orientações de Indicadores Comuns Comunitários (ICC) e progressos evidentes em termos de indicadores de resultado, valorizando a combinação Si do PO com fontes exteriores (IPCTN, DGEEC, INE – Sistema de Contas Integradas e Inquérito Comunitário à Inovação). Aspeto crítico a ponderar: a relação entre a massa de empresas/entidades apoiadas e a massa de empresas/entidades que integram as bases acima referidas, questão essencial no âmbito da questão de avaliação nº 24;

- EP4: Regista-se a boa prática de inclusão de indicadores de satisfação, um estímulo ao PO para investir na produção de indicadores próprios de resultados. No caso do OT 9, a AEA entende que o indicador de satisfação deveria ser substituído por um indicador de medida da melhoria das condições sociais nas áreas urbanas intervencionadas.

- EP5: A AEA propõe indicadores de resultado e de realização adicionais (ver tabela abaixo) para cobertura de objetivos específicos, embora se verifique a plena cobertura do regulamento FSE;

- EP6: Significativa melhoria operada, embora ainda com lacunas. Na PI 9.7 propõe-se um indicador de resultado complementar centrado na medida de resultados físicos derivados da readaptação de equipamentos, combinado com o indicador de satisfação por inquirição. Duas

insuficiências claras devem ser resolvidas: o indicador de resultado de inovação social é pobre e praticamente similar ao de realização (novas soluções desenvolvidas), exigindo a explicitação dos critérios e dimensões dessas novas soluções; o indicador "grau de concretização de estratégias" é vago e sem dimensões de análise, prejudicando a resposta à QA nº 24;

- EP7: Forte alinhamento com o GT da SEUER, mobilizando essencialmente informação produzida a nível nacional, não sendo ainda totalmente claro se para as áreas urbanas a intervencionar haverá cobertura de indicadores. Propõe-se um indicador de realização complementar abrangendo o nº de intervenções de transporte urbano e de melhoria da mobilidade. O indicador de resultado respeitante à habitação social opta pela certificação do edificado e não pela redução do consumo de energia, pressupõe-se por questões de fiabilidade estatística, mas não é dada explicação para essa opção.

- EP8: A AEA critica a opção de considerar como resultado das intervenções no património cultural e natural apenas a dimensão das dormidas turísticas, cuja melhoria pode ser também fundamentalmente associada aos apoios que o EP1 (e parcialmente também o EP3) concederá aos operadores no setor. É redutor e corre o risco de não medir o resultado da intervenção. A AEA propõe um indicador de resultado adicional de aumento de nº de visitantes de projetos culturais.

- EP9: A AEA regista sobretudo a pobreza do indicador de resultado relativo à capacitação, que se confunde com o de realização, exigindo-se a definição de algumas dimensões objetiváveis de capacitação.

Embora globalmente os indicadores satisfaçam as necessidades de cobertura dos objetivos de cada PI, a equipa de AEA preparou uma bateria de indicadores que sugere de seguida. Existem dois tipos de indicadores sugeridos: complementares e substitutos. Os indicadores complementares (de realização e resultado) procuram alargar a cobertura do objetivo específico e das tipologias de ação. Os indicadores de substituição procuram ajustar o indicador ao Regulamento FSE/FEDER ou reorientar o indicador para o resultado em vez da realização (e vice-versa). No **anexo n.º 10**, mais especificamente no espaço dedicado à resposta individualizada às questões de avaliação por eixo, preparou-se uma fundamentação para cada seleção dos respetivos indicadores.

Quadro n.º 12 - **Bateria de Indicadores sugeridos**

EP	PI	Indicador sugerido	Comple-mentar	Substi-tuição
1	3.3	Proporção das vendas de novos produtos e serviços (em relação ao valor das vendas total) – resultado	X	
	3.1	(Número de) projetos de estímulo ao empreendedorismo qualificado e criativo – realização	X	
2	10.2	"% de participantes certificados com nível ISCED 5 (abrangidos/diplomados)" "% de diplomados TeSP no total de diplomados do ensino superior" resultado	X	
	10.4	"% de jovens que completaram percursos de pós-secundário (abrangidos /diplomados) - resultado		
3	1.1	(Número de) investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação apoiadas - realização	X	
	1.1.	Número de empresas em cooperação com instituições de investigação - realização	X	
4	4.5.	(Número de) intervenções de transporte urbano e de melhoria da mobilidade" – realização	X	
	6.5	Número de projetos de reabilitação apoiados - realização	X	
5	8.3	"(Número de) postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 6 meses após o apoio - resultado	X	
	8.9	(Número de) postos de trabalho criados, que permanecem 6 meses após o fim do apoio – resultado		X
	8.5	(Número de) doutorados e pós doutorados contratados por empresas apoiadas; idem mestres– realização	X	
6	9.7.	(Número de) vagas criadas através dos processos de adaptação da rede - resultado	X	
7	4.5	(Número de) intervenções de transporte urbano e de melhoria da mobilidade"- realização	X	X
8	6.3	Acréscimo do número de visitantes de projetos culturais – resultado	X	
	6.3.	Número de projetos apoiados - realização		X
	6.5.	(Número de) projetos de reabilitação apoiados - realização	X	
9	11.1.	(Proporção de) serviços envolvidos em processos de capacitação - resultado	X	
	11.1.	N.º de serviços da administração pública apoiados - realização	X	

Questão 19 - Esses indicadores apresentam uma designação inequívoca e uma definição clara proporcionando uma interpretação normativa?

Os indicadores não levantam grandes problemas de clareza e são globalmente inequívocos. Ainda assim, as designações dos indicadores de realização do EP 1 são claras, mas não estão totalmente alinhadas com as designações do Regulamento. No EP2, a AEA regista apenas insuficiências na clareza dos indicadores relativos ao abandono escolar em função das características dos públicos e o indicador relativo a doutoramentos não menciona a importante articulação com as opções da EEI Alentejo. Quanto ao EP 3, o indicador "empresas que cooperam com instituições de investigação (ICC)" não define o universo com clareza, ficando a dúvida se são contabilizadas todas as cooperações entre o tecido empresarial e as infraestruturas de investigação ou apenas as empresas apoiadas para projetos de cooperação com instituições de investigação. Ainda assim, uma vez que a fonte de alimentação é o sistema de informação do PO Alentejo, remete-nos para o universo de apoio, ou seja, a segunda hipótese. Relativamente ao EP 4, a não explicitação das dimensões de satisfação a inquirir penaliza a sua interpretação e relação com os objetivos do EP. No EP 5, a expressão grau de concretização de estratégias carece de explicitação, pelo menos em termos de dimensões e critérios. No EP 6, são sobretudo os indicadores de satisfação que exigem clarificação de dimensões de satisfação a inquirir, pelo menos das dimensões de qualidade de vida que serão objeto dessa inquirição. Os indicadores de realização do EP 7 apresentam caraterísticas de subjetividade: a avaliação do "consumo melhorado" é subjetiva. No EP 8 é sobretudo a necessidade de clarificação das dimensões de satisfação das intervenções urbanas a inquirir que suscita comentário apresenta indicadores claros e inequívocos, embora os indicadores de realização necessitem de alguma adaptação ao Regulamento FEDER.

Questão 20 - A sua forma de cálculo está devidamente enunciada?

A AEA dispôs apenas de uma folha EXCEL complementar, na qual a meta-informação dos indicadores é praticamente inexistente. No caso do recurso a informação de âmbito nacional (caso sobretudo dos EP

1, 3, 4, 6 e 7), essa meta-informação está disponível nas entidades fonte dessa informação, caso do Sistema de Contas Integradas INE, IPCTN, Inquérito Comunitário à Inovação, por exemplo. Nestes casos, o problema principal está na possibilidade de regionalização da informação sem perder representatividade e significância estatística. No caso do EP6, em que há recurso a bases de informação da ERTA, não foi possível verificar se essa meta-informação está disponível. Globalmente, a AEA entende que o PO Alentejo deve dispor de um manual público respeitante à meta-informação que integra o sistema de indicadores. Por outro lado, o recurso a indicadores de satisfação a construir pelo PO é pioneiro e pode constituir uma boa prática futura, mas não existe ainda material relativo ao processo de inquirição a desenvolver e á explicitação das dimensões de satisfação a contemplar.

Questão 21 - Os valores de partida (baselines) e os valores das metas estão devidamente calculados, sendo clara e explícita a sua forma de cálculo?

A resposta a esta questão de avaliação tem duas dimensões.

A primeira diz respeito à dimensão do progresso assinalável que foi observado na cobertura de metas e de *baselines*. Algumas não coberturas de valores de partida respeitam a questões óbvias de se tratar de situações novas sem histórico (indicadores de satisfação ou medidas novas como os TeSP). O único caso observado de trabalho em curso é o da inovação social, que se reflete aliás (ver questão 18) na qualidade baixa do indicador de resultado.

A segunda dimensão respeita à explicitação do seu método de cálculo. A folha EXCEL complementar é parca nessa matéria. O PO Alentejo não dispõe, aparentemente pelo menos, de um documento técnico global sobre a justificação técnica das metas adotadas e a sua relação com o diagnóstico estratégico. Conhecem-se apenas alguns casos em que a meta é calculada segundo uma equação muito utilizada noutros PO: a relação entre custos unitários de intervenção relacionados e a dimensão financeira da prioridade é o principal meio de cálculo para a determinação da meta.

Questão 22 - As fontes de dados para o estabelecimento dos pontos de partida e para os valores das metas são conhecidas?

A AEA sustenta que existe pouca informação técnica disponível para responder a esta questão.

A evolução operada na identificação de fontes para o estabelecimento de pontes de partida foi muito significativa até a versão do PO de 15 de agosto de 2014. Observa-se de facto o esforço dos GT temáticos na identificação dessas fontes, embora em alguns casos não esteja garantida a regularidade da sua regionalização.

No que respeita às fontes de dados para a determinação de metas, elas coincidem na sua grande maioria com as fontes das baselines, com exceção dos casos em que se trata de fontes novas de informação, caso dos indicadores de satisfação e de medidas novas ainda não inscritas no sistema de informação das entidades públicas que as tutelam, caso dos TeSP, por exemplo. A meta de indicador de resultado para o objetivo específico de reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário (taxa de cobertura de crianças no pré-escolar associada aos contratos de desenvolvimento) não aparece discriminada, bem como no caso dos CTSP – ISCED 5. No caso dos indicadores de satisfação, a fonte (inquirição) está identificada, mas sem qualquer explicitação da mesma.

Questão 23 - Está garantida a robustez – fiabilidade das fontes de dados, representatividade das amostras, para o caso dos indicadores de resultado FSE? São suficientemente próximos das intervenções apoiadas, de modo a não serem demasiado afetados por fatores externos à intervenção, permitindo assim avaliar em que medida cobrem as principais mudanças atribuíveis ao PO?

O PO Alentejo opta nesta matéria por uma estratégia que combina o recurso a inquirições a realizar pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) na medida em que acolhe o SI FSE para indicadores de mais longo prazo, informação administrativa proveniente do próprio PO fornecida pelo seu SI e inquirições a realizar, presume-se, pelo próprio Si do PO. É o caso, por exemplo, dos indicadores de resultado relativos ao eixo 5: “Participantes empregados 6 meses depois de ter participado num estágio na administração local”, “postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses

após o apoio" e "pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontram empregados 6 meses após o apoio". A referência que consta da versão do PO em avaliação indica que a fonte a utilizar é o SI PO e a base anual. Mas não é claro se estes indicadores são calculados por amostragem ou se o SI fornece informação para todo o universo. Trata-se de matéria que não está explicitada no PO.

Nesta matéria, há riscos de forte influência de contexto, uma vez que se recorre a indicadores agregados de universo alargado. Nas prioridades 8.1, 8.3 e 9.1 existem informações a recolher através do Ministério do Emprego e da Segurança Social. Para controlar a informação de forma especializada e individualizada, sugere-se que se adotem fontes de informação internas ao PO Alentejo ou ao Sistema de Informação (FSE). Os restantes indicadores não referenciados recorrem ao SI (FSE).

Questões de fundamentação de baselines, metas e milestones:

Questão 25 - A situação de referência (baseline) definida para os indicadores do PO (incluindo os indicadores comuns europeus previstos na proposta de regulamento e que se aplicam ao mesmo, face às ações que prevê apoiar), quando possível/aplicável, está devidamente fundamentada? As metas propostas no âmbito do quadro de performance, incluindo as metas ou objetivos intermédios (milestones), são realistas e adequadas face aos objetivos e prioridades do PO?

O material técnico de suporte ao PO disponível para a equipa de avaliação responder a esta questão de avaliação é parco em informação que a permita fundamentar.

Os valores de referência utilizados correspondem aos indicadores disponíveis para a data mais recente possível, mas de acordo com os elementos utilizados a sua correspondência com o diagnóstico estratégico do PO é praticamente inexistente. Do mesmo modo, o PO é praticamente omisso quanto à justificação das metas assumidas face aos objetivos estratégicos inicialmente fixados.

No que respeita à definição dos indicadores para o quadro de desempenho, se excetuarmos algumas metas, cuja definição é realizada pelo confronto entre custos unitários de intervenção e dimensão financeira disponível, não está disponível, pelo menos nos elementos facultados à equipa técnica, fundamentação para os valores assumidos. Designadamente, não há qualquer referência ao histórico de programações anteriores, que poderiam funcionar como elementos de credibilização da capacidade de absorção de apoios e de gestão dos mesmos.

Não há também no PO fundamentação técnica explícita para as metas intermédias, com exceção de uma atitude global de prudência face às consequências antecipáveis de um desempenho não atingido. Esta estratégia tenderá inevitavelmente a pressionar a execução do PO no período final da programação. Há casos particularmente prudentes na fixação das metas intermédias (2018), como acontece por exemplo com os indicadores do EP3, designadamente do número de empresas que cooperem com instituições de investigação. Presume-se que a AG do PO considere que se trata de domínio de gestação lenta de captação de empresas a apoiar, mas não há uma fundamentação explícita para o justificar. Em contrapartida, por exemplo, no EP5, a meta intermédia para o indicador "Pessoal altamente qualificado contratado pelas empresas" a meta já não se pauta por essa prudência (104 em 2018 para 174 em 2023) e não há fundamentação explícita para explicar essa diferença de grau prudencial na definição de metas intermédias. Essa gestão prudencial regressa no EP 7 para os indicadores de redução de consumo de energia empresarial e de agregados familiares com consumo melhorado, também sem explicação aparente. Já no que respeita ao EP 8, o quadro de desempenho em termos físicos limita-se ao indicador "aumento esperado de visitantes nos sítios e atracões culturais ou naturais apoiados" e neste caso não é líquido que estejam asseguradas à partida a existência de condições de informação nos projetos apoiados (bilhética ou sistemas informáticos de controlo de entradas e visitas), cruciais para assegurar a alimentação do indicador. A montagem destes sistemas pode justificar a gestão prudencial do indicador, mas não existe informação para o poder afirmar.

Questão 26 - Os dispositivos previstos para assegurar a monitorização e a avaliação do PO levam em consideração a experiência de anteriores períodos de programação e o contexto institucional do país (em particular no que respeita à coordenação entre fundos, sistema de informação de suporte e de avaliação, capacitação institucional e simplificação administrativa)? Os recursos previstos para esse efeito são adequados (em quantidade e qualidade), no quadro das restrições

existentes? Os dispositivos previstos têm em conta os objetivos de simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO?

Estas questões não dizem respeito apenas ao PO Alentejo, em avaliação, mas sim ao conjunto de PO para o período 2014-2020, já que o exercício de programação (incluindo as cadeias de programação e as poucas especificações já conhecidas para os sistemas de gestão, monitorização e avaliação) está a ser realizado de forma global, com opções harmonizadas. Nesse sentido, algumas das opções nestas matérias que serão aplicadas ao PO Alentejo são as que constam na proposta portuguesa para o Acordo de Parceria.

A análise realizada permite concluir que há um encadeamento e alinhamento entre os princípios aplicáveis à gestão definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, no Acordo de Parceria e nas opções ao nível do PO, respeitando o quadro regulamentar europeu aplicável. Pode concluir-se que há uma coerência global no conjunto destes dispositivos de coordenação, monitorização e avaliação.

Já no que respeita à incorporação da aprendizagem com a experiência de anteriores períodos de programação, há dois patamares de resposta.

Do ponto de vista (i) da arquitetura do sistema, adotou-se declaradamente uma solução de continuidade face ao modelo do ciclo 2007-2013, com o objetivo de capitalizar a experiência consolidada ao nível nacional e regional, o que é reconhecido pela própria AEA do AP. Esta opção é, em grande medida, justificada pela necessidade de racionalizar os recursos de gestão, num quadro de contenção de despesa pública. O modelo para o PO Alentejo (e para todos os PO Regionais do Continente) prevê os seguintes níveis:

- Coordenação política (Comissão Interministerial de Coordenação);
- Coordenação técnica geral dos FEEI (da responsabilidade da ADC);
- Auditoria (Inspeção-geral das Finanças);
- Certificação (também exercida pela ADC, em unidade segregada);
- Gestão (CCDR Alentejo);
- Acompanhamento (Comissão de Acompanhamento).

Há, efetivamente, uma simplificação ao nível dos órgãos de coordenação política e técnica, que se pode considerar em linha com algumas questões assinaladas nas avaliações de operacionalização dos Programas Operacionais Regionais do QREN 2007-2020. Nesses casos, os PO não eram multi-fundos (pelo que pode ser vantajosa a fusão dos diversos organismos que integram a ADC) e a coordenação política era assinalada como pouco eficaz. No entanto, estas vantagens apenas serão efetivas se for possível operacionalizar a ambição simplificadora, e os efeitos ao nível da racionalização e ganhos de eficiência dependerão mais dos meios disponíveis, da capacidade da sua otimização e da simplificação dos próprios mecanismos regulamentares, que ainda não estão definidos, do que do desenho conceptual.

O segundo patamar para a resposta corresponde à (ii) mudança de escala de análise, e a resposta não pode ser, neste caso, tão afirmativa. Tudo indica que pelo menos um elemento de aprendizagem não foi devidamente apropriado: a preparação atempada de todo o processo de implementação do quadro de intervenção dos FEEI para o período 2014-2020, seja pelas instâncias regionais, seja pelas nacionais e comunitárias.

A indefinição que tem pautado este momento de avaliação tem acentuado as seguintes dimensões:

- O contexto não é favorável à implementação atempada das novas soluções, por muito que estas venham dar continuidade às anteriores
    - a fase de arranque do novo PO Alentejo coincide, temporal e institucionalmente, com o encerramento do PO Alentejo, o que tem implicações globais ao nível da compatibilização dos dois processos à data de redação deste relatório;
    - a atividade da ADC ainda aparece fragmentada, incluindo no acompanhamento da própria AEA; os PO, e o próprio AP, cuja entrada em vigor seria em princípio 1 de janeiro de 2014, ainda não estão em versão final nem aprovados pela Comissão Europeia; as orientações para os promotores sobre prioridades, questões regulamentares e operativas e critérios de apreciação de projetos ainda não são conhecidas); e,

- sobre o domínio do sistema de informação, monitorização e avaliação não se pode considerar que existam opções estabilizadas.

Há pelo menos um domínio, esse de responsabilidade do próprio PO, em que o recurso aos ensinamentos de períodos de programação anteriores poderia ser mais explícito, com vantagem para a fundamentação das opções assumidas. A nossa referência respeita à utilização de valores históricos de programação anterior para avaliar da justeza de algumas metas finais e intermédias. Há domínios de programação novos que impedem essa metodologia. Mas há outros domínios, designadamente no âmbito do FSE e até de FEDER-empresas em que os valores da absorção regional no período 2007-2013 em contexto de agravamento da situação macroeconómica poderiam ajudar a fundamentar a gestão prudencial das metas intermédias. A AEA não recolheu evidência explícita dessa possibilidade.

Questão 27 - Que avaliações devem ser promovidas para aferir, designadamente, os impactos do PO face aos objetivos e prioridades definidas? Que requisitos devem ser assegurados em matéria de informação de suporte, para permitir ou facilitar a realização dessas avaliações?

Avaliações temáticas necessárias

De acordo com a AEA e tendo por referência essencialmente a teoria da programação do PO Alentejo, propõem-se as seguintes avaliações temáticas para medida de impactos face aos objetivos e prioridades definidas:

- Avaliação da capacidade de absorção revelada pelo tecido empresarial da região Alentejo dos apoios e incentivos do PO Alentejo no âmbito das prioridades de investimento mobilizadas pelos OT 1 e 2 e da capacidade do PO conceber esses apoios em função das características desse tecido empresarial;
- Avaliação do contributo da EEI – Alentejo para a consolidação de um Sistema Regional de Inovação Alentejo, tendo em vista uma interação mais sistemática entre o tecido empresarial da Região e o conhecimento científico e tecnológico nela produzido e a tipologia de apoios proporcionados pela programação neste domínio;
- Avaliação do contributo do PO Alentejo para a ocorrência de efeitos combinados de inovação e internacionalização dos apoios do PO, incluindo a formação avançada de recursos humanos e os apoios à inserção de mestrados e doutoramentos nas empresas;
- Avaliação da capacidade revelada pelo PO Alentejo de integração de instrumentos FEDER, FSE e FEADER na promoção do desenvolvimento endógeno e na resposta a situações de exclusão social;
- Avaliação dos níveis de integração das contratualizações ITI PO Alentejo e ITI PO Temáticos que venham a ser concretizadas pelas diferentes CIM;
- Avaliação do contributo das intervenções focadas nos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes, por um lado, e nos Centros Urbanos Complementares, por outro, para a promoção da coesão territorial da Região Alentejo e para os efeitos económicos das mais valias ambientais, culturais e patrimoniais.

Domínios de avaliação intercalar

Em estreita articulação com a monitorização estratégica do PO que é descrita no tópico seguinte, alguns dos domínios de avaliação temática de impactos atrás mencionados devem ser objeto de avaliação intercalar, de modo a que os resultados dessas avaliações possam, em conjunto com o processo de monitorização estratégica, permitir reajustamentos da programação:

- Avaliação de resultados esperados em matéria de incentivos I&DT, inovação e internacionalização ao tecido empresarial da Região;
- Avaliação de resultados esperados em matéria dos novos instrumentos de programação FSE aplicados pelo PO Alentejo;
- Avaliação do grau de concretização da EEI Alentejo;
- Avaliação de resultados esperados dos ITI CIM contratualizados com o PO Alentejo e com os PO Temáticos envolvidos;
- Avaliação dos resultados esperados em matéria de combate ao abandono escolar.

Monitorização estratégica de questões decisivas da programação e indicadores de alerta

Face à natureza inovadora da programação e os fatores críticos de programação do PO Alentejo identificados pela AEA, a monitorização estratégica, devidamente alimentada pelos processos de avaliação intercalar, assumem uma relevância estratégica, sendo necessário:

- Estabelecer mecanismos de reporte entre os indicadores de resultado do PO e as metas estratégicas globais do PO Alentejo, sobretudo através da identificação de painéis de projetos (tipologias de operações) considerados críticos nessa matéria;
- Constituir painéis de projetos para acompanhamento sistemático nas seguintes áreas: (i) translação de conhecimento científico e tecnológico para o tecido empresarial; (ii) grau de concretização da EEI Alentejo; (iii) intervenções de desenvolvimento urbano sustentável; (iv) adaptação dos padrões de investimento municipal às novas orientações resultado da programação e às novas condições de elegibilidade; (v) ITI PO Alentejo (acompanhar de perto dois casos de ITI); (vi) Articulação de ITI e DLBC;
- Acompanhar evolução de indicadores resultado nas áreas temáticas atrás definidas.

No sentido de potenciar as propostas anteriores, a AEA considera relevante:

- O robustecimento e consolidação do sistema de indicadores de desenvolvimento regional;
- O *upgrade* do sistema de informação/indicadores, para além dos limites do estritamente necessário em termos formais de programação e contratualização com a CE, que (i) dê maior amplitude na monitorização de resultados relacionados com as principais prioridades estratégicas e metas regionais, (ii) se relacionem inequivocamente com os indicadores de desenvolvimento regional acima referidos e evidenciem a relação entre ação e contexto e (iii) permitam monitorizar resultados para além do tempo formal de encerramento das operações no PO (p. ex., através de processos de inquirição de beneficiários ou de obrigações de prestação, por estes, de informação para além desse prazo);
- A opção por domínios temáticos de avaliação intercalar do PO Alentejo 2014-2020 relacionados com os fatores críticos de programação identificados pela AEA, dada a natureza fortemente complexa do PO em termos de eixos prioritários, prioridades de investimento e objetivos específicos que exigirão, por isso, avaliações circunscritas de toda a intervenção do PO;
- O estabelecimento de nexos regulares entre a monitorização estratégica do PO e os resultados temáticos da avaliação intercalar.

Requisitos em matéria de informação de suporte

Parte desta dimensão da questão 27 está já anteriormente respondida, mas no entender da AEA justificam-se as seguintes informações complementares:

- Garantir no caso dos sistemas de incentivos (sempre em articulação com o POT Competitividade e Internacionalização) informação *pré e pós projeto* para projetos com informação de encerramento pelo menos nas seguintes variáveis: (i) nº de trabalhadores com licenciatura, mestrado ou doutoramento em % do total de trabalhadores; (ii) VAB /Trabalhadores; (iii) % de vendas para mercados externos; (iv) Grau de autonomia financeira; (v) % despesas de aquisição de equipamento, maquinaria e software no total de investimento; (vi) % de despesas de I&D in house e exterior à empresa no total de investimento;
- Garantir baterias de indicadores de resultado para amostras de projetos com informação de encerramento.

2.6. CONSISTÊNCIA DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Q22. Os recursos alocados ao PO são coerentes face aos desafios e necessidades identificadas, assegurando uma adequada concentração dos mesmos nas mais relevantes?

No período de programação 2014-2020 a Região Alentejo beneficia de um reforço dos fundos do seu Programa Operacional Regional, por um lado, por via da integração direta do FSE (com uma dotação que representa cerca de 29% do montante aprovado pelo POPH para a Região Alentejo, em 31 de Dezembro de 2013), e por outro, pelo ligeiro acréscimo na dotação FEDER (mais 44 Milhões de euros),

beneficiando de um pacote financeiro de quase 1.083 Milhões de euros, dos quais cerca de 83% do FEDER.

O EP 1 Competitividade e Internacionalização das PME concentra cerca de 1/3 da dotação do Programa, seguido do EP 2. Ensino e Qualificação do Capital Humano (12,1%), do EP 4. Desenvolvimento Urbano Sustentável (11,7%) e do EP 6. Coesão Social e Inclusão (10,1%). Os EP 7. Eficiência Energética e Mobilidade, EP 5. Emprego e Valorização Económica de Recursos endógenos, EP 3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e EP 8. Ambiente e Sustentabilidade seguem-se, por ordem decrescente, na atribuição dos recursos financeiros disponíveis, com dotações que representam entre os 9,5% e os 5,3%. Finalmente, o EP 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa e a Assistência Técnica são os Eixos com menores recursos alocados.

Esta distribuição de recursos afigura-se coerente com a Estratégia definida para a Região e com as necessidades identificadas, concentrando os recursos na promoção da competitividade das empresas, na valorização do capital humano, no desenvolvimento urbano sustentável e na coesão e inclusão social e, cumprindo, igualmente, as regras regulamentares relativas à concentração temática FEDER, com os OT1, 2, 3 e 4 a representarem mais de 50% da dotação FEDER do Programa.

Nos pontos seguintes analisa-se mais detalhadamente a distribuição financeira, nomeadamente, com base nos recursos afetos por Domínio de Intervenção, sistematizando-se alguns elementos de reflexão, por Eixo Prioritário.

Quadro n.º 13 - **Distribuição da Comparticipação Comunitária, por Eixo Prioritário**

Eixos	OT	FEDER (euros)	FSE (euros)	Total (euros)	%
EP1. Competitividade e Internacionalização das PME	3	363.473.288	-	363473.288	33,6
EP2. Ensino e Qualificação do Capital Humano	10	41.881.776	89.462.219	131.343.995	12,1
EP 3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	1	67.904.214	-	67.904.214	6,3
EP 4. Desenvolvimento Urbano Sustentável	4, 6 e 9	126.911.484	-	126.911.484	11,7
EP 5. Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	8	23.608.195	58.314.770	81.922.965	7,6
EP 6. Coesão Social e Inclusão	9	76.710.345	32.728.009	109.438.354	10,1
EP 7. Eficiência Energética e Mobilidade	4	102.872.530	-	102.872.530	9,5
EP 8. Ambiente e Sustentabilidade	6	57.114.962	-	57.114.962	5,3
EP 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	2 e 11	7.097.579	4.200.000	11.297.579	1,0
Eixo 10 Assistência Técnica		30.665.000	-	30.665.000	2,8
TOTAL		**898.239.373**	**184.704.998**	**1.082.944.371**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

A concentração de 40% da dotação FEDER e 1/3 da dotação total do PO Alentejo no EP1. (OT3. Reforçar a competitividade das PME) é coerente com as prioridades de intervenção no horizonte 2020 de "Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região" e com a necessidade de ultrapassar as fragilidades identificadas e os constrangimentos de contexto. Refira-se que, face ao período de programação 2007-2013, existe um aumento dos recursos dirigidos à competitividade das empresas (o FEDER aprovado, até ao final de 2012, pelo INALENTEJO, nos vários Sistemas de Incentivos às empresas e no Sistema de Incentivos às Ações Coletivas, ascendia a cerca de 200 Milhões de euros), sendo necessário uma estratégia de dinamização ativa do investimento empresarial.

Quadro n.º 14 - **Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP1, por Domínio de Intervenção**

Domínio de Intervenção	Investimento FEDER	
	Montante (€)	%
1 - Investimento produtivo genérico em pequenas e médias empresas	115.770.304	31,9
66 - Serviços avançados de apoio a PME e grupos de PME (incluindo serviços de gestão, marketing e design)	157.534.182	43,3
67 - Desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo apoio a empresas derivadas (spin-outs) e a novas empresas (spin-offs)	21.522.434	5,9
69 - Apoio a processos de produção amigos do ambiente e a medidas de eficiência dos recursos nas PME	14.471.288	4,0
72. Infraestruturas comerciais para PME (incluindo instalações e parques industriais)	10.761.217	3,0
75. Desenvolvimento e promoção de serviços comerciais turísticos em ou para PME	28.942.576	8,0
77. Desenvolvimento e promoção de serviços culturais e criativos em ou para PME	14.471.288	4,0
TOTAL	**363.473.288**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

A relevância em termos de afetação de recursos ao EP2. Ensino e Qualificação do Capital Humano (com 12,1% da dotação total disponível e quase metade do FSE), justifica-se face aos desafios existentes, em termos quer de combate ao abandono e insucesso escolares e de melhoria dos níveis de habilitação e qualificação da população, quer de reorganização e qualificação do Ensino Superior, Tecnológico e Profissional e da formação técnica especializada, quer ainda de qualificação das infraestruturas de ensino e formação da Região.

Em termos de Domínios Prioritários, observa-se uma concentração na "Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente", com 45% da dotação FSE deste EP e cerca de 1/5 da dotação FSE total do Programa. Questiona-se se esta dotação não estará sobredimensionada, nomeadamente tendo em consideração que apenas se refere a apoios a Cursos Técnicos Superiores Profissionais, a Programas de Doutoramento e Pós-Doutoramento no âmbito da Estratégia Regional de Especialização inteligente (EEI Alentejo) e a Apoios a estudantes do ensino superior, nomeadamente Bolsas de Ensino Superior para alunos carenciados deslocados para Instituições de Ensino Superior da Região (mobilidade).

Relativamente aos montantes alocados ao Domínio de Intervenção 115 "Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil e primária" e ao Domínio 118. "Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho", os montantes alocados afiguram-se coerentes com as ações a financiar e os objetivos a alcançar. Situação semelhante à verificada nos Domínios de Intervenção do FEDER no EP2., onde se considera que a distribuição financeira é coerente com as necessidades de melhoria dos vários tipos de infraestruturas de ensino e formação.

Quadro n.º 15 - **Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP2, por Domínio de Intervenção**

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
115 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária (…)	35.784.888	40,0
116 - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente (…)	40.257.999	45,0
118 - Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade (…)	13.419.333	15,0
TOTAL FSE	**89.462.220**	**100,0**
49 - Infraestruturas educativas para o ensino superior	6.282.266	15,0
50 - Infraestruturas educativas para o ensino e formação profissional e a educação de adultos	12.564.533	30,0
51 - Infraestruturas educativas para o ensino escolar (ensino básico e secundário)	18.846.799	45,0
52 - Infraestruturas de ensino pré-escolar e de cuidados infantis	4.188.178	10,0
TOTAL FEDER	**41.881.776**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

A consolidação do Sistema Regional de Inovação, como instrumento de grande importância para a transformação do tecido empresarial e a atração de investimento, tanto em setores tradicionais da especialização do Território, como em setores emergentes, reflete-se na dotação financeira canalizada para o EP3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, o qual concentra cerca de 6,3% da dotação FEDER do Programa.

A dotação financeira alocada a este EP e a distribuição por Domínio Temático são coerentes com a ambição da Região, nomeadamente tendo em conta o perfil de apoios concedidos pelos Sistemas de Incentivos às empresas no período de programação 2007-2013. Até ao final de 2012, o INALENTEJO tinha projetos aprovados no âmbito dos Regulamentos Específicos Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento, Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas e Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica que ascendiam a cerca de 25 Milhões de euros FEDER e o SI I&DT tinha 5 milhões de euros.

Quadro n.º 16 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP3, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
2 - Processos de investigação e inovação em grandes empresas	19.771.264	29,1
56 - Investimento em infraestruturas, capacidades e equipamento em PME diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação	3.545.211	5,2
57 - Investimento em infraestruturas, capacidades e equipamento em grandes empresas diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação	6.590.421	9,7
58 - Infraestruturas de investigação e de inovação (público)	11.762.759	17,3
59 - Infraestruturas de investigação e de inovação (privado, incluindo parques científicos)	4.254.253	6,3
60 - Atividades de investigação e de inovação em centros públicos de investigação e centros de competência, incluindo a cooperação em rede (*networking*)	9.926.590	14,6
61 - Atividades de investigação e de inovação em centros privados de investigação, incluindo a cooperação em rede (*networking*)	3.545.211	5,2
62 - Transferência de tecnologia e cooperação entre universidades e empresas, sobretudo em benefício das PME	1.418.084	2,1
63 - Apoio a grupos de empresas (clusters) e redes de empresas, sobretudo em benefício das PME	3.545.211	5,2
64 - Processos de investigação e inovação nas PME (incluindo «vales», processos, conceção, serviços e inovação social)	3.545.210	5,2
TOTAL	**67.904.214**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

O EP4., Desenvolvimento Urbano Sustentável, é o terceiro com maiores recursos alocados, o que reflete a importância estratégica que o Programa atribui à melhoria das condições de atratividade dos centros urbanos regionais e dos centros urbanos estruturantes. Em termos de Domínios de Intervenção destaca-se a elevada concentração de recursos na "Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais" (quase metade da dotação deste EP).

Quadro n.º 17 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP4, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
44 - Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo)	12.645.594	10,0
54 - Infraestruturas de habitação	15.243.045	12,0
89 - Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	25.913.176	20,4
90 - Ciclovias e vias pedonais	12.645.594	10,0
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	60.464.076	47,6
TOTAL	**126.911.484**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

O EP5. Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos concentra 7,6% da dotação disponível para o PO Alentejo, no período 2014-2020, sendo o segundo EP com mais recursos FSE alocados, o que repercute a importância estratégica da aposta no combate ao desemprego e na promoção da empregabilidade.

Na componente FSE, a distribuição por Domínio de Intervenção evidência uma concentração no Domínio "Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras", o que é coerente com a necessidade de dinamizar a criação de emprego sustentável de cariz local, incentivando e apoiando a capacidade de iniciativa das pessoas e por esta via combater também o desemprego. O montante afeto ao Domínio "Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança", com 35% da dotação FSE deste EP também se afigura coerente nomeadamente tendo em conta o padrão de apoios que foi concedido pelo POPH no âmbito dos Programas de Formação-ação e da Formação para a Inovação e Gestão, que, em 31 de dezembro de 2013, tinham aprovado um montante de FSE de 26,5 milhões de euros na Região.

Relativamente à componente FEDER, existe uma concentração dos fundos no Domínio "Desenvolvimento das atividades PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo o apoio a empresas derivadas, (spin-outs) e novas empresas (spin-offs)", o que é coerente com a necessidade de dinamização e de promoção do empreendedorismo e da capacidade empreendedora da Região. A afetação de ¼ dos recursos financeiros deste EP no Domínio "Apoio a empresas sociais" também se afigura coerente com a referência ao longo do texto do Programa da necessidade de dinamização do empreendedorismo social.

Quadro n.º 18 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP5, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
102 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores	14.578.693	25,0
104 - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	23.325.908	40,0
106 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	20.410.170	35,0
TOTAL FSE	**58.314.770**	**100,00**
67 - Desenvolvimento das atividades PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo o apoio a empresas derivadas, (spin-outs) e novas empresas (spin-offs)	13.367.831	56,6
73 - Apoio a empresas sociais (PME)	5.729.070	24,3
95- Desenvolvimento e promoção de serviços públicos culturais e patrimoniais	4.511.294	19,1

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

Os recursos financeiros do EP 6. Coesão Social e Inclusão afiguram-se coerente com seu campo de atuação e com a importância que as dimensões da inclusão social assumem em contextos territoriais como o do Alentejo, salientando-se a alocação bastante significativa de recursos ao Domínio da inclusão ativa. Na componente FEDER, reconhecendo-se a importância do investimento na melhoria das infraestruturas de saúde questiona-se se não existirá uma sobrevalorização deste Domínio, em contraponto com uma suborçamentação da dotação do Domínio relacionado com outras infraestruturas sociais. A afetação do Domínio infraestruturas de habitação de apenas 3,3 Milhões de euros afigura-se coerente com criação do EP 4. que concentra o apoio ao desenvolvimento urbano sustentável.

No que se refere ao DLBC, a dotação prevista é de cerca de 40 milhões de euros, dos quais 26,6 milhões euros de FEDER e 13 milhões de FSE, o que representa cerca de 22,5% da dotação prevista no AP para o DLBC, sendo que no caso FEDER é quase 1/3 da dotação do País (*Cf.* Quadro 46 do Acordo de Parceria: 83 milhões de euros FEDER e 93 milhões de euros FSE).

Quadro n.º 19 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP6, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
109 - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	19.636.806	60,0
114 - -Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	13.091.203	40,0
TOTAL FSE	**32.728.009**	**100**
53 Infraestruturas de saúde	34.045.378	44,4
54 - Infraestruturas de habitação	3.300.000	4,3
55 - Outras infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local	12.767.017	16,6
97 - Iniciativas de desenvolvimento promovidas pelas comunidades locais em zonas urbanas e rurais	26.597.951	34,2
TOTAL FEDER	**76.710.345**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

O apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores (EP 7.) assume uma elevada importância na melhoria da eficiência e competitividade das empresas, na racionalização dos padrões de consumo e na promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável, no entanto, alocar quase 103 milhões de euros poderá ser excessivo. Considera-se que esta dotação apenas se justifica se resultar da necessidade de cumprimento do Regulamento Comunitário relativamente à concentração de pelo menos 20 % do total dos recursos do FEDER a nível nacional ao OT4. Em termos de distribuição por Domínio de Intervenção, questiona-se a elevada percentagem de fundos alocados ao Domínio 14 relacionado com a melhoria da eficiência energética do parque habitacional, e inversamente a baixa alocação dos Domínios relacionados com a eficiência energética do setor empresarial e com a mobilidade sustentável.

Quadro n.º 20 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP7, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
13 - Renovação de infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	38.785.079	37,7
14 - Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio	43.785.079	42,6
44 - Sistemas de transporte inteligentes (incluindo a introdução da gestão da procura, sistemas de portagem, sistemas informáticos de informação, monitorização e controlo)	5.000.000	4,9
68 - Eficiência energética e projetos de demonstração nas PME e medidas de apoio	7.726.779	7,5
70 - Eficiência energética em grandes empresas	2.575.593	2,5
90 – Ciclovias e vias pedonais	5.000.000	4,9
TOTAL	**102.872.530**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

O EP 8. Ambiente e sustentabilidade tem uma dotação de 57 milhões de euros (5,3% da dotação do Programa); face ao conhecimento que se tem e à delimitação de fronteiras definida com o POSEUR considera-se que esta dotação é coerente com as prioridades de proteção e valorização dos recursos culturais e naturais. Em termos de Domínios de Intervenção destaca-se a concentração dos apoios na Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais, com 45% da dotação deste EP e na na Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados (quase 1/3 da dotação do EP).

Quadro n.º 21 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP8, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
89 - Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	17.765.000	31,1
91 - Desenvolvimento e promoção do potencial turístico das zonas naturais	3.841.496	6,7
92 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo	7.682.992	13,5
93 - Medidas relativas à qualidade do ar	1.920.748	3,4
94 - Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais	25.904.725	45,4
TOTAL	**57.114.962**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional (15 de agosto de 2014).

O EP 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa tem uma dotação de 11 milhões de euros, representando cerca de 1% da dotação disponível no PO, montante que se questiona se será suficiente para fazer face aos desafios quer de reorganização e simplificação das estruturas e qualificação e capacitação de trabalhadores da administração pública, quer de capacitação das diversas entidades regionais. A este respeito, salienta-se que o INALENTEJO, a 31 de Dezembro de 2012, tinha um montante de FEDER aprovado de 37,5 milhões de euros no Regulamento do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa e de Promoção e Capacitação Institucional.

Quadro n.º 22 - Distribuição da Comparticipação Comunitária do EP9, por Domínio de Intervenção

Domínio de Intervenção	Investimento	
	Montante (€)	%
78 - Serviços e aplicações de administração pública em linha (incluindo contratação pública eletrónica, medidas TIC de apoio à reforma da administração pública, cibersegurança, medidas de confiança e privacidade, justiça eletrónica e democracia eletrónica)	7.097.579	100,0
TOTAL FEDER	**7.097.579**	**100,0**
119 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação	1.680.000	40,0
120 - Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	2.520.000	60,0
TOTAL FSE	**4.200.000**	**100,0**

Fonte: CCDR Alentejo, Alentejo 2020: Programa Operacional Regional do Alentejo (31 de março de 2014).

Q23. Os recursos alocados ao PO são coerentes com os objetivos e prioridades selecionadas/focadas?

Tendo em consideração as orientações comunitárias e a delimitação de campos de atuação definida no Acordo de Parceria entre os POs temáticos e os POs das Regiões de Convergência os recursos alocados ao Programa afiguram-se coerentes com os objetivos e prioridades que acolhe, sendo de ressalvar a importância da complementaridade com os PO temáticos, os Programas Operacionais das áreas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (financiamento FEADER), e da Pesca e da Aquicultura (FEAMP) e os instrumentos de apoio à Cooperação Territorial. A ausência de versões atualizadas dos PO temáticos impossibilita uma análise mais detalhada desta questão.

Q24. A(s) forma(s) de apoio propostas para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face aos objetivos e prioridades temáticas definidas, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais- valia da política pública?

O PO Alentejo utiliza como forma de financiamento privilegiada a Subvenção não reembolsável, a qual está prevista em todos os Eixos Prioritários. A subvenção reembolsável é utilizada nos Eixos Prioritários 1, 3 e 7, o que é coerente com os resultados da experiência na aplicação de fundos comunitários no apoio às empresas.

Relativamente à utilização de instrumentos de engenharia financeira o Programa prevê a sua utilização nas seguintes Prioridades de Investimento:

- PI 3.2 e PI 3.3., com o objetivo de colmatar as falhas de mercado evidenciadas ao nível do acesso ao financiamento por parte das PME;
- PI 6.5. e 9.8, para intervenções de regeneração e revitalização física, económica e social em áreas urbanas;
- PI 8.3./8.8., para o apoio a ações de microempreendedorismo e criação do próprio emprego; e PI 4.2., para promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.

Adicionalmente, algumas prioridades de investimento poderão beneficiar dos instrumentos financeiros criados nos PO temáticos, p.ex.: PI 3.1., via Programa Operacional Competitividade e Internacionalização; PI 8.3, 8.8. e 9.1., através dos Instrumentos financeiros dirigidos ao investimento no empreendedorismo e inovação social previstos na PI 9.5. do PO ISE.

A utilização de instrumentos de engenharia financeira quer no apoio às empresas, quer em outras situações específicas, apresenta um conjunto de vantagens face aos apoios não reembolsáveis,

nomeadamente: possibilidade de reutilização dos fundos, uma vez que os instrumentos de engenharia financeira são reembolsáveis; e efeito alavanca em termos do financiamento assegurado aos promotores, por exemplo, através de "linhas de crédito" com garantia pública, onde parte do financiamento é assegurada pelas instituições financeiras, o que permite aumentar a relação despesa pública/investimento empresarial (uma unidade de recurso público pode induzir um investimento de oito unidades).

Neste sentido, a mobilização de instrumentos de engenharia financeira nestas Prioridades de Investimento é adequada face aos objetivos e natureza das ações a apoiar, referindo-se apenas que devera prevista a articulação dos apoios concedidos através do DLBC (PI 9.6./9.10) com os instrumentos financeiros que vierem a ser criados.

3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

3.1. SÍNTESE DA ANÁLISE DA AAE[3]

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do POR Alentejo foi desenvolvida de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Todo o processo de AAE foi estruturado com o intuito de fornecer um quadro de análise estratégica dos efeitos positivos/ oportunidades que podem ser valorizadas e dos efeitos negativos/ ameaças que será necessário acautelar com a implementação do POR Alentejo, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e regional da área de intervenção.

Sumariamente, o processo concretizou-se através das seguintes etapas:

Fase 1 | Definição de Âmbito (Fase Anterior): Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de Fatores Críticos para a Decisão com base nos quais se processa a avaliação de efeitos propriamente dita (durante a Fase 2).

Desta análise integrada, articulada com a ponderação dos pareceres recebidos no seguimento da consulta do RDA a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração do POR Alentejo, em cumprimento da legislação, bem como com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de Fatores Críticos para a Decisão relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta do POR Alentejo.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos: Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas, na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo primeiro produto foi o Relatório Ambiental (RA) Preliminar, aprofunda o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FCD, relativamente a diversos parâmetros e aos respetivos efeitos (negativos - ameaças e positivos - oportunidades) resultantes da implementação do POR Alentejo.

A versão preliminar do RA foi submetida à consulta das ERAE tal como previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e à Consulta Pública. Como resultado desse período de consulta é apresentada na versão final do RA a Avaliação dos Contributos das Consultas com a identificação e respetiva ponderação das observações decorrentes, descrevendo a integração, ou não, de alterações na versão do RA Final. De referir que a maioria dos contributos recebidos foram internalizados, sempre que adequado, outros encaminhados para a equipa do POR e outros foram considerados como não aplicáveis, sendo devidamente fundamentada essa opção.

Após os diferentes períodos de consulta a entidades com responsabilidades ambientais específicas e ao público em geral, a análise integrada dos efeitos positivos, negativos e recomendações associadas às apostas estratégicas do POR Alentejo demonstra um balanço tendencialmente positivo sobre os diversos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) alvos de avaliação. Contudo é fundamental ponderar e internalizar um conjunto de considerações e recomendações no âmbito da versão final do POR que se considera que consolidarão o Programa e salvaguardarão e reforçarão diversas questões associadas à

3 Esta síntese refere-se ao Relatório Ambiental que resultou da consulta pública e dos pareceres recebidos das Entidades com Responsabilidade Ambientais Especificas consultadas ao abrigo da legislação portuguesa, no quadro específico do processo de avaliação ambiental. Esta consulta pública foi realizada tendo por base a versão do Programa Operacional de abril de 2014, sendo que a versão final do Relatório Ambiental também se reporta a essa mesma versão. Assim, considerando que foi entretanto produzida outra versão do POR, com base em alterações posteriores, registam-se algumas incongruências com a versão mais atual do mesmo.

ressalva da sustentabilidade e de uma estratégia integrada (nomeadamente com outros PO temáticos) para o desenvolvimento da Região e do País.

Neste contexto, e numa análise estruturada por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e Sistema Produtivo

O POR Alentejo constitui uma oportunidade para promover o sistema de I&D, com especial foco para a ecoinovação e ecoeficiência, estimulando a transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas, tendo em vista, o aumento da produtividade sustentável, a capacitação para os desafios económicos e ambientais, o aumento da competitividade e da capacidade de internacionalização das empresas.

A implementação do POR permitirá ainda desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agroalimentação, recursos minerais, mar, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar.

Consiste também numa oportunidade para preservar e valorizar economicamente a identidade histórico-cultural, o património coletivo e social da Região, numa perspetiva de fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e aos lugares, promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais.

No que refere aos efeitos negativos ou ameaças, destaca-se a dificuldade em implementar tecnologias, processos e conhecimentos ecoinovadores e ecoeficientes, sobretudo nos setores de atividade tradicionais, associadas sobretudo à valorização dos recursos naturais, adequadas à preservação dos recursos naturais, conjugadas com os desafios ambientais que se colocam, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas (sendo necessária a adequada articulação e no sentido de convergir para os objetivos de outros PO temáticos). Por outro lado, a dimensão das empresas, a escassez de mão-de-obra qualificada, associada à falta de capacidade da adaptação das empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais, poderá constituir um entrave à concretização dos objetivos e ações definidas.

Neste sentido, é fundamental que os critérios estabelecidos privilegiem projetos e investimentos que promovam a valorização da diversidade interna da Região do Alentejo, através da internalização do mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo) e tenham em conta o caráter ecoinovador das iniciativas, com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis. Importa ainda salientar a necessidade de reforçar os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação, com o objetivo de promover a cooperação, as parcerias e a transferência de tecnologia e conhecimento.

Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa

A implementação do POR Alentejo contribui de forma positiva para o desenvolvimento social, capacitação humana e inclusão ativa através das prioridades de investimento de promoção do emprego, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Além disso, o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.

No entanto, e apesar de não serem identificados efeitos negativos, é necessário que o POR reforce a importância da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente, sobretudo, a qualidade de vida da população.

Energia

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, verificou-se que o POR Alentejo apresenta apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico. A proposta do POR pretende assegurar esses objetivos através da aprovação de projetos e ações que perspetivem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção (demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias).

Constata-se, porém, a necessidade de explicitação ou clarificação de ações de promoção e desenvolvimento dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização. Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, apesar de não terem sido devidamente identificadas tipologias de ação para cada objetivo estratégico e critérios de seleção para as candidaturas. A incorporação desta informação beneficiaria a avaliação de efeitos ambientais, permitindo uma avaliação mais pormenorizada, e reforçaria o papel do POR Alentejo como um instrumento de salvaguarda e respeito pelos valores naturais, condições ambientais e responsabilidade social.

Qualificação Territorial e Identidade Regional

A proposta do POR Alentejo apresenta apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demostrando alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais.

Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados são positivos. Não obstante, verificam-se algumas potenciais ameaças ambientais associadas à qualificação territorial prevista no âmbito do desenvolvimento do EFMA, e à ausência de critérios de seleção definidos, podendo acarretar efeitos negativos para o estado das massas de água e outros recursos endógenos. Tal poderá suceder caso a gestão das pressões consumptivas e riscos de poluição ou contaminação associados às atividades que usufruem deste recurso natural não sejam as mais corretas para a manutenção da sua sustentabilidade e qualidade ambiental.

Recursos naturais

A gestão e valorização dos recursos naturais presentes constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustentável. Assim, de uma forma em geral, considera-se que a implementação do POR proporcionará um contributo positivo sobre os valores naturais presentes, particularmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais endógenos, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Apesar disso importa salvaguardar a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove, essencialmente no que se refere à gestão e consumo desses recursos naturais e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes, onde assume especial relevância o EFMA.

Neste sentido, a as recomendações apresentadas pela AAE no âmbito deste FCD surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR). Neste âmbito será fundamental o mecanismo de governação e articulação com

a execução e gestão entre estes dois PO, de modo a que as operações apoiadas no POR Alentejo contribuam e se relevem em conformidade com os objetivos do PO SEUR.

Paisagem e Património

Considera-se que os valores paisagísticos presentes na área de intervenção resultam da paisagem característica do território (natural e humanizada), da riqueza patrimonial arquitetónica e arqueológica e da harmonia entre estes elementos que compõem também essa paisagem. Perspetiva-se assim que a implementação do presente POR proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc.). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim as alterações/modificações provocadas nos ecossistemas presentes e consequentemente na paisagem.

Não obstante, importa considerar as recomendações definidas no âmbito deste FCD e que pretendem contribuir para potenciar as oportunidades identificadas e dar resposta às ameaças.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos

Considera-se pertinente referir que as temáticas, operações e intervenções diretamente associadas aos Riscos e Alterações Climáticas são abrangidas no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) (de acordo com o que foi definido no Acordo de Parceria). No entanto, são temáticas transversais e cujos princípios de salvaguarda e atuação devem ser garantidas e integradas nas estratégias e orientações das intervenção ou operações no âmbito, objetivos e princípios dos restantes PO, como o POR Alentejo, no sentido deste promover e contribuir para a prevenção e minimização de riscos e para as questões de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas. Assim, foi integrada na AAE a avaliação a um FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos".

Neste sentido, e apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do POR Alentejo não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio, nomeadamente com a integração das recomendações da AAE efetuadas no âmbito deste FCD principalmente associadas à internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos e de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Importa destacar ainda a necessidade de definir mecanismos específicos (plataformas, ferramentas, procedimentos) de governação que permitam assegurar uma adequada articulação entre o POR Centro e o PO SEUR, e com os restantes PO, de modo a que as intervenções e operações apoiadas no âmbito deste POR se constituam oportunidades complementares.

3.2. PRINCIPAIS EFEITOS DO POR ALENTEJO E RECOMENDAÇÕES DA AAE

A AAE do POR Alentejo procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos estratégicos da região onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Programa.

Tendo em consideração os elementos da proposta do POR Alentejo, e os respetivos efeitos ambientais identificados para cada FCD, foram apresentadas diversas recomendações passíveis de inclusão no programa e outras como medidas complementares e subsequentes para posterior implementação durante a elaboração de Regulamentos e/ou avisos de abertura de fase de candidatura.

No Quadro 23 são apresentados os potenciais efeitos identificados e avaliados, pela AAE, que o POR Alentejo poderá ter sobre cada FCD e as respetivas recomendações que daí resultam. São também identificados os objetivos definidos para cada FCD ao qual a recomendação responde e que se pretende

que assegure o seu cumprimento e, por fim, o contributo da recomendação, isto é, se esta foi definida com o propósito de potenciar os efeitos positivos e/ou se surge como uma resposta para eliminar ou minimizar os efeitos negativos identificados.

Quadro n.º 23 - Principais efeitos e recomendações no âmbito dos FCD da AAE

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
FCD "Competitividade e Sistema Produtivo"			
- Estimular a produção de bens e serviços ecoinovadores e transacionáveis, que contribuam para o aumento das exportações e para a qualificação do perfil de especialização da economia da Região de Lisboa; - Melhorar a base de conhecimentos, promover a inovação e ecoeficiência, contribuindo para o aumento sustentável da produtividade, assegurando ao mesmo tempo a utilização sustentável dos recursos e atenuando as pressões sobre o ambiente; - Promover a criação e desenvolvimento de tecnologias ecológicas benéficas para a economia e que ajudam a criar emprego, considerando que a ecoinovação é fundamental para a competitividade económica da Europa.	Efeitos Positivos: - Oportunidade para desenvolver uma economia assente na valorização dos recursos naturais (sistemas multifuncionais, regadio, agroexportador, produção primária, agrotransformação, turismo, pesca, mar e comercialização de ativos biológicos) Contributo para o desenvolvimento de uma economia de conhecimento e ecoeficiente, onde as inovações são um importante ativo de competição, uma vez que favorecem o comércio internacional, a criação de novos métodos de produção, podendo aumentar a produtividade e gerar mais riqueza.	Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade ambientais, que privilegiem: - Projetos e/ou ações que contribuam para a valorização da diversidade interna regional, nomeadamente, o mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo); - Projetos e/ou ações que incidam sobre o caráter ecoinovador das iniciativas e ações, no sentido do desenvolvimento sustentável, redução do impacte dos modos de produção no ambiente e utilização eficiente dos recursos naturais; - Projetos e/ou ações que integrem a ecoeficiência, através do uso de energias renováveis, da eficiência energética e uso eficiente dos recursos e melhores tecnologias disponíveis (MTD).	↗
- Projetos de demonstração e parcerias para a ecoinovação; - Reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades.	Efeitos Positivos: - Contributo para a capacitação das empresas para criar e inovar, uma vez que a ecoeficiência está em grande medida, vinculada à criatividade e inovação no desenvolvimento de produtos, sendo um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento, podendo gerar um grande retorno económico para a Região.	Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários, de critérios de elegibilidade que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação	↗
FCD "Desenvolvimento Social, Capacitação Humana e Inclusão Ativa"			
- Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada; - Sensibilizar a população para a problemática da desertificação.	Efeitos Positivos: - Aumento da qualificação da população e oportunidade para aumentar a formação e sensibilização ambiental; - Oportunidade de reforço de cursos relacionados com a gestão ambiental, tendo em consideração que as empresas têm responsabilidades na geração de riqueza como na proteção do ambiente, sendo fundamental dispor dos meios técnicos, humanos e financeiros que garantam a minimização e controlo dos impactes provocados pelas empresas e/ou entidades; - A prioridade de investimento dos domínios diferenciadores relacionado com a agricultura, a floresta, o mar, a saúde e o bem-estar e o turismo permitem aumentar o conhecimento/formação na área do ambiente e na sustentabilidade dos recursos naturais.	Inclusão de critérios que privilegiem a formação com inclusão de conhecimentos no domínio ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 2, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4.	↗
- Reforço do investimento na educação, especialmente ambiental, incluindo formação avançada;	Efeitos Positivos: - O apoio à formação e capacitação de gestores e ativos nas empresas poderão representa uma oportunidade de melhoria	Inclusão de critérios que promovam o conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo deste modo para	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
- Sensibilizar a população para a problemática da desertificação.	do conhecimento dos aspetos legais e regulamentares dos sistemas de gestão ambiental a que as empresas deverão responder, contribuindo para uma eficácia integrada da inovação das mesmas.	a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 5, PI 8.5.	
FCD "Energia"			
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.	Efeitos positivos: - Perspetiva-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos. - Perspetivam-se efeitos positivos com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação.	Reformulação das ações previstas no sentido de definirem ações que criem mecanismos de incentivo à certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.	Efeitos positivos: - Perspetiva-se uma redução no consumo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte, promovendo assim a sustentabilidade dos recursos energéticos naturais, contribuindo para a independência energética, reduzindo as emissões GEE responsáveis por fenómenos climatéricos extremos, melhorias da qualidade do ar ambiente, ruído, com consequências positivas para a saúde e qualidade de vida em termos genéricos. - Perspetivam-se efeitos positivos com a esperada redução no consumo relativo de combustíveis fósseis pelos meios de transporte em virtude do descongestionamento de tráfego e redução dos tempos de deslocação.	Inclusão, nos regulamentos específicos dos Eixos Prioritários e/ou nos procedimentos de avaliação, de critérios de elegibilidade ambientais, que salvaguardem aspetos e questões ambientais consideradas pertinentes, tais como: - Salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais; - Aquisição de eco-eficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; - Redução das emissões de GEE; - Promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização; - Preferência por métodos de construção sustentável, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD).	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho	Reformulação do conteúdo do POR Alentejo no sentido de se definirem tipologias de ação que incentivem à criação de mecanismos de promoção da certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.		
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Focalização da dotação financeira disponível para a promoção de eficiência energética nos setores e tipologias de projeto com maior intensidade energética, com contributo significativo para as metas nacionais e comunitárias, e que proporcionem maior redução ou eficiência energética e carbónica, designadamente, o setor empresarial (indústria, comércio e serviços) e administração regional e local (edifícios administrativos, equipamentos coletivos, e habitação social).	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Contacto com indústrias e associações industriais de modo a obter contributos sobre procedimentos, medidas e ações a realizar para obter reduções no consumo energético e identificar custos envolvidos. Com base nessa consulta, o POR deverá direcionar os fundos de financiamento disponíveis para as tipologias de intervenção que demonstrem: a) maior potencial de contributo para a redução do consumo energético; b) maior viabilidade financeira na perspetiva de obtenção de mais ganhos energéticos com menor custo de investimento e; c) maior potencial de contributo para as metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição de critérios de seleção de candidaturas que privilegiem e garantam: - A classificação das candidaturas que apresentem o objetivo de aquisição de eficiência energética mediante o grau de eficiência (redução) energética ou carbónica prevista, grau de cumprimento das metas setoriais e taxa de retorno do investimento; - A reconversão de iluminação pública em vias não rodoviárias e que apresentem capacidade de incutir reduções energéticas significativas, através da definição de critérios que classifiquem os projetos consoante o grau de intensidade de circulação (p.e. n.º pessoas que circulam pela via por dia), o grau de eficiência energética ou carbónica prevista, implementação de mecanismos inteligentes de gestão das luminárias, grau de cumprimento das metas setoriais, e taxa de retorno do investimento; - A implementação de medidas passivas que promovam a eficiência energética na habitação social em detrimento de soluções tecnológicas (medidas ativas), sendo preferencialmente efetuadas em edifícios alvo de intervenções de reabilitação e regeneração urbana.	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição, em sede de regulamento, de condições e critérios de seleção de sustentabilidade económica, através do incentivo a ações de reconversão de iluminação pública realizadas de forma gradual e que apresentem análises custo / benefício. Recomenda-se que a classificação dos projetos/candidaturas seja baseada numa estratégia de apoio seletivo no sentido de apoiar os projetos com maior capacidade de eficiência energética, e que apresentem melhor capacidade de retorno do investimento e sustentabilidade financeira.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição de normativos, em sede de regulamento, que estipulem e garantam: - Avaliação do grau de concretização ou execução física das tipologias de projeto de natureza imaterial, tais como, Planos de Mobilidade, Auditorias ou Planos de Racionalização Energética, no sentido de garantir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos e metas setoriais e conduzam a resultados visíveis dentro do período de vigência do Programa; - A elaboração, e apresentação com a candidatura, de estudo de viabilidade técnica e de análise custo-benefício, tendo em consideração diversos cenários de reconversão da iluminação pública. Pretende-se que estes permitam selecionar a melhor alternativa que assegure não apenas as necessidades de iluminação da área de intervenção, mas também a sustentação dos custos associados ao período de retorno do investimento, despesas de manutenção dos equipamentos, despesas com recursos humanos, de modo a assegurar a sustentabilidade económica e responsabilidade civil do projeto e do promotor.	↗
Utilização eficiente dos recursos energéticos. Promoção de uma economia de baixo carbono, transportes e uma mobilidade urbana sustentável. Melhoria das condições de habitabilidade e qualificação dos espaços ou equipamentos degradados.	Efeitos positivos: - Perspetivam-se efeitos positivos ao nível da redução e racionalização do consumo de energia e suas fontes ou recursos no setor habitacional, no caso da elegibilidade de financiamento para implementação de equipamentos de climatização e iluminação mais eficientes, materiais de construção e isolamento eficientes do ponto de vista energético, bem como a aquisição de tecnologias de microgeração de energia e sistemas de água quente solar (AQS) a partir de FER, introdução de boas práticas ou soluções inovadoras de racionalização energética como é a criação de redes urbanas de energia térmica ou projetos de cogeração para aquecimento urbano, e implementação de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção da melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios. Estas ações permitirão a produção independente de energia e o autoconsumo a partir de fontes limpas, contribuindo para a redução do consumo de energia primária proveniente de fontes fósseis e para a independência energética do exterior.	Definição de um sistema de indicadores de monitorização pertinentes, mensuráveis e comparáveis com metas dos referenciais estratégicos, criar uma plataforma online de comunicação com promotores de projeto, e vinculá-los à obrigatoriedade de inserção e comunicação dos dados de base para aferição dos resultados dos indicadores. Definição de um sistema de indicadores que monitorize o desempenho e grau de aquisição de eficiência energética (redução do consumo de energia) em edifícios e infraestruturas, bem como indicadores que monitorizem o peso relativo dos modos de transporte utilizados nas deslocações pendulares e o acréscimo dos modos suaves e transportes públicos, alternativos ao transporte individual motorizado.	↗
FCD "Qualificação Territorial e Identidade Regional"			
Requalificação do espaço público, recuperação infraestrutural dos edifícios e do mobiliário urbano. Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação.	Efeitos positivos: - Requalificação do ambiente urbano, beneficiação ambiental e integração paisagística destes espaços através de requalificação e regeneração urbana baseada em modelos sustentáveis de desenvolvimento, bem como ações de recuperação, expansão e valorização de	Inclusão de critérios de seleção de projetos que reforcem e balizem os moldes como se pretende incentivar projetos de reabilitação urbana, designadamente no parque edificado público e privado em núcleos históricos, bairros críticos, ou zonas degradadas, equipamentos coletivos e espaços	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.	estruturas ecológicas urbanas, a reconversão de espaços industriais abandonados e requalificação de equipamentos e mobiliário urbano. Perspetivam benefícios ambientais para a qualidade do ar, ruído, e paisagem, e qualidade de vida em termos gerais. - Qualificação dos edifícios e espaços públicos, reforço dos equipamentos coletivos e mobiliário urbano, uma maior facilidade no acesso a serviços de proximidade, benefícios ambientais (p.e. qualidade do ar, ruído), paisagísticos, e regeneração de espaços naturais ou verdes urbanos, que irão potenciar a melhoria do bem-estar, conforto, prática de desporto e atividades lúdicas, promovendo assim uma melhoria significativa da qualidade de vida nestas zonas desfavorecidas. - Qualificação dos espaços e rede de equipamentos históricos e culturais inseridos no território, permitindo assim a preservação, restauro ou requalificação dos valores e bens patrimoniais, a manutenção da identidade regional, a promoção turística de território com elevado valor cultural e a qualificação e diversificação da oferta turística na Região. - Utilização racional dos equipamentos coletivos, bem como melhorias infraestruturais, proximidade ao utente, e na qualidade do serviço prestado.	públicos. Os critérios de seleção devem ser definidos com base em princípios de sustentabilidade ambiental e de respeito pela paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (sempre que aplicável). Recomenda-se a definição de ações que incentivem a construção sustentável, designadamente através do financiamento de ações imateriais de formação avançada em técnicas de construção sustentável, boas práticas construtivas (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos), eco-eficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território.	
Reconversão de áreas afetadas por passivos ambientais, focos de poluição ou contaminação. Manutenção da qualidade do ambiente urbano e paisagem.	Efeitos positivos: - A concretização do EFMA contribuirá para a promoção de uma agricultura sustentável, aliada a uma gestão integrada e eficiente dos diferentes recursos (água, solo e energia), combate à desertificação, e permitirá o reforço da coesão social do território rural, contribuindo de modo decisivo, para inverter a tendência de despovoamento, e potenciar o desenvolvimento económico. Contribuirá, assim, para a criação de riqueza e emprego com uma sustentabilidade alicerçada no desenvolvimento dos recursos endógenos da região.	Reformulação / adaptação de tipologias de ações e/ou inclusão de critérios de seleção que assegurem a salvaguarda do estado dos recursos naturais endógenos suscetíveis de aproveitamento e exploração no âmbito dos projetos financiados pelo POR Alentejo, designadamente, os projetos previstos e enquadrados no objetivo específico "8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)", no sentido de salvaguardar o estado químico e ecológico das massas de água, visando o desenvolvimento das atividades económicas e a coesão social.	↗
FCD "Recursos Naturais"			

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território. A delimitação / definição um continuo ecológico requer o envolvimento dos municípios e implementação integrada dos projetos. Efeitos Negativos: Necessidade de colmatar alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.	Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica.	↗ ➔
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	Efeitos Positivos: Incentivo ao desenvolvimento de núcleos especializados em áreas emergentes relacionadas com os recursos naturais (como melhoria e uso sustentado dos recursos hídricos, valorização e utilização sustentada da floresta, etc). Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos de investimento empresarial que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. A dinamização da atividade económica do EFMA potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região.	Adoção e definição de critérios de avaliação e seleção de operações que promovam a aposta em infraestruturas verdes e a localização de novos espaços / estruturas deverá salvaguardar os elementos ambientais.	↗
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor. Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território.	Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos, permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão.	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor Promoção da continuidade espacial e funcional das áreas naturais relevantes para assegurar um contínuo ecológico em todo o território.	As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado. Promover ações destinadas a mitigar as alterações que o EFMA provoca/provocará nos ecossistemas através da recuperação da vegetação, das áreas mais afetadas, com espécies autóctones e do restabelecimento das condições naturais de infiltração, descompactação e arejamento dos solos.	↗
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. A dinamização da atividade económica do EFMA potenciará a multifuncionalidade do espaço rural, alicerçada ao desenvolvimento dos recursos endógenos da região. Efeitos Negativos: Necessidade de colmatar alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes, dada a extensão da área alagada, verificando-se perdas significativas de alguns serviços.	Inclusão de critérios que permitam valorizar ações que prevejam aplicação/implementação de boas práticas agrícolas e que permitam a redução do uso, ou o uso mais eficiente, de fitofármacos e adubos, prevenindo impactes negativos de maior efeito na flora e fauna, essencialmente na área do EFMA.	↗ ➔
Promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes. Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais.	Efeitos Positivos: Permitirá gerar efeitos positivos sobre a biodiversidade e os recursos naturais através da melhoria no controlo da poluição, fragmentação de habitats e sobre-exploração dos recursos e desertificação dos solos. Assegurar a reabilitação dos ecossistemas e valorização dos serviços prestados. Promover o reconhecimento e incorporação das orientações de conservação e proteção provenientes dos instrumentos estratégicos em vigor.	Inclusão de critérios de majoração das candidaturas que contribuam para resolução de problemas ambientais, fundamentalmente ao nível da qualidade das massas de água, na área de distribuição do saramugo (e outras espécies piscícolas com estatuto de conservação desfavorável).	↗
FCD "Paisagem e Património"			
Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	Efeitos Positivos: Dinamização de parcerias inovadoras para desenvolvimento de projetos que promovam a utilização sustentadas e a valorização do património natural e cultural presente. Estimular a sua integração e associação às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc) Criação ou integração de pontos de apreciação da paisagem e trilhos	Internalização de orientações para a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis/alternativos, associadas a zonas degradadas /abandonas, focalizando pontos de revitalização e/ou renaturalização (ex: indústria extrativa). (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
	associados ao património natural e cultural presente. Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nos sítios e atrações culturais.		
Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	Efeitos Positivos: - O EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, integrando e aproveitando os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente. Efeitos Negativos: As alterações provocadas pelo EFMA nos ecossistemas presentes promovem a alteração/modificação da paisagem.	Inclusão de orientações para a promoção da recuperação paisagística da área do EFMA tendo em conta os elementos florísticos típicos da região e dos habitats presentes na zona afetada (ex: através da inclusão de critérios de seleção/valorização de operações).	↗ ➔
Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	Efeitos Positivos: - Melhoria do nível do conhecimento dos valores patrimoniais existentes. Promoção e divulgação dos valores patrimoniais presentes. Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente.	Elaboração de uma carta de património arqueológico intermunicipal, que auxiliará a aprovação de ações, através da definição de critérios de pertinência/necessidade de intervenção e/ou de estado de conhecimento/conservação.	↗
Proteção e valorização da paisagem e património natural e cultural	Efeitos Positivos: Assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente. Melhoria do nível do conhecimento dos valores patrimoniais existentes. Promoção e divulgação dos valores patrimoniais presentes.	Inclusão de critérios de majoração/avaliação das candidaturas que assegurem a execução de trabalhos de caraterização e de avaliação de impactes patrimoniais, tal como definido no âmbito dos "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental".	↗
FCD "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos"			
Gestão de riscos associados aos processos naturais, mistos e antropogénicos/tecnológicos; Redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais e com consequências sobre a Região do Alentejo Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos ao nível da melhoria das infraestruturas, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos ao nível da regeneração física de territórios urbanos e rurais desfavorecidos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos (incluindo zonas litorais); - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e mistos ao nível da recuperação dos passivos ambientais, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais ao nível da recuperação e revitalização dos centros urbanos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade ao nível da melhoria das infraestruturas de ensino secundário e ensino superior, e formação em geral com potencial redução/eliminação de riscos tecnológicos (e.g. risco de colapso de edifícios, risco de incêndio); - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	Inclusão de critérios de seleção de candidaturas que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo POR Alentejo, nomeadamente de regeneração física, requalificação de infraestruturas (ex: os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas). A temática dos riscos é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, mistos e tecnológicos, pelo que a descrição do projeto que considere o contributo do mesmo para a prevenção e/ou minimização dos riscos deverá ser considerado um projeto com mérito ao nível da diferenciação (e.g. projetos que incluam análise de vulnerabilidades aos potenciais riscos da área de intervenção	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
		e atividades associadas).	
Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC, através das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo	Inclusão de orientações no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. A temática das alterações climáticas é do âmbito do PO da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) importa, no entanto, que os projetos apoiados pelo POR Alentejo contribuam para a resiliência e adaptação da Região às alterações climáticas. Assim, os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre (e.g. projeto de construção de infraestruturas com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas).	↗
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos;	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos.	Inclusão de critérios, nos processos de avaliação das candidaturas, relativos à viabilidade do projeto no sentido da salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural, risco misto e/ou risco tecnológico (e.g. “a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural/misto/tecnológico)” e “as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto”). Considera-se que a ponderação destes critérios contribuirá positivamente para minimizar/eliminar as situações de degradação patrimoniais existentes e identificadas na Região do Alentejo.	↗
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos, reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos; - Oportunidade ao nível da redução/eliminação de riscos tecnológicos; - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da génese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com	↗

Objetivo(s) do FCD	Efeitos Positivos / Efeitos Negativos	Recomendações	Contributo
		mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (e.g. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.).	
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais, mistos e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO SEUR.	↗
Gestão de riscos associados aos processos naturais e antropogénicos/tecnológicos; Aumento da capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas.	Efeitos Positivos: - Oportunidade de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos reduzindo a vulnerabilidade a esses mesmos riscos. - Oportunidade ao nível da recuperação de locais contaminados de antigas unidades industriais (incluindo áreas extrativas), com potencial redução/eliminação dos riscos tecnológicos; - Oportunidade de incrementar a resiliência e a capacidade de adaptação às AC.	Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos dois últimos períodos de programação (2000-2006 e 20074-2013), e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do POR Alentejo, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o POR para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Operacionais, nomeadamente o POR Alentejo se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um conjunto de indicadores que traduzam de forma relevante (eficiente) as ações apoiadas pelo POR, objetivos, resultados esperados e alcançados, entre outras informações, homogeneizado com outros programas de financiamento, de modo a permitir a devida articulação entre programas e sempre que possível comparação, sem duplicação de informação e o acesso rápido e eficaz aos dados.	↗

Legenda:

Contributo	↗	➔
	Potencia os efeitos positivos/ oportunidades	Responde aos efeitos negativos/ ameaças

De referir que, tendo por base a análise da Tipologia de Ações e os Objetivos Específicos dos Eixos Prioritários, que se articulam com o do FCD "Competitividade e Sistema Produtivo", as opções estratégicas da proposta do POR Alentejo constituem uma oportunidade para fomentar o crescimento verde, no sentido do desenvolvimento sustentável, através do apoio ao desenvolvimento de novos processos, tecnologias e serviços que tornem as atividades económicas mais ecológicas, contribuindo assim para se encontrarem soluções para os desafios comuns como as alterações climáticas, a

escassez de recurso e a perda de biodiversidade, mas também, uma oportunidade para aumentar a competitividade das empresas, a sua capacidade de internacionalização, bem como o acesso a novos mercados.

O POR Alentejo contribuirá igualmente para a dinamização de iniciativas locais associadas às atividades económicas, promoção do emprego e adaptação das empresas, dos trabalhadores e dos empresários ao novo quadro de competitividade da economia global, devendo assumir-se como uma aposta fundamental nos domínios da ecoinovação e valorização de recursos naturais, com especial foco nos setores identificados na RIS da Região (turismo, agricultura, pecuária, recursos minerais, industria agroalimentar, montado e cortiça, pesca e aquacultura).

Em síntese, considera-se que as prioridades de investimento apresentadas constituem uma oportunidade para o crescimento verde e azul, associado aos recursos naturais endógenos, biodiversidade e ao mar, respetivamente, assente no desenvolvimento das oportunidades decorrentes da utilização sustentável dos recursos naturais, da investigação e inovação, da transferência de tecnologia, na ecoeficiência das empresas, processos, serviços e produtos. Contudo, salienta-se a necessidade de desenvolver e completar as diversas tipologias de ações, demonstrando de que forma será valorizada a diversidade interna regional, bem como a integração de critérios associados ao trinómio Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo.

No âmbito específico dos Recursos Naturais e da Paisagem e Património, destaca-se, essencialmente, a necessidade de proceder à concretização e vinculação das disposições constantes da regulamentação geral em vigor a nível nacional, ou de outros instrumentos de planeamento de âmbito sectorial, especial e nacional, identificados no QRE, com especial relevância para a conservação e proteção dos valores naturais. Contudo, e uma vez que a sua concretização é remetida para os PO Temáticos, importa assegurar a articulação e enquadramento territorial dos projetos que surjam no âmbito das PI da Região do Alentejo, assegurando a sua conformidade e sustentabilidade, sendo de referir que diversas dessas recomendações (nomeadamente as de inclusão de critérios de seleção e avaliação de candidaturas) têm lugar essencialmente na fase inicial da implementação do POR.

Acresce ainda referir que ao longo do processo de AAE foram apresentadas outras recomendações que entretanto foram internalizadas, de forma mais ou menos direta, na proposta atual do POR. Destacam-se assim: Identificação e descriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas, por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas; Fomento de parcerias (publicas e/ou privadas) que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a valorização do território, tornando-o num distinto atrativo para o setor turístico (alojamento, atividades de natureza e desportos radicais, produtos gastronómicos, etc); Definição de critérios de seleção que permitam a obtenção da valoração dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos; Definição de critérios de seleção que permitam atingir um melhor estado de conservação dos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos, tendo em conta as orientações dos principais referenciais estratégicos e planos de ordenamento; Definir mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do POR Alentejo com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR); Estimular o interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional (internalizar em ações do OT9 e OT10); Promoção de uma agenda e rede cultural regional que promova múltiplas atividades lúdicas e pedagógicas (internalizar em ações do OT9); Definição de critérios de avaliação e seleção distingam a integração ou recuperação física do património existente (arquitetónico, arqueológico, etc.) e; Identificação e discriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas para promoção e uso sustentável de recursos endógenos (em particular nos domínios da agricultura, floresta, mar, indústria extrativa), por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas.

Por sua vez, e no âmbito específico dos riscos e da resiliência e adaptação às alterações climáticas, importa referir que a proposta de recomendações pretende que os projetos apoiados no âmbito do POR

Alentejo internalizem a questão dos riscos e das alterações climáticas, de modo a acautelar preventivamente potenciais ocorrências com efeitos sobre pessoas, bens e ecossistemas.

Assim, as recomendações apresentadas, em particular no âmbito dos FCD de Recursos Naturais, Paisagem e Património e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, tal como estabelecido no âmbito do Acordo de Parceria. Outras surgem, como referido anteriormente, para internalização na fase subsequente do POR, no âmbito da elaboração dos seus regulamentos e definição dos critérios de avaliação das candidaturas.

Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim a alteração/modificação que este empreendimento provocou na paisagem.

Em síntese, considera-se que importa considerar as recomendações propostas pela AAE e reforçar na proposta do POR a articulação e ligação entre alguns objetivos e clarificar ou introduzir ações ou a forma como essas servirão para concretizar os respetivos Objetivos Específicos. Estas questões aplicam-se essencialmente aos OT cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o POR poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos.

A proposta de POR assume-se como positiva, assegurando as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um potencial contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.

3.3. SÍNTESE DE RECOMENDAÇÕES

No exercício de avaliação foram propostas diversas recomendações de modo a potenciar alguns efeitos positivos e a minimizar ou eliminar efeitos negativos identificados, em sintonia com os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos para a AAE, das quais se destacam:

Quadro n.º 24 - Síntese das principais recomendações por FCD

FCD	Recomendações
Competitividade e Sistema Produtivo	É fundamental que os princípios orientadores considerem critérios que privilegiem projetos e investimentos que promovam a valorização da diversidade interna regional e internalizem o mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional: Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo; Privilegiar investimentos que tenham em conta o carater eco inovador das iniciativas com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis; - Reforçar os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação.
Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa	Inclusão de critérios que privilegiem a formação ambiental, como forma de combater o défice de formação nessa área, especialmente no Eixo 2, PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4; Inclusão de critérios que promovam o conhecimento dos empresários ao nível legal e regulamentar em matéria de ambiente, contribuindo deste modo para a eficácia integrada e sustentável da inovação das empresas, especialmente no Eixo 5, PI 8.5.

FCD	Recomendações
Energia	- Não obstante as tipologias de projeto já definidas em matéria de acessibilidades, transportes e mobilidade, sugere-se a introdução de tipologias de projeto e/ou critérios de seleção de projetos que reforcem e especifiquem os moldes como se pretende incentivar o uso preferencial dos transportes públicos, bem como a reestruturação dos sistemas de transportes públicos com vista à aquisição de dimensão e capacidade operacional que promova a intermodalidade com outras tipologias de transporte público existentes na Região. Pretende-se com isto contrariar a atual tendência de redução da oferta e qualidade dos serviços de transporte público, bem como a interligação com plataformas de modos suaves, e introdução de outras soluções inovadoras de energia alternativa aos combustíveis fósseis (p.e. biodiesel, bioetanol, veículos elétricos, células de hidrogénio, etc). O desenvolvimento das infraestruturas públicas de transporte, associadas a maior oferta e a melhores serviços, tem-se revelado um catalisador para a atração de um maior número de utentes. Este desenvolvimento deve ser articulado com um esforço para melhorar o planeamento e a gestão da mobilidade, o qual, conjugado com a aplicação de medidas restritivas da circulação e estacionamento do transporte individual, contribui para favorecer uma maior utilização do transporte público e dos modos suaves. - Reformulação do conteúdo do PO Alentejo no sentido de se definirem tipologias de ação que incentivem à criação de mecanismos de promoção da certificação energética dos edifícios, principalmente, através da capacitação e reforço institucional, tecnológico e humano das entidades responsáveis pela certificação energética, bem como a estipulação de contratos de eficiência energética para os edifícios sob gestão da administração pública.
Qualificação Territorial e Identidade Regional	- Introdução de critérios de seleção de projetos que reforcem e balizem os moldes como se pretende incentivar projetos de reabilitação urbana, designadamente no parque edificado público e privado em núcleos históricos, bairros críticos, ou zonas degradadas, equipamentos coletivos e espaços públicos, definindo critérios de seleção com base em princípios de sustentabilidade ambiental e de respeito pela paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (se aplicável). Estipular tipologias de ações que incentivem a construção sustentável, designadamente através do financiamento de ações imateriais de formação avançada em técnicas de construção sustentável, boas práticas construtivas (p.e. reaproveitamento in loco dos materiais ou subprodutos), ecoeficiência, visando a sustentabilidade ambiental e a preservação dos valores naturais do território. - Adaptação de tipologias de ações e/ou critérios de seleção que assegurem a salvaguarda do estado dos recursos naturais endógenos suscetíveis de aproveitamento e exploração no âmbito dos projetos financiados pelo PO Alentejo, designadamente, os projetos previstos e enquadrados no objetivo específico "8.9.2 Promoção da valorização económica do Alentejo através do aproveitamento do potencial endógeno associado ao EFMA (Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva)", no sentido de salvaguardar o estado químico e ecológico das massas de água, visando não apenas o desenvolvimento das atividades económicas e a coesão social.
Recursos Naturais	-Identificação e descriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas, por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas. -Fomento de parcerias (publicas e/ou privadas) que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e a valorização do território, tornando-o num distinto atrativo para o setor turístico (alojamento, atividades de natureza e desportos radicais, produtos gastronómicos, etc). -Definição de uma Estrutura Ecológica Regional que promova a conectividade entre as zonas naturais existentes de forma a minimizar os efeitos da fragmentação e melhorar a coerência ecológica -Definição de critérios de avaliação e seleção que promovam a oposta em infraestruturas verdes e a localização de novos espaços / estruturas deverá salvaguardar os elementos ambientais -Definição de critérios de seleção permitam a obtenção da valoração dos serviços prestados pelos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos, -Definição de critérios de seleção que permitam atingir um melhor estado de conservação dos ecossistemas, decorrentes da implementação dos projetos, tendo em conta as orientações dos principais referenciais estratégicos e planos de ordenamento. -Criação de base de dados partilhados com os PO temáticos que permitam o cruzamento dos diversos critérios e a sua representação espacial, auxiliando a decisão. - Definir mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do PO Alentejo com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).
Paisagem e Património	- Estimular o interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional (internalizar em ações do OT9 e OT10). - Promoção de uma agenda e rede cultural regional que promova múltiplas atividades lúdicas e pedagógicas (internalizar em ações do OT9). - Promover a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis/alternativos, associadas a zonas degradadas /abandonas, focalizando pontos de revitalização e/ou renaturalização (ex: indústria extrativa).

FCD	Recomendações
	- Definição de critérios de avaliação e seleção distingam a integração ou recuperação física do património existente (arquitetónico, arqueológico, etc.) - Identificação e discriminação sistematizada das ações passíveis de serem concretizadas para promoção e uso sustentável de recursos endógenos (em particular nos domínios da agricultura, floresta, mar, indústria extrativa), por objetivo específicos, estabelecidas de acordo com as necessidades territoriais identificadas.
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos	Assegurar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo PO Alentejo Incluir orientações nos critérios de avaliação de projetos no sentido de incrementar o potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas, nos projetos candidatados. Incluir critérios nos processos de avaliação dos projetos no sentido de salvaguarda de pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco natural (e.g. "a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco natural" e "as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto"). Incluir critérios nos processos de avaliação dos projetos no sentido de salvaguarda pessoas e bens face a uma potencial ocorrência de risco tecnológico (e.g. "a pertinência e exequibilidade do projeto face à potencial ocorrência de risco tecnológico" e "as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão do projeto"). Privilegiar os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável (com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às AC). Privilegiar projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas, equipamentos existentes em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). Definir mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do PO Alentejo com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

3.4. CONCLUSÕES

Uma análise integrada dos efeitos positivos e negativos associados às apostas estratégicas do PO Alentejo demonstra um balanço tendencialmente positivo sobre os diversos Fatores Críticos para a Decisão alvos de avaliação, contudo é necessário salvaguardar uma série de considerações e recomendações no âmbito da sua versão final.

Neste contexto, e numa análise estruturada por Fator Crítico para a Decisão, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

Competitividade e Sistema Produtivo

O PO Alentejo constitui uma oportunidade para promover o sistema de I&D, com especial foco para a eco inovação e ecoeficiência, estimulando a transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas, tendo em vista, o aumento da produtividade sustentável, a capacitação para os desafios económicos e ambientais, o aumento da competitividade e da capacidade de internacionalização das empresas.

A implementação do PO permitirá ainda desenvolver novas atividades económicas assentes na valorização dos recursos naturais endógenos, nomeadamente a produção de energia, biotecnologia, investigação e exploração de novas alternativas no domínio da agricultura, produção animal, silvicultura, montado/cortiça, agro alimentação, recursos minerais, mar, turismo da natureza, atividades de recreio e lazer, turismo costeiro e associado ao bem-estar.

Consiste também numa oportunidade para preservar e valorizar economicamente a identidade histórico-cultural, o património coletivo e social da Região, numa perspetiva de fortalecer o sentimento de pertença à comunidade e aos lugares, promover a coesão social e dinamizar outros setores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração e os saberes tradicionais.

No que refere aos efeitos negativos ou ameaças, destaca-se a dificuldade em implementar tecnologias, processos e conhecimentos eco inovadores e eco eficientes, sobretudo nos setores de atividade tradicionais, associadas sobretudo à valorização dos recursos naturais, adequadas à preservação dos recursos naturais, conjugadas com os desafios ambientais que se colocam, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas (sendo necessária a adequada articulação e no sentido de convergir para os objetivos de outros PO temáticos). Por outro lado, a dimensão das empresas, a escassez de mão-de-obra qualificada, associada à falta de capacidade da adaptação das empresas e ativos às mudanças e desafios económicos atuais, poderá constituir um entrave à concretização dos objetivos e ações definidas.

Neste sentido, é fundamental que os critérios estabelecidos privilegiem projetos e investimentos que promovam a valorização da diversidade interna da Região do Alentejo, através da internalização do mosaico base da estratégia de desenvolvimento regional (Ambiente – Identidade – Sistema Produtivo) e tenham em conta o caráter eco inovador das iniciativas, com especial destaque para o apoio de projetos e serviços ambientais diferenciadores, assentes em critérios de sustentabilidade, valorização dos recursos endógenos naturais e ação climática, ecoeficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos e melhores técnicas disponíveis. Importa ainda salientar a necessidade de reforçar os mecanismos que assegurem a proximidade do tecido económico local, em especial, as micro, pequenas e médias empresas, às instituições de ensino superior e centros de investigação, com o objetivo de promover a cooperação, as parcerias e a transferência de tecnologia e conhecimento.

Desenvolvimento Social, capacitação humana e inclusão ativa

A implementação do PO Alentejo contribui de forma positiva para o desenvolvimento social, capacitação humana e inclusão ativa através das prioridades de investimento de promoção do emprego, nas ações de inclusão social e combate à pobreza e discriminação e no investimento no ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida. Além disso, o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação bem como a competitividade das PME fomentam a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que promovem o emprego e a capacidade de resolver problemas ambientais.

No entanto, e apesar de não serem identificados efeitos negativos, é necessário que o PO reforce a importância da formação ambiental com vista a um desenvolvimento económico e social sustentável, e que fomente, sobretudo, a qualidade de vida da população.

Energia

No que refere à eficiência energética e mobilidade sustentável, foi verificado pelo presente Relatório Ambiental que os conteúdos disponibilizados pelo PO Alentejo apresentam apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva e capaz de proporcionar uma efetiva beneficiação infraestrutural e energética do parque edificado público e privado, demonstrando capacidade para proporcionar uma redução efetiva do consumo energético associado ao setor produtivo, institucional e doméstico, através da pretensão de aprovação de projetos e ações que prometem potenciar uma diminuição do grau de dependência de combustíveis fósseis por parte das atividades económicas, setor habitacional e dos transportes públicos, bem como a promoção de ações que favorecem a implantação de soluções de mobilidade sustentável, nomeadamente, a implementação de modos suaves na área de intervenção, demonstrando-se assim concordância estratégica com os referenciais e metas nacionais e comunitários associadas a estas matérias. Constata-se porém a necessidade de explicitação ou clarificação de ações de promoção e desenvolvimento dos modos de transporte público e articulação com modos suaves de deslocação, visando o incremento da sua utilização e a redução do congestionamento gerado pelo transporte individual. Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental significativa no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro, apesar de não terem sido devidamente identificadas tipologias de ação para cada objetivo estratégico e critérios de seleção para as candidaturas. A incorporação desta informação beneficiaria a avaliação de efeitos ambientais, permitindo uma avaliação mais pormenorizada, e reforçaria o papel do PO Alentejo como um instrumento de salvaguarda e respeito pelos valores naturais, condições ambientais e responsabilidade social.

Qualificação Territorial e Identidade Regional

No que refere à qualificação territorial, foi verificado pelo presente Relatório Ambiental que os conteúdos disponibilizados pelo PO Alentejo dispõem de apostas estratégicas ou prioridades de investimento que perspetivam uma evolução positiva capaz de proporcionar uma efetiva recuperação infraestrutural do parque edificado, das condições de habitabilidade e conforto, bem como a reconversão e beneficiação paisagística dos espaços públicos, e a dotação de mobiliário urbano, demostrando alguma discriminação positiva ou dotações financeiras específicas destinadas às zonas descentralizadas (p.e. zonas rurais), aglomerados desfavorecidos, zonas abandonadas ou degradadas, e áreas sujeitas a passivos ambientais. Em termos globais, os efeitos ambientais previstos para as prioridades de investimento analisados no âmbito deste FCD são claramente positivos, pelo que se prevê uma beneficiação ambiental relevante no caso de pleno cumprimento do programa operacional e financeiro. Denota-se, contudo, alguns riscos ambientais associados à qualificação territorial prevista no âmbito do desenvolvimento do EFMA, e à ausência de critérios de seleção definidos, podendo acarretar efeitos negativos para a o estado das massas de água e outros recursos endógenos, caso a gestão das pressões consumptivas e riscos de poluição ou contaminação associados às atividades que usufruem deste recurso natural não sejam as mais corretas para a manutenção da sua sustentabilidade e qualidade ambiental.

Recursos naturais

A gestão e valorização dos recursos naturais presentes constituem-se fundamentais na persecução de uma estratégia de desenvolvimento territorial e económica sustável. Assim, de uma forma em geral, considera-se que a implementação do PO proporcionará um contributo positivo sobre os valores naturais presentes, particularmente, no que se refere à utilização dos recursos naturais endógenos, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Apesar disso importa salvaguardar a ameaça potencial que o desenvolvimento das atividades económicas promove, essencialmente no que se refere à gestão e consumo desses recursos naturais e na alteração/destruição dos ecossistemas presentes, onde assume especial relevância o EFMA.

Neste sentido, as recomendações apresentadas surgem essencialmente com a pretensão de potenciar e otimizar algumas das oportunidades identificadas, revestindo-se na sua maioria de um carácter complementar ao PO Temático correspondente – PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR). Neste âmbito será fundamental o mecanismo de governação e articulação com a execução e gestão entre estes dois PO, de modo a que as operações apoiadas no PO Alentejo contribuam e se relevem em conformidade com os objetivos do PO SEUR.

Paisagem e Património

Considera-se que os valores paisagísticos presentes na área de intervenção resultam da paisagem característica do território (natural e humanizada), da riqueza patrimonial arquitetónica e arqueológica e da harmonia entre estes elementos que compõem também essa paisagem. Perspetiva-se assim que a implementação do presente PO proporcionará um estímulo positivo sobre o património cultural e natural presente, na utilização dos recursos naturais e na preservação dos ecossistemas, contribuindo inclusivamente para a sua valorização. Ainda assim, considera-se fundamental assegurar a preservação, recuperação física e valorização do património cultural existente, bem como estimular a integração e associação deste património às atividades tradicionais ligadas aos sistemas produtivos presentes na região (agricultura, floresta, mar, industria extrativa, etc.). Para além disso, salienta-se que o EFMA promoverá o aumento de um número considerável de atividades turísticas, que devem aproveitar e integrar os valores patrimoniais naturais e culturais existentes na sua envolvente, mitigando assim às alterações/modificações provocadas nos ecossistemas presentes e consequentemente na paisagem.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas e Riscos

Considera-se pertinente referir que as temáticas Riscos e Alterações Climáticas são abordadas no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (de acordo com o que foi definido no Acordo de Parceria e Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio). No entanto, apenas de

forma a garantir a necessária integração de estratégias e orientações que promovam a prevenção e minimização de riscos e as questões de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas no âmbito dos objetivos e ações do PO Alentejo, optou-se por considerar o FCD "Riscos naturais, tecnológicos e mistos e Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas". Neste sentido, apesar do âmbito das ações previstas na estratégia do PO Alentejo não contemplar uma abordagem direta ao nível do nível dos riscos perspetiva-se uma evolução positiva neste domínio nomeadamente através das recomendações efetuados no âmbito deste FCD e que se prendem de forma geral com a internalização de princípios de prevenção e/ou eliminação de riscos. O mesmo acontece relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas, perspetivando-se uma evolução positiva neste domínio nomeadamente através das recomendações efetuados no âmbito deste FCD e que se prendem de forma geral com a internalização de princípios e práticas de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Importa destacar ainda a necessidade de definir mecanismos de governação que permitam uma articulação entre o PO Alentejo e o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos de modo a que as ações apoiados no âmbito destes programas operacionais se constituam oportunidades complementares.

Em síntese, importa, em primeiro lugar, concluir o desenvolvimento dos elementos ainda em falta na atual proposta de PO Alentejo, de modo a poder confirmar os efeitos positivos e negativos identificados no presente RA. Adicionalmente, considera-se que nessa fase de fecho do exercício de programação, devem ser ponderadas as recomendações propostas pela AAE e reforçar na proposta do PO a articulação e ligação entre alguns objetivos e clarificar ou introduzir ações ou a forma como essas servirão para concretizar os respetivos Objetivos Específicos. Estas questões aplicam-se essencialmente aos OT cujo âmbito mais diretamente influi sobre as questões de ambiente e sustentabilidade da Região, e os potenciais efeitos ambientais que o PO poderá ter, no sentido da forma como contribuirá para salvaguardar, reforçar, potenciar e concretizar uma estratégia de desenvolvimento regional integrada e sustentável, não obstante alguns domínios ambientais mais específicos estarem enquadrados nos respetivos PO temáticos, nomeadamente no PO SEUR.

São identificadas essencialmente algumas necessidades de reforço de mecanismos ou orientações para assegurar a sua conformidade com os principais objetivos do QRE e das estratégias regionais, nomeadamente do PAR, ao nível dos FCD Energia, Qualificação Territorial e Identidade Regional, Recursos Naturais e Paisagem e Património, que se considera que seriam potenciados e melhorados com a internalização das recomendações apresentadas.

Não obstante, a proposta de PO assume-se como bastante positiva, assegurando, apesar da necessidade de aprofundamento ou reforço em alguns objetivos e ações, as principais questões associadas à minimização dos problemas ambientais da Região e com um importante contributo para o caminho a desenrolar-se no sentido de uma estratégia integrada para a sustentabilidade.

4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O alinhamento sistemático de conclusões e recomendações desta avaliação, que se apresenta neste capítulo, tem em conta que nem todas se referem à arquitetura do Programa Operacional, devendo algumas ser entendidas num prazo mais alargado – o da definição de regulamentos e critérios de apreciação e seleção de projetos e mesmo o de implementação em concreto do Programa e respetiva monitorização.

4.1. CONCLUSÕES

1. O PO Alentejo 2014-2020 acomoda em grande medida as orientações do Plano de Ação Alentejo 2020 face às condicionantes estabelecidas pelos objetivos da Estratégia Europa 2020, pela regulamentação dos Fundos Estruturais e pelo Acordo de Parceria e respetivas orientações para a formatação dos Programas Operacionais Regionais. Na sua versão final, incorpora já algumas propostas emanadas da própria AEA, designadamente em termos de indicadores. Independentemente da AEA registar que existem no Plano de Ação dimensões de diagnóstico e abordagem estratégica da escala regional que não foram (nem teriam que ser) totalmente repercutidas no PO, é sobretudo relevante sublinhar que o PO Alentejo procura materializar nas suas opções a Visão Estratégica que marca o Plano de Ação, oportunamente validado unanimemente em sede de Conselho Regional. Esse é, no entender da AEA, o elemento de maior exigência. Trata-se de potenciar através da programação concebida uma estratégia de desenvolvimento que, simultaneamente, acomode e valorize as mais-valias ambientais, naturais, patrimoniais e culturais que identificam inimitavelmente o vasto território da Região e contribua para minimizar os fortes constrangimentos estruturais que continuam a condicionar esse desenvolvimento. Essa equação estratégica tem ainda de acomodar as diferentes perceções do desenvolvimento possível e necessário para o Alentejo que têm vindo a formar-se a partir dos territórios do Alentejo Central, do Alentejo Litoral, do Alto Alentejo, do Baixo Alentejo e da Lezíria. Desta equação e ainda em termos de apreciação estratégica global ao PO Alentejo 2014-2020, a AEA destaca à cabeça o caráter crucial que a Estratégia de Especialização Inteligente (EEI) Alentejo, ainda em maturação, irá revestir para integrar e enquadrar apoios quer à investigação e desenvolvimento tecnológico, quer ao investimento inovação e internacionalização de PME em termos compatíveis com a Visão Estratégica atrás referida, quer ainda em termos de recursos humanos avançados. A AEA regista a forte implicação que esta mesma equação estratégica traz à tipologia de projetos de investimento tradicionalmente submetidos para apoio comunitário por parte dos principais atores interessados na implementação da programação 2014-2020 na Região.

2. Com base no recurso às metodologias de avaliação "*theory-driven*" de programas, de que a "teoria da programação" constitui uma conhecida variante, a AEA identifica no PO Alentejo alguns fatores críticos de programação, definidos essencialmente em função da equação de aplicação da Visão Estratégica que enquadra o Plano de Ação e o PO. Os fatores críticos da programação sistematizam não só potenciais desenvolvimentos e melhorias do PO até à fase da sua regulamentação e implementação e proporcionam também à futura monitorização estratégica da programação, acaso sejam ultrapassadas algumas insuficiências de indicadores, uma preciosa ajuda. A identificação destes domínios e fatores críticos é completada com os *inputs* que resultarão dos restantes critérios de AEA, a saber a relevância e pertinência do diagnóstico, a coerência interna (já em parte presente na teoria da programação) e externa, bem como a conformidade da alocação dos recursos financeiros em relação ao quadro estratégico delineado.

Sobre os fatores críticos da programação

A relevância dos instrumentos de competitividade (I&D, empreendedorismo, inovação, internacionalização) e da estruturação do Sistema Regional de Inovação para a concretização da Visão Estratégica que enquadra o PO

3. Como foi anteriormente demonstrado, o PO Alentejo assume uma Visão Estratégica de enquadramento que valoriza a combinatória entre os ativos geoestratégicos de localização da Região e

as suas amenidades patrimoniais e ambientais. Essa combinatória que pode valorizar a inimitabilidade competitiva da Região exige uma trajetória de evolução da sua base produtiva que, acolhendo as dinâmicas promissoras de investimento observadas em tempos mais recentes nos domínios da agricultura intensiva, aeronáutica e TICE, possa integrar-se virtuosamente com as referidas amenidades urbanas e territoriais em geral. O desafio de programação aqui presente, transformado em fator crítico inequívoco da programação, não pode ser concretizado apenas com esforço de atração de investimento estruturante dessas opções e exterior à Região. Tem complementarmente de ser trabalhado a partir dos perfis de especialização produtiva da Região que mais diretamente combinam com o traço diferenciador da Visão Estratégica adotada, segundo uma lógica de complementaridade "*intrapreneurship* versus *entrepreneurship*".

4. Um **primeiro fator crítico** associado a este desígnio é o da **governança regional para a estruturação de um Sistema Regional de Inovação Alentejo**, que não deixe de ter em conta a proximidade ao ecossistema de inovação implantado na aglomeração de Lisboa. E aqui também será fundamental partir dos avanços concretizados nesta matéria no período de programação 2007-2013. No entender da AEA, é crucial para a Região consolidar infraestruturas de base tecnológica com proximidade às empresas, capazes de sinalizar as necessidades de inovação e de incorporação de conhecimento e tecnologia de que essas empresas carecem para a desejada evolução da base produtiva regional. A função de intermediação dessas infraestruturas e entidades é crucial para sinalizar ao sistema de investigação científica de matriz mais universitária quais são as prioridades de produção de conhecimento apropriável na Região. É também fundamental para aumentar a massa de empresas que na Região possam interagir com esse sistema de investigação, numa lógica de formação e captação de procura. Mas essa função de intermediação é também essencial que seja realizada em articulação com o sistema científico, captando nele enquanto "*broker*" potencialidades de translação empresarial do conhecimento aí produzido. Por esta via, as entidades de intermediação tecnológica poderão contribuir para que os níveis de *spin-off's* e de incubação universitária e politécnica sejam incrementados. Para concretizar este desígnio, é necessário consolidar o sistema regional de inovação que foi sendo preparado com algumas realizações e apoios da programação 2007-2013.

5. O **segundo fator crítico** é o da **identificação de empresas já instaladas na Região e a atrair** que possam representar a massa crítica inicial da dinâmica a suscitar por via do sistema de incentivos (I&D&I, inovação, internacionalização, qualificação, financiamento). É necessário criar uma dinâmica de demonstração de efeitos. Para isso é necessário assegurar uma procura empresarial de arranque, para o que as entidades de intermediação no SRI Alentejo são cruciais. O prolongamento da dinâmica criada com os trabalhos a desenvolver em matéria de grupos de trabalho para a maturação da EEI-Alentejo é essencial para começar a definir a procura de arranque. A integração do turismo (que importa captar para a intervenção dos OT1 e OT3) e de empresas com maior potencial de demonstração neste setor parece crucial para alargar o âmbito da EEI – Alentejo.

6. O **terceiro fator crítico**, fortemente correlacionado com o segundo, é o da **necessidade de regulamentar sistemas de incentivos suscetíveis de acolher a especificidade da Região Alentejo** que consiste em mobilizar a ambição dos OT1 e OT3 num ambiente empresarial de procura potencial de incentivos que não é fluida e que precisa de ser ela própria dinamizada.

Necessidade de contornar criativamente os desafios que o Acordo de Parceria coloca à política de Cidades

7. A evolução do PO ao longo da maturação das suas versões é significativa, chegando à formulação de um EP para o desenvolvimento urbano sustentável (centrado nos centros urbanos regionais e estruturantes) a combinar com as intervenções dirigidas noutros EP aos centros urbanos complementares. As amenidades (de natureza vária, patrimoniais, ambientais, culturais e de serviços coletivos) já estabilizadas na rede de cidades e centros urbanos de pequena e muito pequena dimensão existentes no Alentejo são convocadas para assumir um papel central na concretização da Visão Estratégica que enquadra o PO. A Visão Estratégica assumida requer uma política de cidades, de natureza integrada e o PO Alentejo acolhe parcialmente essa necessidade, ao consagrar um EP para o desenvolvimento urbano sustentável. Nesse EP, estará em causa sobretudo a criatividade da criação de projetos que combinem a transição para o baixo carbono e mobilidade sustentável, a proteção e valorização ambiental e a regeneração física, económica e social de centros urbanos num quadro de

claríssimo menor peso das intervenções infraestruturais. O fator crítico da programação estará seguramente na transição para uma engenharia de projeto capaz de valorizar a referida combinatória e fazer por ela atravessar a regeneração urbana.

A questão do emprego qualificado como fator essencial de combate ao constrangimento estrutural da "Desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e territórios de baixa densidade"

8. Os efeitos dinamicamente perversos que o declínio demográfico tem gerado no desenvolvimento da Região exigem uma forte injeção de emprego qualificado, designadamente jovem, na Região, desejavelmente combinada com uma política mais focada de atração de residentes. O contributo mais sério para este rejuvenescimento qualificado, ou menos de reforço de ativos qualificados, tem no PO o seu principal instrumento de concretização nos EP 1 e 3 e no potencial de intervenção dos instrumentos de apoio à evolução da base produtiva regional. Sines e Évora representam um sinal do emprego qualificado que é necessário atrair à Região, não só fixando qualificações formadas na Região, como criando condições para as atrair do exterior em estreita articulação com a atração de investimento. Seria, por isso, importante monitorizar a evolução do emprego qualificado criado pelos apoios empresariais a conceder no âmbito dos sistemas de incentivos (não só do PO Alentejo mas também do POCI), comparando-a com a que será gerada pela intervenção dos OT8 e OT9..

Deve ainda ser sublinhado que o Acordo de Parceria concede aos POR a intervenção no apoio à inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, no âmbito da prioridade de investimento 8.5 do OT 8, bem como o apoio a programas de doutoramento e pós doutoramento alinhados com a EEI-Alentejo, o que diversifica a ação do PO em torno do emprego qualificado.

Questões de política inclusiva

9. O modelo territorial do Alentejo coloca alguns desafios à política inclusiva a acolher pelo PO, aconselhando a uma política descentralizada e concretizada em estreita articulação com os ITI NUTS III e as diferentes DLBC, rurais, costeiras e urbanas (áreas desfavorecidas). O fator crítico nesta sugestão é a da vontade e capacidade dos municípios para no âmbito dos ITI intermunicipais NUTS III acolher parcerias com outros atores locais para levar à prática esta política de política inclusiva mais descentralizada. Tal modelo pode apresentar a vantagem não despicienda de contribuir para um melhor aproveitamento de serviços coletivos e de redes para o apoio social já existentes nos territórios municipais.

Questões de sustentabilidade ambiental

10. A Visão Estratégica que suporta o PO apela bastante à mobilização de instrumentos de política mobilizáveis em torno dos OT que materializam a vertente do crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020. O PO Alentejo seguindo a indicação inicial da Comissão Europeia de consagrar EP para cada OT, dedica três EP à questão da sustentabilidade ambiental, um deles focado no desenvolvimento urbano.

O fator crítico da programação sinalizado pela AEA é de que essa profusão de EP não deve fazer esquecer a sustentabilidade ambiental como prioridade horizontal. Nessa perspetiva, a Visão Estratégica apela a que a questão da sustentabilidade ambiental atravesse a questão da competitividade a abordar por via dos EP 1 e 3. E aqui uma vez mais é a EEI-Alentejo que pode contribuir para funcionar como o elemento organizador da prioridade horizontal. Esta dimensão será crucial para assegurar que dinâmicas de investimento em curso, por exemplo, nos domínios da agricultura intensiva sejam compatíveis com a Visão Estratégica.

Mas a sustentabilidade ambiental é também fator crítico da já referida criatividade de programação para contornar as limitações que o Acordo de Parceria coloca à política de cidades em territórios situados fora das duas áreas metropolitanas.

A configuração territorial dos ITI

11. O PO Alentejo segue nesta matéria a orientação predominante seguida pelo Acordo de Parceria de consagrar a associação dos ITI às NUTS III. A AEA não discute essa orientação. O que sinaliza é que existem na Região problemáticas e iniciativas que poderiam aconselhar ITI de geometria mais flexível, entendidas como instrumentos de integração de instrumentos e de políticas. É o caso, por exemplo, da valorização da paisagem do montado, de territórios mais atingidos pela desertificação e degradação de solo arável (foco nas mudanças climáticas) e do próprio Alqueva. Esta possibilidade é compatível com o espírito com que os ITI surgem nos documentos da Comissão Europeia e o próprio Acordo de Parceria não deixa de admitir a exceção: "sem prejuízo de prever a possibilidade de concretizar ITI noutras configurações territoriais, dirigidas a operações em domínios limitados e selecionados.

À AEA cabe sinalizar esta possibilidade e ao PO caberá avaliar os custos de transação que uma opção dessa natureza poderá implicar para a gestão estratégica do PO, não perdendo de vista que em nosso entender aumentaria o potencial integrador de mobilização dos instrumentos de política e das prioridades de investimento a favor de tais matérias sinalizadas pela AEA.

Em matéria de conformidade da estratégia do PO com o diagnóstico prospetivo

12. A programação realiza um esforço notório de fundamentação das opções estratégicas do PO, potenciando não só o investimento institucional realizado no âmbito da elaboração do Plano de Ação, mas também o capital de conhecimento aprofundado que a CCDR Alentejo tem vindo a acumular sobre a Região, incluindo o papel exercido pelos trabalhos de fundamentação técnica do PROT Alentejo. As limitações existentes resultam de, à data em que o PAR e o PO Alentejo foram concebidos, a geografia dos impactos da crise e do ajustamento macroeconómico imposto pelo Memorando de Entendimento não ser totalmente conhecida e da inexistência em alguns domínios de indicadores de contexto de partida que penaliza a calibragem da transformação da programação em resultados. A nova versão do PO Alentejo objeto de avaliação realiza o esforço meritório de definição de metas estratégicas globais com as quais se compromete.com uma versão bastante mais abrangente na versão final do PO. Além disso, importa estabelecer que contributos relativos o PO Alentejo e os PO Temáticos irão proporcionar à concretização desses indicadores de impacto que as metas estratégicas globais acabam por representar, designadamente em termos de projetos estruturantes apoiados pela programação e cuja evolução possa ser acompanhada mais de perto. Reunidas que estejam essas condições, a AEA considera que o PO Alentejo dispõe de condições adequadas de monitorização estratégica, o que pode representar uma relevante mudança face a períodos de programação anteriores.

13. Do ponto de vista da consistência estratégica da programação, a AEA regista a relevância transversal que nela assume a questão do modelo de desenvolvimento territorial e, consequentemente, da sua abordagem integrada. A visão estratégica que enquadra a programação do PO Alentejo, "Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social", só é materializável na programação com o desenvolvimento territorial da Região colocado no centro das suas preocupações. O PO Alentejo concede-lhe uma dimensão de transversalidade na programação, na mesma linha da Estratégia Europa 2020 que também não dedica à questão territorial um OT específico. A visão estratégica de suporte do PO atribui às mais-valias territoriais da Região (de diferente natureza, rurais e urbanas, ambientais e patrimoniais, culturais e de identidade) uma importância crucial, desafiando inclusivamente o setor empresarial e a base produtiva da Região a valorizarem essas mais-valias sob a forma de produtos e processos que tirem delas partido. Ora, uma aposta desta natureza exige que a programação e a sua implementação possam proporcionar a integração de instrumentos de política que o modelo territorial exige.

Em matéria de contributo do PO Alentejo para a Estratégia Europa 2020

14. O facto do PO Alentejo objeto de avaliação ter integrado metas estratégicas globais, em geral alinhadas com as metas da Estratégia Europa 2020 e com as do Plano Nacional de Reformas, permite uma leitura mais consistente do modo como se propõe contribuir para estes referenciais estratégicos. Do ponto de vista do contributo para a dimensão do crescimento inteligente, a AEA conclui que é manifesta e praticamente impossível à região do Alentejo atingir no período de programação 2014-2020 a meta

prevista em matéria de despesas de I&D no PIB de 3%, assumindo antes o PO a meta de subida de estatuto no quadro do perfil de regiões no *Innovation Scoreboard*. A AEA entende que, mais importante do que uma meta de peso de I&D no PIB, o melhor contributo do PO Alentejo para o crescimento inteligente consistirá em criar uma prática de incorporação de conhecimento na atividade de velha e nova geração na Região, designadamente através da consolidação do SRTT que assuma a função nobre de intermediação entre as necessidades empresariais de conhecimento e de tecnologia e a investigação científica e tecnológica. Em matéria de crescimento inclusivo, o PO Alentejo é mais incisivo no seu contributo para a melhoria das qualificações como instrumento de modernização inclusiva, sinalizando três metas estratégicas, a da redução do abandono escolar precoce, taxa de população entre os 30 e os 34 anos com ensino superior de 40% a da aprendizagem ao longo da vida (ALV), nesta última com a ambição justificada de cobrir 10% da população abrangida por ações dessa natureza. Consagra também uma meta de redução da taxa de desemprego regional, fator garantido de inclusão na Região. Do ponto de vista do contributo do PO para as dimensões do crescimento sustentável, a AEA sinaliza algumas debilidades que se prendem sobretudo com a limitação de metas estratégicas à redução do consumo de energia elétrica. Mas a sua Visão Estratégica de suporte aponta para uma forte conexão com a dimensão da sustentabilidade da Estratégica Europa 2020 do que a eficiência energética, pois tratava-se de atribuir valor económico a mais-valias ambientais e patrimoniais que se inscrevem bem numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

A participação de *stakeholders*

15. A elaboração do Plano de Ação Alentejo 2020 envolveu um conjunto significativo de *stakeholders*, cobrindo esmagadoramente o tecido institucional da Região, embora não tenha sido fácil à AEA identificar os contributos concretos que essa participação trouxe ao diagnóstico estratégico prospetivo da Região e à Visão Estratégica diferenciadora que enquadra o PO. Foi possível confirmar que, com exceção de reuniões de trabalho com as CIM e dos trabalhos de aprofundamento da EEI – Alentejo que envolveram a realização de *ateliers* temáticos, a dinâmica de participação institucional inerente à elaboração do Plano de Ação não foi retomada para efeitos de preparação do PO. Esta evidência é compreensível atendendo à natureza que revestiu a preparação dos PO Regionais e sobretudo atendendo ao período de tempo reservado para esse efeito. Dos momentos de auscultação, a AEA detetou algumas reservas quanto à transformação do Plano de Ação em PO (**ver *anexo n.º 3***)

16. A AEA concluiu ainda que a dinâmica de participação de *stakeholders* na programação será fortemente tributária do modo como os ITI – CIM NUTS III vierem a organizar a implementação dos seus próprios Planos de Ação, envolvendo ou não parceiros institucionais, sendo neste caso crucial clarificar se essa intervenção estará limitada a parceiros que inscrevem apenas a sua atividade no território da CIM ou se, pelo contrário, as CIM chamarão para esses processos entidades do tecido institucional regional. Esta conclusão é extensiva à dinâmica de partenariado que estará presente nas DLBC, a qual tenderá a trazer ao PO um alargamento considerável do tecido institucional de base local.

A coerência interna do PO Alentejo

17. A análise de correspondência entre eixos prioritários e prioridades de investimento associadas não identifica nenhum exemplo de incoerência interna da programação, antes pelo contrário permitiu ilustrar a evidência de que existem diferentes eixos prioritários a convergir para alguns dos objetivos estratégicos declinados da Visão. A coerência interna do PO Alentejo é essencialmente marcada pelo papel de enquadramento ditado pela Visão Estratégica que suporta o PO, estabelecendo por essa via um nexo de forte complementaridade entre transformação do modelo produtivo requerida por essa Visão Estratégica, qualificação do território e do seu sistema urbano determinada pela relevância das amenidades urbanas e ambientais e qualificação de pessoas. A consagração em versão final de PO de um EP dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável vem trazer à coerência interna do PO uma exigência de complementaridade urbana entre os domínios da economia de baixo carbono, da proteção ambiental e da regeneração física, económica e social de centros urbanos, num quadro de projetos com dimensão infraestrutural muito mais reduzida do que em períodos de programação anteriores.

18. Do ponto de vista da conformidade existente entre as medidas antecipáveis na programação e os objetivos estratégicos do PO, é necessário salientar que as tipologias de ação que constam da apresentação dos objetivos específicos associados a cada prioridade de investimento são ainda

explicitadas de modo bastante agrupado. Nesse contexto, a resposta à questão de avaliação trabalha algumas dessas tipologias de ação, discute-as criticamente do ponto de vista do seu contributo esperado para os objetivos.

19. O PO adota uma grande diversidade de tipologias de operações nos domínios que correspondem aos seus objetivos fundamentais (focando a intervenção em matérias diretamente relacionadas com a competitividade, complementada com intervenções de sustentabilidade e qualificação territorial e de qualificação inclusiva da população). Esta opção, principalmente se tivermos em consideração que há ainda tipologias que, na Região, serão implementadas através de outros instrumentos financeiros, gera riscos de dispersão territorial e temática de operações, dificultando a concentração de apostas em medidas mais alinhadas com a Visão Estratégica e tornando muito complexa a monitorização de resultados e impactes. A racionalidade e a focagem estratégica deverão ser garantidas através de critérios de seleção de projetos que se sustentem, ao nível regional e sub-regional, em bases sólidas: uma estratégia regional de especialização inteligente bem definida, apoiada num sistema regional de inovação articulado, devidamente acompanhado por instrumentos de planeamento e gestão regionais complementares: o PROT Alentejo, um pacto regional para a qualificação, o emprego e a inclusão social e uma iniciativa-âncora, prevista no PAR, para a Economia Social.

A coerência externa do PO Alentejo

20. No que respeita às prioridades de investimento em que se assinalam aspetos críticos de sobreposição, a AEA identificou avanços progressivos, embora subsistindo alguns problemas:

- Continua a ser pouco claro o modo como a EEI nacional se articulará com a EEI – Alentejo, existindo margens de potencial sobreposição de ações se não existir uma coordenação de políticas e domínios de especialização.

- Tendo em conta que, de acordo com os termos do AP, a intervenção do PO em matéria de formação será limitada, importa que sobretudo a intervenção do POCI nesta matéria possa ter em conta as necessidades regionais.

- O fator mais visível de sobreposição no domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos encontra-se associado à mobilidade ecológica, embora não se afigure complexo regulamentar as áreas de intervenção de cada PO evitando áreas de sobreposição.

21. Também em contexto de avaliação da coerência externa importa referir que se detetaram alguns critérios de delimitação que poderão constituir obstáculos à governação do programa, nomeadamente no domínios da Competitividade e Internacionalização, onde os critérios de dimensão da empresa e do projeto em diferentes tipologias de ação induzem um certo nível de complexidade (o sistema de incentivos de inovação depende da dimensão do projeto e não da dimensão da empresa, ao contrário dos restantes), bem como a existência de uma delimitação dúbia dos projetos multirregionais baseada no investimento residual de outras regiões em sede de PO Alentejo. Por outro lado, o modelo de governação da intervenção do PO Alentejo e do FEADER na Região, tendo em conta, entre outros aspetos, que o OT3 só poderá ser mobilizado para os ITI NUTS III a partir do FEADER, também corporiza problemas de coordenação.

22. O domínio Capital Humano, EP 2, tem âmbito bem definido e potencial de intervenção reforçado. O reforço advém potencialmente da delegação no PO Alentejo dos instrumentos de combate ao abandono escolar e dos três instrumentos do Ensino Superior (o apoio a estudantes carenciados deslocados para o interior numa política de apoio à mobilidade, o apoio aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e o apoio a doutoramentos e pós doutoramentos alinhados com a EREI – Alentejo). Adicionalmente, a AEA gostaria de frisar a importância da articulação nas intervenções dos CQEP e de RVCC. Face às características da Região e da baixa qualificação da sua população mais velha, a educação e a formação de adultos são domínios cuja territorialização será vantajosa para a Região. O facto de não constar das atribuições do PO não significa que este domínio deva estar fora do alcance do Pacto Regional para a Empregabilidade. Acresce a esta questão o facto do PO Capital Humano concentrar a promoção de ofertas educativas ISCED 2 e 3 como os cursos vocacionais, por exemplo).

23. Quanto ao domínio Inclusão Social e Emprego, as ações direcionadas ao aumento da eficácia na inserção do mercado de trabalho por via da formação e ajustamento entre qualificações e aptidões e necessidades da economia, também merecem uma articulação entre agentes para que não exista sobreposição de iniciativas. O Acordo de Parceria concede ao POR exclusividade em algumas áreas relevantes e garante-lhe um potencial de intervenção inclusiva apreciável por comparação com períodos de programação anteriores. Contudo, o POR exerce essa exclusividade em três níveis: regional, NUTIII (dos ITI), e local/intraurbano (nas DLBC, que podem intervir sobretudo em zonas urbanas desfavorecidas). Detetam-se, então, problemas de modelo de governação e coordenação a ter em conta, sobretudo na necessidade de clarificar se os ITI NUTS III em preparação mostrarão apetência por intervir nesta matéria.

Com a aplicação do FEADER e FEAMP na Região

24. O vasto território da Região Alentejo comporta um conjunto de recursos importantes, cujo padrão estabelece um conjunto de complementaridades relevantes de abordagem do PO Alentejo com os instrumentos de financiamento do FEADER e do FEAMP, sobretudo nas matérias relativas aos Domínios Temáticos da Competitividade e da Sustentabilidade, constantes da tabela seguinte.

Eixos prioritários do PO Alentejo	Evidências no âmbito da coerência externa com FEADER e FEAMP (síntese)	*Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020 em linha com a intervenção do FEADER e FEAMP*
EP 1. Competitividade e Internacionalização das PME (OT 3)	Projetos a apoiar no do Eixo de intervenção *Competitividade e Organização da produção* do PDR Continente 2020, designadamente: M3 – Valorização da Produção Agrícola e M4 – Valorização dos Recursos Florestais. Operações da Prioridade 1 do FEAMP: visam fomentar uma pesca e uma aquicultura inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento.	*Qualificação e Internacionalização de ativos do território* - Regadio - Montado - Desenvolvimento económico da Costa Atlântica (Economia do Mar) - Plataforma logística agroalimentar
Eixo prioritário 3. Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (OT1)	Condições para o possível surgimento de grupos operacionais e polos e redes na Região e no quadro da Parceria Europeia para a Inovação (PEI), apoiadas pela M1 – Inovação do PDR Continente 2020.	*Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências*
EP 5. Emprego e valorização dos recursos endógenos (OT8) Ações a desenvolver pelos DLBC • PI 8.3. (FSE) • PI 8.8. (FEDER)	A atuação dos DLBC deverá articular-se estreitamente com os apoios FEADER e FEAMP no âmbito do apoio à criação de emprego por conta própria e/ou de empresas; da formação de ativos e empresários do Complexo Agroflorestal e concretização de investimentos que assegurem o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, bem como na promoção e da inovação social, na resposta a problemas de desemprego e de pobreza e exclusão social.	*Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social* - Territórios de Baixa Densidade e as respetivas comunidades
EP 6. Coesão Social e Inclusão (OT9) Envelope financeiro para o desenvolvimento das Ações a implementar pelos DLBC • PI 9.6. (FSE) • 9.10. (FEDER)	No âmbito do PDR Continente 2020 está contemplado o apoio a intervenções no âmbito do Eixo A4.Desenvolvimento Local (M10 LEADER), que segue a abordagem de conceção e implementação de EDL, as quais deverão corresponder a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local promovidas através dos GAL-DLBC.	

A análise dos elementos anteriores sugere a existência de áreas de complementaridade que carecem de adequada delimitação de fronteiras de intervenção (ramos de atividade CAE, elegibilidades, critérios de seleção, …), evitando sobreposições e garantindo complementaridades efetivas entre as operações apoiadas por várias Prioridades de Investimento do PO Alentejo e os apoios que as entidades beneficiárias (intermédias e finais) podem encontrar nos PDR Continente e PO Pescas e Aquicultura

A problemática das articulações (basicamente, delimitação de fronteiras e potenciação de sinergias/complementaridades de intervenção) entre ITI e DLBC deve ser contextualizada aos seguintes níveis:

- Na conceção das ELD e dos PDCT, nomeadamente, tendo em consideração a ausência de apoios com origem nas Prioridades de investimento;
- Na definição do modelo de governação, encontrando soluções que permitam ultrapassar duas tradicionais dificuldades: a coordenação entre organismos da Administração Central e Regional na gestão e acompanhamento das intervenções e a coordenação regional/local, frequentemente inibidora da mobilização de recursos experimentados de promoção do desenvolvimento.

O PO Alentejo e a aplicação na programação dos princípios horizontais

25. Da análise das questões relativas aos princípios horizontais podemos concluir que o PO Alentejo deveria incorporar evidências mais significativas relativamente a estas matérias, de acordo com os regulamentos comunitários.

No domínio da igualdade entre homens e mulheres, apesar desta matéria ter sido debatida no processo de preparação do Programa Operacional, com a participação de entidades especialistas nestas temáticas, e de serem preocupações regionais, estas não foram vertidas, de forma evidente, para o PO. Já no domínio da igualdade de oportunidades, em termos de diagnóstico são destacadas desigualdades nos domínios do acesso a serviços de saúde e a equipamentos sociais e outras situações de exclusão social que necessitam de uma maior tradução no PO.

Sobre a consistência da alocação dos recursos financeiros

26. A programação financeira do PO Alentejo evidencia uma concentração de recursos no Eixo Competitividade e Internacionalização das PME (33,6%), seguida de Desenvolvimento Urbano Sustentável (11,7%), Coesão Social e Inclusão (10,1%) e de Eficiência Energética e Mobilidade (9,5%). Esta distribuição de recursos afigura-se coerente com a Estratégia definida para a Região e com as necessidades identificadas, concentrando os recursos na promoção da competitividade das empresas, na promoção do emprego e na valorização do capital humano e permite, no entender da AEA, completar o foco produtivo com dois importantes domínios de regulação da competitividade: a promoção das mais-valias ambientais, culturais e patrimoniais, designadamente nos três tipos de centros urbanos definidos no PROT Alentejo (regionais, estruturantes e complementares) e a coesão social.

Sistema de indicadores, monitorização e avaliação

27. A AEA registou uma significativa evolução da qualidade do sistema de indicadores do PO ao longo das sucessivas versões do PO que foram objeto de avaliação, sendo possível observar que pelo menos uma parte dessa evolução resultou da interação do PO com a evolução dos trabalhos de AEA. No entanto, se tivermos por referencial o universo das questões de avaliação 18 a 25, inclusive, os progressos observados não são homogéneos para todos os níveis de aferição da qualidade do sistema de indicadores que constam daquelas questões. Assim, o domínio onde se verificaram maiores progressos foi o da capacidade dos indicadores cobrirem objetivos e prioridades temáticas, medindo o desempenho global nestas vertentes e o do contributo dos indicadores de resultado para aferir o grau de concretização de objetivos. Há exceções pontuais a esta evolução significativa, designadamente do ponto de vista da existência de indicadores de resultado de qualidade e conceção manifestamente insuficientes em domínios como o da inovação social, da capacitação institucional, do grau de concretização de estratégias de valorização do potencial endógeno e das intervenções focadas na valorização de ativos patrimoniais, culturais e naturais. É também necessário um aprofundamento necessário da ideia inovadora de consagrar para algumas dimensões do PO indicadores de satisfação a

obter por inquirição do SI do PO. A designação dos indicadores que acompanhou essa melhoria gradual atingiu também um elevado grau de maturação.

28. Onde a qualidade do sistema de indicadores é muito desigual quando confrontado com a evolução atrás referida é no que poderíamos designar de fundamentação técnica das condições de meta-informação e de meta-alimentação do sistema. O PO Alentejo é parco nessa matéria e a AEA não teve acesso a material de atas dos Grupos de Trabalho temáticos que discutiram essa matéria. Formas de cálculo de indicadores e fundamentação de valores de partida e de metas são matérias em que a informação de suporte acessível é muito reduzida, não existindo um manual completo de meta-informação e meta-alimentação dos indicadores agora estabilizados. Um domínio que registou progressos face a períodos de programação anteriores foi a capacidade claramente acrescida de convocar para a definição de valores de partida o concurso de informação estatística nacional, não só do INE, mas também de informação com a qual é necessário estabelecer pontes com os resultados (casos do IPCTN, do Inquérito Comunitário à Inovação e das bases de dados da DGEEC). Subsistem problemas neste domínio em relação à regionalização de alguma dessa informação mantendo níveis de representatividade estatística.

29. O PO adota genericamente uma estratégia de gestão muito prudencial das metas intermédias, mas não existe uma fundamentação visível para essa gestão prudencial, não se invocando por exemplo os ensinamentos do histórico de programações anteriores ou os resultados da própria dinamização regional que conduziu ao Plano de Ação Alentejo 2020. Do mesmo modo, para além do usual confronto de custos unitários de intervenção com a dimensão financeira programada para as diferentes PI, o PO é praticamente omisso na fundamentação das metas. A AEA concluiu ainda que há domínios de intervenção FSE em que é necessário distinguir entre três tipos de acesso a fontes de informação para construção dos indicadores FSE: indicadores de resultado a construir a partir do universo de operações apoiadas pelo PO; indicadores de resultado a construir por processos de inquirição de responsabilidade do PO; idem para indicadores a construir por processos de inquirição a ser lançados e geridos pela ADC (SI FSE). Essa distinção não está clara no PO.

30. Finalmente, a partir do momento em que se observou uma apreciável melhoria nas metas estratégicas globais do PO, a AEA sustenta que, em estreita articulação com os fatores críticos de programação identificados pela AEA, o PO Alentejo tem um apreciável campo de inovação e aprofundamento dos processos de monitorização estratégica, pelo menos relativamente a períodos de programação anteriores. Essa monitorização estratégica pode ser significativamente intensificada, articulando o sistema proposto de painéis de projetos com a concretização das propostas de temas estratégicos para avaliação de impactos do PO e de temas para avaliação intercalar, que constam da resposta à questão de avaliação nº 27.

4.2. RECOMENDAÇÕES

Nota preliminar

As recomendações que de seguida se explicitam estão organizadas em torno de dimensões da programação que a AEA entende suscetíveis de ser melhoradas. O destinatário dessas recomendações é predominantemente a estrutura da CCDR-A responsável pela conceção e elaboração do PO Alentejo. Quando estiver em questão um outro destinatário, a recomendação explicita-o.

Recomendações decorrentes da identificação dos fatores críticos da programação, designadamente em matéria de modelo de governação e de incorporação do princípio das parcerias

1. A elevada dotação de recursos associados na programação do PO Alentejo no âmbito dos EP 1 e 2 (OT3 e OT1), a experiência adquirida em períodos de programação anteriores, particularmente do QREN, os resultados de avaliação dos instrumentos de política pública associados à inovação e internacionalização e as implicações da Visão Estratégica que enquadra o PO exige particular atenção ao modelo de gestão de sistemas de incentivos claramente identificados com as prioridades regionais e com a EEI Alentejo em maturação. É particularmente relevante ter em conta o papel de intermediação que diferentes entidades integradas no SRTT Alentejo e representadas na governação da EEI Alentejo devem exercer no

suscitar de procura de apoios empresariais. Recomenda-se nesse sentido a opção por modelos de génese de candidaturas (avisos) que tenham em conta as opções da estratégia regional e a constituição o de comissões de análise e de definição de parâmetros de avaliação de mérito de projetos que materializem de forma coerente a estratégia regional. Isto não significa, como é óbvio, que a análise de mérito de projetos não tenha de ter em conta parâmetros de valia técnica e económica de projetos que importa combinar com os critérios alinhados com a estratégia regional.

Destinatários: CCDR Alentejo e Autoridades responsáveis pela operacionalização e regulamentação do POT Competitividade e Internacionalização.

Conclusões de fundamentação: 3, 4 e 5

2. O modelo organizacional que implementará a EEI Alentejo deve pugnar para que no âmbito dos domínios diferenciadores definidos como prioritários na primeira seja possível combinar a promoção da incorporação de conhecimento em empresas instaladas nesses domínios prioritários com a atração de novas empresas ao território com potencial de geração de mais intensas relações entre produção de conhecimento, de tecnologia e empresas utilizadoras. Um particular esforço deve ser realizado no sentido de envolver o turismo nessa estratégia, sobretudo do ponto de vista de desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação que trabalhem sofisticadamente a procura, no sentido de desenvolvimento de modelos de negócio alinhados com novas correntes e exigências de procura.

Destinatários: CCDR Alentejo e Autoridades responsáveis pela operacionalização e regulamentação do POT Competitividade e Internacionalização.

Conclusões de fundamentação: 1, 5 e 6.

3. Recomenda-se que o modelo de governação da EEI Alentejo possa desenvolver ao longo da implementação da programação um processo de monitorização estratégica combinando indicadores que o permitam realizar atempadamente com a consulta e interação periódica com projetos considerados estruturantes do êxito da EEI Alentejo.

Destinatários: CCDR Alentejo e entidades representadas na governação da EEI Alentejo.

Conclusões de fundamentação: 3 e 30

4. Recomenda-se que, no âmbito das prioridades de investimento e tipologias de intervenção mobilizadas no âmbito dos OT1 e OT3, a gestão do PO Alentejo promova uma prática sistemática de ações de demonstração de projetos apoiados considerados emblemáticos da EEI Alentejo, de modo a garantir uma eficaz disseminação de resultados e estimular a procura de apoios para projetos similares. Esta recomendação apoia-se em diferentes avaliações estratégicas do QREN que sublinharam a reduzida incidência deste tipo de ações no período de programação 2007-2013.

Destinatários: CCDR Alentejo, IAPMEI, entidades representadas no SRTT do Alentejo

Conclusões de fundamentação: 5

5. Para uma operacionalização mais clara das condições de delimitação da intervenção do PO Alentejo e do POT Competitividade e Internacionalização, recomenda-se um exercício de clarificação dos domínios de interseção e de autonomia das EEI – Alentejo e da EEI nacional, ainda incipiente e da qual resultará no entender da AEA uma melhor articulação e complementaridade do PO Alentejo e do PO Competitividade e Internacionalização. Esta questão é também essencial para clarificar que domínios e recursos da investigação científica e tecnológica residente na Região podem ser apoiados.

Destinatários: CCDR Alentejo, estrutura de governação da EEI Alentejo, FCT e IAPMEI.

Conclusões de fundamentação: 20

6. A AEA recomenda a explicitação do modo como a ADC e a CCDR Alentejo se propõem no âmbito do modelo de governação do PO Alentejo assegurar a articulação necessária das intervenções FEDER e FSE, não só no que diz respeita às intervenções de ambos os Fundos no âmbito de intervenção do PO Alentejo, mas também em relação às intervenções FEDER e FSE objeto de intervenção por parte, respetivamente, do PO Alentejo e de POT, como por exemplo, o POCH. Esta recomenda-se fundamenta-se no facto da informação disponível não permitir à AEA aferir das condições de articulação entre esses dois Fundos Estruturais e no ainda no facto de não estar estabilizado tipo de banda de contratualização com os POT (larga ou estreita) que será aberta aos ITI – CIM/NITS III.

Destinatários: CCDR Alentejo, Agência para o Desenvolvimento e Coesão e CIM.

Conclusões de fundamentação: 11, 13, 21 e 23.

7. Do mesmo modo, recomenda-se a explicitação atempada dos modelos de articulação entre ITI – NUTS III e DLBC, designadamente, a clarificação das condições de acesso a FEDER e FSE por parte das ADL – GAL e GAC, matéria fundamental para organizar no âmbito NUTS III a convergência e articulação de FEDER, FSE, FEADER e AMP. Será designadamente relevante aprofundar se essa articulação é um assunto exclusivo da intervenção das CIM e do seu Conselho de Estratégia ou se, pelo contrário, a CCDR Alentejo intervirá como entidade reguladora desses processos.

Destinatários: CCDR Alentejo, CIM, Ministério da Agricultura, ADL e GAC

Conclusões de fundamentação: 9, 11 e 13.

Recomendações em matéria de fundamentação estratégica de domínios de programação

8. Recomenda-se que o tema da igualdade de género, sobretudo entendido na perspetiva da conciliação da vida profissional e familiar, envolvendo o papel das empresas nessa matéria, possa dispor na programação de estudos de base mais aprofundados de modo a melhor fundamentar tipologias de intervenção específicas a consagrar no PO Alentejo.

Destinatários: CCDR Alentejo

Conclusões de fundamentação: 24

Em matéria de clarificação de metas estratégicas globais

9. No sentido de proporcionar condições mais favoráveis de operacionalização à monitorização estratégica do PO e dada a relevância das amenidades ambientais na estratégia global do PO, recomenda-se que o corpo de metas estratégicas globais possa ser completado com um indicador de medida dos progressos de sustentabilidade ambiental, para além da meta de redução do consumo de energia elétrica.

Destinatários: CCDR Alentejo, INE

Conclusões de fundamentação: 10, 30

10. Com o mesmo objetivo, recomenda-se que a CCDR Alentejo, em articulação com os grupos responsáveis nesta fase pela conceção e programação dos PO Temáticos realize um trabalho de identificação dos principais contributos que resultarão da ação destes últimos no território para a concretização das metas estratégicas globais assumidas pelo PO Alentejo.

Destinatários: CCDR Alentejo e Grupos responsáveis pela programação dos PO Temáticos

Conclusões de fundamentação: 14, 20, 22 e 23.

Recomendações em matéria de afinamento da programação para obter melhores resultados

11. Recomenda-se que os domínios de programação do PO Alentejo respeitantes a política inclusiva de emprego, política de inclusão, combate à exclusão social e desenvolvimento socioeconómico de base local possam dispor de um referencial de boas práticas para o empreendedorismo de necessidade e social, essencialmente com o objetivo de contrariar a segmentação de instrumentos de política pública que são convocados pelas referidas prioridades de investimento.

Destinatários: CCDR Alentejo, Delegação Regional do IEFP, Centro Regional de Segurança Social, Universidade de Évora

Conclusões de fundamentação: 9

12. Recomenda-se que no âmbito da implementação das DLBC, seja tida especialmente em conta a articulação entre os apoios ao empreendedorismo e à animação económica através das PI 8.3 (FSE) e 8.8 (FEDER) e das PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER), não perdendo de vista que esses apoios terão também efeitos na concretização do OT3 Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura e do OT6 Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.

Destinatários: Autoridade de Gestão do PO Alentejo, Autoridade de Gestão do PDR -FEADER

Conclusões de fundamentação: 23

13. Recomenda-se que nas tipologias de ação que envolvam o apoio a ações e projetos inovadores do ponto de vista da integração de instrumentos em matérias como a ativação de desempregados, o combate ao abandono escolar e outros sejam atempadamente acompanhadas de referenciais de boas práticas para o desenvolvimento metodológico dessas abordagens inovadoras e que possa para a sua disseminação serem mobilizados apoios no âmbito da capacitação institucional. Recomenda-se nesse sentido que a CCDR Alentejo promova um seminário de boas práticas de inovação social, sensibilizando agentes do desenvolvimento socioeconómico local

Destinatários: CCDR Alentejo, Universidade de Évora

Conclusões de fundamentação: 13

14. Dada a importância que assumirão no e para o território os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial a promover pelas CIM representadas no território da Região e a sua articulação com as experiências de desenvolvimento socioeconómico local a protagonizar pela figura das DLBC, recomenda-se que a CCDR Alentejo promova: (i) Reuniões individuais com cada CIM de apreciação dos Planos de Ação em conclusão por parte destas entidades, tendo em vista a avaliação da coerência do seu contributo para a estratégia regional assumida pelo PO, a apreciação crítica dos resultados que os planos de ação visam atingir, o modo como se articulam com as DLBC em formação no seu território e a estratégia de contratualização que as CIM pensam a partir dos Planos de Ação propor ao PO Regional e aos PO Temáticos; (ii) Promover uma reunião com todas as CIM para publicitação de resultados; (iii) Conceção e operacionalização, no âmbito do modelo de governação e sistema de informação do PO Alentejo, de um dispositivo de monitorização da implementação dos Planos de Ação e da sua contratualização.

Destinatários: CCDR Alentejo, CIM representadas na Região

Conclusões de fundamentação: 11, 16

15. Tendo em vista uma melhor leitura da conformidade entre medidas e objetivos específicos do PO, recomenda-se uma melhor clarificação e focagem das tipologias de ação antecipadas pela programação.

Destinatários: Autoridade de Gestão do PO

Conclusões de fundamentação: 17

16. De modo a garantir a racionalidade e focagem estratégicas da programação, recomenda-se que os contributos para a concretização da Visão Estratégica que suporta o PO se constituam em critérios transversais de avaliação do mérito das intervenções a apoiar.

Destinatários: Autoridade de Gestão do PO

Conclusões de fundamentação: 18

17. Dada a relevância que a política de cidades e centros urbanos reveste para a concretização da Visão Estratégica que enquadra a programação do PO Alentejo e tendo em conta o modo como a versão final do PO acolhe o desenvolvimento urbano sustentável, a AEA recomenda que a CCDR Alentejo e/ou a futura autoridade de gestão elaborem um documento de divulgação do modo como os municípios da Região poderão mobilizar instrumentos da programação para intervir em territórios urbanos, incluindo referências a boas práticas de projetos de combinação das lógicas de baixo carbono, ambiente e regeneração urbana, em condições de baixo investimento infraestrutural. Este documento deve preceder os correspondentes avisos a abrir pelo PO neste domínio, de modo a proporcionar aos municípios tempo de maturação e preparação de projetos ajustados aos instrumentos de programação oferecidos pelo PO.

Destinatários: CCDR Alentejo, Autoridade de Gestão do PO e municípios da Região

Conclusões de fundamentação: 7, 10.

Em matéria de sistema de indicadores, monitorização e avaliação

18. Recomenda-se que as metas estratégicas globais com que o PO Alentejo se compromete na versão que foi objeto de avaliação sejam transformadas em indicadores de monitorização estratégica da programação, com a correspondente clarificação dos contributos do PO Alentejo e dos PO Temáticos com intervenção no território da Região para a concretização dessas metas.

Destinatários: CCDR Alentejo e Entidades Responsáveis pela conceção de PO Temáticos

Conclusões de fundamentação: 12, 30.

19. Face à inexistência de um documento técnico aprofundado relativo a meta-informação e meta-alimentação do sistema de indicadores do PO e à débil fundamentação técnica de metas finais e intermédias definidas no PO, recomenda-se a elaboração de um manual técnico de suporte ao sistema de indicadores, incorporando nesse manual resultados das reuniões dos Grupos de Trabalho para os domínios temáticos de produção de indicadores.

Destinatários: CCDR Alentejo

Conclusões de fundamentação: 28, 29.

20. Recomenda-se a realização de trabalho suplementar na concetualização de indicadores de resultado nos domínios da inovação social, grau de concretização de estratégias de valorização de potencial endógeno e capacitação institucional; recomenda-se ainda a explicitação das dimensões de satisfação a inquirir para concretizar a opção pioneira de consagração de indicadores de satisfação.

Destinatários: CCDR Alentejo

Conclusões de fundamentação: 27.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

- Albrecht, Maria e outros (2014), "Analyzing abd evaluationg regional governance networks: Three challneges for application", Evaluation, volume 20, nº 1. janeiro
- Alentejo 2020 – Plano de Ação Regional (2013), Versão aprovada na reunião do Conselho Regional de 13 de setembro de 2013, Évora: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;
- Carvalho, Paulo Soeiro e Ribeiro, Félix e outros (2009), *Territórios em Transformação: o caso do Alentejo,* Lisboa: DPPRI
- CCDR Alentejo (2011), PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS '2020' - Contributo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo Portugal 2020: Programa Nacional de Reformas (março, 2011);
- CCDR Alentejo (2014), "Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo";
- CCDR Alentejo (2014), Uma Estratégia de Especialização Inteligente para o Alentejo – documento de trabalho, janeiro, Évora: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- CIM do Baixo Alentejo (2009), Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo, 2 volumes, estudo realizado pela Quaternaire Portugal, Beja
- Costa, Carlos Silva (2014), "O desafio da absorção do desemprego estrutural em Portugal", Conferência da ACEGE: Uma reflexão Cristã sobre o Trabalho e o Emprego em Portugal, 25 de Janeiro: http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Lists/FolderDeListaComLinks/Attachments/240/intervpub20140125.pdf
- Despacho n.º 1390-A/2014 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e do Ambiente de 28 de Janeiro de 2014 - Programas Operacionais 2014-2020 - Prazos para a consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública
- Estratégia Europa 2020- Ponto de Situação das Metas em Portugal (abril, 2013);
- EUA – European University Association (2013), *PORTUGUESE HIGHER EDUCATION: A VIEW FROM THE OUTSIDE*, CRUP;
- EUROPA 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (março, 2010);
- European Commission (2013), *Programming Period 2014-2020 Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy - European Social Fund*, draft, Bruxelas, janeiro,
- European Commission (2013), *The Programming Period 2014-2020. Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Regional Development Fund and Cohesion Funds* – Concepts and Recommendations, abril
- European Commission (vários anos), *Innovation Union Scoreboard*, Bruxelas
- II Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2014-2017, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013

- Klein, Juan-Luís; Laville, Jean-Louis e Moulaert, Frank (2014), *L' Innovation Sociale*, Toulouse: Éditions Érés
- Leeuw, Frnas L. (2012), "Linking theory-based evaluation and contribution analysis: Three problems and a few solutions", *Evaluation*, volume 18, nº 3, julho
- Mayne, John (2012), "Contribution analysis: Comong of age?", *Evaluation*, volume 18, nº3, julho
- Nakrosis, Vitalis (2014), "Theory-based evaluation of capacity building interventions", *Evaluation*, volume 20, nº 1, janeiro
- O princípio da parceria na utilização dos fundos do Quadro Estratégico Comum – elementos para um código de conduta europeu relativo ao princípio de parceria (abril, 2012)
- Observações Informais da Comissão Europeia ao Acordo Parceria;
- Observatório do QREN (2013), Avaliação Estratégica do QREN – Combate ao Abandono Escolar, Relatório Final (Quaternaire Portugal /IESE), Lisboa: Observatório do QREN
- Observatório do QREN (2013), Avaliação Estratégica do QREN – Inovação e Internacionalização, Relatório Final (Quaternaire Portugal /IESE), Lisboa: Observatório do QREN
- Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Alentejo (2010), Évora: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (estudos técnicos de fundamentação e PROT propriamente dito
- Portugal 2020: Programa Nacional de Reformas (março, 2011);
- Portugal 2020: Proposta de Acordo de Parceria 2014-2020 (janeiro, 2014);
- Presidência do Conselho de Ministros e CCDR Alentejo (2013), Programa Operacional Regional do Alentejo
- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (fevereiro, 2013);
- Programa Operacional Emprego e Inclusão Social (fevereiro, 2013);
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (fevereiro, 2013);
- Quaternaire Portugal (2014), Avaliação ex-ante do Programa Operacional do Capital Humano – Relatório Final preliminar, Lisboa, março: IGFSE
- REGULAMENTO da UE N.º 1287/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas –COSME (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1288/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa "Erasmus+" o programa da União para o ensino, a formação, a juventude e o desporto (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1290/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1291/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1293/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa para o Ambiente e a Ação Climática – LIFE (dezembro, 2013);

- REGULAMENTO da UE N.º 1295/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa Europa Criativa 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1296/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social "EaSI (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1300/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo de Coesão (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1301/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1303/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1304/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Social Europeu (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1305/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1309/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização 2014-2020 (dezembro, 2013);
- REGULAMENTO da UE N.º 1311/2013 do PARLAMENTO EUROPEU e do CONSELHO: quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020 (dezembro, 2013);
- Resolução do Conselho de Ministros de 20 de maio de 2013;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 104/2013 de 19.12.2013 - Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem
- Resolução do Conselho de Ministros nº 91/201 de 26.12.2013 - Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020
- RUCI Corredor Azul (2013), Estratégia de atração de residentes, 2 volumes, estudo de autoria da Quaternaire Portugal
- SRIDHARAN, Sanjeev e Nakaima, April (2012), "Towards an evidence base of theory-driven evaluations: Some questions for proponents of theory-driven evaluation", *Evaluation*, volume 18, nº 3, Julho
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013
- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania, Resolução do Conselho de Ministros 12.12.2013
- Versões consultadas do Acordo de Parceria

- Westhorp, Gill (2012), "Using complexity-consistent theory for evaluating complex systems", *Evaluation*, volume 18, nº 4, outubro

ANEXOS

ANEXO Nº 1 - TEORIA DA PROGRAMAÇÃO E FATORES CRÍTICOS PRINCIPAIS

O MODELO DA TEORIA DA PROGRAMAÇÃO

A lógica de programação com que o PO Alentejo é concebido pode ser interpretada como uma tentativa de resposta simultânea aos constrangimentos estruturais considerados inibitórios da visão estratégica formulada para a Região Alentejo no horizonte 2020, à valorização de ativos diferenciadores da Região e às metas da Estratégia Europa 2020 (devidamente plasmadas na estratégia consignada no Acordo de Parceria Portugal – Comissão Europeia).

Ou seja, fixando-se numa Visão Estratégica para a Região Alentejo capaz de, simultaneamente, refletir as opções e condicionantes da estratégia Europa 2020 e para ela contribuir ativamente, a programação visa fundamentar a utilização de um conjunto diversificado de prioridades de investimento e de instrumentos de política entendidos como pertinentes para erradicar/minimizar constrangimentos estruturais que condicionam a concretização da referida Visão Estratégica.

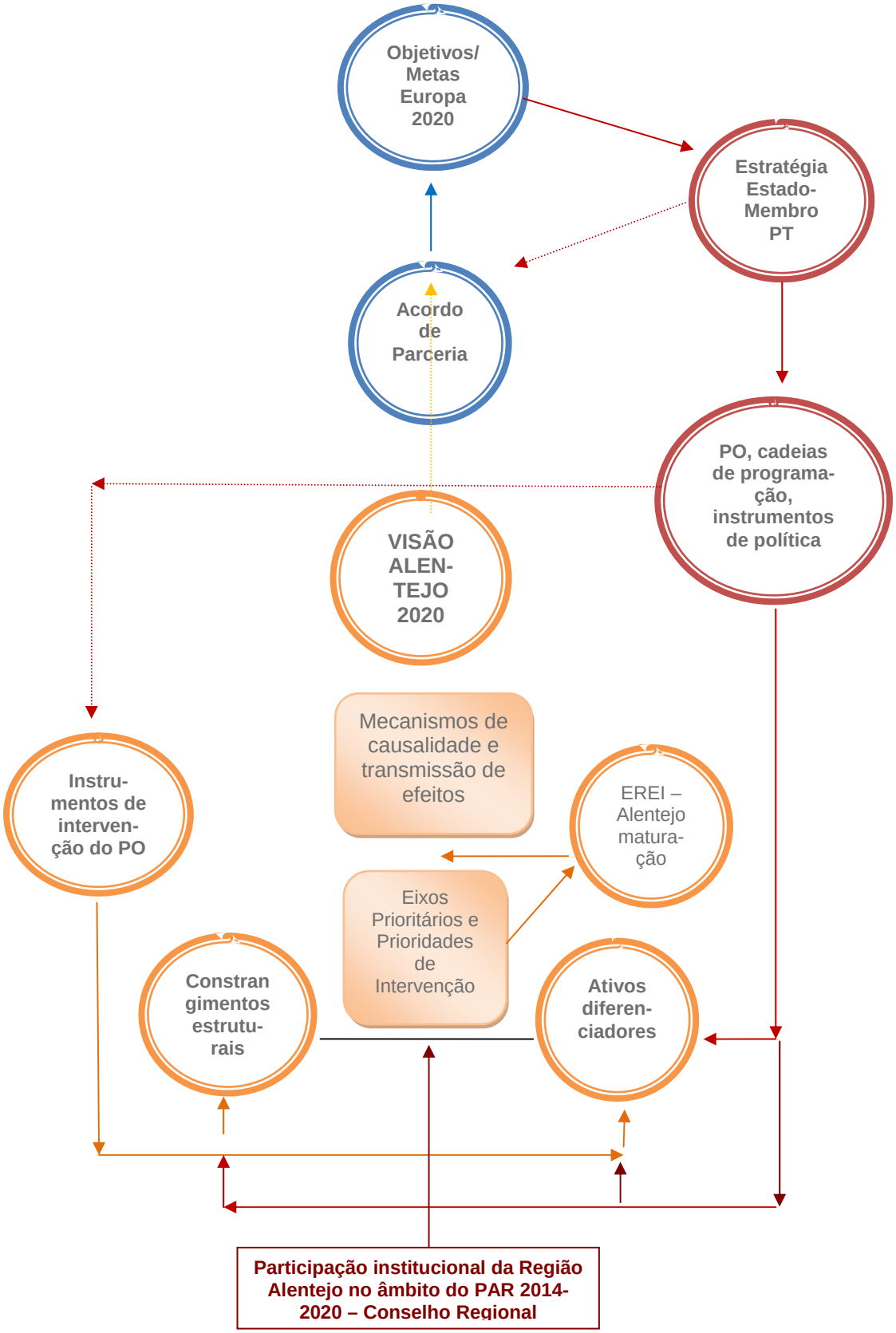
Como é compreensível, a ação do PO não esgota a diversidade dos instrumentos de intervenção, pelo que a teoria da programação implícita no PO Alentejo deve ainda identificar as complementaridades reconhecidas com os PO temáticos Competitividade e Internacionalização, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, Capital Humano e Inclusão Social e Emprego e com a intervenção dos restantes FEEI (Coesão, FEADER e FEAMP) na erradicação/minimização de tais constrangimentos estruturais e à valorização dos ativos diferenciadores.

Como é referido na proposta metodológica inicialmente apresentada pela Quaternaire Portugal, a teoria da programação deve procurar identificar, na medida em que eles estejam já explícitos no estado da arte da programação, os mecanismos através dos quais os instrumentos de intervenção selecionados contribuirão para erradicar/minimizar os já mencionados constrangimentos estruturais regionais, valorizar ativos diferenciadores e simultaneamente concretizar os vetores de realização pressupostos pela Visão Estratégica.

É com a identificação de tais mecanismos que a teoria da programação poderá sinalizar fundamentadamente os fatores críticos da programação, estejam eles situados no âmbito da atuação interna do PO (questões de coerência interna, relevância, pertinência e de alocação financeira de fundos) ou pelo contrário sejam tributários de outros instrumentos de intervenção mobilizados para o mesmo território por outros PO e Fundos (questões de coerência externa).

Na figura da página seguinte, apresenta-se esquematicamente o modelo seguido para a formulação da teoria da programação do PO Alentejo. No esquema, surgem devidamente realçados as peças a partir das quais se reconstrói toda a lógica da programação: constrangimentos estruturais a erradicar/minimizar, ativos diferenciadores a valorizar, visão estratégica 2020, mecanismos através dos quais se estima que os instrumentos de intervenção produzirão os resultados preconizados e articulação com metas nacionais e da estratégia EUROPA 2020. Do mesmo modo, no esquema é também visível a dupla influência que a programação a nível nacional exerce na teoria da programação do PO Alentejo: através das cadeias de programação (prioridades de investimento e instrumentos de política) com que o PO é concebido e a própria intervenção dos PO temáticos na erradicação/minimização dos constrangimentos estruturais da Região e na valorização dos seus principais ativos diferenciadores.

Diagrama nº 2 – Esquema geral para a formulação da teoria da programação do PO ALENTEJO



PREENCHIMENTO DO MODELO

Constrangimentos estruturais

O PO Alentejo opta por uma versão muito condensada dos constrangimentos estruturais, sobre os quais a programação é construída, com ênfase nos círculos perversos e viciosos que podem desenvolver-se entre estes constrangimentos, potenciando-se e determinando a sua natureza marcadamente estrutural:

- CE1 - Comportamento recessivo da demografia regional (duplo envelhecimento);
- CE2 - Desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e territórios de baixa densidade
- CE3 - Reduzido dinamismo do tecido empresarial
- CE4 – Limitações acentuadas dos sistemas e redes com potencial de atracão de novos fluxos de investimento
- CE5 - Ciclo prolongado de perda de produtividade de fatores acentuando desvantagens competitivas
- CE6 - Fraca coesão territorial no acesso às TIC, redes de nova geração e plataformas de suporte à inovação.
- CE7 - Sustentabilidade problemática de mais-valias ambientais da Região

Ativos diferenciadores

O PO Alentejo opta por uma formulação dos ativos diferenciadores da Região que de certo modo contempla já a intervenção estratégica apontada à sua valorização. No entender da AEA, os ativos diferenciadores retidos pelo PO equivalem a potencialidades da Região sobre as quais o PO entende apresentarem melhores perspetivas de desenvolvimento. O PO Alentejo diferencia numa análise mais fina ativos permanentes e adquiridos. Retemos nesta análise para efeitos de simplificação de matrizes a versão mais agregada:

- A1 **Território** - Posição geoestratégica face à Área Metropolitana de Lisboa, ao Algarve e de ligação a Espanha e Europa; Potencial logístico associado – área portuária, industrial e logística de Sines, aeroporto de Beja e toda a logística designadamente privada que se localiza na Lezíria e na proximidade à aglomeração metropolitana de Lisboa;
- A2 **Pessoas** - Necessidade de criar limiares de vitalidade demográfica de suporte ao desenvolvimento regional – atração de novos residentes, dinamização territorial de novas oportunidades e de uma nova combinação de talento e capacidade empreendedora que valorize argumentos económicos na aproximação do território e estilos de vida e novos valores;
- A3 **Inovação e Competências** - Suporte à atracão de talento e investimento com base em:
  - Reforço do potencial tecnológico e científico da região – organização em rede e articulação com tecido empresarial, através da dinamização do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia e das suas componentes.
  - Reforço das competências – constituição de rede de oferta formativa dirigida à formação superior inicial, avançada e ao longo da vida e à dinamização de modalidades de aprendizagem ao longo da vida, de iniciativa do serviço público de emprego e formação para responder às necessidades empresariais;
- A4 **Recursos Naturais** - Dinamização de complexos de atividades dotados de dinamismo económico e empresarial, com condições propícias para potenciar a heterogeneidade de recursos em presença na Região:

- Agro-indústria e indústrias alimentares;
- Atividades do sistema de montado (produção de cortiça e as pequenas fileiras produtivas);
- Cluster da Pedra Natural (mármores e minerais metálicos);
- Recursos energéticos endógenos (energia solar, eólica e da biomassa);

- A5 **Sistema Urbano** - Organização de funções de atratividade e de regeneração social e económica que através da (re) dinamizar eixos urbanos ou subsistemas inter-concelhios, podem contribuir para um aumento da massa crítica – efeitos na atratividade de novos residentes, gestão mais sustentável dos recursos e atuações na esfera da mobilidade. Dinamizar ações que permitam:
  - (i) concertação intermunicipal com racionalização de recursos e equipamentos;
  - (ii) a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes;
  - (iii) a articulação das redes de acessibilidade dos sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável;
  - (iv) a utilização dos equipamentos da coesão nas áreas da ação social e serviços de proximidade, da cultura e das amenidades do território; e
  - (v) o desenvolvimento de uma inter-relação sinérgica urbano-rural, numa perspetiva de coesão, integração e articulação territorial.

Tal como estão formulados, os ativos diferenciadores podem também ser entendidos como potencialidades a desenvolver, sendo representáveis pela seguinte formulação de síntese: *valias estratégicas de território, de características e de organização do sistema urbano e de amenidades urbanas e ambientais que devem ser entendidas como fatores decisivos de recomposição e revitalização demográfica e sobre os quais deve ser construída uma mais intensa articulação do tecido produtivo com a inovação e a intensidade em conhecimento*.

O PO Alentejo não o refere mas a recente dinâmica de atração de investimento nacional e estrangeiro à Região (particularmente Évora e Sines) e a boa perceção global da imagem que a Entidade Regional do Turismo do Alentejo tem vindo a promover com grande consistência constituem de acordo com a AEA ativos diferenciadores a ter em conta na programação regional. Do mesmo modo, não pode ser esquecido a enorme relevância que a procura externa tem na afetação de recursos da Região, com destaque inequívoco para o Alentejo Litoral

Elementos da Visão Estratégica

A Visão Estratégica que enquadra a programação é construída essencialmente em torno da síntese de ativos regionais diferenciadores atrás sugerida pela AEA e da necessidade de combater os efeitos perversos e dinamicamente viciosos que resultam do declínio demográfico.

> *Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.*

Dada a inércia e intensidade dos constrangimentos estruturais sobre os quais a Estratégia Regional visa intervir, a Visão Alentejo 2020 pode considerar-se arrojada, sobretudo do ponto de vista das implicações que ela traz para o modelo produtivo a recriar, sobretudo através de uma mais intensa articulação da base produtiva regional com a inovação e produção de conhecimento transferível para as empresas existentes e para as que por essa via possam ser atraídas à Região.

A Visão para o Alentejo 2020 implica a escolha de um modelo de desenvolvimento de especialização regional que combine de forma ambiciosa e criativa a vertente económico-produtiva (geradora de valor e de emprego) com as vertentes da sustentabilidade nas quais a Região (sobretudo, com as valências ambiente e energia) se posiciona de forma favorável para valorizar, no plano económico e social, essa inegável mais-valia ambiental.

Essa combinação não pode ignorar, como é óbvio, a necessidade de integrar nesse modelo dinâmicas de investimento já presentes na Região (por exemplo, o investimento estrangeiro na olivicultura e toda a dinâmica de investimento energético e logístico que Sines e o potencial do seu Porto de *transhipment* intercontinental têm vindo a acolher), as quais podem aparentemente ser dissonantes com a desejável combinação com a sustentabilidade ambiental que decorre da Visão Estratégica.

Linhas estruturantes

Trata-se de uma categoria que vem do Plano de Ação Regional e que não apresenta uma continuidade visível na arquitetura lógica do PO, sendo posteriormente vertida noutras categorias como as iniciativas-âncora e as prioridades de intervenção:

- **LE1 - Emprego e inclusão social e territorial**

  Empregabilidade nos diversos territórios, mobilizando recursos (talento, património, iniciativa,…), Dinamização das organizações da Economia Social – empreendedorismo de base local e social

- **LE2 - Economia de Recursos Naturais**

  Sistemas multifuncionais, regadio agroexportador, produções primárias – agrícolas, pecuárias e florestais, pedra natural e recursos minerais; agro-transformação e organização e comercialização dos ativos da ruralidade produtiva, …

- **LE3 - Novo paradigma de sustentabilidade**

  Baixo carbono, energias renováveis e eficiência energética, mobilidade e desenvolvimento urbano sustentável, economia e empregos verdes, sustentabilidade vs ordenamento das formas de ocupação e atividade no território, …

- **LE4 -Amenidades do Território**

  Paisagem natural, património urbano e cultural, atmosferas, estilos e modos de vida – atracão de residentes, visitantes e talentos, em torno do capital simbólico do Alentejo, indústrias criativas e lazer…

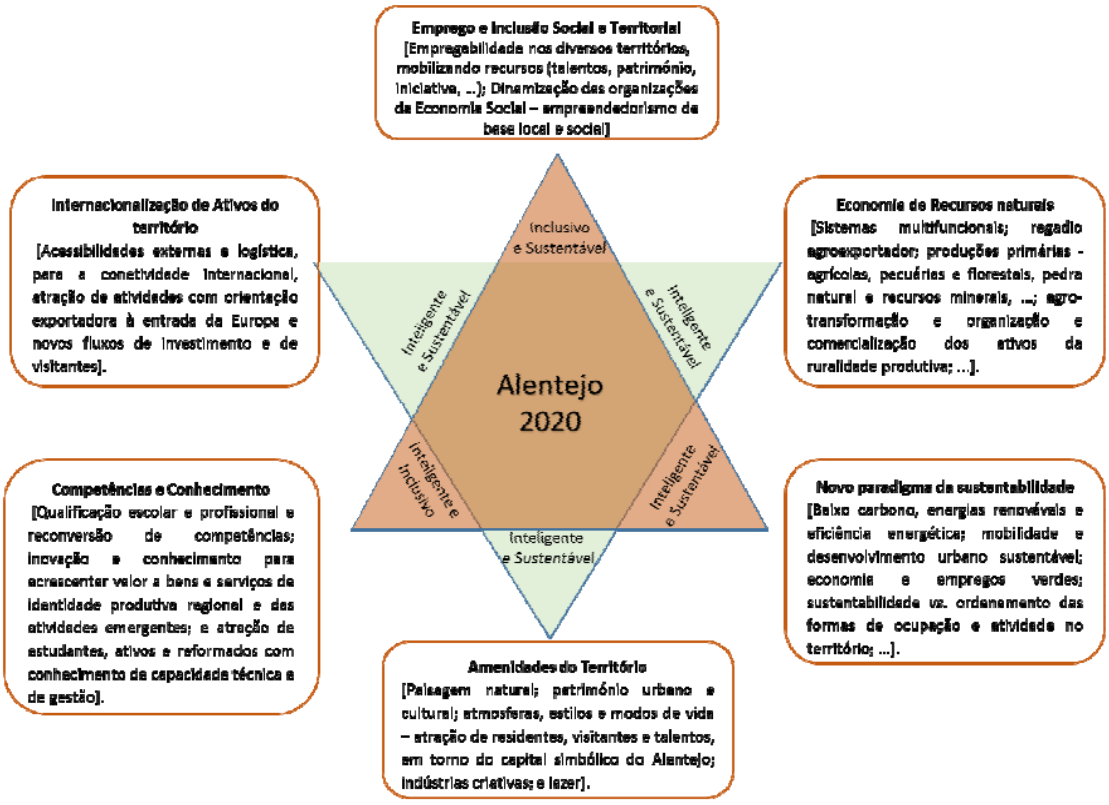
- **LE5 - Competências e conhecimento**

  Qualificação escolar e profissional e reconversão de competências, inovação e conhecimento para acrescentar valor a bens e serviços da identidade produtiva regional e das atividades emergentes, e atracão de estudantes, ativos e reformados com conhecimento da capacidade técnica e de gestão

- **LE6 - Internacionalização de Ativos do Território**

  Acessibilidades externas e logística, para a conetividade internacional, atracão de atividade com orientação exportadora à entrada da Europa e novos fluxos de investimento e de visitantes…

Arquitetura das Linhas estruturantes do Desenvolvimento Regional



Estratégia de especialização inteligente

Trata-se do domínio estratégico do PO que apresenta uma maturação mais tardia, sobretudo do ponto de vista da triangulação: produção de ideias e de conhecimento, produção de tecnologia que materialize essas ideias e esse conhecimento e atividades suscetíveis de utilizar e absorver essa tecnologia. Constituirá, como o iremos fundamentar, o elemento mais crítico de concretização da Visão Estratégica que enquadra o PO.

De acordo com a formulação conhecida, os vetores de aposta são os seguintes:

Visão Estratégica que enquadra o PO.

De acordo com a formulação conhecida, os vetores de aposta são os seguintes:

- **V1** - Consolidação do SRTT em matéria de dinamização de projetos e de uma massa crítica de iniciativa e de parcerias estratégicas para rentabilizar investimentos na infraestrutura, em direção à transferência de conhecimento indispensável à transformação do tecido empresarial e à atração de investimentos tanto em setores tradicionais da especialização do Território, como em setores emergentes.

- **V2** - Conclusão de um conjunto de infraestruturas de conetividade regional e externa (com destaque para os investimentos no Porto de Sines, a ligação ferroviária da fachada atlântica à

fronteira com a Europa) e de infraestruturas e equipamentos de qualificação do território, nomeadamente nas áreas da Saúde e dos aproveitamentos hidroagrícolas (redes secundárias do EFMA e ampliação de atuais Perímetros de Rega), a par de uma efetiva rentabilização de outras infraestruturas de manifesto potencial de que é exemplo o Aeroporto de Beja, nas suas diversas valências.

- **V3** - Renovação de capacidades empreendedoras e mobilização de novos atores para robustecer dinâmicas de iniciativa e inovação, combinando as frentes da competitividade e da coesão territorial na atuação dos segmentos do sistema de atores regional (organismos desconcentrados da Administração; associativismo empresarial, de produtores, técnicoprofissional e sindical; organizações de Economia Social; Associações de Desenvolvimento Local,…).
- **V4** - Capacidade de articulação estratégica e operacional à escala regional da atuação de entidades públicas com funções de tutela e gestão de instrumentos de política, tanto organismos desconcentrados como nacionais, sobretudo os que desempenham funções de interface em domínios nucleares para o desenvolvimento regional, nomeadamente no quadro da Estratégia de Especialização Inteligente.

Sinteticamente:

Quadro n.º 25 - Síntese da Especialização Inteligente Alentejo

Objetivos	Vértices-chave	Financiamento	Metas
▪ Consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia em matéria de dinamização de projetos e de uma massa crítica de iniciativa e de parcerias estratégicas para rentabilizar investimentos em infraestruturas, em direção à transferência de conhecimento indispensável à transformação do tecido empresarial e à atração de investimentos tanto em setores tradicionais da especialização do Território, como em setores emergentes; ▪ Renovação de capacidades empreendedoras e mobilização de novos atores para robustecer dinâmicas de iniciativa e inovação, combinando as frentes da competitividade e da coesão territorial na atuação dos segmentos do sistema de atores regional (organismos desconcentrados da Administração; associativismo empresarial, de produtores e técnico-profissional; ▪ Organizações de Economia Social; Associações de Desenvolvimento Local); ▪ Reorganização do Ensino Superior, Tecnológico e Profissional e da formação técnica especializada do sistema dual (Sistema de Aprendizagem), um dos mais importantes desafios ao desenvolvimento económico e social da Região que convoca o envolvimento interveniente de parceiros públicos, associativos e privados, com base na estruturação de redes de recursos que potenciem as adequadas sinergias	▪ Qualificação da produção de conhecimento, por via do robustecimento do SRTT; ▪ Operações orientadas para reforçar a cooperação entre as entidades do SRTT e as empresas, na ótica da transformação do conhecimento em aplicações económico-produtivas; ▪ Operações orientadas para fomentar a investigação e a inovação empresarial; ▪ Operações orientadas para dinamizar os processos de internacionalização das atividades de produção de conhecimento e de inovação empresarial; ▪ Operações orientadas para fomentar o empreendedorismo de base tecnológica; ▪ Operações orientadas para melhorar as competências e aumentar a dotação de recursos humanos qualificados nas empresas, designadamente as	▪ Financiamento via Programa Quadro *Horizon 2020* (segurança alimentar, agricultura sustentável, investigação marinha e marítima e bio economia; energia segura, não poluente e eficiente; ação climática e eficiência na utilização dos recursos e matérias-primas; e sociedades inclusivas, inovadoras e seguras); ▪ Outras fontes comunitárias que permitam alavancar o esforço de investimento previsto; ▪ Participação em redes nacionais e internacionais dotadas de financiamento próprio; ▪ Instrumentos de engenharia financeira a mobilizar no âmbito do financiamento dos investimentos e projetos das empresas, com destaque para o capital semente e os mecanismos de capital de risco.	▪ **Incrementar em 15% o valor do PIB Regional;** ▪ **Integrar em 2020 o grupo das Regiões classificadas como *Innovation follower* no âmbito do *Inovation Scoreboard*;** ▪ **Aumentar a taxa de população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos, tendo como objetivo atingir 40% (27,2% em 2011).**

educação/ formação/inovação/economia; ▪ Capacidade de articulação estratégica e operacional, à escala regional, da atuação de entidades públicas com funções de tutela e gestão de instrumentos de política, tanto organismos desconcentrados, como nacionais, sobretudo, os que desempenham funções de interface em domínios nucleares para o desenvolvimento regional, nomeadamente no quadro da EREI.	competências em inovação e internacionalização.		

Quadro n.º 26 - Síntese dos domínios de Especialização Inteligente Alentejo

Grau de Consolidação	Especialização	Setor	Vantagens Competitivas	Oportunidades
Domínios Consolidados	Alimentação e Floresta	Indústrias alimentares Agricultura e produção animal Comércio por grosso de alimentos Extração e transformação de cortiça	▪ Expansão de florestação com sobreiro, azinheira e olival, para a qual o Alentejo revela elevado potencial; ▪ Experiência na constituição de fileiras produtivas de sucesso (e.g.vinho, azeite) e vários produtos de reconhecida qualidade (enchidos, carnes frescas e queijos) associados aos recursos endógenos que detêm uma grande criatividade, tipicidade e capacidade de inovação em alguns domínios; ▪ Existência de áreas florestais significativas que apresentam grande potencial para a produção de cortiça, para a exploração da silvo-pastorícia e dos produtos não lenhosos, para o desenvolvimento da atividade cinegética e para recreio e lazer.	▪ Qualificar e vocacionar a rede de infraestruturas de acolhimento e desenvolvimento empresarial e logístico, em articulação com a estrutura do sistema urbano e potenciando as especializações locais; ▪ Aumento na eficiência no uso dos fatores, da qualidade e do valor acrescentado dos produtos agroalimentares; ▪ Desenvolvimento de metodologias inovadoras de facilitação do crescimento da regeneração do montado (em especial do crescimento do sobreiro e da azinheira) e dos serviços dos produtos associados (cogumelos, aromáticas, mel…); ▪ Reajustamento de usos e funções na região com as novas valências do EFMA – regadio, frutas, hortícolas, turismo – e potencialidades associadas da agroindústria: ▪ Novos programas de regadios que apelem a uma melhor gestão dos recursos hídricos na atividade agrícola
	Ambiente e recursos naturais	Mar e recursos hídricos Minerais	▪ Prosseguir uma gestão sustentável dos recursos naturais disponíveis, visando a sua salvaguarda e a promoção e incorporação de boas práticas agrícolas, mantendo os valores culturais e paisagísticos, a biodiversidade e a multifuncionalidade dos espaços rurais e das áreas protegidas; ▪ Indústria extrativa associada à cortiça, cuja matéria-prima a região Alentejo é o principal produtor a nível mundial; ▪ Recursos geológicos em quantidade e diversidade com elevado valor, particularmente	▪ Dinamização do património geológico e mineiro, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos de turismo temático, associados às antigas explorações mineiras; ▪ Potencial tecnológico instalado capaz de desenvolver novos produtos e processos com vista à aplicação tanto nas indústrias tradicionais como nas indústrias intensivas em tecnologia, sustentadas em eco conceitos; ▪ Desenvolvimento de atividades de I&D diretamente relacionadas com os recursos de pesca regionais e a sua aplicação empresarial, de que é exemplo a investigação em microalgas para produção de biomassa como matéria-prima para

Grau de Consolidação	Especialização	Setor	Vantagens Competitivas	Oportunidades
		Património natural	minérios de sulfuretos poli metálicos, associados à Faixa Piritosa Ibérica, rochas ornamentais de elevada diversidade e beleza (mármores, granitos e xistos) e águas minerais; ▪ Valorizar as mais-valias, nomeadamente, ambientais, criadas pelos sistemas agroflorestais e manter os níveis elevados de qualidade ambiental	alimentos ou extração de substâncias químicas; ▪ Melhorar os sistemas integrados de informação e de apoio à decisão no que se refere às necessidades de rega (*decision support system*); ▪ Otimização de infraestruturas e metodologias inovadoras para avaliação e monitorização de ecossistemas; ▪ Desenvolvimento de estações de biodiversidade e de investigação ecológica de longo termo associadas à educação ambiental e a atividades turísticas
		Capital humano e competências científicas		
	Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo	Património cultural	▪ Valorização crescente do património cultural e ambiental como suporte da atratividade regional, designadamente pela reabilitação dos centros históricos, recuperação de elementos patrimoniais e uma política cultural em prole do desenvolvimento; ▪ Nível nacional tem-se registado um reforço da visibilidade da região, designadamente do património (gastronomia, artesanato; música, poesia, conto); ▪ Valorização crescente do património cultural e ambiental como suporte da atratividade regional, designadamente pela reabilitação dos centros históricos, recuperação de elementos patrimoniais e uma política cultural em prole do desenvolvimento.	▪ Crescente procura regional de locais de interesse patrimonial, relacionados com sítios e circuitos arqueológicos, arquitetónicos, artísticos e gastronómicos; ▪ Crescente procura pelos Centros de Investigação, ao nível internacional; ▪ Potencial de transversalidade e de interações profícuas de suporte à reabilitação do edificado e à regeneração económica, com implicações de relevo ao nível da gestão urbana.
		Capital humano e competências científicas		
Domínios Emergentes	Energias renováveis e eficiência energética	Energias Renováveis	▪ Existência de *know how* regional no domínio da energia solar fotovoltaica e biomassa; ▪ Existência de empresas de cariz internacional com competências de investigação e desenvolvimento tecnológico instaladas na região;	▪ Resolução de problemas de mobilidade; ▪ O Alentejo possui uma conectividade privilegiada no contexto do País e da Península Ibérica, por ser uma região atravessada por grandes eixos rodoviários de importância nacional e internacional;

Grau de Consolidação	Especialização	Setor	Vantagens Competitivas	Oportunidades
		Eficiência energética		
	Tecnologias e serviços especializados da Economia Social		▪ Existência de uma rede integrada de apoio a idosos, pública, privada e social (IPSS), que contribui para uma resposta ao aumento da população idosa; ▪ Melhoria na prestação de cuidados de saúde, baseada na coexistência de diversas formas organizativas no sistema de saúde prestador, ao nível dos cuidados de saúde primários (Centros de Saúde, Unidades de Saúde Familiares), dos diferenciados (Hospitais, Centros hospitalares e Unidades Locais de Saúde); ▪ Capacidade institucional para a prestação de serviços de proximidade no terceiro sector; ▪ Capacidade de dinamizar atividades de promoção de emprego pelas organizações da economia social, em serviços de proximidade, ocupacionais, de lazer e turismo, visando o envelhecimento ativo	▪ O Alentejo possui uma boa imagem no exterior que pode ser capitalizada para atrair migrantes com espírito empresarial promotor de emprego; ▪ Região com boa qualidade ambiental promotora de elevada capacidade de atracão turística, direcionada para a natureza, o património e a cultura promovendo-se o turismo de saúde e sénior; ▪ Potencial de atração de população ativa na sequência da consolidação do Alentejo como zona de captação de investimentos, decorrentes da dinamização de atividades e de emprego pelas organizações da economia social; ▪ Disponibilidade de intervenção, no contexto da economia social, da iniciativa privada em complementaridade com a solidária (IPSS) e para ações intersectoriais na saúde e na segurança social; ▪ Ligação da cultura e desporto ao setor social; ▪ Potencialidade na promoção de utilização das TICE na monitorização de doentes crónicos (diabetes, cardíacos, etc)

O modelo lógico da programação complica-se com a introdução de duas novas categorias, as prioridades de intervenção e as iniciativas-âncora:

Quadro n.º 27 – Cruzamento dos Ativos Estratégicos e as Prioridades

ATIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS	PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO NO HORIZONTE 2020	PRIORIDADES TEMÁTICAS DA COESÃO
A1 - Inovação: IDT, Competências e Serviços	PI1 - Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	Competitividade e Inovação
A2 - Território: Ativo para o desenvolvimento (conetividade, recursos e amenidades)	PI2 -Qualificação e Internacionalização de ativos do território - acessibilidades e infraestruturas económicas	
A3 - Recursos naturais: vetores de (re)configuração da base económica	PI3 - Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região	
A4 - Sistema Urbano: Qualificação do território e regeneração económica e social	PI4 - Qualificação do Território: Redes de suporte e novas dinâmicas territoriais	**Desenvolvimento Sustentável**
A5 - Pessoas: Capital Social e iniciativa	PI5 - Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social	**Formação do Potencial Humano** **Coesão Social**

Quadro n.º 28 - Cruzamento entre as Iniciativas Âncora e Prioridades de Intervenção

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO NO HORIZONTE 2020	INICIATIVAS-ÂNCORA
PI1 - Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	1. Sistema Regional de Inovação
PI2 - Qualificação e Internacionalização de ativos do território - acessibilidades e infraestruturas económicas	2. Qualificação e Promoção de infraestruturas económicas e de suporte Logístico
PI3 - Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região	3. Economia do Mar
	4. Agricultura de Regadio
	5. Plataforma Logística Agroalimentar
	6. Turismo Alentejo e Ribatejo
	7. Património e Cultura
	8. Economia Verde
PI4 - Qualificação do Território: Redes de suporte e novas dinâmicas territoriais	9. Áreas Protegidas
	10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
	11. Sistema Urbano Policêntrico
PI5 -Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social	12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social
	13. Economia Social

INTERPRETAÇÃO DO MODELO

Sobre a Visão Estratégica

A visão estratégica que suporta o PO Alentejo e o Plano de Ação que o antecede em termos de sequência de programação está estruturada em torno de uma opção clara de combate ao principal constrangimento estrutural da Região, que podemos designar pelo efeito dinamicamente empobrecedor

do seu declínio demográfico e consequentes efeitos sobre o seu tecido empresarial. Mas fá-lo numa perspetiva também muito clara de aposta na valorização dos seus principais ativos diferenciadores – situação geoestratégica de proximidade à grande aglomeração metropolitana de Lisboa e localização num importante corredor de ligação a Espanha e à Europa (com ponto de entrada em Sines e saída em Elvas), amenidades e dimensão convivial do seu sistema urbano, mais-valias ambientais e patrimoniais que se articulam virtuosamente com o seu sistema urbano.

O ponto crítico desta Visão é a valorização necessária de um sistema produtivo, que para além da óbvia e já muito explorada dimensão turística do território, seja compatível com os ativos diferenciadores atrás mencionados, com especial relevância para as articulações virtuosas com as amenidades urbanas, patrimoniais e ambientais. A referência à valorização desse modelo produtivo é crucial, pois sem ela a atração de residentes dificilmente assumirá na vertente dos públicos mais jovens e qualificados uma expressão significativa. A atração de novos residentes, se bem que para alguns públicos (designadamente reformados precoces) possa manter-se dissociada da componente emprego, necessita, para poder ambicionar a uma outra expressão de efeitos, da alavanca do emprego e essa passa necessariamente pela renovação da base produtiva e atração de nova capacidade de empreendimento.

Nesta matéria, é fundamental assegurar que fenómenos relativamente recentes como o incremento da agricultura intensiva (olivicultura e não só) associada a investimento estrangeiro ou de grupos empresariais nacionais, em parte associados ao potencial produtivo que o Alqueva pode proporcionar, sejam compatíveis com esta Visão. É ainda necessário assegurar que a dinâmica de acolhimento empresarial do pólo portuário e logístico de Sines, traduzida num nível de remuneração média superior à da Região, seja também compatível com essa visão estratégica.

Como é óbvio, os também recentes investimentos na Região nos domínios das TICE e da aeronáutica e alguma atratividade de algumas cidades alentejanas para as indústrias culturais e criativas não suscitam quaisquer problemas de compatibilidade com a referida visão, tal como por exemplo a economia do vinho.

A centralidade desta Visão Estratégica e o seu alcance permitem desde já antecipar que não será indiferente ao êxito ou inêxito do PO Alentejo em concretizar a referida Visão o modo como a Região conseguirá mobilizar todo o potencial de programação em torno dos objetivos temáticos OT1, OT2 e OT3. Jogar-se-á nesses vetores da programação uma parte crucial de toda a estratégia, sendo por isso assegurar uma maturação mais rápida da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) do Alentejo, conseguindo designadamente um envolvimento mais ativo das entidades regionais que podem ser protagonistas mais centrais da EREI – Alentejo.

Não pode ignorar-se que uma das marcas da programação 2020, aliás reiterada pela última versão conhecida do Acordo de Parceria, é o foco nas PME e em modelos de apoios do tipo reembolsável. A Região do Alentejo terá nesta matéria um enorme desafio, pois a massa crítica de tecido empresarial é, segundo a leitura que o PO faz dos constrangimentos estruturais da Região, baixa e está habituada a outras modalidades de apoio ao investimento.

É neste contexto que nos parece avisado (ver *Arquitetura das Linhas Estruturantes do Desenvolvimento Regional)* considerar que a dimensão da programação identificada com o crescimento inteligente se deve combinar com as do crescimento sustentável e inclusivo para, precisamente, ganhar maior expressão de investimento.

Na versão consultada, o PO Alentejo 2014-2020 e a Estratégia Regional de concretização do Plano de Ação Regional, que não contempla apenas as intervenções a viabilizar pelo PO, não se comprometem com metas de ambição estratégica global, designadamente em ligação com as metas europeias e nacionais para a Estratégia Europa 2020. Sabemos apenas que a Região se situa bastante abaixo das metas de referência europeias e nacionais: nível muito débil de peso de despesas de I&D no PIB, sérios desafios na taxa de abandono escolar, muito baixa escolarização superior da população em geral e da população ativa e taxa de emprego também bastante abaixo da meta 2020 para a UE. Por inexistência de informação regionalizada, o PO não apresenta o seu posicionamento relativo em relação europeia às

metas da sustentabilidade, o que consideramos um fator crítico na avaliação do que a Visão Estratégica da Região representa em termos de desafio face às metas europeias.

Independentemente do PO em fases seguintes da sua elaboração dever explicitar com mais clareza de que modo se compromete com contributos para a concretização das metas europeias, parece desde já claro que, pelo menos em relação à meta do crescimento inteligente, a região do Alentejo necessita da solidariedade nacional. Dito de outro modo, outras regiões portuguesas deverão compensar a manifesta incapacidade da Região em atingir valores próximos do que a meta europeia fixa. Acresce que o *gap* nacional nessa matéria, e o Alentejo não é exceção, é sobretudo devido á comparativamente mais baixa I&D em meio empresarial. Além disso, no entender da AEA, as fortes implicações que a Visão Estratégica assumida acarreta em termos de modelo produtivo nem por sombras se podem representar por via apenas do objetivo I&D. A mobilização dos instrumentos de política associados ao OT1 é relevante, mas para o estádio de desenvolvimento e desafios que o Alentejo enfrenta os instrumentos do OT3 competitividade de PME continuarão a ser cruciais. O que não significa que a Região não invista, como já o começou a fazer no atual período de programação, a lançar as bases do seu próprio SRI, o qual em nosso entender não poderá deixar de tirar partido da proximidade face à aglomeração metropolitana de Lisboa e ao seu potencial científico e tecnológico. Esta proximidade pode também ser vista como uma possível ameaça para a Região. Nas condições de estruturação ainda incipiente do SRI Alentejo tenderíamos a considerá-la uma potencialidade a ser utilizada em favor da Região.

Analisemos agora o modo como a lógica da programação declina estrategicamente esta Visão.

De acordo com a árvore de objetivos estratégicos que subjaz ao PO, o nível de articulação mais próxima é o das prioridades de intervenção (PINT), a saber:

- PIINT1 - Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências
- PINT2 - Qualificação e Internacionalização de ativos do território - acessibilidades e infraestruturas económicas
- PINT3 - Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região
- PINT4 - Qualificação do Território: Redes de suporte e novas dinâmicas territoriais
- PINT5 - Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social.

A formulação encontrada parece lógica com a interpretação que fizemos da Visão Estratégica. Em 5 prioridades, 3 estão ancoradas em intervenções sobre o modelo produtivo, 1 cobre a qualificação do território e outra a das pessoas e a questão da coesão social.

Analisemos agora o modo como as PINT desenhadas para materializar a visão estratégica da programação se relacionam com os constrangimentos estruturais a erradicar/minimizar e com os ativos diferenciadores a valorizar. Utilizaremos uma notação matricial para captar as correspondências possíveis, seguindo uma notação de 0 (sem X) a 3 (XXX), refletindo respetivamente uma influência potencial nula e graus crescentes dessa influência de 1 (X) a 3 (XXX).

Quadro n.º 29 – Matriz de apresentação de Sinergias entre Constrangimentos Estruturais e Prioridades de Intervenção

	PINT1	PINT2	PINT3	PINT4	PINT5
CE 1 - Comportamento recessivo da demografia regional	XX	X	**XXX**	X	XX
CE 2 - Desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e territórios de baixa densidade		XX	XX	**XXX**	**XXX**
CE 3 - Reduzido dinamismo do tecido empresarial	**XXX**	XX	**XXX**	X	X
CE 4 - Limitações acentuadas dos sistemas e redes com potencial de atracão de novos fluxos de investimento	XX	**XXX**	X	X	
CE 5 - Ciclo prolongado de perda de produtividade de fatores acentuando desvantagens competitivas	**XXX**	X	XX	XX	XX
CE 6 - Fraca coesão territorial no acesso às TIC, redes de nova geração e plataformas de suporte à inovação	**XXX**	**XXX**	X	**XXX**	XX
CE7 - Sustentabilidade problemática de mais-valias ambientais da Região		XX	**XXX**	X	

A1 - Território	XX	**XXX**	**XXX**	**XXX**	X
A2 - Pessoas	**XXX**	X	XX	X	**XXX**
A3 – Inovação e competências	**XXX**	XX	**XXX**	XX	X
A4 – Recursos naturais	XX		**XXX**	XX	
A5 - Sistema Urbano	X	XX	X	XX	X

A análise de correspondência lógica entre as PINT enunciadas e os constrangimentos estruturais e ativos diferenciadores identificados pelo diagnóstico estratégico prospetivo permite desde já enunciar as seguintes conclusões em matéria de teoria da programação implícita na estratégia do PO:

- Centralidade manifesta das prioridades de intervenção 1, 2 e 3, confirmando a relevância dos temas produtivos e empresariais em toda a estratégia regional;
- Necessidade de aprofundar as opções e conteúdos da EREI Alentejo para avaliar de que modo estas prioridades serão organizadas de acordo com tal estratégia;
- O ativo diferenciador em torno do sistema urbano regional carece de alguma explicitação da PINT 4 – qualificação do território, tendo em conta sobretudo a reduzida expressão que a política de cidades tem no Acordo de Parceria;
- O constrangimento estrutural relacionado com o declínio demográfico é transversalmente afrontado pela generalidade das PINT, embora no entender da AEA seja a PINT3 relacionada com a renovação da base económica que tenderá a produzir efeitos, via emprego, mais decisivos sobre este constrangimento;
- A questão ambiental surge subsumida no ativo território, aparentemente não é fonte de constrangimentos estruturais e deve ser entendida nessa perspetiva mais vasta de qualificação do território;
- Tal como está formulada, a PINT 5 agrega questões de qualificações, empregabilidade e inclusão social, o que nos parece inibidor de uma melhor leitura do modo como esta PINT se articula com constrangimentos e ativos.

Em síntese, as questões relacionadas com a base produtiva regional e a consolidação de um SRI Alentejo para nela potenciar mais intensidade tecnológica e em conhecimento são centrais, sendo também central no referencial estratégico do PO a relação com os recursos naturais e com a excelência ambiental.

Analisemos agora as interações entre PINT e Iniciativas-âncora:

Quadro n.º 30 – Matriz de apresentação das Sinergias entre as Prioridades de Intervenção e Iniciativas Âncora

	PINT1	PINT2	PINT3	PINT4	PINT5
IA1 – Sistema Regional de Inovação	**XXX**		**XXX**		
IA 2 – Qualificação e promoção de infraestruturas económicas e de suporte logístico		**XXX**		**XXX**	
IA 3 – Economia do Mar	XX	XX	**XXX**	X	X
IA 4 – Agricultura de regadio	XX		**XXX**		XX
IA 5 – Plataforma logística e agro-alimentar		**XXX**	XX		
IA 6 – Turismo Alentejo e Ribatejo	XX		**XXX**	**XXX**	XX
IA7 – Património e Cultura	X		X	**XXX**	X
IA8 – Economia Verde	**XXX**		**XXX**	XXX	XX
IA9 – Áreas Protegidas			XX	**XXX**	
IA10 – Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade	XX		**XXX**	**XXX**	XX

IA11 - Sistema Urbano Policêntrico	X	**XXX**	X
IA12 – Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social	X	XX	**XXX**
IA13 – Economia social		XX	**XXX**

DAS PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO (PINT) AOS EIXOS PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO E RESPETIVOS OBJETIVOS

A matriz reproduzida na página seguinte procura apreender de que maneira a estrutura do PO traduzida em eixos prioritários, prioridades de investimento associadas e objetivos configurados pelas prioridades de investimento assumidas procura concretizar as prioridades de intervenção da programação.

Como é conhecido, a estrutura dos eixos prioritários acolhidos pelo PO reflete também o modo como a programação se articula com o menu dos 11 objetivos temáticos. De qualquer modo, neste ponto, a nossa preocupação é a de compreender que objetivos de PO serão prosseguidos para dar corpo às prioridades estratégicas da programação, de que modo as grandes metas da ambição estratégica do PO serão satisfeitas pelas prioridades de investimento selecionadas, por sua vez também articuladas com as grandes metas da Estratégia 2020.

Quadro n.º 31 – Alocação das Prioridades de Intervenção, Constrangimentos Estruturais e Ativos Diferenciadores às Prioridades de Investimento (e Eixo)

Eixos Prioritários	Prioridades de investimento	Prioridades de intervenção atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados
EIXO 1 **COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME** **OT 3**	Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas (FEDER)	PINT 1, PINT 3	CE3, CE5	A3, A4
	Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização. (FEDER)	PINT 1 e PINT 3	CE3, CE5, CE6	A3, A4
	Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (FEDER)	PINT 1, PINT 3	CE3, CE5, CE6	A3, A4
EIXO 2 **ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO** **OT10**	Intervenções específicas dirigidas à prevenção e redução do abandono escolar, bem como o alcance de uma igualdade de acesso ao ensino (FSE)	PINT 5	CE2, CE6	A2
	Melhoria da qualidade, da eficiência e da abertura do ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações (FSE)	PINT 5	CE2, CE6	A2
	Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem (FSE)	PINT 3, PINT 5	CE2, CE 5, CE6	A2
	Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação (FEDER)	PINT 4, PINT 5	CE 1, CE 2	A2
EIXO 3 **INVESTIGAÇÃO, ~~O~~ DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ~~A~~ INOVAÇÃO** **OT 1**	Fomento da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) a fim de desenvolver a excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (FEDER)	PINT 1, PINT 3	CE 3, CE 4, CE 6	A3
	Promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente [...], apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral (FEDER)	PINT 1, PINT 3	CE 3, CE 5, CE 6	A3, A4

Eixos Prioritários	Prioridades de investimento	Prioridades de intervenção atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados
EIXO 4 **ACESSIBILIDADES PARA A COMPETITIVIDADE** **OT 4, 6 e 9**	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	PINT 4		A5
	A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído	PINT 4		A5
	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	PINT 4, PINT 5	CE 2, CE6	A5
EIXO 5 **EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS RECURSOS ENDÓGENOS** **OT8**	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	PINT 5	CE2	A2
	Criação de emprego por conta própria, o empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras			
	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT1 e 3)	PINT 3, PINT5	CE 2, CE3, CE 5	A2
	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	PINT 3, PINT 5	CE2, CE3	
	A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e da sua acessibilidade	PINT 3. PINT 4	CE2, CE5, CE6	A3, A4
EIXO 6 **COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO** **OT9**	Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PINT 5	CE1, CE 2,	A2
	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	PINT 4, PINT 5	CE1, CE 2	A2, A4
	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de	PINT 4, PINT 5	CE2	A5

Eixos Prioritários	Prioridades de investimento	Prioridades de intervenção atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados
	saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria de acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária			
	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	PINT 4, PINT 5	CE 2, CE6	A5
EIXO 7 **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE** **OT 4**	Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	PINT 3, PINT 4, PINT 5	CE 3	A3, A5
	Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas e no setor da habitação	PINT 4		A5
	Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	PINT 4		A5
EIXO 8 **AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE** **OT 6**	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	PINT 4		A5
	A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	PINT 4		A1, A5
	A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído	PINT 4		A5
EIXO 9 **CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO**	Inclusão ativa, em especial com vista a melhorar a empregabilidade (FSE)	PINT 5	CE1, CE 2,	A2
	Reforço das aplicações de TIC na administração em linham infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	PINT 4	CE6	

Eixos Prioritários	Prioridades de investimento	Prioridades de intervenção atingidas	Constrangimentos estruturais abordados	Ativos diferenciadores valorizados
ADMINISTRATIVA **OT 2 e OT 11**	Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	PINT 4	CE6	
	Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	PINT 4	CE6	

O exercício que consta da matriz elaborada nas páginas anteriores é seriamente penalizado pela natureza excessivamente agregada com que os constrangimentos estruturais e os ativos diferenciadores são definidos e explicitados.

A anteriormente referida dependência da formatação em termos de OT transparece por exemplo no excessivo número de eixos prioritários que o PO apresenta, trazendo com ele uma elevada rigidez de aplicação futura do PO que nos parece prejudicial ao propósito de manter o foco estratégico assumido.

Nos exercícios realizados observa-se uma maior densidade de correspondências lógicas entre constrangimentos estruturais, ativos diferenciadores, PINT e prioridades de investimento no que respeita aos domínios da competitividade, investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e internacionalização. Estamos perante o domínio crítico da programação. A PINT Qualificação do Território articula-se com a valorização do sistema urbano como ativo diferenciador e, como já foi referido, a PINT Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social é formulada de forma demasiado agregada, penalizando a legibilidade do quadro lógico que suporta a programação. A desagregação desta prioridade de intervenção é essencial para que possamos compreender, por exemplo, a forte relevância dos domínios a mobilizar no âmbito do OT9, em torno de projetos centrados no envelhecimento, na animação de comunidades, no empreendedorismo e no pleno aproveitamento de equipamentos sociais. Temos aqui boa matéria para ITI e DLBC, parecendo também adequado orientar algum apoio para a afirmação das redes entre cidades/vilas e território rural.

ÁRVORE DE OBJETIVOS E MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DE EFEITOS

Ensaio de hierarquização de objetivos

Face ao que foi anteriormente referido, na programação do PO emerge, na perspetiva da AEA, uma claríssima hierarquização de objetivos, que se consubstancia no seguinte: a abordagem à Visão Estratégica que suporta a programação, validada em Conselho Regional, é fundamentalmente tributária do contributo potencial do PO para estimular o aparecimento de uma base produtiva regional capaz de tirar partido da geoestratégia da Região e da sua diferenciação patrimonial, natural e ambiental em geral. Nesse contributo, é crucial assegurar um papel proactivo ao Sistema Regional de Inovação e ao contributo que a investigação e desenvolvimento tecnológico pode assegurar. Trata-se assim de reorientar a base produtiva para a matriz diferenciadora da Região, aumentando a sua intensidade tecnológica e de conhecimento.

As apostas complementares na qualificação do território e na qualificação inclusiva da população adquirem pleno significado quando articuladas com a centralidade que as PINT 1, 2 e 3 assumem no quadro estratégico e com o peso de financiamento que os EP 1 e EP 3 assumem na programação. Esta articulação e convergência de efeitos é crucial para assegurar condições de inversão dos constrangimentos estruturais "recessão demográfica regional" e "desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e territórios de baixa densidade.

Principais mecanismos de transmissão de efeitos

Competitividade: I&D, desenvolvimento tecnológico, inovação e internacionalização

Trata-se do principal conjunto de mecanismos de produção de efeitos para a concretização da Visão Estratégica que enquadra o PO, criando as condições para que possa emergir na Região uma base produtiva que compatibilize a iniciativa empresarial com a diferenciação regional que a sua mais-valia geoestratégica, patrimonial e ambiental lhe proporciona. Um esforço desta natureza e desta magnitude dificilmente poderá ser concretizado sem envolver base produtiva já instalada ou emergente que funcione como âncora de toda esta transformação. Por outras palavras, não poderá ser conseguido apenas com atração de investimento estruturante, embora este possa constituir uma decisiva alavancagem em termos de ritmo de evolução e de massa crítica. Daí a necessidade da EREI – Alentejo ter uma maior maturação.

Os mecanismos (instrumentos) através dos quais se estima que o PO produza os efeitos pretendidos estão claramente identificados:

- Estruturar o sistema tecnológico e de inovação (SRI Alentejo), combatendo a atomização de protagonismos institucionais, fatal para um SRI pouco consolidado, frágil, carenciado de massas críticas de recursos humanos avançados como o do Alentejo e procurando não perder de vista a proximidade ao ecossistema de inovação instalado na aglomeração metropolitana de Lisboa;

- Estímulos ao reforço da I&D empresarial sobretudo em áreas que correspondam a triangulações virtuosas possíveis entre produção de conhecimento, produção de tecnologia e massa crítica empresarial de utilização da mesma, como o são a economia do vinho, o agro-alimentar e a gastronomia, a energia, as TICE e a otimização ambiental da agricultura intensiva;

- Empreendedorismo de base tecnológica, potenciado em articulação com a atração de residentes qualificados e com a necessidade de intensificar *spin-off's* e incubação a partir da investigação científica, universitária e politécnica, que se vai fazendo na Região;

- Estímulos à internacionalização, inovação (novos produtos e serviços) e qualificação empresarial, assegurando intervenções específicas no domínio do financiamento às PME, tendo em conta o baixo nível de capitais próprios (característica nacional[4]) do tecido de PME; este mecanismo é fundamental para assegurar que a evolução produtiva seja compatível coma Visão Estratégica assumida pelo PO e seja concretizada em ambiente de mercado global

Neste domínio de forte centralidade da intervenção do PO, temos aqui dois tipos de mecanismos de transmissão de efeitos: (i) a qualificação do modelo de governança regional, que consiste sobretudo em transformar o SRI Alentejo de uma realidade frágil em algo de progressivamente consistente e alinhado com a Visão Estratégica validada do PAR 2014-2020, colocando a investigação científica ao serviço da mudança produtiva que tal Visão exige e, repete-se, não perdendo de vista a proximidade com o ecossistema de inovação instalado na aglomeração de Lisboa e a possibilidade de, por essa via, atrair recursos humanos avançados à Região; (ii) a capacidade de dotar o PO de um sistema de incentivos equilibrado face às limitações de massa crítica regional em termos empresariais, mas suficientemente estimulante para gerar os comportamentos empresariais desejados e a atração de investimento do exterior. Neste último aspeto, será essencial assegurar que os regulamentos que colocarão em prática os sistemas de incentivos possam integrar a particularidade da EREI – Alentejo e as suas principais prioridades de intervenção.

Qualificação e inclusão social

Nos termos da estratégia delineada para a programação, a qualificação aqui em jogo é uma qualificação de pessoas e de território, naturalmente com mecanismos de transmissão de efeitos diferenciados.

De pessoas, mobilizando sobretudo as prioridades de investimento abertas pelo EP 2 (OT 10), sobretudo os de redução do abandono escolar e de contributo para o aumento de jovens ativos com qualificação superior, e as do EP 5 (OT8) com particular destaque para a adaptação dos trabalhadores, das empresas, e dos empresários à mudança (FSE) e as do EP 6 (OT9) relacionadas com a ativação de desempregados de longa duração

Emprego

O PO Alentejo não se compromete na versão analisada com nenhuma meta de criação de emprego, designadamente qualificado. O impulso para a criação de emprego qualificado do contributo dos objetivos do crescimento inteligente (OT1, OT2 e OT3), entendidos como oportunidade de fixação de jovens qualificados pela Região e de atração de recursos humanos qualificados. Os domínios da competitividade assumem na programação uma relevante centralidade, sendo necessário estimar a criação de emprego qualificado que daí resultará.

O objetivo temático OT8 assumido pelo EP 5 pode ser interpretado como instrumento de promoção inclusiva do emprego, privilegiando a formação profissional de adaptação, o apoio ao autoemprego, o desenvolvimento do potencial endógeno regional e o empreendedorismo de base local.

[4] Ver nesse sentido os trabalhos produzidos pelo Banco de Portugal com base na sua Central de Balanços.

Relativamente ao "Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas" na perspetiva da AEA será crucial diferenciar com rigor qual será o campo de atuação do empreendedorismo de base tecnológica e desta dimensão de empreendedorismo associada à intervenção do EP 5. A confusão que pode instalar-se entre os dois universos é destruidora de recursos e pode ser, *ex-ante*, evitada com a delimitação dos campos de intervenção dos dois universos[5]. A referência ao empreendedorismo e inovação social complica a já complexa sobreposição potencial de universos de empreendedorismo.

Sustentabilidade

O estímulo à consolidação de uma base produtiva regional capaz de tirar partido da diferenciação patrimonial, natural e ambiental em geral carece, desde logo, de intervenções ao nível da base deste elemento de competitividade: o território/ambiente.

Nesse sentido, podemos assinalar dois mecanismos articulados de transmissão de efeitos que estão implícitos nas opções de programação, e que apenas poderão ser confirmados quando estiverem definidos alguns mecanismos mais operacionais (tipologias de projetos e critérios de seleção):

i. Intervenções de proteção e qualificação de recursos no território, na lógica da sua gestão ativa, que inclui as dimensões da racionalidade, eficiência e sustentabilidade na sua exploração. Estão neste caso a generalidade das ações enquadráveis no EP 8 (OT6), em toda a sua abrangente intervenção: proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural e da biodiversidade, a proteção e reabilitação dos solos e a promoção de serviços ligados a ecossistemas, incluindo a rede NATURA 2000 e infraestruturas verdes; e ações para melhorar a qualidade do ambiente urbano, [...] a regeneração de instalações industriais abandonadas e a redução da poluição do ar.

   Há um duplo efeito destas intervenções na base produtiva: a melhoria da atratividade da Região (para turistas/visitantes e também, através da geração de amenidades urbanas e ambientais, para a fixação de residentes e profissionais qualificados, gerando um contexto favorável a iniciativas empresariais inovadoras) e a criação direta de oportunidades de negócios e de atividades de investigação no âmbito destas temáticas (conservação da natureza, turismo ativo ou cultural, agricultura sustentável, etc.).

ii. Estímulo à modernização empresarial, neste caso através das intervenções do EP 7 (OT4) para promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas e de estratégias de baixa emissão de carbono em diversos setores, já que estes são domínios que favorecem a modernização tecnológica, as práticas sustentáveis e de responsabilidade social, a interação entre empresas e centros de investigação e a cooperação.

   Neste caso não se trata de intervir nos recursos para gerar oportunidades económicas, mas sim de intervir nas próprias unidades produtivas e no seu entorno institucional e de articulações, estimulando a sua abertura à modernização.

[5] Ver resultados da Avaliação Estratégica do QREN 2007-2013, Lote 3 – Inovação e Internacionalização.

ANEXO Nº 2 – LISTA DE ENTIDADES AUSCULTADAS

- Painel EREI-Alentejo (2 de abril)
  - Representante da Universidade de Évora para a área da investigação científica;
  - Presidente do Instituto Politécnico de Beja;
  - Presidente do Instituto Politécnico de Santarém;
  - Diretor do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo;
  - Secretariado Técnico da ADRAL;
  - Engº António Martins – Lógica;
  - Engº Jorge Antunes DECSIS;

- Painel Fatores Críticos da Programação (2 de abril)
  - Professor Doutor Paulo Neto (Universidade de Évora);
  - Professora Doutora Conceição Rego (Universidade de Évora);
  - Representante do IAMEI – Dr. João Miranda;
  - Representante da EDIA;
  - Representante da Entidade Regional de Turismo – Dr. José Santos;
  - Delegação Regional do IEFP;

- Associações de Desenvolvimento Local (4 de abril)
  - ADER-AL- Associação para o Desenvolvimento Rural do Norte Alentejo;
  - ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano;
  - ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola;
  - ATBG - Associação Terras do Baixo Guadiana;
  - MONTE, ACE - Desenvolvimento Alentejo Central;
  - Terras Dentro;
  - CIM Alto Alentejo;
  - CIM Alentejo Central;
  - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;

Reuniões Individuais:

- Agência Regional Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo (10 de abril)
  - Tiago Gaio

- Fundação Eugénio Almeida (10 de abril)
  - Henrique Sim-sim

- Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal (10 de abril)
  - Nelson Cristo

- Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo (10 de abril)
  - Luís Castro

ANEXO Nº 3 – REUNIÕES DE AUSCULTAÇÃO

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO ALENTEJO

Data: 2 de abril

Convidados:

- Representante da Universidade de Évora para a área da investigação científica (presente)
- Presidente do Instituto Politécnico de Beja (presente com 2 elementos)
- Idem Portalegre (ausente)
- Idem Santarém (presente)
- Diretor do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (presente)
- Secretariado Técnico da ADRAL (presente)
- Diretor do CEBAL (ausente, embora com confirmação de presença)
- Engº António Martins – Lógica (presente)
- Diretor da Finagra (ausente)
- Diretor da Adega Cooperativa de Borba (ausente)
- Diretor da GLYINT (ausente)
- Engº Jorge Antunes DECSIS
- Diretor do Cevalor e Cluster Pedra Natural (ausente)

Este também representada na discussão como observadores uma equipa da CCDR Alentejo liderada pelo Dr. Figueira Antunes.

Temas de Discussão:

- Os domínios prioritários considerados na EEI – Alentejo são pertinentes?
- As implicações em termos de programação: os instrumentos de política e de financiamento a mobilizar no âmbito do PO são os mais adequados?
- Que implicações para a investigação científica realizada e residente na Região?
- Que condições existem para a verificação na Região da relação fundamental da EEI – produção de conhecimento – produção de tecnologia – utilização e absorção dessa tecnologia.

DESENVOLVIMENTOS E RESULTADOS DA DISCUSSÃO

Sobre os domínios diferenciadores da EEI Alentejo

O Engº João Mateus, Diretor do PCT Évora manifestou concordância com os domínios diferenciadores selecionados, encarando-as como uma oportunidade de focalizar a intervenção do PCT – Évora que começou com 7 áreas de aposta e que tem vindo a concentrar-se nas TICE e na Energia como os clusters de localização preferencial no Parque. Acentuou ainda a necessidade de uma maior focagem de apostas no âmbito dos domínios diferenciadores (que suscitou um esclarecimento por parte da CCDR Alentejo de que a maturação do documento da EEI iria proporcionar essa focagem) e a necessidade de uma forte integração com opções assumidas por outras regiões e a nível nacional de modo a não destruir recursos.

A Presidência do IP Beja, depois de manifestar com agrado o relacionamento que tem sido possível estabelecer com a CCDR Alentejo e os trabalhos de preparação do PAR Alentejo 2020 e do PO, manifestou concordância com os domínios selecionados, apenas com duas reservas, que desenvolveu mais em pormenor: por um lado, a transversalidade atribuída ao turismo e lazer não parece muito convincente e pode revelar-se de difícil operacionalização, recomendando a sua aposta como domínio diferenciador, em relação estreita com as TICE e com os sistemas de informação; por outro lado, o domínio da mobilidade, eletrónica e aeronáutica parece demasiado abrangente, suscitando ao IPB dificuldades de acomodação.

O Professor Cancela de Abreu (Universidade de Évora) vincou a relevância da EEI Alentejo para a estratégia de desenvolvimento da Região, concordando com as prioridades selecionadas, mesmo que a sua formulação obrigue a um trabalho por vezes na UÉvora de acomodação e correspondência das

áreas científicas de investigação com a EEI Alentejo que nem sempre é fácil de fazer. Propõe algum trabalho de reformulação e focagem do domínio emergente da economia social, de maneira por exemplo a potenciar uma correspondência mais fina com as ciências da vida e registou a procura intensa que as TICE apresentam neste momento na Região, sobretudo em termos de procura de licenciados, mas também de algum conhecimento. Compreende a abrangência do domínio mobilidade e aeronáutica e concorda com a necessidade de tratar melhor a questão do turismo e do lazer, sobretudo através da possibilidade de articulação estreita com a valorização patrimonial e da cultura.

A Presidência do IP Santarém alertou para a necessidade de rever alguns elementos analíticos do SWOT de suporte à EEI, realçando a dificuldade de existência de massas críticas de recursos de investigação e conhecimento em regiões de muito baixa densidade. Realçou a importância do papel integrador e transversal do turismo, propondo mesmo a formação de consórcios de formação alargada neste domínio envolvendo os 3 IP e a Universidade de Évora. Apoiou fortemente a presença da economia social no seu sentido mais amplo na EEI Alentejo, salientando a sua grande relevância como setor criador de emprego.

O Engº António Martins (Lógica) salientou a intervenção da entidade em matéria de certificação de módulos fotovoltaicos e o seu potencial de articulação com as empresas da Região, assumindo globalmente como corretas as apostas de domínios diferenciadores, mesmo que no domínio da energia fosse necessária uma maior estabilidade de orientações de política energética. Quanto ao domínio da mobilidade, acentuou a necessidade de clarificar se estamos a falar apenas de transportes ou se há um campo mais lato a reforçar. Mostrou-se ainda um grande defensor da economia social, domínio muito caro à Lógica, dada a sua capacidade de fixação da população e da capacitação institucional.

A ADRAL salientou a muito lenta capacidade de estabilizar as áreas de especialização do PCT Évora, destacando que a programação deve assentar em condições de elevada flexibilidade para monitorizar a capacidade de desenvolvimento dos domínios diferenciadores. Salientou ainda a reduzida capacitação institucional existente no terreno em matéria de economia social, referindo que não há propriamente um tecido de economia social, tendo a discussão subsequente concluído pela necessidade de apoios diversificados à intermediação junto deste domínio diferenciador.

Sobre os instrumentos de política pública a mobilizar pela programação e implicações em termos de investigação científica na Região

A discussão realizada não revelou que a mobilização de instrumentos de política pública constituísse um problema para a operacionalização da EEI Alentejo. O Professor Cancela de Abreu destacou que no domínio da energia não deveria circunscrever-se a aposta aos domínios da bioenergia e do fotovoltaico, devendo também explorar apoios na área do "off-shore" e da eólica. Do mesmo modo, as indústrias culturais, arte e *design* devem também mobilizar apoios. Na sua intervenção, o representante da Lógica acentuou a relevância dos Pólos de Competitividade e Tecnologia como elemento de integração de apoios a proporcionar. O representante do PCT Évora sublinhou que a aposta da programação deve orientar-se para os esforços de absorção de apoios que este período de programação irá exigir, colocando as 22 empresas já instaladas no Parque como exemplos dessa capacidade de absorção. Para isso, o PO deve trabalhar com entidades de intermediação de projetos e de procura de apoios como o PCT Évora.

O representante da Universidade de Évora Professor Cancela de Abreu sublinhou um fator crítico que deve ser necessariamente superado e que diz respeito à necessidade de chamar aos propósitos de integração o Ministério da Agricultura em domínios que se prendem com a investigação e a inovação agrícola e ambiental. A necessidade de busca de meios de financiamento para além do PO Alentejo parece crucial, sendo também pertinente que a Região evidencie que face às suas massas críticas de recursos de I&D e à especialização regional não pode aspirar a uma intensidade elevada de patentes. A necessidade de um processo organizado de intermediação com a procura potencial dos apoios empresariais foi também destacada pela Presidência do IP Beja, sendo relevante mobilizar os apoios à realização e inserção de mestrados, doutoramentos e pós doutoramentos, numa linha de demonstração progressiva.

A discussão enveredou depois pela avaliação do potencial de articulação do sistema de I&D&I da Região com as grandes empresas implantadas na Região. Foram registadas dificuldades de tirar partido da

implantação na Região de tais empresas, umas vezes por operarem com projetos tecnológicos de chave na mão sem grande potenciar de recorrer á mobilização de conhecimento da Região (caso da Galp), outras vezes por manterem relações preferenciais com centros de conhecimento fora da Região (internacionais ou nacionais) e noutros casos ainda por ainda estarem em avaliação por parte dessas empresas propostas de colaboração apresentadas designadamente por parte da Universidade de Évora (caso da Embraer). Uma relação mais estruturada com a economia do vinho parece poder emergir, sobretudo depois do protocolo assinado entre o setor e a Universidade de Évora.

O grupo presente validou muito positivamente a proposta da equipa de avaliação de consagrar na programação um novo instrumento de política de I&D identificado com um sistema de I&D em copromoção destinado aos territórios menos usualmente representados neste tipo de disseminação de conhecimento, envolvendo centros de investigação, empresas e entidades de intermediação local capazes de identificar necessidades de produção de conhecimento a nível local.

Sobre as relações entre a EEI Alentejo e a EEI nacional

A generalidade dos intervenientes no painel destacou como fator muito crítico esta articulação, sobretudo pela génese diferenciada dos dois processos e pelo grande desconhecimento que apresentam face à EEI nacional, tendo apenas os pólos de competitividade sido auscultados. A Universidade de Évora destacou o facto de apenas nos casos da química farmacêutica e da avaliação de riscos naturais existirem massas científicas na Universidade que estarão aparentemente fora das prioridades da EEI Alentejo, sendo necessário indagar do modo como a EEI nacional os irá acolher.

Discutiu-se ainda neste âmbito a recetividade dos Institutos Politécnicos presentes no painel, Beja e Santarém, à sua resposta aos Cursos Superiores Tecnológicos Profissionais que caberá ao PO Alentejo apoiar em domínios identificados com a EEI Alentejo. A discussão foi viva e muito crítica do modo como o Ministério da Educação e Ciência está a perspetivar estes cursos, que não pode ser reproduzida na íntegra dada a gravidade de algumas das realidades que subjazem ao entendimento do Ministério da Educação. A equipa de avaliação ex-ante partilha integralmente com os IP presentes o diagnóstico de situação realizado do qual o relatório final preliminar fazia eco. Há uma questão crítica a condicionar a recetividade ou recusa dos Institutos Politécnicos a intervir nesta matéria e que se prende com a diferenciação do nível ISCED dos CET e dos cursos TeSP, ambos nível 5 nessa classificação. As entidades presentes solicitaram à equipa de avaliação que aguardasse o resultado de reunião considerada decisiva a realizar entre o CSISP e o Secretário de Estado do Ensino Superior, estimando a equipa de avaliação que se o Ministério consagrar dois níveis (5A para os CET e 5B para os TeSP, com maior relevo de classificação atribuída a estes últimos) os IP aceitarão intervir nesse domínio de programação, embora com reservas à manifestação de procura para esses cursos.

Foi entretanto referenciado que o ensino superior politécnico privado estará a preparar-se intensamente para beneficiar desse apoio do PO. Os representantes da CCDR Alentejo presentes como observadores tomaram consciência de que se trata de um instrumento de programação com execução potencialmente ameaçada.

Sobre a relação fundamental da EEI – produção de conhecimento – produção de tecnologia – utilização e absorção dessa tecnologia

Sobre esta matéria, a discussão revelou que o estádio de maturação da EEI Alentejo é ainda bastante incipiente, não existindo ao momento um mapeamento relativamente aprofundado das interações possíveis no âmbito desta triangulação chave da variedade relacionada.

PAINEL DE DISCUSSÃO CENTRADO NOS FATORES CRÍTICOS DA PROGRAMAÇÃO

Data: 2 de abril

Convidados:

- Professor Doutor Paulo Neto (Universidade de Évora) (Presente)
- Professora Doutora Conceição Rego (Universidade de Évora) (Presente)
- Representante do IAMEI – Dr. João Miranda (Presente)
- Representante da EDIA (Presente)
- Representante da Entidade Regional de Turismo – Dr. José Santos (Presente)
- Secretário Técnico ADRAL (Ausente)
- Delegação Regional do IEFP (Presente)
- Centro Regional de Segurança Social de Évora (ausente)
- Diretor Regional da APA/ARH Alentejo (ausente)
- Delegado Regional da Cultura (ausente)
- ICNF (ausente)

Temas de Discussão:

O painel foi confrontado com o capítulo do Relatório Final Preliminar de Avaliação ex-ante do PO Alentejo que sintetiza os fatores críticos da programação do PO identificados pela equipa de avaliação. Foi solicitado ao painel que analisasse criticamente esses fatores críticos, analisando quais devem ser os domínios de maior preocupação estratégica e de maior necessidade de monitorização estratégica.

DESENVOLVIMENTOS E RESULTADOS DA DISCUSSÃO

O Dr. José Santos (ERT Alentejo) na sua primeira intervenção focou-a essencialmente em três domínios: o sistema de incentivos, a questão urbana e a questão do emprego inclusivo.

No que respeita ao sistema de incentivos, a experiência obtida com o QREN deve ser valorizada, sobretudo do ponto de vista do equilíbrio que foi possível assegurar entre critérios de mérito setorial e de interesse regional. Embora a Região atravesse uma dinâmica relevante de evolução da oferta, a Região não chegou ainda aos 5% de peso no total de camas nacionais e o número médio de quartos é ainda inferior a 60 por unidade hoteleira. As prioridades deste período de programação exigem uma maior focagem na gestão da procura e menos na oferta, com atenção à modernização do parque instalado e à necessidade de uma maior adaptação a tendências de procura como os novos conceitos de família, o turismo ativo e novos perfis de viageiro-turista que demandam a Região.

No que respeita à questão urbana, a ERT Alentejo considera especialmente relevante para a Região a continuidade do processo de valorização do espaço público como instrumento de qualificação relevante do entorno da oferta turística. A ERT Alentejo tem vindo a sensibilizar as CIM para a valorização do espaço público para o turismo, reclamando no PO a criação de um sub PO integrador para as questões do turismo.

Finalmente, **em matéria de emprego inclusivo**, a ERT Alentejo destacou a grande relevância do emprego no setor como fator de coesão territorial, sobretudo do ponto de vista do seu potencial de absorção de emprego jovem. Foi também sublinhado a coerência acrescida que pode resultar para a Região da decisão do Turismo de Portugal de proporcionar à ERT a gestão da rede formativa regional, proporcionando assim mais um instrumento de coerência ao setor na Região.

O Professor Paulo Neto interveio no painel sobretudo do ponto de vista da sua investigação em matéria de territorialização de políticas públicas e dos modelos de governação associados. O seu ponto de partida é a evidência de que o Acordo de Parceria e a sua tradução no PO Alentejo trazem à Região um universo de políticas públicas que se cruzam no território. A sua principal preocupação prende-se com a articulação que é difícil realizar entre a governação dos apoios do PO às entidades do SCTN, nas quais a Universidade de Évora está representada, e a reorganização da rede de ensino superior para a qual a tutela respetiva convoca as Universidades e os Institutos Politécnicos. A preocupação enunciada prende-se com o facto das políticas de apoio regional ao SCTN representado na Região obrigarem a uma geometria de relações intra-NUTS II que é considerado penalizador face à relevância de consórcios temáticos nacionais e internacionais que as Universidades devem promover para captarem recursos e em encontrarem as parcerias certas para valorizar as suas próprias massas críticas de conhecimento.

O Professor Paulo Neto manifestou ainda alguma preocupação para com o fator crítico do potencial de absorção de apoios que a aposta na economia social como domínio diferenciador emergente da EEI Alentejo implica.

Noutro plano, referiu que a retirada dos temas da competitividade e da inovação do âmbito de intervenção dos ITI – CIM coloca à especialização económica das NUTS III, necessária para uma boa resposta da Região, um desafio importante que a coordenação do PO Alentejo deve ter em devida conta. É crucial que a Região alcance níveis mais fortes de *clusterização* de atividades e esse desígnio não pode deixar de ter uma tradução territorial.

A Professora Conceição Rego tem investigação nas áreas do emprego e da educação pelo que se concentrou essencialmente na sua intervenção sobre a valia do tecido institucional em matéria de promoção de emprego inclusivo. A sua nota foi de alerta para a marca que nestas questões a baixa densidade deixa inapelavelmente nestes territórios. Segundo a sua avisada opinião, só será possível ultrapassar essa limitação estrutural com uma forte aposta em entidades que sejam capazes de assegurar a intermediação adequada, capacitando o tecido e preparando-o para a exigência dos resultados que se pretende obter.

O Dr. João Miranda, representante do IAPMEI, começou por destacar a base flexível que o QREN constituiu, não tendo sido em sua opinião devidamente aproveitada ao longo da programação. Designadamente, a aplicação do critério regional poderia ser qualitativo e gradualmente aplicado. Mas em seu entender subsistem níveis de articulação a assegurar e a questão prioridades nacionais – versus prioridades regionais exigirá um modelo de governação alinhado com essas preocupações, combinando prioridades nacionais como, por exemplo, a do Mar com a sua territorialização na Região. A definição da EEI Alentejo facilitará essa articulação, sobretudo se todas as entidades envolvidas na programação regional a compreenderem e definirem com rigor quais serão os contributos que se propõem desenvolver para a concretizar. Quanto à questão do emprego, a relação entre economia e emprego é crucial, pelo que toda a programação do PO na área da competitividade, da inovação e da internacionalização constituirá a principal fonte de criação de emprego.

A representante do IEFP Alentejo Dra. Cristina Pires alertou o painel para a relevância crucial do sistema de informação como condição necessária de articulação entre os diferentes serviços com intervenção na área do emprego. Destacou ainda a relevância crucial que o Pacto Regional para a Empregabilidade, a promover a nível regional, deverá assumir como instrumento de coordenação de todos os instrumentos de política pública mobilizados pelo PO.

O representante da EDIA sublinhou que a estratégia em que o Alqueva está focado consiste na promoção da criação de valor (produção e transformação) que dê sentido ao investimento infraestrutural que se espera concluir neste período de programação. E também a este respeito se falou no potencial de intermediação que a EDIA apresenta e que pode reforçar junto de um grande número de pequenas entidades que por seu intermédio podem ser dinamizados para uma procura aos apoios do PO. A EDIA está focada no trabalho com associações de produtores de modo a criar condições para uma maior transferência de conhecimento. Sublinhou ainda que o PO deve estar atento a eventuais dificuldades de formação da contrapartida nacional em alguns projetos, dadas as atuais dificuldades financeiras por que passa o País.

Na sequência desta última intervenção, a equipa de avaliação solicitou ao representante do IAPMEI se tinha alguma informação quanto ao papel da futura instituição financeira para o desenvolvimento. Sem qualquer informação sobre a matéria, o Dr. João Miranda referiu a presença na atual programação de algumas linhas de crédito com componente de incentivo e de apoio ao capital próprio e antecipou que a opção pelos incentivos reembolsáveis não constituirá uma rotura total com as práticas atualmente em curso de ser aplicadas. A outro nível, destacou a importância e necessidades dos incentivos à I&D implicarem a alavancagem da procura de serviços em forte articulação com os mercados das empresas, procurando reduzir ao máximo a existência de projetos de I&DT que não tenham mercado.

Numa segunda parte da discussão, o **Professor Paulo Neto** acentuou a necessidade de um equilíbrio entre políticas de indução *Supply side* e *Demand side,* apelando a uma forte proatividade. Os representantes da CCDR Alentejo presentes na discussão alertaram para a necessidade de distinguir a intervenção da CCDR Alentejo e do PO.

Ainda neste plano de discussão, o **Dr. José Santos (ERT Alentejo**) sublinhou o papel de intermediação que a ERT Alentejo pode assumir, com cerca de 12 milhões de apoios FEDER neste período de programação. O Observatório Regional de Turismo ilustra esse potencial de intermediação e de parceria e a função que pode desempenhar junto de operadores privados. Chamou ainda a atenção para a necessidade imperiosa de continuidade da estratégia de internacionalização da Região, com a alavancagem necessária do PO. A ERT Alentejo está preocupada com alguma cacofonia territorial que as experiências ITI e DLBC podem trazer aos recursos e à comunicação turística.

A ERT Alentejo atribui ainda uma grande relevância ao *cluster* turismo e lazer em matéria de geração de formas de variedade relacionada. Vê por isso com alguma preocupação que o turismo no PO Alentejo seja apenas encarado como uma aposta de transversalidade e não como um *cluster* diferenciador, contrariando o modo como essa aposta foi assumida por outras regiões que inscreveram o turismo na EEI. O potencial de *clusterização* de atividades que o turismo apresenta e de atividades que dificilmente serão abrangidas por processos de *clusterização* de outra natureza poderá justificar uma outra opção para o lugar do turismo na EEI do Alentejo.

A parte final da discussão foi organizada ainda em torno do tema da intermediação em territórios de baixa densidade, territórios em que o mercado tem uma enorme dificuldade de funcionar, dada a baixa massa crítica de recursos envolvidos. É necessário, segundo a Professora Conceição Rego, acautelar a realização de efeitos de demonstração e o PO assumir a seleção de algumas entidades para exercer essa função de intermediação e animação. A academia não está ainda devidamente mobilizada e sensibilizada para compreender o seu papel neste estatuto de intermediação/animação que é necessário assegurar para um bom êxito da economia social como domínio diferenciador. A EDIA voltou a sublinhar o seu potencial de relacionamento com pequenos produtores numa lógica de apoio técnico e de animação de projetos.

Como síntese final da discussão realizada, o painel revelou a enorme importância do tema da intermediação a vários níveis para o bom êxito da programação. A exigência do PO em termos de produção de resultados vai criar problemas sérios de absorção, só resolvidos no quadro de uma forte intermediação a vários níveis. A clarificação de quem faz o quê nessa intermediação emerge a partir deste painel como um fator crítico da programação.

ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS

Data: 4 de Abril

Presenças:

- ADER-AL- Associação para o Desenvolvimento Rural do Norte Alentejo,
- ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
- ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola
- ATBG - Associação Terras do Baixo Guadiana
- MONTE, ACE - Desenvolvimento Alentejo Central
- Terras Dentro
- CIM Alto Alentejo
- CIM Alentejo Central
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Alentejo (como observador)

Agenda:

- Apresentação sucinta dos objetivos da Avaliação ex-ante e do Painel de Discussão;
- Discussão de dois temas diretamente ligados às abordagens integradas de desenvolvimento territorial (AIDT) e ao modelo para a sua implementação.

Temas colocados à discussão:

1. Oportunidades que se colocam às Associações de desenvolvimento Local (ADL) e às CIM com as figuras/instrumentos regulamentares (multifundos) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e Intervenções Territoriais integradas (ITI).
    i. As ADL e as CIM estão devidamente informadas sobre este conceito de intervenção no território?
    ii. O modelo proposto para a intervenção das CIM e ADL no PO Alentejo permite reforçar a capacidade de intervenção no território e concretizar projetos que vão no sentido dos resultados esperados?
    iii. Existem mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos e são estes os mais eficazes? A característica de PO multifundos está devidamente assegurada? Os processos eventualmente ensaiados de ITI e DLBC asseguram condições de articulação com as intervenções em matéria de desenvolvimento rural e de assuntos marítimos e de pescas?
2. Estratégias de intervenção das ADL e das CIM para aproveitar as oportunidades veiculadas pelas figuras DLBC e ITI.
    i. Os objetivos, prioridades de investimento definidos no PO para os DLBC/ITI são coerentes com as realizações e resultados esperados das ELD e com os Pactos Territoriais para o Desenvolvimento e Coesão?

Principais conclusões das intervenções dos participantes

1º Tema: Oportunidades que se colocam às Associações de desenvolvimento Local (ADL) e às CIM com as figuras/instrumentos regulamentares (multifundos) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e Intervenções Territoriais integradas (ITI).

- Conceito de intervenção no território DLBC e ITI

De acordo com os interlocutores presentes o renovado conceito de plurifundos é uma boa oportunidade para que as Associações de Desenvolvimento Local e as Comunidades Intermunicipais possam alargar o seu âmbito de ação e reforçar a sua intervenção. Todavia, está-se perante um período de programação bastante exigente e têm estado a trabalhar num contexto de grande incerteza, por um lado, quanto ao tipo de ações que vão integrar as AIDT e a articulação e complementaridade entre as várias AIDT e com FEADER/FEAMP e, por outro lado, quanto à operacionalização e modelo de gestão dos instrumentos previstos no Acordo de Parceria.

A filosofia que está na base da Abordagem LEADER baseia-se na sua maior capacidade para identificar e responder aos problemas/constrangimentos/necessidades que se colocam ao nível do desenvolvimento das zonas rurais, porque as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) encontram-se mais próximas desses territórios.

Os interlocutores consideram que a implementação da abordagem LEADER por via do FEADER, no período 2014-2020, se encontra limitada, porque o Regulamento Comunitário e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) restringem o apoio em alguns domínios tradicionalmente enquadrados na Abordagem LEADER como p.ex.,o apoio à criação e competitividade das micro-empresas locais, ao turismo ou no domínio da inclusão social, ainda que o PDR tenha alargada o seu campo de atuação para domínios como o apoio a pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização de produtos agrícolas as cadeias curtas e mercados locais ou o apoio aos regimes de qualidade e aos produtos. Adicionalmente a verba disponibilizada foi bastante reduzida (apenas 5% da sua dotação financeira do PDR).

Neste contexto, os participantes observam o modelo de DLBC, com a possibilidade dos GAL apoiarem intervenções de natureza diversa e complementares, como que possibilitando um regresso à génese da Abordagem LEADER, na medida em que as ADL/GAL não terão de adaptar/restringir as suas estratégias de desenvolvimento local (EDL) e o seu apoio somente aos domínios de intervenção do FEADER, permitindo uma maior liberdade e âmbito de ação e, assim, um reforço da intervenção nos vários territórios.

Não obstante, consideram que está ainda por clarificar se o DLBC vai enquadrar o regime de incentivos às microempresas rurais, a formação profissional agrícola e os projetos orientados para a inclusão social. O PDR restringiu o apoio a este tipo de ações e deverão ser encontradas formas para a sua clara integração nas EDL e no DLBC, por constituírem componentes de importância estratégica no desenvolvimento dos territórios rurais, considerando existir, alinda alguma incerteza no que respeita aos apoios a conceder no âmbito do FEDER e do FSE

No que respeita à abrangência da intervenção dos futuros DLBC será, igualmente, importante clarificar a possibilidade de apoiar algumas freguesias que não são consideradas rurais, mas que embora se enquadrem na definição de urbano, efetivamente de “urbano” têm pouco. A abordagem LEADER tradicionalmente não tem apoiado este tipo de territórios.

Um dos participantes levantou a questão do eventual enquadramento dos PROVERE no período de programação 2014-2020, por considerar que apesar de muitas experiências não terem funcionado, no caso concreto em que esteve envolvido avalia de forma bastante positiva o resultados alcançados. Considera que Acordo de Parceria dá abertura a uma segunda edição deste tipo de iniciativas e que na sua opinião deviam ter continuidade.

- Modelo proposto para a sua implementação: articulação e complementaridade entre instrumentos e entre fundos

Na articulação entre os vários instrumentos e os vários Fundos na definição da estratégia para a região Alentejo, os interlocutores presentes referiram a excelente relação e o diálogo que se tem mantido ao longo de todo o processo, entre a CCDRA responsável pela elaboração do programa, as CIM e as ADL, mas deixando de referir que se trata de ser um processo complexo, muito exigente e que tem decorrido num contexto de grande incerteza, sobretudo, pela forma como tem vindo a ser disponibilizada informação (incompleta e não atempada) e pela heterogeneidade de experiências, competências e expetativas dos atores envolvidos no processo. Esta articulação tem sido alimentada de diversas formas, p.ex., inquéritos, workshops, debates e fóruns de discussão com interesse para o desenvolvimento

regional; assim como por via da emissão de pareceres sobre os documentos produzidos, sendo reconhecido que o Programa integra um número alargado de contributos dos atores.

Contudo, os participantes demonstraram algum receio quanto à desejável complementaridade entre os diferentes fundos e à implementação/operacionalização dos vários instrumentos regulamentares. O primeiro relacionado com a elaboração e seleção das estratégias de desenvolvimento local (neste momento não há uma clara delimitação das elegibilidades e o FEAMP encontra-se com um atraso significativo); e o segundo relacionado com os processos que terão de ser implementados para gerir os vários Fundos: trabalhar com duas Autoridades de Gestão distintas (ou três no caso da ADL se mantiver o GAC) vai complexificar e constranger a aplicação das estratégias (foram dados dois exemplos para ilustrar esta situação: regras diferentes entre Fundos, p.ex., as check lists para a contratação pública; apoios para a animação territorial e cooperação, apenas do lado do FEADER).

Adicionalmente, foram mencionadas questões relacionadas com a autonomia dos GAL e com o modelo de governação entre as diversas instâncias (PDR, POR, Pactos de Desenvolvimento territorial, DLBC). Do ponto de vista dos GAL era importante assegurar que vão ter autonomia para definir as ações de acordo com as especificidades do território e as respetivas dotações financeiras, bem como ter liberdade para implementar as suas EDL, p.ex., definido os períodos para apresentação de candidatura e os montantes de cada concurso.

- Conceção das estratégias que respondam ao desafio multifundos.

No que respeita à elaboração das EDL, as ADL referem "metodologicamente" a necessidade de elaborar estratégias que vão no sentido da resposta aos constrangimentos dos seus territórios, sem que essas estratégias sejam subsidiárias das estratégias das Comunidades Intermunicipais (CIM) e do próprio PO Alentejo, pois o apelo à inovação e à criatividade que está na base da intervenção dos futuros DLBC na resolução de problemas e no reforço às oportunidades/potencialidades pode não encontrar harmonia nas estratégias supra-desenhadas. No entanto, as entidades presentes referiram que tem estado a trabalhar com as CIM da sua área de intervenção e com os atores locais e que na elaboração da suas ELD vão procurar potenciar a criação e complementaridades e sinergias.

Neste âmbito, os participantes alertaram para o facto de que os territórios de intervenção das ADL (futuros DLBC) não correspondem a fronteiras administrativas dos territórios, p.ex., em muitos casos os GAL abrangem várias CIM, havendo mesmo o caso da Associação Terras do Baixo Guadiana que abrange duas NUT II (Algarve e Alentejo) e concelhos que são abrangidos por vários GAL. Estas zonas de intervenção têm dinâmicas de desenvolvimento que podem não se coadunar totalmente com a perspetiva das CIM mais abrangente, embora já exista algum trabalho conjunto de alinhamento de estratégias.

2º Tema: Estratégias de intervenção das ADL e das CIM para aproveitar as oportunidades veiculadas pelas figuras DLBC e ITI; objetivos, prioridades de investimento definidos; são coerentes com as realizações e resultados esperados das ELD e com os pactos territoriais para o desenvolvimento e coesão?

Os interlocutores auscultados no Painel de Discussão manifestaram algumas preocupações no que respeita às estratégias de intervenção, sobretudo, devido aos meios financeiros colocados à disposição das entidades para implementar as respetivas estratégias.

No que respeita à dotação financeira para implementar as EDL, foi unânime o entendimento sobre a insuficiência da verba FEADER destinada aos futuros DLBC, e sobre o risco da implementação do regime simplificado de pequenos investimentos no âmbito do DLBC, o qual poderá vir a absorver parte importante dos recursos financeiros disponíveis e ter um contributo reduzido para os objetivos definidos na ELD.

Ao nível do desenho e conceção das Estratégias de Desenvolvimento Local e Pactos Territoriais para a Competitividade e Coesão e consideram que é relativamente fácil acautelar, sobreposições, lacunas de intervenção, no entanto, o problema coloca-se ao nível da operacionalização e implementação dos instrumentos regulamentares. Neste contexto, a CCDRA referiu que pretende elaborar um Pacto Regional para o Emprego e Inclusão, o qual tem como um dos objetivos articular e complementar

efetivamente a intervenção das CIM e dos GAL: acautelar situações de desperdício de recursos humanos e financeiros, potenciar a complementaridade das diversas intervenções, definir as fronteiras dos instrumentos regulamentares e concretizar projetos orientados para os resultados. Esta iniciativa foi considerada muito positiva pois poderá permitir a existência de um mecanismo potencialmente eficaz que promova e concretize a articulação entre diferentes entidades tendo em vista, em cada território, a estruturação de intervenções que correspondam às necessidades do mercado de emprego.

No final da sessão foi adicionado uma questão relacionada com a política inclusiva. A questão foi orientada para compreender como se suscitará a procura de projetos na área da economia social e na área tecnológica a ela associada, pois tratasse de um domínio privilegiado pelo Programa e onde podem ocorrer constrangimentos por ser de indução da procura muito difícil.

Neste contexto foi referido que as ADL/GAL poderão dinamizar a procura nestas áreas mais sociais. No que em concreto diz respeito à intervenção de âmbito social (p.e., com grupos em alto risco de exclusão), alguns GAL têm tido um papel importante. Não obstante, torna-se necessário robustecer os projetos de empreendedorismo social porque se está perante um território com um perfil muito atomizado. Para os GAL a verdadeira questão coloca-se em termos da adequação das políticas públicas ao desenvolvimento de processos que culminam em projetos inovadores.

As CIM também consideram que as autarquias têm tido uma participação crescente neste domínio, considerando que têm competências para assumir um papel cada mais um papel mais interventivo. Neste âmbito refira-se, o exemplo da CIMAA, que está a elaborar uma Carta Social, na qual identifica as necessidades, projeta acordos com IPSS e que conta com uma estratégia de desenvolvimento da economia social iniciada no período de programação 2007-2013, com o apoio do POAT.

Em suma, consideram a área como uma área crucial nos anos vindouros, sendo um domínio com um papel chave ara atenuar os feitos da crise por que o país atravessa e os DLBC/ITI podem constituir-se como elementos facilitadores e uma porta privilegiada para que o empreendedorismo social ocorra e a economia social ganhe uma nova dimensão. Os interlocutores, referiram, também que na região Alentejo, as entidades da economia social tem um poder emergente, com influência recentemente até em decisões políticas.

ANEXO Nº 4 – FUNDAMENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
CRESCIMENTO INTELIGENTE	Inovação e especialização inteligente	Inovação	**Atividades de inovação –** melhoria relativa do desempenho da Região com aproximação às médias nacionais	X		Mencionam indicadores dos **Relatórios *Innovation Union Scoreboard***
			Actividades empresariais – acompanhamento da tendência de crescimento nacionais relativamente a **despesas de I&D das empresas**, **colaboração em PME** e **inovação *in house*** (intermitente). Diminuição **despesa em inovação (não I&D) e patentes.**	X		Indicam indicadores mas não especificam valores: despesas de I&D das empresas (disponibilizam valor por NUTIII), colaboração em PME, inovação *in house*, despesa em inovação (não I&D) e patentes.
			Capacitadores de inovação – as **despesas de I&D do sector público** aumentaram ligeiramente nos últimos 4 anos.	X		Indicam indicador mas não especificam valor para despesas de I&D do sector público
			Outputs – resultados positivos em termos de **proveitos de inovação** e **inovação tecnológica** (de produtos ou processos) e crescimento ligeiro do **emprego em atividades intensivas de conhecimento**. Resultados menos positivos ao nível da **capacitação regional** em termos de **inovação e na produção de inovação não tecnológica.**	X		Indicam indicadores mas não especificam valor para proveitos de inovação e inovação tecnológica, emprego em atividades intensivas de conhecimento, capacitação regional de inovação e produção de inovação tecnológica
			O Alentejo revelou ligeiras melhorias no desempenho ao nível dos resultados, principalmente na maior participação das empresas no processo de inovação e desenvolvimento tecnológico, ficando ainda aquém o nível de desempenho em matéria de ambiente e de capacitação regional para o desenvolvimento das atividades de IDT&I. A propensão para a inovação no sector tecnológico do Alentejo é reduzida.	X		**Investimento em inovação 2010: 0,5% do PIB.** **VAB gerado por empresas dos setores de alta e média-alta tecnologia: 5,8% (INE)**
			Dificuldades no trabalho em rede entre instituições de I&DI e potenciais beneficiários, dificuldades das empresas no acesso a informação e diminuta incorporação de conteúdos tecnológicos nos processos produtivos mesmo em áreas em que o Sistema Regional de Inovação dispõe de valências internas (agricultura, património, eficiência energética). A recente criação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia		X	Não são disponibilizados valores para os indicadores apontados: trabalho em rede de instituições de I&DI.

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			deverá contribuir para a mudança deste panorama.			
			Ao nível das sub-regiões: Há uma clara concentração de I&D no Alentejo Central (Universidade de Évora) e Lezíria do Tejo. O investimento empresarial em inovação concentra-se no Alentejo Litoral (Complexo de Sines). Salientam-se esforços na proporção da despesa de I&D no PIB no Alentejo Central entre 2007 e 2009, bastante superiores à média nacional. Nas restantes subregiões, o peso do investimento em I&D no PIB é estruturalmente muito inferior à média nacional	X		Não são detalhados valores dos Indicadores de despesa em I&D total e empresarial por NUT III do Alentejo Proporção da despesa em I&D no PIB (%), por NUT III (INE)
			Número de pessoas a trabalhar em tempo integral em I&D – regista aumento significativo até 2009. O sector do Ensino Superior acompanhou tendência nacional de crescimento, mas a nível empresarial verificou-se queda abrupta do pessoal empregue em atividade I&D em 2010.	X		**Número de pessoas a trabalhar em tempo integral em I&D:** sem valor especificado **Nº de pessoas a trabalhar em tempo integral em I&D em empresas: 188 (2010)** (Estatísticas Territoriais, INE)
			Indicadores de inovação empresarial: **Empresas com atividades de inovação** - 60,6% (2008-10) **Empresas com cooperação para inovação** – tendência decrescente a nível regional superior ao valor registado a nível nacional.	X		**Indicadores de Inovação empresarial:** **Empresas com atividades de inovação – 60,8% (2008-2010)** **Empresas com financiamento público para a inovação – 17,3% (2008-2010)** **Empresas com cooperação para a inovação – 14,9% (2008-2010).** (DG Estatísticas de Educação e Ciência, Inquérito Comunitário à Inovação (extraído Anuários Estatísticos, INE))
			Proporção de nascimentos de empresas em setores de alta e média tecnologia - inferiores aos nacionais e tendência (2009-2010) decrescente	X		**Proporção de nascimentos de empresas em setores**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			a nível nacional, regional e subregional **Exportações de bens de alta e média tecnologia** – valor próximo do valor nacional.			**de alta e média tecnologia:** **Alentejo: em cada 100, uma empresa** **Alto Alentejo: 1 para 125** **Baixo Alentejo: 1 para 200** **Lezíria do Tejo: 1 para 55** **Exportações 3% do total das regionais**.
		Tecnologias de Informação e Comunicação	As TIC têm uma expressão reduzida. Destaca-se o contributo do Alentejo Central expressado através do contributo setorial e volume de negócios no sector. Inexpressiva atividade do sector nas outras sub-regiões, excepto Lezíria do Tejo.	X		**Peso do VAB das empresas no sector TIC – 0,7% do VAB Regional** **Peso do VAB das empresas Alentejo Central no sector TIC – 1,9%** (Fonte: Sistema de Contas Integradas, INE) **Repartição Regional do Volume de Negócios no sector das TIC (%) Alentejo Central – 78% em 2010** (Anuário Estatístico do Alentejo)
			Utilização das TIC pelas famílias: gap regional face médias nacionais. **Utilização Institucional das TIC**: indicadores favoráveis, superando muitas vezes os indicadores nacionais	X		Indicadores: **Famílias com acesso a computador, ligação à Internet e através de banda larga em casa, 2009-2012 (%) – não destacam valores – gráfico sem valores**. (Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias, INE)

Indicadores utilização institucional das TIC: Municípios com site na Internet (2011): 100%; Municípios que disponibilizam consulta pública nos seus sites (2011): 88%,

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						(2011): 50% **Unidades hospitalares que utilizam videoconferência (2011): 40%** **Estabelecimentos hoteleiros presentes na Internet (2011): 80%**
		Ensino Superior	No ano lectivo 2011/12 existiam **20 estabelecimentos de ensino superior (18 públicos e 2 privados)** – predomínio de alunos inscritos e de docentes no Alentejo Central. **Regressão no número de alunos matriculados em 2011/12 face a 2006/07** – quebra de 4%. Em 2010/11, o Alentejo contribuiu 4% para o total de diplomados nacionais. 2009/2010 – Áreas de formação com mais diplomados: Ciências Sociais, Comércio, Direito, Saúde e Proteção Civil; áreas com menos diplomados: Ciências, Matemática e Informática	**X**		**Indicadores de desempenho do Ensino Superior:** **Alunos Matriculados no Ensino Superior 2011/2012 Alentejo – 16.799 dos quais 7.600 no Alentejo Central (informação por NUTIII)** **% de população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos – n.d. para Alentejo** **Diplomados no Ensino Superior no Alentejo (2010/2011): 3.703** (INE e Eurostat)
	Cadeias de valor estratégico	**Especialização Produtiva**	Terciarização da economia, embora mantendo uma dinâmica produtiva agrícola e industrial bastante relevante. **Alentejo Litoral** – apresenta o mais elevado nível de industrialização graças ao Complexo de Sines Diversificação de atividades tradicionais (**atividades agrícolas, agro-industriais, pecuárias e florestais, atividades associadas à exploração de recursos geológicos e minerais** (pirites, mármores, águas, granitos, entre outros), **património natural, paisagístico e cultural classificado** potenciador de atividades turísticas), aliadas a novas dinâmicas empresariais (**indústria aeronáutica**; **indústrias criativas e da cultura**; a **economia do mar** e a **energia**) **O Alentejo apresenta uma especialização face ao contexto nacional**	**X**		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010)** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010)** (Contas Regionais, INE)

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			nas indústrias extrativas e agricultura.			
			Indústrias extrativas – maior expressão no Baixo Alentejo responsável por 4/5 da produção devido à exploração mineira – Castro Verde e Aljustrel Evolução positiva da produção de rochas ornamentais no Alentejo Central e Lezíria do Tejo (atividade que gera pouco valor acrescentado ao sector e à região) Malha empresarial pouco densa	X		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010)– 13,56** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010) – 3,89** (Contas Regionais, INE) **Estabelecimentos empresariais e pessoal ao Serviços nos Estabelecimentos da CAE Indústria Extrativa (2011) – 2.674 e 177, respetivamente**. (GEP, Quadros Pessoal, MTSS/MEE) Não desagrega por NUT III
			Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca – representam 8% do VAB regional e 15% do emprego regional. Tecido empresarial relativamente denso **Uso do solo** – superfície total 3.160.325 ha (2009) dos quais 44,7% floresta e 41,6% agricultura. A **Superfície Agrícola Utilizada (SAU)** – 86,6% da superfície total.	X		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010) – 5,84** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010) – 5,41** (Fonte: Contas Regionais, INE) Representam: **VAB Regional – 8% e Emprego**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Repartia-se em 2009 essencialmente por pastagens permanentes (56%), terras aráveis (32%), culturas permanentes (12%) e hortas familiares (0,7%). **Pecuária extensiva** registou um crescimento 1999-2009 de bovinos de 35% e decréscimo de ovinos e caprinos de 27% e 13,5%, respetivamente. Região detém 71% do efetivo de vacas aleitantes e 48% de ovelhas reprodutoras. Produção animal representa cerca de 28% da nacional, com destaque para a carne de bovino e de ovino que representam cerca de 50% da nacional. **Sistemas de rega:** em 2009, apenas 29% das explorações dispunham deste sistema, o que contribui para a fraca presença de culturas de regadio – salientam-se dados reportados ao Recenseamento 2009 que revelam um fraco impacto das infraestruturas do Alqueva – Alentejo Central e Baixo Alentejo apresentam piores resultados. A Lezíria do Tejo apresenta uma estrutura agrária, de produção agrícola e de utilização de infraestruturas associadas bastante diferente, aproximando-se muito mais do padrão nacional. **Produção cereais/hortícolas:** em 2011/12, aumento de produção e área de milho para grão e o arroz, enquanto os cereais trigo, aveia e cevada apresentam tendência decrescente. Nas culturas industriais, o tomate para indústria tem registado uma tendência crescente e as hortícolas. **Setor vitivinícola regional** produziu, em 2011, mais de 1,3 milhões de hectolitros de vinho - cerca de 24% da produção nacional. O Alentejo Central é responsável por mais de metade da produção do setor, fruto da importância das adegas localizadas na sub-região, seguido			**Regional – 15%** Estabelecimentos empresariais e pessoal ao Serviços nos Estabelecimentos da CAE Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca **17% de empresas (micro e pequenas) do total de empresas da Região, em média com 2 pessoas ao serviço** Estrutura agrária – floresta, agricultura, … SAU – 86,6% da superfície total Utilização da SAU Pecuária – efetivos bovinos, caprinos e ovinos, efetivos reprodutores, produção animal Superfície regada do total das explorações Produção de cereais Sector vitivinícola – produção Produção azeite **Descrição qualitativa do setor:** Polarização da agricultura e floresta em dois pólos: Agricultura e/ou floresta mais intensiva, empresarial, societária, por conta própria ou arrendamento, com mão-de-obra assalariada essencialmente a tempo parcial, baseada em culturas de regadio, culturas temporárias (milho, arroz, tomate e hortícolas) e culturas permanentes (olival, vinha e frutícolas) e/ou floresta de produção (cortiça e madeira).

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			da Lezíria do Tejo e Baixo Alentejo **Produção de azeite**: em 2011 estavam instalados 105 lagares (20% das infraestruturas nacionais) os quais dão origem a mais de 40% da produção nacional. Cerca de 80% da produção de azeite alentejano é de baixa acidez, fator que o diferencia face à produção nacional. **Setor das Pescas**: muito fraca expressão no contexto nacional e regional, não obstante a ampla extensão da costa alentejana, encontrando-se a sua atividade centralizada no porto de Sines **Aquacultura:** registo de variações significativas – saldo positivo em volume e valor (2009 e2010)			Agricultura mais extensiva, familiar, singular, por conta própria, com mão-de-obra essencialmente familiar (nos casos de explorações de menor dimensão já a tempo parcial), baseada essencialmente na pecuária extensiva e nas culturas temporárias com ela associadas. **Descrição sub-regional: quase inexistente**. – mencionam recenseamento 2009 relativamente ao impacto das infraestruturas do Alqueva. **Pesca – embarcações registadas (2010) - 3% do total nacional** **Pesca – pescadores matriculados (2010) – 4% do total nacional** **Pesca – volume de pesca por tipologia (2010) – 6% do volume de pesca total nacional** **Aquacultura: sem justificação quantitativa**
			Indústria Transformadora – responsável por cerca de 20% do VAB Regional, assumindo maior relevância em relação ao número de estabelecimentos e volume de emprego. As indústrias alimentares, as bebidas e o tabaco ocupam cerca de metade do total de estabelecimentos industriais absorvendo quase 40% do total de pessoal ao serviço. **Estabelecimentos** – comportamento recessivo mais expressivo no fabrico de têxteis, vestuário e couro e no fabrico de madeira e cortiça (quebras de 36,1% e 32,2%, respetivamente) **Pessoal ao Serviço**- quebra de efetivos no fabrico de automóveis e indústria da madeira e cortiça (34,2% e 31%, respetivamente); evolução	X		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010) 1,07** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010) – 0,88** (Fonte: Contas Regionais, INE) Peso VAB Regional – 20% **Estabelecimentos empresariais e pessoal ao Serviços nos Estabelecimentos da CAE Indústria Transformadora (2011) – 31.153 e 2.302, respetivamente.**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			positiva no fabrico de artigos de borracha e materiais plásticos e no fabrico de componentes petrolíferos (15% e 3,8%, respetivamente). **Especialização Regional:** Indústrias alimentares e das bebidas – todas as NUT III; Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais e produtos metálicos - Alentejo Litoral e Baixo Alentejo; Fabricação de equipamentos elétricos, informáticos, electrónicos e para comunicações - Alentejo Central Indústria da madeira e da cortiça - Alentejo Central, Alto Alentejo e Alentejo Litoral Fabrico de mobiliário e colchões - Lezíria do Tejo Atividades de impressão e reprodução de suportes gravados (associada à atividade da comunicação social) – em toda a região			(GEP, Quadros Pessoal, MTSS/MEE) **Distribuição sectorial (CAE 2 dígitos) dos Estabelecimentos e do Pessoal, por ramo de atividade do Serviço na Indústria Transformadora (2007-2011)** (GEP, Quadros Pessoal, MTSS/MEE)
			Atividade Turística - Boa dinâmica regional, embora ainda aquém das potencialidades, dadas as condições naturais da Região que permitem construir uma oferta de produtos estratégicos para diferentes segmentos do mercado (Natureza, Touring Cultural, Sol e Mar, Náutico, Gastronomia e Vinhos, entre outros). Decréscimo do volume de estabelecimentos e pessoal ao serviço durante o período 2007-2011 no sector alojamento, restauração e similares Crescimento da oferta hoteleira durante 2007-2011 – aumento da oferta, da capacidade de alojamento e dos proveitos de aposentos. **Turismo em Espaço Rural** – forte crescimento durante 2007-2011, 10 pp acima da média do Continente Verificou-se um aumento considerável do número de dormidas, em especial de turistas de nacionalidade portuguesa. Dificuldades: articulação da iniciativa dos agentes privados e	X		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010) – 1,19** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010)– 1,03** (Contas Regionais, INE) **Estabelecimentos empresariais e pessoal ao serviço nos estabelecimentos da CAE alojamento, restauração e similares (2011) 10.103 e 2.621, respetivamente** (GEP, Quadros de Pessoal, MTSS/MEE) **Indicadores económicos de hotelaria (2007-2011)**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			administrações locais e central, no sentido de potenciar os recursos naturais, culturais e patrimoniais, numa perspetiva de desenvolvimento turístico-cultural. São significativos os constrangimentos ao nível da organização da oferta e da promoção.- necessidade de afirmação da marca Alentejo.			**de aposentos (2011) – 43.115** **Estabelecimentos e capacidade de alojamento no Turismo em Espaço Rural (2011) – 204 estabelcimentos, 2.701** (Anuário Estatístico)
			Atividades de Captação, Tratamento e Distribuição de Agua, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição – Para além da representatividade do VAB do setor na produção regional, é significativo o impacto do setor ao nível do emprego, a que não será alheio o facto de muitas destas empresas se enquadrarem num regime jurídico público-privadas, de implantação municipal, e dessa forma se constituírem como grandes empregadores regionais. Atividades de recolha, tratamento e eliminação de resíduos – impactos mais significativos no Alto Alentejo Segmento de desmantelamento de equipamentos e bens, em fim de vida (veículos) – forte dinâmica na Lezíria do Tejo	X		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010) – 1.42** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010) – 1.08** (Contas Regionais, INE) **Peso no VAB Nacional: 6%** **Tecido empresarial: 85 empresas (2010), representando 8% no contexto nacional** **Atividades de captação, tratamento e distribuição de água - 50% do VAB destas atividades** **Atividades de recolha, tratamento e eliminação de resíduos – 11% do VAB nacional**
			Comércio e Serviços - assumem particular relevância as atividades de comércio e serviços que suportam as economias locais, designadamente as atividades de organizações associativas e recreativas, as reparações de bens de uso pessoal (computadores, eletrodomésticos, calçado, mobiliário, entre outros), assim como as atividades relacionadas com a beleza e o bem-estar, e das agências funerárias. Merecem também referência: Atividades de saúde humana e apoio social, onde se verifica uma clara preponderância da saúde humana em detrimento do apoio social,	X		**Quociente de Localização segundo o VAB (2010) – 1,02** **Quociente de Localização segundo o Pessoal ao Serviço (2010) – 1,01** (Contas Regionais, INE) **Atividades de organizações associativas e recreativas, as reparações de bens de uso pessoal (computadores, eletrodomésticos, calçado, mobiliário, entre outros), assim como as atividades**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			representando 92% e 8% do total. Os segmentos dedicados aos veículos automóveis e motociclos representava e comércio por grosso de produtos alimentares e bebidas			**relacionadas com a beleza e o bem-estar, e das agências funerárias – representam 20% do VAB regional neste segmento.** **Atividades de saúde humana e apoio social, onde se verifica uma clara preponderância da saúde humana - 4% do VAB global** **Veículos automóveis e motociclos representava e comércio por grosso de produtos alimentares e bebidas,em 2011, representavam cada um cerca de 18% do VAB regional do setor.**
		Dinâmica empresarial	A baixa densidade do tecido empresarial, que acompanha a baixa densidade populacional, coloca à Região uma questão de dimensão/escala e de reduzida textura do tecido empresarial que constitui um constrangimento relevante ao seu desempenho económico. Empresas de maior dimensão localizam-se na Lezíria do Tejo 2007-2010: Volume de negócios médio gerado regista quebras. Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo apresentam valores próximos da média nacional. Produtividade - evolução positiva – em especial Baixo Alentejo Evolução negativa na taxa de natalidade das empresas, assim como indicador de sobrevivência das empresas **Comércio Internacional** – desempenho estável e saldo de comércio favorável face média nacional. Evidencia intensidade exportadora, nomeadamente da sub-região Alentejo Litoral, posição ainda reforçada peça análise da taxa de cobertura das importações pelas exportações, com importantíssimos desempenhos: Baixo Alentejo (indústria extrativa),	**X**		**As empresas da região representam 7% do tecido empresarial nacional. 99,9% são PME (97% microempresas e 3% pequenas)** **Médias empresas (2010) – 252** **Empresas grande dimensão (2010) - 28** **Volume de negócios (2010) 186 mil euros** **Produtividade aparente do trabalho – 19,5 mil euros.** **Taxa de Natalidade das empresas (2010) – 11%** **Índice de sobrevivência das empresas (a 2 anos) – 50,4%** **Painel de indicadores relevantes – Emprego/Empresas (INE)**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Alentejo Central (indústria transformadora, designadamente da fabricação de equipamento elétrico e de equipamento informático, para comunicações e produtos eletrónicos) e Alentejo Litoral (indústrias químicas). O perfil exportador da Região assenta fortemente nas atividades de valorização da exploração dos seus recursos naturais e os principais produtos exportados (minerais, produtos agro-pecuários e das indústrias alimentares, ou ainda das indústrias químicas) Intenso relacionamento intracomunitário Comércio extracomunitário- evidenciam-se México, China, Angola, Brasil e Estados Unidos – pouco significativos. O papel importante da Argélia no volume de importações regionais.			**Intensidade Exportadora Alentejo– 21%** **Intensidade Exportadora Alentejo Litoral – 37%** **Taxa de cobertura das importações pelas exportações Alentejo – 117%** **Comércio internacional por tipologia de mercadorias, segundo a seção da Nomenclatura combinada (2011): Produtos Minerais – 22%; Produtos das Indústrias Químicas – 15%, Plástico e Borracha – 14%,…** (Anuário Estatístico) **Mercado intracomunitário: 78% importações e exportações regionais, das quais: 56% das exportações são para Espanha, França, Países Baixos e Alemanha), que são responsáveis por 68% das importações regionais**
	Acessibilidades e conetividade	**Corredores de transportes e polaridades regionais**	Inserção inter-regional: o Alentejo tem um posicionamento de charneira e de grande proximidade ao Arco Metropolitano de Lisboa e ao Arco Metropolitano do Algarve. Ao nível transfronteiriço existe um forte relacionamento com as regiões da Extremadura e da Andaluzia, com especial destaque para a atratividade e polarização exercida por Badajoz. As limitações existentes nas acessibilidades rodoviárias (rede nacional e municipal) constrangem uma eficaz articulação do sistema urbano regional e uma mais intensa integração económica e territorial: Atrasos significativos na concretização de alguns troços da rede viária fundamental (IP) e complementar (IC e Estradas Nacionais) previstos na rede estabelecida pelo PRN2000; Degradação do serviço de transporte coletivo prestado aos centros urbanos de pequena dimensão mais afastados dos eixos viários principais;		**X**	

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Ausência de contributos das intervenções mais recentes na vertente qualificação e inovação dos serviços de transporte e para a articulação dos modos de transporte; Perda de competitividade do modo ferroviário relativamente ao modo rodoviário. A realidade demográfica e o sistema de povoamento da Região justificam, por outro lado, uma abordagem específica da problemática da mobilidade em áreas de baixa densidade populacional, sendo premente a materialização de soluções inovadoras e flexíveis assentes em parcerias diferenciadas, as quais deverão ser ajustadas a cada situação concreta. É necessário fornecer soluções conjuntas de transporte local para as áreas rurais, fazendo um melhor uso da articulação entre automóveis, autocarros, comboios e outras modalidades de transporte em proveito das comunidades locais.			
		Logística e Áreas de Acolhimento Empresarial	Destacam-se: Deficientes acessibilidades na ligação do Porto de Sines a Espanha (fruto da não concretização do IC33, do IP8 e da ligação ferroviária a Espanha); Dificuldades de consolidação do Aeroporto de Beja; Desarticulação entre Portugal e Espanha quanto a normativos e procedimentos aplicáveis aos operadores ferroviários de transporte de mercadorias. O crescimento do Terminal de Contentores de Sines apresenta uma taxa de crescimento média anual de 52% desde a sua entrada em funcionamento. – o que obrigará a investimentos ao nível das infraestruturas de proteção marítima. O Porto localiza-se numa plataforma industrial, onde se incluem algumas das maiores empresas nacionais, sendo que a fragilidade do tecido empresarial do resto da região são constrangimentos a um rápido		**X**	O INALENTEJO integrou nos seus objetivos Reforçar a Rede Regional de Parques Empresariais, um objetivo concretizado pela Área de Intervenção relativa ao Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE), através da criação de novas infraestruturas, da qualificação das AAE e da sua gestão, nomeadamente, através de partilha de serviços prestados e da coerência da rede regional de infraestruturas de acolhimento empresarial. Até 30/06/2012, o Programa tinha apoiado 21 projetos, totalizando um volume de investimento elegível de 23,5 milhões de euros, em projetos com uma dimensão média de investimento de cerca de 1,2 milhões de euros, correspondendo a importantes intervenções físicas com impactos potenciais relevantes na organização territorial da Região e dos aglomerados onde são implantados. Distribuição do número de projetos e investimento aprovado em Parques Empresariais, por nível hierárquico

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			desenvolvimento da plataforma industrial e portuária de Sines			dos Centros Urbanos (30/06/2012)
CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	Sistemas Ambientais e Energias Renováveis	Ambiente e biodiversidade regionais	Necessidade de desenvolver políticas para a gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, com atuação direta na implementação de uma gestão ambientalmente sustentável, incluindo na conservação associada ao espaço rural e na valorização das externalidades positivas criadas pelos sistemas agro-florestais, bem como na otimização do uso dos recursos com vista à durabilidade. Necessidade de ajustamento dos sistemas de uso do solo de forma sustentável e harmoniosa, em função dos grandes investimentos existentes ou programados (transportes e logística - viários, ferroviários, aeroportuários e portuários; agrícolas e agroindustriais - EFMA; e energéticos), tendo em conta o acolhimento das atividades complementares decorrentes. No quadro de constrangimentos da Região, um dos aspetos a considerar decorre deste seu património e resulta da fraca, ou mesmo nula, compensação pelas perdas de rendimento e serviços ambientais nas áreas Rede Natura 2000 e sistemas de elevado valor natural.		X	A agricultura e as florestas desempenham um papel importante na conservação dos solos e da biodiversidade e, ainda, na ótica dos impactes ambientais, um papel chave no ciclo do carbono e no controlo das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). A este papel, acresce o contributo fundamental destas atividades para a conservação e valorização paisagística dos espaços abertos e de outras amenidades rurais. Ao considerar cerca de 25% do território do Alentejo com potencial para integrar a rede europeia de conservação da natureza (Rede Natura 2000), esta Região ganha uma relevância nacional e internacional.
		Saneamento básico (água, esgotos e resíduos)	A Região Alentejo não apresenta constrangimentos estruturais relevantes ao nível do sistema de saneamento, como evidencia a boa cobertura de infraestruturas de saneamento básico. A qualidade da água é muito frequentemente inferior à exigível para as diversas utilizações.	X		Mais de 90% da população usufrui de sistemas de abastecimento de água, mais de 85% beneficia de sistemas de drenagem de águas residuais e mais de 75% da população é servida por Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), valores superiores próximos das metas definidas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013. Crescimento do peso da recolha dos resíduos sólidos urbanos
		Prevenção de riscos e proteção	À ausência de estratégia regional de gestão dos recursos hídricos, dispersão e multiplicidade de sistemas de abastecimento de água de pequena dimensão, perdas de água significativas nas redes de abastecimento humano e agrícola, pressões significativas nas águas		X	

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
		ambiental	subterrâneas e superficiais, acresce a variabilidade espacial, sazonal e inter-anual do regime de precipitação.			
		Riscos naturais e tecnológicos	A multiplicidade de riscos naturais e tecnológicos potenciais, de gravidade e extensão diferenciadas, com incidência no Alentejo e a insuficiente informação disponível, apontam para a necessidade de aprofundamento do conhecimento nesta temática e para o desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de informação e monitorização dos vários riscos, que permita a identificação de áreas críticas, o acompanhamento da sua dinâmica e o estabelecimento de bases de intervenção preventiva, adaptativa e reativa.	X		Evidenciam-se a intensificação dos fenómenos extremos (secas e cheias) e as alterações ao ciclo hidrológico, o risco de incêndio, o risco sísmico e o risco associado ao transporte de materiais perigosos, destacando-se a Região, a nível nacional, pela extensão e intensidade do risco de desertificação. 77% do território é suscetível à desertificação, sendo 60% muito suscetível. Problemas de erosão agravados devido a práticas agrícolas deficientes conjugadas com condições climáticas adversas. Áreas com maior risco de inundação: bacias do Sado, Guadiana e Mira. Elevada vulnerabilidade à contaminação de importantes reservas de água subterrânea
		Energia (eficiência energética e energias renováveis)	A utilização de Energias Renováveis, mais concretamente a instalação de centrais solares e eólicas no Baixo Alentejo, tem sido uma realidade, mas existe algum desconhecimento em relação ao potencial existente em cada Município, pelo que é urgente proceder ao Mapeamento do território, dotando os Municípios de um instrumento de planeamento que, conjuntamente, com os existentes poderá constituir a diferença, em termos de licenciamento e de agilização dos processos. Os setores residencial e de serviços são referidos como responsáveis por elevados consumos energéticos, pelo que urge intervenção rigorosa para a melhoria da eficiência energética Região com um potencial elevado no que respeita à utilização de fontes de energia renovável além das possibilidades relevantes de intervenção ao nível da eficiência energética (edifícios, empresas e indústria,			Sector doméstico – aumento gradual do consumo ao longo dos anos, período 2007-2010 aumentou cerca de 7%; Consumo doméstico por habitante (2011) foi superior em cerca de 6% ao nacional.

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			fundamentalmente a agroalimentar e a extrativa/mineira).			
	Território: sistema urbano e território de baixa densidade	**Sistema urbano, povoamento e suporte à coesão territorial**	Em contextos rurais ou de baixa densidade demográfica e económica, a estrutura urbana e o respetivo modo de funcionamento e organização, nomeadamente, no que se refere aos centros urbanos de média dimensão, emerge como fundamental para a sustentabilidade e o dinamismo económico. Na perspetiva do desenvolvimento territorial do Alentejo, esta tendência faz destacar o papel dos centros urbanos mais dinâmicos e com maior potencial, em termos sociais e económicos. Para além das cidades, também as grandes infraestruturas de localização e de conectividade internacional oferecem condições vantajosas para a promoção de dinâmicas de crescimento de base territorial.		**X**	
		Tipologia de centros urbanos	Consolidação do sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos definida pelo PROT Alentejo: **Centros Urbanos Regionais (CUR)** – definem-se pela concentração de população residente, pela importância da base económica e por um leque diversificado de equipamentos e serviços - Évora, Beja, Portalegre, Elvas/Campo Maior, Sines/Santiago de Cacém/Santo André e Santarém - função de ancoragem e afirmação regional. **Centros Urbanos Estruturantes (CUE)** – desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas - Ponte de Sôr, Nisa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Castro Verde, Aljustrel, Serpa, Moura, Odemira, Grândola e Alcácer do Sal devem desempenhar funções diversificadas. **Centros Urbanos Complementares (CUC)** - sedes de concelho, que revestem um papel fundamental para a sustentação dos Territórios de Baixa Densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais – devem apresentar um leque mínimo de serviços urbanos indispensáveis ao seu	**X**		Pilares do policentrismo regional são Santarém, Évora, Beja, Portalegre, Sines/Santiago do Cacém/Santo André e Elvas/Campo Maior: Évora - O potencial demográfico e económico, a importância da oferta formativa e de investigação e a concentração de atividades industriais e da logística fazem desta cidade um importante e dinâmico pólo regional. Beja – aposta no aeroporto fator de internacionalização e afirmação regional e o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva poderá afirmar a sua capacidade para ancorar serviços agrícolas, agroalimentares e de suporte ao turismo. Portalegre - centro urbano multifuncional e a porta do Parque Natural de S. Mamede, em articulação com Marvão. Conjuga artesanato e património com estrutura empresarial em renovação. Sines, Santiago do Cacém e Santo André - complexo

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			papel de suporte à coesão territorial. Os CUC do Alentejo histórico deverão ser considerados no âmbito das políticas para os Territórios de Baixa Densidade e os CUC da Lezíria do Tejo deverão ser considerados no quadro das regiões funcionais, com destaque para políticas de mobilidade.			industrial e portuário que projeta internacionalmente este "triângulo urbano". Elvas e Campo Maior - dinamismo demográfico e económico potenciado pela proximidade a Évora, ao eixo urbano-industrial de Estremoz/Borba/Vila Viçosa e à cidade de Badajoz. Santarém é um importante centro urbano regional e de dimensão relevante à escala nacional, polarizador de pessoas, comércio e serviços, empresas e emprego
		Subsistemas urbanos	O papel dos pequenos centros rurais mais frágeis deve ser reequacionado estrategicamente já que estes lugares perderam o seu papel na organização da produção agrícola e estão a procurar encontrar novas funções na área residencial e dos serviços, no quadro de uma nova economia rural que mantenha as comunidades locais e lhes garanta acesso equitativo aos serviços. Esta é a escala de intervenção em que se deve refletir acerca das soluções para discriminar positivamente as sedes de concelho localizadas nos Territórios de mais Baixa Densidade garantindo tanto condições de mobilidade, como equipamentos e serviços em que se destacam as oportunidades da economia social (fileira da saúde e do bem-estar) e do turismo e lazer em espaço rural/natureza. **Subsistema urbano do Litoral Alentejano** - entre Alcácer do Sal e Odemira, formando uma rede de centros urbanos ancorados em Sines - Santiago do Cacém – Santo André. Em termos regionais, a rede policêntrica de centros urbanos enquadra-se num espaço de relacionamento de geometria variável, a articular prioritariamente com a metrópole de Lisboa e secundariamente com Évora e Beja. Para o Algarve, esta área pode vir a representar um território de atratividade e de cooperação turístico-ambiental. Trata-se de uma estrutura urbana multifuncional, a potenciar e a valorizar, dada a vocação para a gestão e afirmação do potencial turístico-ambiental do litoral. **Subsistema urbano do Norte Alentejano** - Portalegre polariza o Norte Alentejano, Elvas e Campo Maior têm vindo a afirmar o seu posicionamento estratégico e transfronteiriço e Ponte de Sôr desenvolve uma dinâmica industrial (cortiça e aeronáutica) e um espaço de		**X**	

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			relacionamento privilegiado com o Vale do Tejo, nomeadamente com Abrantes. Esta polarização tripartida contribui para a coesão do sistema e garante a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços. As redes de relacionamento transfronteiriço acontecem com Cáceres-Mérida-Badajoz e a nível nacional com subsistemas urbanos do Médio Tejo e da Beira Interior. **Subsistema urbano do Alentejo Central** - forte amarração, estruturada por Évora mas também por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O Corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemoro-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz potencia a atratividade empresarial e residencial deste Eixo, proporcionada pelas infraestruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes ou a polarizar. Merece, ainda, referência o Eixo urbano-industrial de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, especializado no sector industrial dos mármores. A qualidade patrimonial e cultural de Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a qualidade da paisagem urbana desta sub-região. **Subsistema urbano do Baixo Alentejo** - A atratividade administrativa e do Aeroporto de Beja, o Eixo urbano-industrial de Castro Verde-Aljustrel, o elevado valor patrimonial de Beja, Mértola e Serpa, a polarização residencial, designadamente, de Serpa e Ferreira do Alentejo e a afirmação de Moura na estruturação urbana da Zona Envolvente de Alqueva, garantem uma sustentabilidade económica, social e cultural a este subsistema. É necessário incentivar as redes de complementaridade e concertação estratégica com o turismo do Algarve e do Alentejo Litoral. O Corredor Sines-Beja-Vila Verde Ficalho pode vir a constituir um potencial de desenvolvimento regional, ancorado na Plataforma Logístico-industrial de Sines e no Aeroporto de Beja. Beja, Mértola, Serpa, Moura e Barrancos posicionam-se como pólos de			

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			articulação transfronteiriça com a Andaluzia. **Subsistema urbano da Lezíria do Tejo** - evidencia maior capacidade de fixação e atração de residentes que as restantes NUTS III do Alentejo. Tem como elementos agregadores o Tejo, a A1 e a A13 e a Linha do Norte, com o Rio a transmitir uma paisagem singular, criando unidade e identidade a este Corredor, onde os níveis de acessibilidade e mobilidade são fortemente potenciadores da complementaridade urbana; a qualificação das zonas ribeirinhas e a valorização dos centros promovem a sociabilidade urbana e a qualidade urbanística num contexto rural singular.			
		Desenvolvimento rural e valorização de recursos endógenos em zonas de baixa densidade	Defender e potenciar os modelos multifuncionais do espaço rural, incluindo espaços em que as atividades produtivas mais determinantes da sua base económica estão direta ou subsidiariamente dependentes do uso do solo, nomeadamente atividade agrícola como elemento estruturante, mas também todas as outras a montante e jusante, que definem em conjunto a ocupação do território. Existe a necessidade de realização de ações de divulgação e comercialização dos ativos. È necessário garantir que o Alentejo tenha uma posição cimeira no setor da cortiça a nível mundial, suportada nas explorações do montado de sobro e azinho e nossos sistemas cerealíferos extensivos.	**X**		No Alentejo, os sistemas seguintes acautelam produções diferenciadas e funções determinantes para o sistema ecológico e a valorização do património biológico e paisagístico: (i) Olivais extensivos em solos calcários, com Denominação de Origem Controlada; (ii) Povoamentos de azinho e de sobro, explorados em sistema de montado, como suporte da produção pecuária em regime extensivo, onde se destacam o porco de raça alentejana em sistema de montanheira e a fileira da cortiça, bem como as zonas demarcadas de produção de presunto e os montados de sobro; (iii) Outros carvalhos - povoamentos de carvalho negral; (iv) Pastagens que suportam a produção de queijos e de carnes com zona demarcada; (v) Habitat do pinheiro manso; (vi) Produções específicas de pequena escala Eventos como as feiras temáticas, com a necessária modernização, constituem novas oportunidades para divulgação e comercialização Os sistemas culturais mediterrânicos ecologicamente equilibrados e que têm suporte na exploração do montado de sobro e azinho e nos sistemas cerealíferos extensivos (de grande valor patrimonial, paisagístico, económico e ambiental), garantem uma posição cimeira ao Alentejo no seio da produção mundial de cortiça. As condições edafo-climáticas regionais permitem a

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
						manutenção dos sistemas tradicionais de produção cerealífera e pecuária e adequam-se perfeitamente a produções mais competitivas e de grande interesse estratégico, como sejam a vinha e o olival, as quais sustentam uma importante parcela do valor gerado pela agricultura, contribuindo para a manutenção de elevados padrões de qualidade ambiental do espaço rural, sobretudo, como produtores de serviços ambientais
CRESCIMENTO INCLUSIVO	**Educação, Formação e emprego**	**Educação e abandono escolar**	Quando se compara os dados para 2003, 2007 e 2011, na Educação Pré-Escolar, no Ensino Básico, no Ensino Secundário e no Ensino Superior, verifica-se que a **evolução do número de alunos matriculados no Alentejo,** com exceção do Ensino Superior, revela tendências similares às que se verificam no País. Nos Ensinos Básico e Secundário assistiu-se a uma ligeira inflexão do número de alunos em 2007, que voltou a evoluir positivamente em 2011. A **taxa de retenção e desistência** no Ensino Básico regular registou, tanto no País como na Região, uma tendência acentuadamente decrescente sendo que no Alentejo, a partir de 2008, se verifica uma estabilização do fenómeno. Apenas o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo mantêm uma tendência contínua decrescente da taxa de retenção e abandono a partir de 2008, registando-se a mesma estável no Alentejo Central e com tendência crescente no Alto e Baixo Alentejo. A região apresenta **taxa de escolarização do Ensino Básico** superior à nacional, destacando-se o Alentejo Litoral com valores mais elevados. A taxa de escolarização do Ensino Secundário apresenta também valores superiores à média nacional.	**X**		Indicadores: **Alunos matriculados Ensino Secundário Alentejo (2011) – 20.736** **Alunos matriculados Ensino Superior Alentejo (2011) – 16.799** **Alunos matriculados na Educação Pré-escolar Alentejo (2011) – não referem valor.** **Alunos matriculados no Ensino Básico Alentejo (2011) – não referem valor.** **Peso dos alunos matriculados no Ensino Básico e Secundário, no Alentejo:** No ano letivo 2010/2011, os alunos matriculados na Região, no Ensino Básico e Secundário, representavam cerca de **6,5% do total nacional.** **Taxa de retenção e desistência Ensino Básico Alentejo (2011) -8,5%** **Abandono sem conclusão do Ensino Secundário (18-24 anos), Alentejo (2011): Taxa – 30,7%; Nº de alunos – 16.261** (INE) **Taxa de abandono Escolar Precoce (inclui**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			A análise das **taxas de transição no Ensino Secundário** permite constatar que o impacto prático da expansão da procura deste nível educativo é inferior ao que o crescimento das taxas de escolarização faria prever. Contudo, as **taxas de abandono escolar** apresentam valores superiores à média nacional. Ao nível da NUT III é no Alentejo Litoral que **a taxa de abandono do Ensino Secundário** (18-24 anos) assume valor mais elevado, enquanto que o Alentejo Central apresenta o valor mais baixo, próximo da média nacional. Em termos das políticas educativas, tem havido um esforço no sentido de melhorar a conclusão dos percursos escolares dos jovens, nomeadamente através da diversificação da oferta de **Cursos Profissionais** em todas as escolas da rede pública do Ensino Secundário Apesar da taxa de escolarização no Ensino Superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos) na Região acompanhar a evolução do País, os valores nacionais são substancialmente superiores Verifica-se um inflexão, desde 2008, na Região quando se analisa o número de diplomados do Ensino Superior por mil habitantes A **taxa de conclusão do Ensino Superior** na Região, grupo etário 30-34 anos é inferior à registada no país. O Alentejo Central apresenta a taxa mais elevada ao nível das NUT III e o Alentejo Litoral a mais baixa. A região evidencia grande apetência pela formação de professores apesar do excesso de docentes existentes e da trajetória de decréscimo da população em idade escolar. A certificação pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação			**Secundário), Alentejo (2011): 26,8%** (INE) **Taxa de escolarização no Ensino Superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos), Alentejo (2011) – 19,2%** **Taxa de participação em cursos profissionais (2010/11), Alentejo 27,5%** **Taxa de conclusão do Ensino Superior (grupo etário 30-34 anos), Alentejo (2011): 21,5%)** **Percentagem de população que frequentou o Ensino Superior sem conclusão, Alentejo (2011): 27,2%** **Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, Alentejo (2011) – 4.173** **Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos EFA, Alentejo (2011): 6.621** Os indicadores mencionados relativamente às NUT III não apresentam valores, excepto o indicador relativo ao abandono sem conclusão do Ensino Secundário (18-24 anos), 2011 **Taxa de abandono do Ensino Secundário (18-24 anos), Alentejo Litoral (2011): 32,9%** **Taxa de abandono do Ensino Secundário (18-24 anos), Alentejo Central (2011): 29,8%**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			de Competências e a participação em cursos EFAS, por indivíduos com 18 ou mais anos tem decrescido desde 2008. As mudanças no domínio da educação de adultos, na última década, estão longe de garantir alterações significativas nos padrões de qualificação escolar e profissional da população.			
		População Ativa	A taxa de atividade, até 2011, teve um acréscimo semelhante ao verificado no contexto nacional, para o qual contribuiu a maior participação da mulher no mercado de trabalho. Estrutura População. Segmento 15-44 representa uma menor proporção na população ativa total. A maior parte da população ativa alentejana tem como nível de instrução mais elevado o Ensino Básico. Estagnação de população ativa sem qualquer nível de instrução e quebra ligeira nos ativos com Ensino Superior.	X		**População ativa Alentejo – 6,8% da população ativa nacional** **Taxa de atividade, Alentejo (2011) – 47,6%** **População ativa, por grandes grupos etários em 2011 e nível de instrução em 2011 e 2012** – não discriminam valores.
		Emprego e desemprego	Apesar de ter **taxas de emprego** inferiores à média nacional, até 2011, a Região conseguiu manter uma evolução com alguma estabilidade. População empregada por profissões: acompanha tendência nacional de preponderância dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores. Elevada expressão de trabalhadores não qualificados. **Taxa de desemprego** – assiste-se a agravamento da situação Ativos com menos de 25 anos são o grupo etário mais afetado pelo desemprego, particularmente no Alto Alentejo e Baixo Alentejo. A Lezíria do Tejo é a sub-região menos afetada. Mais de nove em cada dez desempregados inscritos nos Centros de Emprego procuram novo emprego e um em cada três encontra-se inscrito há mais de um ano. O apoio à criação de emprego, surge por demais evidente a necessidade	X		**Taxa de emprego, Alentejo (1º trimestre 2013) – 45,9%** **População empregada, segundo profissão principal (1º trimestre 2013), Alentejo** **Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, Alentejo (1º trimestre 2013) – 18%;** **Trabalhadores não qualificados Alentejo (1º trimestre 2013) – 14,7%** **Especialistas das atividades intelectuais científicas, Alentejo (1º trimestre 2013) – 13,1%** **Taxa de desemprego, Alentejo (1º trimestre 2013) –**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			de, no contexto de crise que se prevê em prolongamento por toda a atual e parte da próxima década, apoiar de forma decidida a manutenção do emprego nas Regiões da Convergência, nomeadamente através, de apoios à vida económica e social do mundo rural e de prevenção contra os mecanismos de forte destruição do emprego ao nível das micro empresas familiares.			**18,5%** **Taxa de desemprego feminino, Alentejo (1º trimestre 2013) – 20%** **Nº desempregados inscritos Centros Emprego, Alentejo (Junho 2013) – 45.336** **Desempregados inscritos no s centros de emprego, por sexo, tipo e duração do desemprego (30/06/2013)** **NUTIII** **Desempregados inscritos nos Centros de Emprego (30/06/2013)** **Taxa de desemprego por idades e nível de ensino 2011-2013**
	Inclusão Social e Territorial	**Demografia Regional**	Constante decréscimo da população, contudo verificou-se um aumento do número de famílias, que levou a um crescimento de alojamentos. Assiste-se a um agravamento demográfico no Alentejo, que só não atinge a Lezíria do Tejo, que beneficia da proximidade à Área Metropolitana de Lisboa. As restantes regiões caraterizam-se por terem sofrido diminuições no seu efetivo populacional, em especial Alto e Baixo Alentejo. **Distribuição territorial** – a tendência regressiva da população do Alentejo tem sido acompanhada por um processo de concentração populacional, que se vem manifestando há algumas décadas. Esta estrutura de povoamento, que integra uma percentagem significativa de população isolada, cria constrangimentos em matéria de planeamento territorial, sobretudo na garantia de uma equidade territorial no acesso a bens, serviços e equipamentos, nomeadamente para a população mais fragilizada pela idade avançada.	**X**		**Censos da População, 2011** **População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios – variação 2001-2011** **População residente – 757.302 habitantes, decréscimo de 2.5%** **Nº famílias – 302.975 de 3,5%** **Alojamentos – 470.284 aumento de 10,1%** **Edifícios – 383.866, aumento de 8,8%** **População Residente, por dimensão de lugares (2011)** **População residente em lugares, Alentejo (2011) – 93,4%**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Estrutura etária da população - região mais envelhecida do País – envelhecimento base e topo da pirâmide. A demografia regional é um grande obstáculo ao desenvolvimento regional. **Principais implicações para o planeamento e programação:** - Desvitalização económica e social do espaço rural que se traduz no abandono, envelhecimento, desemprego e, implicitamente, na migração para espaços urbanos de pessoas e serviços; - Insuficiente massa critica ou deficiente aproveitamento da existente para intervenções de valorização territorial associadas, p.e., ao património cultural e ambiental como suporte da atratividade regional, designadamente a reabilitação dos centros históricos, a recuperação de elementos patrimoniais e atividades de animação cultural - Erosão do potencial de articulação do território com as regiões envolventes, apesar de facilitada pelo investimento na melhoria das condições de acessibilidade, mas que não teve efeitos significativos na dinamização da economia regional.			**Variação da população isolada - -33,5% (21.697 habitantes)** **População residente em lugares com menos de 500 habitantes, Alentejo (2011): 19% (142.054 habitantes)** **População residente em localidades com mais de 10.000 habitantes – 22,8%** **População residente em lugares com mais de 25.000 habitantes - 9,3%** **Pirâmide etária Alentejo, 1950-2011** **NUT III** **Evolução população residente – variação 2001-2011** **Alto Alentejo - -6.8%** **Baixo Alentejo - 6.2%** **Alentejo Litoral - -2.1%** **Alentejo Central - -3,9%**
		Cultura	A oferta em equipamentos de cultura no Alentejo é favorável, sobretudo, se atender ao número destas infraestruturas e à respetiva distribuição, mais ou menos equilibrada, pelo território. No entanto é evidente baixa capacidade dos recintos de espetáculos, particularmente no Alto Alentejo e Alentejo Central. Baixa frequência regional no cinema (exceto Lezíria do Tejo) e elevada frequência em espetáculos ao vivo (destaque Alentejo Litoral) O nível de investimento regional em atividades culturais, em particular, no âmbito municipal, configura um esforço significativamente superior àquele que é despendido no âmbito nacional, particularmente no Alto Alentejo, no	**X**		Despesas municipais em atividades culturais e desporto, Alentejo (2011) (Anuários Estatísticos INE): Atividades culturais e de desporto, por habitante; Alentejo (2011): 104,4 Cultura e desporto no total de despesas municipais, Alentejo (2011): 10 **Por NUT III:**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Baixo Alentejo e no Alentejo Central.			**Despesas municipais em atividades culturais e desporto (2011):** **Atividades culturais e de desporto, por habitante; (2011):** **Cultura e desporto no total de despesas municipais, (2011):**
		Saúde	Continua a conjugar-se uma situação de menor dotação de recursos físicos e de pessoal de saúde, que se traduz em indicadores de saúde inferiores à média nacional pelo que persistem alguns problemas que justificam um conjunto de intervenções, nomeadamente ao nível da situação sanitária e dos recursos disponibilizados para a Região, mais consentâneas com a procura dos serviços e cuidados de saúde e visando a melhoria dos níveis de saúde da população. A dotação de camas hospitalares existentes no Alentejo, por 1000 habitantes, é inferior à média nacional, assim como o número de enfermeiros e médicos por habitante.			**Indicadores de Saúde** (Anuários Estatísticos INE) **Centros de Saúde, Alentejo (2011) – 59** **Centros de Saúde com internamento, Alentejo (2011) - 0** **Camas dos hospitais, por 1000 habitantes, Alentejo (2011) 2,2** **Consultas médicas nos estabelecimentos de saúde, por habitante, Alentejo (2011) – 4,6** **Enfermeiros, por 1000 hab, Alentejo (2011) – 5,1** **Médicos, por 1000 hab, Alentejo (2011) – 2,2** **Médicos especialistas, por 1000 hab, Alentejo (2011) – 1,4** **Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, Alentejo (2011) 4,5 por mil** **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal 3,3%**
		Inclusão Social	A população idosa e reformada tem vindo a aumentar de forma rápida, influenciada também pelo decréscimo da população – o Índice de Dependência dos Idosos é claramente superior à média nacional.	**X**		**Índice de Dependência dos Idosos no Alentejo 41,1%** **Incidência de trabalhadores a receber RMMG, por região (NUT II) do estabelecimento, Alentejo (2010) -**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			Coesão Social: A população residente no Alentejo tem níveis de rendimentos inferiores, quer ao nível população ativa como de pensionistas. Num contexto regional de forte dependência dos rendimentos salariais, uma conjuntura prolongada de redução real e nominal dos salários induz níveis acrescidos de vulnerabilidade que torna indispensáveis atuações decididas de relançamento económico. O rendimento líquido dos agregados familiares alentejanos, apresenta valores consideravelmente inferiores à média nacional, discriminação que se verifica em particular nos trabalhadores por conta de outrem. Alentejo Litoral – valores de ganhos médios acima da média nacional Alto Alentejo – menores níveis de rendimentos			**15,4%** (GT MSSS) **Rendimento líquido anual, por agregado e tipo de rendimento, Alentejo (2009)** **População em idade inativa, Alentejo (2011) – 62,2%** (INE)
		Equipamento e respostas sociais	Taxas de cobertura de creches assumem maior relevância nas NUTIII com taxas de envelhecimento elevadas; Taxas de cobertura dos centros de dia e do serviço de apoio domiciliário aproximam-se dos valores dos Lares de Idosos; Diversidades de investimentos em medidas complementares e coordenadas para a prestação de cuidados integrados e apoio à população idosa, baseados em articulações interinstitucionais, nomeadamente entre as áreas da Saúde e Segurança Social Registam-se cada vez mais situações de vulnerabilidade social devido ao aumento dos desempregados e do aumento do envelhecimento, associado a fenómenos de isolamento social e de pobreza, no entanto o quantitativo de indivíduos e famílias apoiadas pelo RSI, tem decrescido. Persistem assimetrias regionais na cobertura por equipamentos sociais havendo ainda algumas áreas funcionais (nomeadamente, nas áreas da deficiência e da dependência) em que se justificam alguns ajustamentos e	**X**		**Taxas de cobertura – Equipamentos de Segurança Social, Alentejo** (Carta Social, GEP/MSS, 2010): **Creche – 29**; **Centro de Atividades Ocupacionais 1,2**; **Lar Residencial 1,3**; **Centro de Dia 5,8**; **Lar de Idosos – 7,8**; **Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos) 7,8** **Painel síntese de indicadores relevantes – Inclusão e Respostas Sociais** (INE e GEP-MSSS) **Pensionistas da segurança social, por 1000 habitantes em idade ativa (%0), Alentejo (2011) – 420,6** **Ganho médio mensal (€) – 921,1** **Valor médio das pensões da segurança social (€/nº) – 4187,0** **Beneficiários do RSI, SS, por 1000hab em idade ativa (%0) – 50,2**

PRIORIDADES EUROPA 2020	DOMÍNIO PRIORITÁRIO REGIONAL	ÁREA DE INTERVEN-ÇÃO	DIAGNÓSTICO REGIONAL	FUNDAMENTAÇÃO		
				S	N	JUSTIFICAÇÃO
			complementos de rede. Nas áreas da inclusão social, em particular na gestão de equipamentos e serviços, existe necessidade de capacitação institucional devido a défices de capacidade e formação.			**Rendimento líquido anual, por agregado (total) – 20.643** **Rendimento líquido anual do trabalho, por agregado – 9.399** **Rendimento líquido anual pensões, por agregado 4.866** **Valor médio das prestações famílias com processamento de RSI (2012) - 236,8** **Valor médio das prestações de indivíduos com processamento de RSI (2012) – 83,5** **Taxas de cobertura equipamentos de SS – 2010 (creche) – 25,3** **Taxas de cobertura equipamentos SS – 2010 (lar de idosos) – 6,9** **Por NUT III:** **Taxas de cobertura – Equipamentos de Segurança Social** (Carta Social, GEP/MSS, 2010)

ANEXO Nº 5 - COERÊNCIA COM ACORDO DE PARCERIA E ESTRATÉGIA 2020

Considerando que as metas da EE 2020 são as seguintes:
1. Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos
2. Investir pelo menos 3% do PIB da EU em I&D
3. Cumprir os objetivos em matéria de clima/energia 20/20/20
4. Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma de ensino superior
5. Tirar 200 milhões de pessoas da pobreza

O quadro seguinte sintetiza a relação existente entre os objetivos específicos, o acordo de parceria e as metas Europa 2020.

Quadro n.º 32 - Objetivos específicos do PO e correspondência com o Acordo de Parceria e Estratégia Europa 2020

PI	Objetivos Específicos	Correspondência com o AP	Correspondência com a EE 2020
1.1	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	X	2
1.1	Reforçar a inserção daas infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	X	2
1.1	Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	X	1 e 2
1.2	Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação	X	2
1.2	Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização)	X	2
1.2	Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	X	2
2.3	Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos e melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública	X	
3.1	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	X	1
3.2	Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	X	1
3.3	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	X	1

PI	Objetivos Específicos	Correspondência com o AP	Correspondência com a EE 2020
4.2	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos.	X	3
4.3	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração local, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos		3
4.3	Aumento da eficiência energética no setor da habitação social	X	3
4.5	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético.	X	3
6.3	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	X	1
6.5	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo.	X	
6.5	Recuperar passivos ambientais localizados em antigas unidades industriais, mitigando os seus efeitos sobre o ambiente	X	
8.1	Reforçar as competências de I&D&I e a valorização internacional das empresas, através da mobilidade geográfica	X	1
8.1	Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	X	1
8.3	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social	X	1
8.5	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança	X	
8.5	Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I	X	

PI	Objetivos Específicos	Correspondência com o AP	Correspondência com a EE 2020
8.8	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social	X	1
8.9	Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	X	1
9.1	Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	X	5
9.1	Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	X	5
9.1	Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	X	5
9.6	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	X	1
9.7	Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas de apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	X	5
9.8	Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	X	5
10.1	Melhorar o sucesso escolar no ensino básico	X	4
10.1	Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário, nomeadamente através de: (i) apoio na transição para a vida ativa de alunos com necessidades educativas especiais; (ii) adaptação de materiais pedagógicos dirigidos a alunos com necessidades educativas especiais; e (iii) aumento da cobertura do ensino pré-escolar nos territórios deficitários	X	4
10.1		X	4
10.2	Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos de curto e da licenciatura	X	4
10.2	Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	X	4 e 2

PI	Objetivos Específicos	Correspondência com o AP	Correspondência com a EE 2020
10.4	Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós-secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa		4
10.5	Dotar as redes de educação pré-escolar e de ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem, colmatando situações deficitárias no território	X	4
11.1	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	X	
11.2	Reforçar a capacidade de atires e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	X	

ANEXO Nº 6 – COERÊNCIA INTERNA (EP)

Quadro n.º 33 - Matriz de apresentação das sinergias entre objetivos

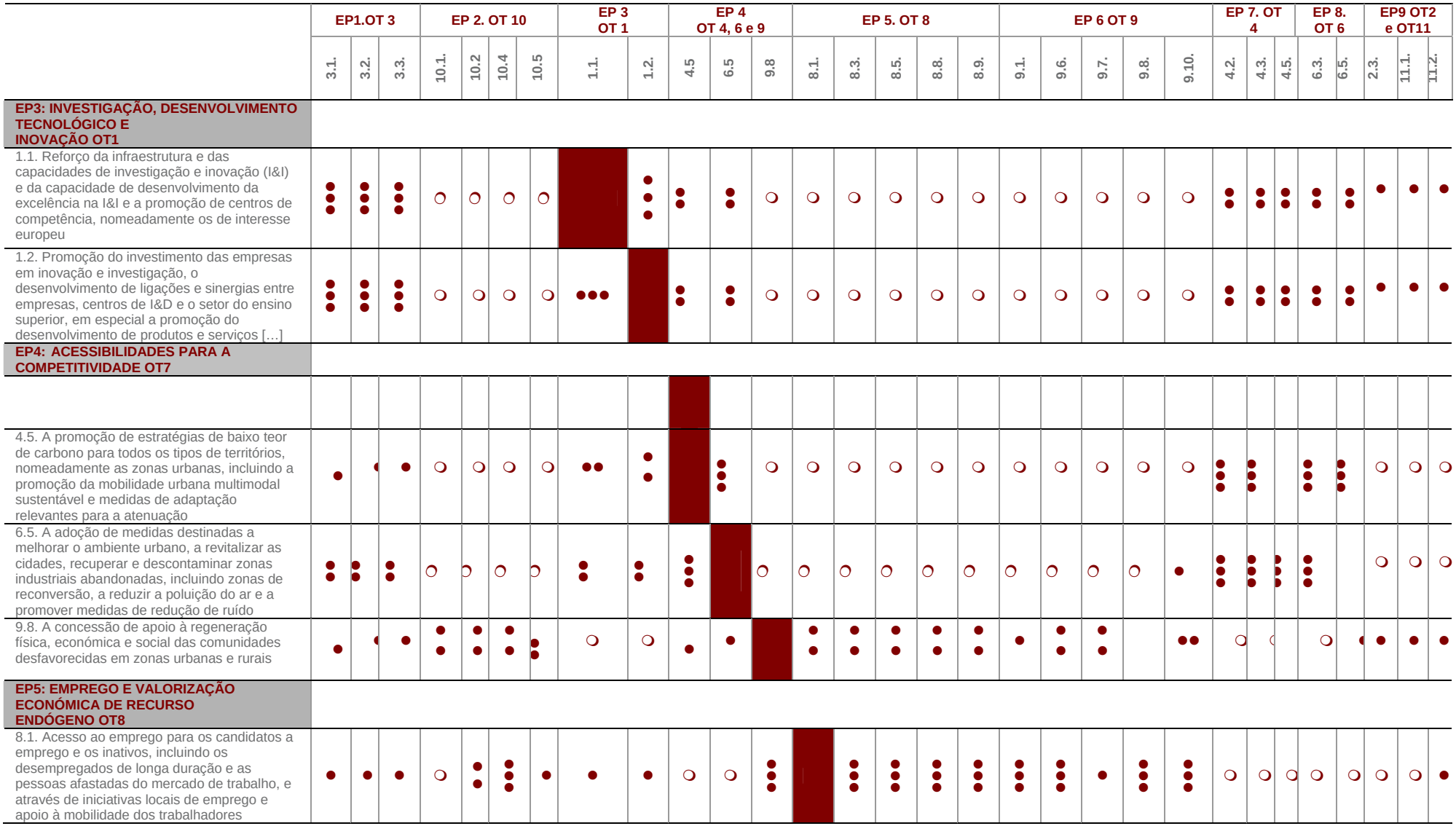
EIXO PRIORITÁRIO	**EP1.** COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME	**EP2.** ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	**EP3.** INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	**EP4.** DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	**EP5.** EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ENDÓGENOS	**EP6.** COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO	**EP7.** EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE	**EP8.** AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	**EP9.** CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
EP1		□□	□□□	□	□□	□	□□	□	□
EP2	□□		□□□	□	□□	□□			
EP3	□□□	□		□□	◘	◘	□□	□□	□
EP4	□□□	◘	□		◘	◘	□□	□	□
EP5	□□□	□□	□	□□		□	◘	□□□	□□
EP6	◘	◘	◘	◘	□□		◘	□	□
EP7	□□	◘	□□	□	◘	◘		□□	□
EP8	□□	◘	□	□□	◘	◘	□□□		□
EP9	□	□	◘	□	□□	□□	◘	□	

Sem influência	Influência reduzida	Influência moderada	Influência forte
□	◘	□□	□□□

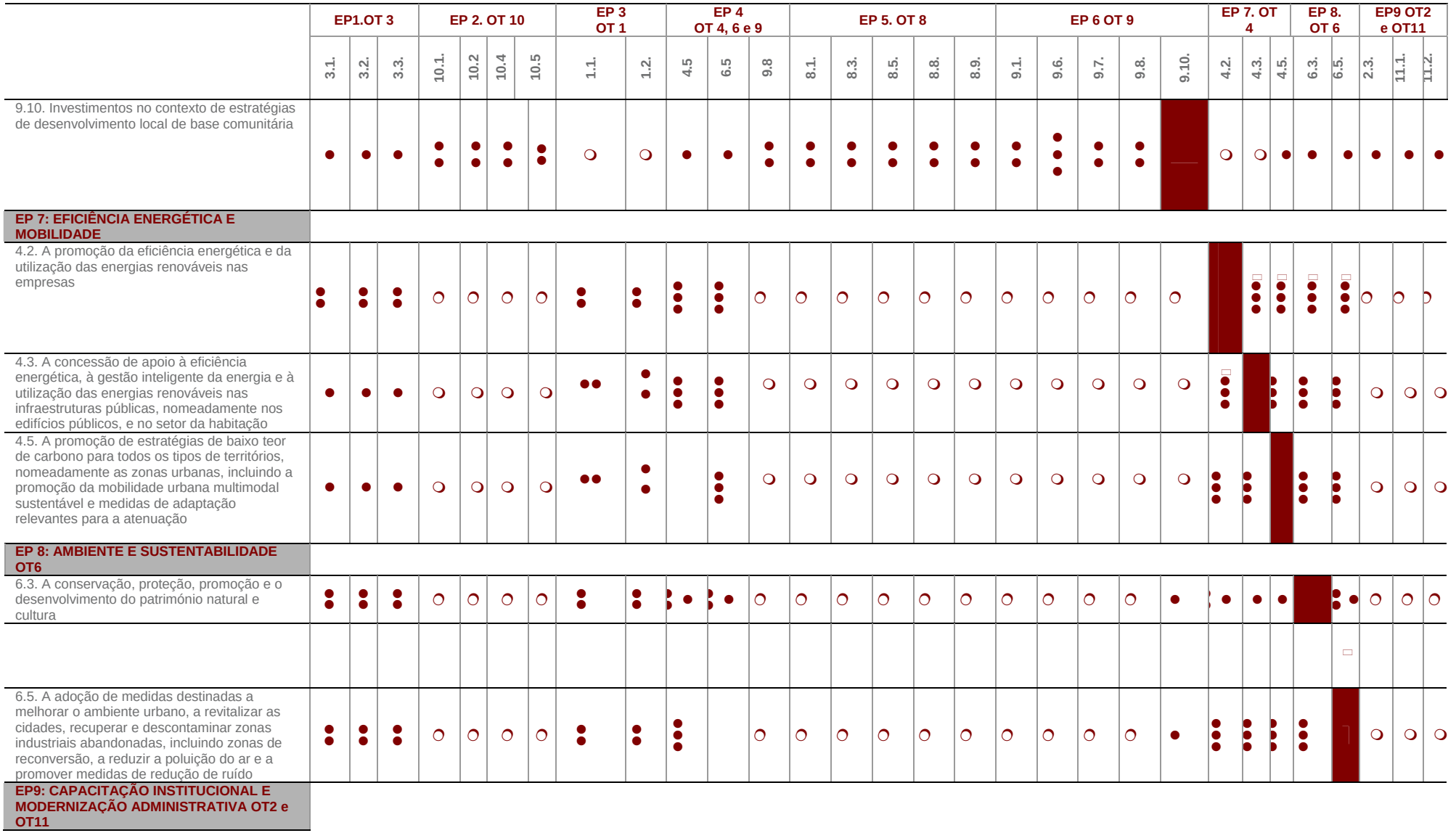
ANEXO Nº 7 – COERÊNCIA INTERNA (PI)

Quadro n.º 34 – Matriz de sinergia entre objetivos por prioridade de investimento

	EP1.OT 3			EP 2. OT 10				EP 3 OT 1		EP 4 OT 4, 6 e 9			EP 5. OT 8					EP 6 OT 9					EP 7. OT 4			EP 8. OT 6		EP9 OT2 e OT11		
	3.1.	3.2.	3.3.	10.1.	10.2	10.4	10.5	1.1.	1.2.	4.5	6.5	9.8	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.8.	9.10.	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1.	11.2.
EP1. COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME OT3																														
3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas		●● ●●	●● ●●	●	●	●● ●●	●	●● ●●	●● ●●	●	●● ●●	●	●	●● ●●	●	●● ●●	●	●	●	●	●	●	●● ●●	●	●	●● ●●	●● ●●	○	○	○
3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	●● ●●		●● ●●	○	●	●● ●●	●	●● ●●	●● ●●	●	●● ●●	●	●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●	●	●	●	●	●	●● ●●	●	●	●● ●●	●● ●●	○	○	○
3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	●● ●●	●● ●●		○	○	●● ●●	●	●● ●●	●● ●●	●	●● ●●	●	●	●● ●●	●	●● ●●	●	●	●	●	●	●	●● ●●	●	●	●● ●●	●● ●●	○	○	○
EP 2: ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO OT 10																														
10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	●●	●●	●●		●● ●●	●● ●●	●● ●●	●	●	○	○	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○	○	●	●	●
10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●		●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	○	○	●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●	●	●	●● ●●	○	○	○	○	○	○	○	●
10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade […]	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●●	●● ●●		●● ●●	●●	●● ●●	○	○	●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●●	●	●	●	●●	○	○	○	○	○	○	○	●
10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	●● ●●	●● ●●	●● ●●	●	●● ●●	●● ●●		●●	●● ●●	○	○	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○


EP1.OT 3
EP 2. OT 10
EP 3 OT 1
EP 4 OT 4, 6 e 9
EP 5. OT 8
EP 6 OT 9
EP 7. OT 4
EP 8. OT 6
EP9 OT2 e OT11
3.1.
3.2.
3.3.
10.1.
10.2
10.4
10.5
1.1.
1.2.
4.5
6.5
9.8
8.1.
8.3.
8.5.
8.8.
8.9.
9.1.
9.6.
9.7.
9.8.
9.10.
4.2.
4.3.
4.5.
6.3.
6.5.
2.3.
11.1.
11.2.
EP3: INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO OT1
1.1. Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu
1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços […]
EP4: ACESSIBILIDADES PARA A COMPETITIVIDADE OT7
4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais
EP5: EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSO ENDÓGENO OT8
8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores

	EP1.OT 3			EP 2. OT 10				EP 3 OT 1		EP 4 OT 4, 6 e 9			EP 5. OT 8					EP 6 OT 9					EP 7. OT 4			EP 8. OT 6		EP9 OT2 e OT11		
	3.1.	3.2.	3.3.	10.1.	10.2	10.4	10.5	1.1.	1.2.	4.5	6.5	9.8	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.8.	9.10.	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1.	11.2.
8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	●●	●●	●●	○	●●	●●	●	●●	●●	○	○	●●	●●		●●	●●	●●	●●	●●	●	●●	●●	○	○	○	○	○	○	○	●
8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	●●	●●	●●	○	●●	●●	●	●	●	○	○	●	●●	●●		●●	●●	●●	●	●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○
8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	●●	●●	●●	○	●●	●●	●	●●	●●	○	○	●	●●	●●	●●		●●	●●	●	●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○
8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	●●	●●	●●	○	●	●	●	●	●	●●	●	●●	●●	●●	●●	●●		●●	●●	●	●●	●●	●●	●●	●●	●	●	●	●	●
EP 6: COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO OT9																														
9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	●	●	●	○	●	●●	○	○	○	○	○	●●	●●	●●	●●	●●	●●		●●	●●	●●	●●	○	○	○	○	○	○	○	●
9.6. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	●	●	●	○	○	●	○	○	○	○	○	●●	●●	●●	●●	●●	●●	●●		●●	●●	●●	○	○	○	○	○	●	●	●
9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	●	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	●●	○	○	○	○	●	●	●●		●●	●●	○	○	○	●	○	●	●	●
9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	●	●	●	●●	●●	●●	●●	○	○	●	●		●●	●●	●●	●●	●●	●	●●	●●		●●	○	○	●	○	●	●	●	●


EP1.OT 3
EP 2. OT 10
EP 3 OT 1
EP 4 OT 4, 6 e 9
EP 5. OT 8
EP 6 OT 9
EP 7. OT 4
EP 8. OT 6
EP9 OT2 e OT11
3.1.
3.2.
3.3.
10.1.
10.2
10.4
10.5
1.1.
1.2.
4.5
6.5
9.8
8.1.
8.3.
8.5.
8.8.
8.9.
9.1.
9.6.
9.7.
9.8.
9.10.
4.2.
4.3.
4.5.
6.3.
6.5.
2.3.
11.1.
11.2.
9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária
EP 7: EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE
4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas
4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação
4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
EP 8: AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE OT6
6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultura
6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
EP9: CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA OT2 e OT11

	EP1.OT 3			EP 2. OT 10				EP 3 OT 1		EP 4 OT 4, 6 e 9			EP 5. OT 8					EP 6 OT 9					EP 7. OT 4			EP 8. OT 6		EP9 OT2 e OT11		
	3.1.	3.2.	3.3.	10.1.	10.2	10.4	10.5	1.1.	1.2.	4.5	6.5	9.8	8.1.	8.3.	8.5.	8.8.	8.9.	9.1.	9.6.	9.7.	9.8.	9.10.	4.2.	4.3.	4.5.	6.3.	6.5.	2.3.	11.1.	11.2.
2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	○	○	○	●	○	○	○	●	●	○	○	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●	●●●	●●●	○	○	○	○	○		●●●	●●●
11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	○	○	○	●	○	○	○	●	●	○	○	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●	●●●	●●●	○	○	○	○	○	●●●		●●●
11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	○	○	○	●	○	○	○	●	●	○	○	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	●●●	○	○	○	○	○	●●●	●●●	

Sem influência	Influência reduzida	Influência moderada	Influência forte
○	●	●●	●●●

Desenvolvimentos em torno da matriz de sinergia entre objetivos por prioridade de investimento

A desagregação da matriz das sinergias entre os objetivos temáticos numa matriz de sinergias entre prioridades de investimento do Programa Operacional permite ver as relações e interações entre as mencionadas Prioridades de Investimento. De um modo geral, verifica-se uma articulação entre as sinergias existentes entre os Eixos Prioritários e as sinergias das Prioridades de Investimento existindo, no entanto, alguns casos particulares devido à especificidade de cada destas prioridades.

Podemos então retirar as seguintes conclusões:

Quadro n.º 35 – Justificação das sinergias identificadas

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
EP 1: **COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME** OT 3	3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	A prioridade de investimento apresenta uma sinergia forte, tal como seria natural com as outras prioridades de investimento do Eixo 1 e do Eixo 3, de acordo com os vetores da EEI – Alentejo que prevê a consolidação do SRTT em matéria de dinamização de projetos e massa crítica de iniciativa e de parcerias estratégicas para a rentabilização das infraestruturas existentes. Existe uma influência forte com as prioridades 8.3. e 8.8. prioridades que visam a concessão de apoios à criação de emprego e viveiros de empresas, iniciativas que poderão estar ligadas à inovação. Verifica-se uma ligação moderada com a PI 10.4, uma vez que as melhorias em termos de ensino poderão ter influência na competitividade e nas iniciativas a desenvolver. Com as prioridades 4.2, 6.3. e 6.5. existe também uma ligação moderada, pois uma melhor eficiência energética irá influenciar as iniciativas empresariais e a competitividade regional.
	3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Tem ligações fortes às outras prioridades de investimento do Eixo 1, na medida em que as suas ações são complementares e sendo desejável que os novos modelos empresariais para a internacionalização sejam modelos com valor acrescentado aliados a atividades de I&D. Existem relações moderadas com as prioridades 1.1. e 1.2. que se apresentam como elementos auxiliadores da PI, assim como à prioridade 10.4., pois uma formação melhor levará ao desenvolvimento de ideias mais robustas e prioridades 8.3., 8.5. e 8.8. que também poderão contribuir para o desenvolvimento de novos modelos para a internacionalização das PME através da criação de novas empresas e adaptação dos trabalhadores às mudanças. Por último, tem ainda ligações moderadas com as prioridades 4.2., 6.3. e 6.5., uma vez que quer a melhoria da eficiência energética, quer a conservação do património e a melhoria do ambiente urbano poderão contribuir para modelos de internacionalização.
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Apresenta sinergias fortes com as outras prioridades do Eixo 1 e prioridades 1.1. e 1.2., na medida em que são instrumentos de apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços. As relações moderadas apresentam-se com a prioridade 10.4., uma vez que a aquisição de competências é um fator fundamental para o desenvolvimento de produtos e serviços, assim como com as prioridades 8.3. e 8.8. que se destinam a apoiar novos projetos. E, por último, com as prioridades 4.2., 6.3. e 6.5. que dão contributos em matéria de eficiência energética e de tecnológicas com graus mais baixos de emissão de GEE.

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
EP 2: ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO OT 10	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Apresenta relações moderadas com as prioridades do Eixo 1, uma vez que uma redução do abandono escolar levará a uma população mais qualificada e preparada para processos de I&D, internacionalização e inovação empresarial.
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos	Relações fortes com Eixo 3 devido à importância do apoio ao ensino superior, nomeadamente a doutorados, e com as prioridades 8.1., 8.3. e 8.5. que propõem a criação de iniciativas locais de emprego e apoiam criação de empresas e de viveiros de empresas. Apresenta relações moderadas com as prioridades do Eixo 1 porque estas intervenções poderão produzir resultados ao nível das PME e promover emprego para licenciados, e com as prioridades 8.3., 8.9., 9.1. e 9.10. por serem intervenções ligadas à redução do abandono escolar e promoção da inclusão social.
	10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade […]	Apresenta uma forte ligação às prioridades do Eixo 1, na medida em que as intervenções propostas terão impactos nas empresas e, consequentemente, nos níveis de I&D e internacionalização. Tem igualmente uma sinergia forte com as prioridades do OT 8 (Eixo 5), pois tratam-se de intervenções ligadas à melhoria da empregabilidade, situação que se cruza com a melhoria do sistema de ensino e formação
	10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Esta prioridade de investimento apresenta uma relação moderada com as prioridades do OT3 e do OT1 em que uma melhor dotação em termos infraestruturas educativas e formativas terá influência ao nível da competitividade das PME.
EP3: **INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO** OT 1	1.1. O reforço da infraestrutura de I&I e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	Existe naturalmente uma sinergia forte com as prioridades do OT3 acima mencionadas. Espera-se ainda, que o apoio às infraestruturas de I&I permita obter resultados em matéria de redução de GEE, eficiência energética, sustentabilidade dos transportes, por isso a prioridade 1.1. apresenta ligações moderadas às prioridades 4.2., 4.3., 4.5., 6.3. e 6.5.

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior […]	O investimento em I&D&I levará idealmente a resultados de inovação empresarial. Tal como na prioridade anterior, a PI 1.2. apresenta ligações moderadas com as prioridades da OT4, OT6 e OT7.
EP4: **ACESSIBILIDADES PARA A COMPETITIVIDADE** OT 7	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Relações fortes com as prioridades do Eixo 8 pelas preocupações já elencadas de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética. Verifica-se também, pelos motivos anteriormente mencionados, uma relação moderada com prioridades do eixo 3.
	6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Assume apenas relações relevantes com as prioridades de investimentos do OT 4 em termos de eficiência energética, incentivo à utilização de energias renováveis e melhoria de consumos energéticos. Relação moderada com eixo 3, uma vez que o investimento em infraestruturas de I&D poderá potenciar a melhoria do ambiente urbano e de revitalização de cidades, mesmo em termos ambientais.
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	A prioridade assume ligações moderadas com as prioridades dos eixos 5 e 6, na medida em que a formação e a empregabilidade se assumem como fatores importantes para a regeneração das regiões desfavorecidas.
EP5: **EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSO ENDÓGENO** OT 8	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Sinergia forte com as prioridades do OT 9 ligadas à inclusão social e mitigação da pobreza, exceto 9.7., uma vez que se tratam de medidas de inserção de desempregados no mercado de trabalho. Apresenta também uma ligação forte à prioridade 10.4., dado que um ensino mais vocacionado para o mercado de trabalho levará a um melhor ajustamento entre as duas realidades.
	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	A qualificação dos trabalhadores assume uma importância clara no tecido empresarial, pelo que esta prioridade de investimento assume uma relação privilegiada com as prioridades de investimento do OT3. Assume também uma relação importante com as prioridades do Eixo 5, pois são consideradas intervenções que promovem o empreendedorismo. Pelo papel importante que iniciativas de apoio à criação de emprego desempenham na inclusão social verifica-se

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
		sinergia forte com as prioridades 9.1., 9.6., 9.8. e 9.10.
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Sinergia forte com as prioridades 10.2 e 10.4., uma vez que um sistema de ensino mais adaptado ao mercado de trabalho levará a uma melhor adaptação dos trabalhadores e das empresas à mudança. Apresenta relações moderadas com as prioridades do OT 3 uma vez que indivíduos mais predispostos e adaptados á mudança permitirão a construção de um tecido empresarial mais robusto.
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Interação forte com as prioridades 3.1., 3.2. e 3.3., o apoio ao empreendedorismo permitirá efeitos significativos na competitividade das PME. As sinergias existentes com as PI 10.2. e 10.4., uma vez que indivíduos com formação superior e mais adaptada ao mercado de trabalho terão um papel mais ativo no desenvolvimento de novas empresas e viveiros empresariais.
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	Esta prioridade inclui ações para visam a conclusão do EFMA, pelo que se consideram relações de sinergia máxima com as prioridades de investimento do Eixo 7 e do Eixo 1.
EP 6: **COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO** OT 9	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	A prioridade de investimento tem uma forte correlação com as prioridades do OT8, uma vez que o emprego e as medidas de promoção de emrpego são fatores fundamentais na inclusão social e mitigação de situações de pobreza.
	9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	A prioridade tem uma ligação significativa com as prioridades do eixo 5, dado que a empregabilidade representa um fator central nas estratégias de desenvolvimento.
	9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base	Sinergias moderadas com as outras prioridades do Eixo 6, na medida em que investimentos nas infraestruturas de saúde podem ser uma importante base para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento de base local, levando à diminuição de desigualdades sociais existentes no território.

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	comunitária	
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	A prioridade assume ligações moderadas com as prioridades dos eixos 5 e 6, na medida em que a formação e a empregabilidade se assumem como fatores importantes para a regeneração das regiões desfavorecidas.
	9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	À semelhança das prioridades anteriores, esta prioridade tem uma relação moderada com as prioridades dos eixos 5 e 6, assumindo a educação/formação e a empregabilidade um papel central nas estratégias desenvolvimento local.
EP 7: **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE** OT 4	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	A prioridade de investimento assume sinergias fortes com o eixo 8, uma vez que concretiza investimento que levam à sustentabilidade ambiental e das empresas. Simultaneamente, apresenta relações moderadas com as prioridades dos Eixo 1 e 3, visto que uma melhoria em termos energéticos desencadeará ganhos em termos de competitividade e I&D:
	4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	Similarmente à PI anterior evidencia-se a forte sinergia com as prioridades do eixo 8 devido às preocupações com a sustentabilidade ambiental e eficiência energética
	4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Relações fortes com as prioridades do Eixo 8 pelas preocupações já elencadas de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética. Verifica-se também, pelos motivos anteriormente mencionados, uma relação moderada com prioridades do eixo 3.
EP 8: **AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE** OT 6	6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultura	Sinergias fortes com o Eixo 1 da competitividade que se prende com os objetivos específicos ligados ao património natural, com ênfase no turismo, assegurando que este setor não fica esquecido na EEI – Alentejo. Apresenta igualmente ligações fortes ao Eixo 7, uma vez que ações de diminuição de GEE poderão conduzir a uma melhoria dos consumos de energia e proteção do ambiente através da utilização de energias renováveis.
	6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a	Assume apenas relações relevantes com as prioridades de investimentos do OT 4 em termos de eficiência energética, incentivo à utilização de energias renováveis e melhoria de consumos energéticos. Relação moderada com eixo 3, uma vez que o investimento em infraestruturas de I&D poderá potenciar a melhoria do ambiente urbano e de revitalização de cidades, mesmo em termos ambientais.

EIXO /OT	Prioridade de Investimento	Factores de justificação das sinergias identificadas
	reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	
EP9: **CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA** OT 2, OT 11	2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	Estabelece forte sinergia com as prioridades de investimentos ligadas à empregabilidade (Eixo 5) e inclusão social (Eixo 6). O reforço das TIC poderá permitir a criação de novos postos de trabalho relacionados com estes domínios e que permitirão a inclusão de info excluídos.
	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	Sinergia com os Eixos 5 e 6, pois a capacitação das instituições irá exercer um papel fundamental ao nível da inclusão social.
	11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Ligação forte aos eixos 5 e 6, a capacitação dos agentes que trabalham nas áreas da educação, aprendizagem ao longo da vida, formação, emprego e políticas sociais permitirá ajustamento das medidas de formação, empregabilidade que levam à inclusão social.

ANEXO Nº 8 – ELEMENTOS DE ENQUADRAMENTO DA RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 9

Questão 9 - As medidas propostas são as mais adequadas para alcance dos objetivos delineados ou haveria outras medidas cujas realizações e resultados conduziriam de forma mais eficaz ao alcance dos objetivos?

No quadro da "teoria de programação" que se pode construir para o POR Alentejo, há uma claríssima hierarquização de objetivos, que se consubstancia no seguinte: **a abordagem à Visão Estratégica (do Plano de Ação Regional) que suporta a programação é fundamentalmente tributária do contributo potencial do PO para estimular o aparecimento de uma base produtiva regional capaz de tirar partido da geoestratégia da Região e da sua diferenciação patrimonial, natural e ambiental em geral.** Nesse contributo, é crucial assegurar um papel proactivo ao Sistema Regional de Inovação e ao contributo que a investigação e desenvolvimento tecnológico pode assegurar. Trata-se assim de reorientar a base produtiva para a matriz diferenciadora da Região, aumentando a sua intensidade tecnológica e de conhecimento. [EP1 e EP3].

As **apostas complementares na qualificação do território** [EP 4; EP5, EP7; EP8] e na **qualificação inclusiva da população** [EP2, EP6] adquirem pleno significado quando articuladas com a centralidade que as Prioridades de Intervenção Regional *1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências, 2. Qualificação e Internacionalização de ativos do território – acessibilidades e infraestruturas económicas e 3. Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e a excelência ambiental da Região* assumem no quadro estratégico, e com o peso de financiamento que os EP1 e EP3 assumem na programação.

Esta articulação e convergência de efeitos é crucial para assegurar condições de inversão dos constrangimentos estruturais "recessão demográfica regional" e "desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e territórios de baixa densidade.

Esta questão de avaliação será, assim, abordada tendo em consideração este grau de hierarquia dos objetivos e alguns mecanismos implícitos de transmissão de efeitos, que relacionam as intervenções em concreto (os projetos, as operações) com esses objetivos (mesmo tendo em consideração que as Prioridades de Investimento adotadas dentro de cada Objetivo Temático resultaram de uma opção nacional generalizada a todos os PO Regionais e Temáticos). É ao nível destes mecanismos que se irá analisar se as opções de programação (tipologias de projetos) parecem ser as mais adequadas ou se seria possível invocar algumas alternativas eventualmente vantajosas. Estes mecanismos foram detalhados no ***Anexo 1*** deste relatório, sobre a teoria de programação do PO Alentejo.

Nas páginas seguintes sintetiza-se a informação sobre as tipologias de ações enquadráveis em cada um destes domínios, Eixos Prioritários e respetivas prioridades de investimento.

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
Competitividade: I&D, desenvolvimento tecnológico, inovação e internacionalização	EP1 Competitividade e internacionalização das PME (OT3)	3.1 Promoção do espírito empresarial …	▪ Apoio a **projetos de empreendedorismo qualificado e criativo** (incluindo instrumentos financeiros de capital de risco e que combinem financiamento com capacitação de gestão) ▪ Apoio a **iniciativas de deteção, estímulo e capacitação para o empreendedorismo**, incluindo o apoio a redes de suporte (incluindo tutoria/ *coaching* nos primeiros anos de vida) ▪ Apoio à **capacitação e consolidação das infraestruturas de incubação**
		3.2 Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME …	▪ Incentivos diretos a **projetos individuais promovidos por micro e pequenas empresas**: o que promovam a sua presença internacional o que visem o conhecimento, prospeção e acesso a mercados externos e a promoção empresarial o que visem a utilização das TIC e a economia digital • Apoio a **projetos e redes no âmbito coletivo, promovidos por entidades públicas ou privadas com competências específicas no domínio do desenvolvimento empresarial**, que visem o fomento da cooperação interempresarial envolvendo a recolha, partilha e difusão relevante
		3.3 Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços …	▪ Apoio a projetos de **investimento produtivo de natureza inovadora** por parte de PME ▪ Apoio a projetos de **qualificação das estratégias das PME** (moda e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação, eficiência energética, etc.) ▪ Apoio a projetos de **reforço das capacidades de organização e gestão das PME**, incluindo, em particular, o investimento em TIC ▪ Apoio a **ações coletivas de assistência empresarial**, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME ▪ Apoio à **procura de serviços tecnológicos por parte de PME**
	EP3 Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (OT1)	1.1 Reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) …	▪ Apoio a **projetos de I&D**, totalmente alinhados com os domínios e prioridades regionais da EREI, tendo como escrutínio a excelência e os resultados potenciais em termos de inovação ▪ Apoio à **participação em programas europeus de I&D**, incluindo ações de sensibilização e de informação, apoio à preparação de candidaturas, divulgação e disseminação de resultados de I&D ▪ Apoio a **atividades de transferência de novos conhecimentos e tecnologias para o tecido empresarial gerados no âmbito da I&D** ▪ Apoio a outras **ações de valorização económica dos resultados da investigação**, nomeadamente: patenteamento e licenciamento de propriedade industrial ou projetos semente
		1.2 Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação …	▪ Apoio a **projetos de I&D por parte empresas** ▪ Apoio à **criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas** ▪ Apoio à **participação das empresas em programas europeus de I&D** ▪ Apoio a **atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&D empresarial e/ou em contexto empresarial** (divulgação de resultados e boas práticas em termos de I&I empresarial, propriedade industrial, ações de validação pré-comercial de novos produtos ou processos, etc.) ▪ Apoio à **coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de âmbito regional** (ações de *clusterização*, ações visando a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia, atividades de colaboração internacional com outros Clusters e inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação) ▪ Apoios a **ações, de âmbito regional, de difusão das inovações no tecido económico**, ▪ Apoio a **projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME**, com investimento total igual ou inferior a 3 milhões de Euros, que se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação de valor acrescentado, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais ou, sendo investimento de natureza estruturante, quer pelo enquadramento estratégico (e.g. investimento âncora de clusters ou domínios da RIS 3), quer pela elevada mobilidade internacional ou de interesse estratégico, tenha claros efeitos de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional e impactes ao nível do emprego qualificado.

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
Qualificação do território		4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios	• Elaboração de **planos de mobilidade urbana** à escala municipal ou planos de mobilidade à escala intermunicipal ▪ **Ações que decorram dos planos de mobilidade** e que tenham impactes na eficiência do sistema de mobilidade e transportes (reduções de tempo de deslocação) e na redução de CO2 (transportes mais verdes) ▪ Ações que decorram dos planos de mobilidade e acessibilidade urbana que foram apoiados em anteriores períodos de programação e que tenham impactes na redução dos tempos de deslocação e na redução das emissões de CO2 ▪ **Soluções inovadoras e experimentais de transporte** adequadas à articulação entre aos territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo o apoio a soluções flexíveis de transporte.
		6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades …	• **Qualificação e reabilitação do espaço publico e do edificado integrado em áreas de regeneração e revitalização urbana** • **Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas** • **Qualificação do espaço público**, equipamentos e ambiente urbano, incluindo arranjos urbanísticos, áreas de recreio, lazer, cultura e desporto • **Desenvolvimento de soluções inovadoras** e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável; • **Reutilização, reurbanização e/ou reconversão de espaços industriais desativados** (funcional ou ambientalmente desadequados em meio urbano) no âmbito de operações integradas de regeneração e competitividade urbana direcionadas para o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo; ▪ Melhoria das **condições de acessibilidade ao nível das infraestruturas**, equipamentos e serviços.
		9.8. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	▪ **Requalificação sócio urbanística** de centros urbanos regionais e centros estruturantes ▪ **Requalificação do espaço e do edificado público**, equipamentos e ambiente urbano · ▪ **Refuncionalização de edifícios públicos abandonados**
	EP7 Eficiência energética e mobilidade (OT4)	4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas …	▪ **Medidas transversais associadas à atuação tecnológica sobre motores elétricos**, produção de calor e frio, iluminação e outras medidas para a eficiência energética do processo industrial ▪ Outras medidas específicas aplicadas aos processos produtivos, em particular na industrial ▪ Medidas específicas associadas ao setor dos serviços: equipamentos eficientes, iluminação isolamento e calor verde ▪ Realização de **auditorias energéticas** e apoio à elaboração dos Planos de Racionalização Energética de suporte a investimentos ▪ **Sistemas de monitorização de frotas** que possibilitam um maior conhecimento e monitorização dos consumos energéticos, cálculo das emissões de CO2 e promoção da eficiência energética ▪ Apoio a **tecnologias de produção de energia** de base renovável para autoconsumo, desde que integradas num projeto conjunto e não apresentadas de forma isolada
		4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas …	▪ Auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREN); ▪ Implementação de **energias renováveis em infraestruturas públicas** ▪ Promoção dos **contratos de gestão de eficiência energética em equipamentos públicos** (modelo ESCO), nomeadamente edifícios. ▪ **Difusão de boas práticas quanto ao desempenho energético -ambiental dos edifícios** (Guias de termos de referência,) ▪ Investimentos na melhoria da eficiência da iluminação pública ▪ Medidas integradas de promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis com vista à melhoria do desempenho energético dos edifícios e equipamentos públicos existentes
		4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios …	▪ Elaboração de **planos de mobilidade à escala** municipal na perspetiva da sustentabilidade; ▪ **Ações que decorram dos planos de mobilidade** e que tenham impactes na eficiência do sistema de mobilidade e transportes e na redução de CO2

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
	EP8 Ambiente e sustentabilidade (OT6)	6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural …	▪ **Estruturação de rotas e itinerários** para o aproveitamento das potencialidades associadas à fruição dos valores patrimoniais, conteúdos, informação, sinalização, valorização turística do destino Alentejo, que contribuam para qualificar os produtos turísticos e otimizar a estada turista ▪ **Capacitação dos agentes de gestão** de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens; ▪ Melhoria das condições de **acolhimento e de interpretação das áreas naturais** com interesse turístico ▪ **Implementação, manutenção e reabilitação de infraestruturas de interpretação ambiental de apoio** à atividade turística e de suporte às atividades de visitação, observação e usufruto ▪ **Valorização turísticas das albufeiras e cursos de água interiores**, suportados nos recursos do património natural e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, da Região ▪ Operações valorizadas da paisagem natural que criem **amenidades e serviços de apoio** ao turista e que revalorizem as dinâmicas de projetos já existentes ▪ Qualificação e promoção de **territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico** ▪ Cartas de desporto da natureza em **áreas classificadas** ▪ Conceção e implementação de um **sistema regional de monitorização da biodiversidade**
		6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades …	▪ Qualificação e reabilitação do espaço público e do edificado integrado em áreas de regeneração e revitalização urbana ▪ Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas ▪ **Qualificação do espaço público, equipamentos e ambiente urbano**, incluindo arranjos urbanísticos, áreas de recreio, lazer, cultura e desporto ▪ Desenvolvimento de **soluções inovadoras e de ações-piloto no âmbito** do desenvolvimento urbano sustentável ▪ Reutilização, reurbanização e/ou reconversão de **espaços industriais desativados no âmbito de operações integradas** de regeneração e competitividade urbana direcionadas para o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo ▪ Melhoria das condições de acessibilidade ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços
Qualificação inclusiva	EP2 Ensino e qualificação do capital humano (OT10)	10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade …	▪ Intervenções que favoreçam a **melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono**, designadamente por via do aumento da oferta de atividades de âmbito curricular visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais ▪ **Iniciativas específicas de âmbito local ou intermunicipal**, designadamente, no âmbito de projetos educativos municipais, que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo, com enfoque na inovação social ▪ Projetos relacionados com a **promoção da inclusão social** e **prevenção do abandono escolar**, designadamente, no âmbito de projetos educativos municipais, que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo, com enfoque na inovação social ▪ Projetos relacionados com a promoção da inclusão social e prevenção do abandono escolar, designadamente através do desporto escolar ▪ Projetos-piloto de **inovação no ensino** e projetos científicos nas escolas ▪ Projetos associados ao reforço de competências na área das **Tecnologias de Informação e Comunicação** ▪ Ações de informação, monitorização e avaliação relativas às medidas e aos **dispositivos de prevenção do abandono escolar** e de **promoção do sucesso educativo dos alunos**, tendo em vista a melhoria da qualidade, da eficiência e da eficácia dessas medidas e destes dispositivos ▪ Desenvolvimento de dispositivos de **ajustamento das ofertas e da reorganização da rede de entidades do sistema de educação/formação** ▪ Projetos orientados para o **desenvolvimento dos sistemas de regulação, avaliação e estruturação das ofertas formativas**, incluindo sistemas de certificação ▪ **Ação social escolar** ▪ **Planos de transição para a vida pós-escolar dos alunos** com necessidades educativas especiais ▪ **Programa de apoio às necessidades educativas especiais** ▪ Programa de **reforço da educação pré-escolar** ▪ **Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens**

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
		10.2 Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior …	▪ **Apoios a estudantes do ensino superior**, nomeadamente Bolsas de Mérito e de Mobilidade para alunos deslocados para instituições de ensino superior da região, designadamente carenciados ▪ **Cursos técnicos superiores profissionais** ▪ **Programas de Doutoramento e Pós-Doutoramento** no âmbito da Estratégia Regional de Especialização inteligente (RIS 3)
		10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho …	▪ **Cursos de Especialização Tecnológica** ▪ **Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens, incluindo o desenvolvimento de recursos didáticos e ações de apoio à utilização das TICE** ▪ **Desenvolvimento de sistemas de monitorização e avaliação da eficácia da utilização de recursos e da produção de resultados do sistema de educação e formação** ▪ **Projetos orientados para o desenvolvimento dos sistemas de regulação, avaliação e estruturação das ofertas formativas, incluindo sistemas de certificação**
		10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida …	▪ Rede de **equipamentos da educação pré-escolar** ▪ Apetrechamento das **redes do ensino básico, secundário e das infraestruturas de formação profissional** ▪ **Intervenções nas infraestruturas prioritárias das redes do ensino básico, secundário e dos instrumentos de formação profissional** e das infraestruturas de formação profissional ▪ **Adaptação de infraestruturas do ensino superior às funções educativas desempenhadas, nomeadamente a adaptação à formação dos cursos técnicos superiores profissionais**
	EP6 Coesão social e inclusão (OT9)	9.1 Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade …	• Animação territorial e **inovação social** ▪ Desenvolvimento de **abordagens integradas**, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações ▪ Dinamização de **ações intergeracionais e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória** ▪ Inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para aumentar a empregabilidade, combater situações críticas de pobreza e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos, e concretização de medidas de promoção da inclusão ativa ▪ **Inclusão social de crianças, jovens e outros**, em contextos socioeconómicos vulneráveis, assente numa lógica *bottom-up*, em projetos localmente planeados, tendo por suporte instituições locais ▪ Promoção de **inclusão ativa** ▪ **Inclusão social de imigrantes**
		9.6 e 9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária – DLBC	▪ Apoios especificamente direcionados para novas micro empresas e PME que promovam a **criação de emprego** ▪ Ações de **sensibilização** e **formação dos promotores** de empresas ou das iniciativas de que decorre criação líquida de emprego ▪ Apoio **a micro empresas** e PME já existentes ▪ Apoio à **criação do próprio emprego** por beneficiários de prestação de desemprego ▪ Promoção do **artesanato e dos ofícios tradicionais** ▪ Iniciativas de **micro-crédito** ▪ Promoção do **Empreendedorismo Social** ▪ Dinamização do **empreendedorismo social, da inovação social e da economia social** ▪ Apoio à criação de **startups sociais** ▪ Incentivo ao **empreendedorismo cooperativo**

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
			▪ Inclusão social de crianças e jovens ▪ Promoção de **inclusão ativa**
		9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais …	▪ **Qualificação da rede de equipamentos e serviços** de promoção do desenvolvimento social, através da modernização das infraestruturas e dos equipamentos. ▪ **Aquisição de equipamentos tecnológicos em áreas terapêuticas**, de diagnóstico e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida dos cidadãos/clientes; ▪ **Qualificação de infraestruturas sociais ou de saúde** para assegurar melhoria na qualidade das respostas ou a criação de respostas sociais ou de saúde inovadoras; ▪ **Qualificação de infraestruturas e de equipamento** que alteraram a sua funcionalidade resultante da reorganização, redefinição de papéis e funções das instituições, de modo a assegurar uma resposta mais adequada à procura (saúde -cuidados de saúde primários e hospitalares – e sociais)
		9.8. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	▪ **Requalificação sócio -urbanística** de áreas urbanas críticas; ▪ Promoção do desenvolvimento dos espaços de baixa densidade
	EP5 Emprego e valorização económica de recursos endógenos (OT8)	8.1 Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos …	▪ **Estágios profissionais** na administração pública local e nos serviços desconcentrados da administração central
		8.3 Criação de emprego por conta própria, o empreendedorismo e criação de empresas …	▪ Apoios especificamente direcionados para novas micro empresas e PME que promovam a **criação de emprego**, como por exemplo, emprego verde ▪ Ações de sensibilização e **formação de promotores de empresas ou das iniciativas de que decorre criação líquida de emprego** ▪ **Apoio a micro empresas e PME já existentes**, desde que se vise a criação líquida de emprego ▪ **Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego**, através da antecipação do pagamento total ou parcial destas prestações ▪ **Iniciativas de microcrédito** ▪ **Promoção do Empreendedorismo Social**, disponibilizando formação essencial e apoiando a criação de microempresas especialmente vocacionadas para a economia social ▪ **Dinamização do empreendedorismo social**, da inovação social e da economia social, tornando o empreendedorismo social uma vertente importante das diferentes iniciativas de promoção e reconhecimento do empreendedorismo ▪ Apoio à **criação de startups sociais** ▪ Incentivo ao **empreendedorismo cooperativo**
		8.5 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança …	▪ **Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas** (no âmbito dos projetos de I&D ou no âmbito da estratégia empresarial) ▪ **Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado** entre empresas e outras entidades do sistema de I&I ▪ **Desenvolvimento de ações de formação e de capacitação dos gestores e dos ativos das empresas para a inovação e gestão empresarial e e-skills**, incluindo as metodologias de coaching e formação-ação. ▪ **Participação de ativos de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas**, associada a projetos de investimento.
		8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e apoio à atividade por conta própria …	▪ **Iniciativas de micro crédito** ▪ Apoio ao **empreendedorismo cooperativo** ▪ Apoio ao **desenvolvimento de viveiros de pequena escala** Diversificação de **instrumentos de financiamento a Organizações da Economia Social**
		8.9 Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial	▪ Estratégias de marketing e de animação territorial ▪ Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de recriação de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
		endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas …	▪ Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos ▪ Dinamização de iniciativas sustentáveis centradas no território
Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	EP9 Capacitação Institucional e Modernização Administrativa (OT2 e OT11)	2.3. Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	▪ Apoio à **promoção de uma administração e serviços públicos em rede** (serviços online, desmaterialização e reengenharia dos processos de "front-office" e "back-office"), interoperabilidade de plataformas de suporte, assentes nas seguintes tipologias de operações ▪ Implementação de **novos modelos de atendimento na Administração Pública** (Espaços do Cidadão, Lojas do Cidadão e serviços itinerantes), proporcionando um acesso mediado (atendimento digital assistido) aos serviços públicos digitalizados, mediante a instalação de espaços ou serviços de atendimento para disponibilização de serviços digitalizados aos cidadãos e agentes económicos (incluindo equipamentos e adaptação de local físico necessários ao seu funcionamento) ▪ Desenvolvimento e **integração dos sistemas tecnológicos de prestação de serviços públicos** desenvolvidos pelos parceiros locais ▪ Apoio à **cooperação e à articulação entre serviços em matéria de redes e serviços TIC** através do desenvolvimento de projetos de Governo eletrónico (e-Gov) integrados e/ou interoperáveis, bem como de projetos de melhoria do interface web entre o estado e os cidadãos e os agentes económicos, suportados nas seguintes tipologias de ações ▪ Melhoria da **eficiência interna e da capacidade institucional da Administração Pública**, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades dos cidadãos e dos agentes económicos, apoiando as seguintes tipologias de intervenção ▪ Estudo e **implementação de estratégias de racionalização de estruturas e fomento de** sinergias entre serviços públicos ▪ Ações de **experimentação de novos modelos de organização de serviços**, fomentando a inovação organizacional, com vista à redução dos seus custos de funcionamento ▪ Projetos **de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos internos** que promovam ganhos de eficiência ▪ Desenvolvimento de **infraestruturas tecnológicas integradas de suporte** (e.g. desenvolvimento e integração de sistemas internos e de back office entre diferentes áreas sectoriais e níveis de administração); ▪ Desenvolvimento de **soluções de comunicação integradas**, que assegurem a conectividade entre serviços; ▪ Desenvolvimento de **uma administração aberta**, inteligente, promovendo o conhecimento, a inovação e a internacionalização; ▪ Promoção de **serviços partilhados**; ▪ Criação/reforço e **participação em redes de relação e partilha de conhecimento**, a nível regional, nacional ou internacional; ▪ **Implementação de tecnologias inovadoras**, designadamente ao nível do desenvolvimento de mecanismos de participação e do reforço da administração eletrónica no exercício de cidadania ▪ **Implementação de instrumentos de gestão, monitorização e avaliação de políticas do território**, das infraestruturas e dos equipamentos coletivos; ▪ Processos de **monitorização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas**.
		11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem;	▪ Ações de **formação dos trabalhadores em funções públicas associadas a projetos de modernização administrativa e ao aumento da eficiência na prestação de serviços públicos** (e.g. no âmbito do reforço das competências de gestão, de processos de reorganização, reestruturação e inovação organizacional ou da melhor integração de novos quadros da Administração Pública), seja numa ótica de melhoria do atendimento, seja numa ótica de melhoria dos processos de backoffice e de competências em TIC. ▪ **Capacitação institucional dos serviços públicos** ▪ Iniciativas com vista à disseminação de boas práticas e partilha de conhecimento de novas formas de organização interna e de prestação de serviços públicos aos cidadãos e aos agentes económicos, a nível nacional ou internacional ▪ Sistema de **avaliação da prestação de serviços públicos e da satisfação de utentes**, de monitorização de níveis de serviço e de certificação de qualidade dos mesmos, introdução e difusão de boas práticas

DOMÍNIO	Eixo Prioritário /Objetivo temático	Prioridade de investimento	Tipologias de ação e objetivos: elementos de avaliação
		11.2. Criação de capacidades para as partes interessadas que operam no domínio do emprego, do ensino e das políticas sociais, e o estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	▪ Apoio técnico à **coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e sectoriais**, designadamente do Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social e dos Pactos Territoriais para a Empregabilidade de nível NUTS III; ▪ **Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas** de redes de atores institucionais, incluindo os que visem o reforço das capacidades de cooperação internacional das instituições regionais; ▪ **Projetos de reforço do trabalho em cooperação e em rede**, que fomentem a articulação de nível regional e sub-regional, e de desenvolvimento de competências ajustadas ao papel de cada entidade, tendo em vista potenciar o seu contributo para o desenvolvimento regional ▪ **Capacitação das entidades responsáveis pela implementação de Pactos para o Desenvolvimento** e ▪ **Coesão Territorial** (Comunidades Intermunicipais) e por Estratégias de Desenvolvimento Local (Grupos de Ação Local), tendo em vista o seu melhor desempenho enquanto entidades determinantes na afirmação da estratégia de desenvolvimento regional. ▪ Monitorização e **acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas**.

ANEXO Nº 9 – COERÊNCIA EXTERNA

Quadro n.º 36 – Coerência entre PO Alentejo e os restantes PO Temáticos

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
Eixo 1 – Competitividade e Internacionalização das PME	
3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas	A coerência com a intervenção do PO temático é dada pela natureza individual dos projetos de empreendedorismo no PO Alentejo, remetendo para o temático os projetos de ação coletiva e marcadamente multirregionais. Nesse sentido o critério de delimitação é dado pela dimensão das empresas: os projetos para microempresas e pequenas empresas estão contidos no PO Alentejo e os projetos multiregionais estão alojados no PO Competitividade e Internacionalização. A AEA tinha detetado, em versões anteriores do Relatório, a possibilidade do documento vir a contemplar apoio a projetos multiregionais com epicentro no Alentejo uma vez que o AP oferecia essa opção, embora não existisse transposição para o POR Alentejo. Contudo, o novo AP retira essa possibilidade. A AEA considera que o fundamental será distinguir bem entre empreendedorismo de base tecnológica e outros, garantindo que o primeiro seja ancorado nas opções da EEI – Alentejo.
3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização	O AP ao remeter para o PO Alentejo apenas os projetos de internacionalização de micro e pequenas empresas introduz na estratégia regional algum elemento de ruído, na medida em que esse critério de delimitação não converge com o dos investimentos inovação, nos quais a Região pode apoiar projetos de empresas com dimensão não de micro e de pequena empresa desde que não ultrapassem os 3 milhões de euros. Esta questão não é indiferente à vontade de atrair à Região empresas de maior dimensão e efeito estruturante, colocando desafios sérios à governação do sistema de incentivos. Adicionalmente, o fim da possibiliade da ocorrência de apoio a projetos de investimento oriundo de outras NUTS II oferece melhores condições associadas ao modelo de governação.
3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	A terminologia da PI é pouco explícita, apontando para uma espécie de reedição de SI PME Qualificação e SI Inovação do QREN, embora neste caso com critério misto de delimitação: para a qualificação conta a dimensão da empresa (micro e pequenas empresas no POR), ao passo que para os investimentos inovação o que conta é a dimensão do projeto (valores iguais ou inferiores a 3 milhões de euros para os POR). O fator crítico reside segundo a AEA sobre os investimentos de qualificação, centrados em micro e pequenas empresas no PO Alentejo. Os riscos de atomização de apoios são enormes, de acordo com a experiência de avaliação de sistemas similares no QREN 2007-2013, correndo o risco de derivas para modelos do tipo "vales" também praticados no último período de programação. A AEA vê como um exercício de dificuldade extrema introduzir nesta família de apoios do PO níveis de seletividade vinculativos do papel integrador da EEI – Alentejo. O PO Competitividade e Internacionalização desenvolverá apoios à qualificação através de projetos de reforço de capacitação para a organização e gestão, ao investimento inovador e à melhoria da eficiência.
Síntese Analítica	
Tratando-se do domínio competitividade e internacionalização, a articulação será feita em relação ao POT Competitividade e Internacionalização. Ora, a coerência externa está assegurada, embora a AEA ressalve que os critérios de delimitação adotados poderão inserir alguns obstáculos à governação quer devido aos critérios de dimensão da empresa e do projeto em diferentes tipologias de ação. Como o diagnóstico do PO Alentejo sinaliza as fragilidades das PME, deve-se garantir a existência do financiamento suficiente para esta região, independentemente da origem do instrumento financeiro.	
Eixo 2: Ensino e Qualificação do Capital Humano (Capital Humano; Ensino e Formação)	

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
10.1. A prevenção e a redução do abandono escolar precoce; [...] o fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário de grande qualidade	A coerência externa entre PO Alentejo e PO temático é estabelecida essencialmente por dois critérios: o do secundário (temático) e básico (regional) e a possibilidade de no PO Alentejo serem concretizadas intervenções territorializadas e integradas de combate ao abandono, designadamente no quadro de estratégias territoriais inclusivas de mais largo espectro. Ao PO Capital Humano são-lhe reservadas ações orientadas para os cursos vocacionais, a formação de professores e gestores escolares, a qualificação da intervenção precoce na infância e na educação especial, a promoção da autonomia das escolas e os serviços de psicologia e orientação, enquanto o PO Alentejo fomentará a oferta de atividades de âmbito curricular, o ensino artístico (de nível básico), a ação social escolar, as necessidades educativas especiais, educação pré-escolar e ações com vista à melhoria da eficiência e da qualidade do sistema.
10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos	É fundamental assinalar o aumento do potencial de intervenção do PO Alentejo em relação a esta prioridade de investimento nos seguintes domínios: • Apoio a estudantes carenciados deslocados para o interior numa política de apoio à mobilidade; • Apoio aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), sem grau académico, com ciclos de estudos de 2 anos (1 ano de formação base, 1 semestre de formação em contexto empresarial, 1 semestre de estágio empresarial), nível ISCED 5 e alinhados com a EEI – Alentejo, a ministrar nos Institutos Politécnicos com a condição de estes abandonarem os CET; • Apoio a doutoramentos e pós doutoramentos alinhados com a EEI – Alentejo. A coerência externa parece assegurada, sendo que o POT apoiará os doutoramentos e pós doutoramentos relacionados com a EEI Nacional e a região apoiará os relacionados com os domínios da sua EREI, acontecendo o mesmo com os TeSP. O fator crítico residirá sobretudo na articulação entre EEI Alentejo e EEI nacional, ambas ainda em maturação.
10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação de currículos e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e aprendizagem	Inicialmente não estava prevista uma intervenção do PO nesta matéria, mas nos documentos mais recentes da programação do domínio temático Capital Humano, os Cursos de Especialização Tecnológica (nível ISCED 4 e nível de qualificação 5) passam a ser apoiados no quadro do PO Alentejo. As restantes ofertas associadas a este objetivo – cursos de formação profissional de nível secundário – ficam afetas ao POCH. Em consonância com o que já foi evidenciado pela equipa de AEA do PO Capital Humano, o POR e o POT deverão assegurar uma articulação rigorosa por forma a assegurar o ajustamento entre oferta e procura de qualificações e os projetos inovadores orientados para qualificar o desempenho do sistema de educação e formação já que as condições regionais são uma variável preponderante na resposta aos constrangimentos através das políticas públicas. Nesse campo a articulação entre o PO Alentejo e os Centros para a Qualificação e Ensino Profissional deverá estar assegurada.
10.5. Desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação	Não há um problema de coerência externa, pois só o PO Alentejo intervém. O problema será antes o da existência de fundamentação das carências que justifiquem a prioridade de investimento, particularmente no caso da formação.
Síntese analítica	
O EP2 do PO Alentejo não suscita problemas relevantes de coerência externa. O POR tem âmbito bem definido e potencial de intervenção reforçado. Pode concretizar estratégias territoriais inclusivas de combate ao abandono escolar e tem três instrumentos de intervenção no ensino superior da Região o que não é despiciendo, sobretudo no que respeita à qualificação de recursos humanos para a EEI – Alentejo. A AEA entende como sendo uma forte limitação imposta pelo Acordo de Parceria o facto do PO não ter intervenção nas diferentes formas de ensino técnico-profissional e vocacional, incluindo a formação de adultos que em nosso entender apresenta um elevao grau de territorialização numa Região em que as qualificações da população mais envelhecida são muito baixas. O facto de serem matérias de intervenção do PO Temático Capital Humano não as deverá afastar da dinâmica regional do Pacto Territorial para a Empregabilidade e das suas declinações sub-regionais na ação das CIM NUTS III.	
Eixo 3 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	
1.1. Fomento da infraestrutura e das capacidades de investigação e	A AEA sinaliza que o principal fator crítico de coerência externa nesta prioridade estará

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
inovação (I&I) a fim de desenvolver a excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;	situado na articulação EEI nacional e EEI Alentejo, já que é nessa distinção que reside a delimitação de projetos a apoiar, para além da multirregionalidade das redes de infraestruturas de I&D&I e a natureza coletiva dos projetos. Considera-se muito positivo que o PO Alentejo possa financiar independentemente da dimensão empresarial projetos de I&D&I alinhados com a sua EEI e que o possa fazer também de equipamentos e infraestruturas para consolidar o seu SRI. Como vimos, mais importante do que alinhar com a meta nacional e Europa 2020 dos 3% de I&D no PIB, a prioridade para a Região estará na estruturação do seu SRI e sobretudo numa sólida estrutura de intermediação entre a investigação científica e as necessidades de intensificação tecnológica e de conhecimento das empresas que podem assegurar a mudança do modelo produtivo para a Visão Estratégica delineada.
1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, *clusters* e inovação aberta através de especialização inteligente, apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral;	Exercício de avaliação complexo, devido sobretudo à inenarrável designação escolhida para a prioridade de investimento, que confunde a designação da prioridade com a das tipologias de intervenção que a devem corporizar. A coerência externa depende da aplicação de critérios de delimitação que combina para os projetos de I&DT o critério da dimensão empresarial (micro e pequenas empresas para o POR) com dimensão do projeto (o POR fica responsável pelo apoio a projetos de montante igual ou inferior a 3 milhões de euros para os incentivos à inovação). A EREI recebe um contributo fulcral nesta prioridade de investimento uma vez que os projetos de incentivo à inovação estarão focados essencialmente no desenvolvimento de soluções inovadoras de I&D. Será crucial assegurar que o apoio à inserção de doutorados nas empresas e de concretização de processos de doutoramento envolvendo contexto empresarial possa constituir um importante fator de alavancagem da EEI – Alentejo enquanto elemento integrador, tirando partido de que o PO Alentejo poderá apoiar projetos de inovação neste EP igual ou inferiores a 3 milhões de euros, independentemente da dimensão empresarial. Já no que se refere aos projetos de I&DT o critério da dimensão empresarial permanece, o que dificulta a integração do desenvolvimento tecnológico no quadro da estratégia, embora também seja correto que poucas empresas se excluem pelo fator dimensão, mas provavelmente são essas que estão mais capazes de explorar este domínio e de contribuir para a EREI Alentejo e não para os domínios de especialização nacional.
Síntese analítica	

A principal ideia que resulta da análise de coerência externa deste EP é a desvalorização dos riscos de coerência externa suscitados pela programação. O Acordo de Parceria concede ao PO exclusividade em algumas áreas relevantes e garante-lhe um potencial de intervenção inclusiva apreciável em relação a períodos de programação anteriores. É um aspeto a considerar como muito relevante do ponto de vista do afinamento final da programação.

Porém, se os problemas de coerência externa com o POT Inclusão Social e Emprego não se afiguram muito relevantes, em contrapartida há problemas de coerência interna alargada, induzidos pelo facto de três níveis serem possíveis para o PO Alentejo exercer essa exclusividade: o nível regional, o nível NUTIII dos ITI e o nível local e intraurbano que as DLBC que podem intervir sobretudo em zonas urbanas desfavorecidas. Há, por isso, problemas de modelo de governação e coordenação a ter em conta, sobretudo a necessidade de clarificar se os ITI NUTS III em formação mostrarão apetência por intervir nesta matéria. Do mesmo modo, será necessário identificar com clareza que zonas urbanas desfavorecidas poderão ser envolvidas na prioridade de investimento 9.8.

Estima-se que o Plano Regional para a Empregabilidade, figura admitida pelo Acordo de Parceria, que estará a ser preparado na CCDR Alentejo e sobre o qual a AEA não dispôs de informação, possa constituir um relevante instrumento de coordenação, com as CIM NUTS III a participar ativamente na concretização operacional desse instrumento.

Eixo 4. Acessibilidades para a Competitividade	
4.5 Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana sustentável e medidas de adaptação relevantes para a redução	O risco de sobreposição entre a intervenção do PO Alentejo e o PO Temático da Sustentabilidade (este intervindo com o FC) é reduzido uma vez que a fronteira entre os mesmos parece ser os beneficiários a quem as ações se destinam. Enquanto o POR enquadra projetos para os utilizadores de transportes públicos e operadores de transporte e logística, o POSEUR é responsável pelo fomento de ações destinados a empresas de transportes públicos de passageiros, para a entidade gestora da rede da mobilidade elétrica e para os operadores da mobilidade elétrica. O fator mais crítico encontra-se associado à mobilidade ecológica uma vez que deverão estar bem regulamentadas as ações que

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
	pertencem a cada PO.
6.5 Medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	O PO Alentejo concentrará toda a intervenção do FEDER neste domínio, complementado com o apoio do Fundo de Coesão (PO Temático) nas ações de descontaminação de solos (passivos e minas), não se antevendo aspetos críticos de articulação.
9.8. O apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas	O PO Alentejo tem a exclusividade nas intervenções de regeneração física, económica e social dos territórios urbanos ou estruturantes desfavorecidos constituindo um dos vértices do triângulo de instrumentos de política urbana que o Acordo de Parceria lhe concede na última versão. Perante o envelhecimento da população, a que se acresce o envelhecimento do edificado numa região com séculos de história, exige-se uma intervenção nos territórios mais urbanos que colmate problemas de degeneração física para que através dessa recuperação se eliminem problemas de exclusão social associados ao declínio regional e precarização do espaço público. Também aqui os problemas de coerência externa a existirem são de âmbito intrarregional, podendo até falar-se mais de coerência interna na programação do PO.
Síntese analítica	
A consagração na versão final do PO de um EP para o desenvolvimento urbano sustentável apela sobretudo à complementaridade com intervenções do PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos em domínios relacionados com o recurso água. Supletivamente, dado existir uma dimensão social nas intervenções de regeneração urbana apoiadas, em certos centros urbanos étambém crucial acompanhar a incidência do PO Inclusão Social e Emprego.	
Eixo 5: Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos	
8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	PO Temático e PO Alentejo partilham medidas de ativação de desempregados, e o critério de delimitação é o caráter nacional (POT) e regional e local de tais medidas (PO Alentejo), o que não é uma solução isenta de possível confusão. Seria igualmente importante clarificar em que medida a ativação de desempregados constituirá ou não matéria de descentralização de intervenção do PO Alentejo no âmbito dos ITI que serão constituídos. Em princípio, toda esta prioridade de investimento pode ser objeto de intervenção nos ITI. A articulação desta prioridade é tripartida entre o PO Inclusão Social e Emprego, PO Competitividade e Internacionalização e o PO Alentejo. O POISE integra medidas de apoio à contratação através de comparticipação de encargos salariais, com especial preocupação com os beneficiários de Rendimento Social de Inserção, desempregados de longa duração, deficientes ou incapazes e jovens com menos de 25 anos, e estágios para jovens ou desempregados que procuram o primeiro ou novo emprego e renovação dos quadros da função pública, enquanto o POCI contempla medidas com o objetivo de absorção de quadros que melhorem a capacidade científica dos núcleos públicos, com privilégio das áreas de EREI-Alentejo. Já o PO Alentejo prevê um reforço nos mecanismos de apoio à absorção de estagiários pela administração local com o objetivo de integração no mercado de trabalho. O PO Alentejo tem o exclusivo de intervenção na mobilidade de trabalhadores por isso não requer articulação e nas áreas de absorção de desempregados a atuação do POR, nesta prioridade, está limitada aos estágios na administração local e serviços descentralizados da administração central.
8.3. O emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas/ FSE 8.8. O desenvolvimento de viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta	PO Alentejo concentra toda a intervenção referente ao apoio à criação do próprio emprego, empreendedorismo e criação de empresas de cariz local, incluindo viveiros de empresas. O POR assume, assim, um importante papel nas políticas de ativação dos desempregados através do estímulo à criação de emprego. É também matéria possível para os ITI do PO Alentejo, o que exigirá coordenação ativa do

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
própria, micro empresas e criação de empresas/ FEDER	PO, sob pena de atomização da componente empreendedorismo.
8.9. O apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para áreas específicas	Esta prioridade de investimento tem especialização regional e preocupa-se com a valorização económica dos recursos endógenos nos territórios de baixa densidade.
8.5. A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	A intervenção do POR assenta no desenvolvimento de ações de formação e de capacitação dos gestores e dos ativos das empresas para a inovação e gestão empresarial (incluindo a metodologia de formação-ação) e formação de ativos para aumento da eficácia dos processos de inovação das empresas. Esta prioridade necessita de articulação uma vez que tem, também, intervenção do PO Inclusão Social e Emprego e Competitividade e Internacionalização. O POISE tem intervenção mais centrada na formação para desempregados e formação específica de trabalhadores; o POCI tem intervenção nas ações coletivas multiregionais e na formação associada aos incentivos diretos do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, assim como a inserção de trabalhadores altamente qualificados no sistema. A articulação com os POISE não revela problemas de coerência externa, já a articulação com o POCI pode revelar-se mais complexa e resultar numa duplificação de formações com a mesma índole. Adicionalmente, tendo sido transferido da PI 8.1, o PO Alentejo prevê um reforço nos mecanismos de apoio à absorção pelas empresas de candidatos com formação altamente qualificada (com o objetivo de aumentar a capacidade exportadora e de inovação do tecido empresarial), sendo uma medida regional de integração no mercado de trabalho que através da captação de talento, quer através de fixação do capital humano mais avançado. Nesta matéria a intervenção do POR Alentejo é exclusiva, o que não suscita problemas de coerência externa.
Síntese Analítica	
Embora a articulação entre o POR e o PO Inclusão Social e Emprego apenas se reflita diretamente em duas prioridades de investimento, existem ações direcionadas ao aumento da eficácia na inserção do mercado de trabalho por via da formação e eficiência entre qualificações e aptidões e necessidades da economia que também merecem uma articulação entre agentes para que não exista sobreposição de ações. A única medida de absorção de desempregados inserida no 8.1 em contexto regional são os estágios na administração local e nos serviços descentralizados da administração central, não apresentando problemas de coerência externa na relação com os outros PO temáticos devido à existência de uma fronteira delimitada de ações. Por outro lado, as ações inseridas na prioridade 8.5. dedicadas à formação de trabalhadores carecem de uma articulação cuidada com o PO temático que não está delimitado no PO em risco de existir sobreposição de ações de formação.	
Eixo 6. Coesão Social e Inclusão	
9.1. A inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	O PO Alentejo apoiará intervenções consideradas inovadoras como os Contratos Emprego-Inserção e ações integradas inovadoras de inclusão ativa, designadamente de beneficiários de RSI. O PO Alentejo necessita de trabalhar sobretudo o conteúdo inovação das ações e abre-se aqui um campo imenso de territorialização, com forte conexão com a abordagem dos ITI a esta questão e também das DLBC rurais e em zonas urbanas desfavorecidas. A articulação com o PO Inclusão Social e Emprego faz-se ao nível dos projetos para as populações mais vulneráveis, como imigrantes, deficientes ou comunidades ciganas que está a seu cargo.
9.6. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária/ FSE 9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária/ FEDER	Em regime de exclusividade, o PO Alentejo tem aqui um vasto campo de intervenção através das DLBC rurais, costeiras e em zonas urbanas desfavorecidas. Vocacionadas para intervir em territórios ou grupos alvo em situação de desfavorecimento, pelo acumular de problemas de pobreza e exclusão social, apelam a abordagens integradas e multidimensionais de proximidade. As redes de parcerias locais assumem neste contexto o papel fundamental de dinamizadores de recursos e iniciativas. Para tal, disponibiliza recursos de FSE e FEDER. As questões de coerência externa que podem aqui colocar-se

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
	são intrarregionais e envolvem necessariamente a coordenação entre intervenções ITI e DLBC no âmbito de NUTS III específicas e entre eventuais intervenções que o PO Alentejo decida promover de nível regional e as que ocorrerão no âmbito de NUTS III específicas (ITI e DLBC). Trata-se de um domínio exigente de coordenação institucional no seio do PO Alentejo.
9.7. Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução de desigualdades de saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Direcionada para os equipamentos nas áreas da saúde e infraestruturas sociais, assume uma orientação de qualificação e consolidação e requalificação da oferta de serviços e de dotação dos mesmos das infraestruturas e equipamentos adequados à monitorização da gestão. Trata-se de uma prioridade de investimento alocada exclusivamente ao PO regional e sem intervenção do PO temático, relativamente ao qual não se estabelece qualquer interação. Os desafios de coerência externa colocar-se-ão ao nível intrarregional e resultam dos diferentes níveis territoriais em que estas intervenções poderão ocorrer, podendo por isso considerar-se problemas de coerência interna em termos alargados. É necessário clarificar que grau de intervenção nesta matéria concede o PO Alentejo aos ITI NUTS III para assumir projetos municipais e parcerias mais alargadas para concretizar esta prioridade de investimento.
9.8. O apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas	O PO Alentejo tem a exclusividade nas intervenções de regeneração física, económica e social dos territórios urbanos ou rurais desfavorecidos, que complementam a prioridade de investimento 9.6 e 9.10, constituindo um dos poucos instrumentos de política urbana que o Acordo de Parceria lhe concede. Perante o envelhecimento da população, a que se acresce o envelhecimento do edificado numa região com séculos de história, exige-se uma intervenção nos territórios de baixa densidade ou mais urbanos que colmate problemas de degeneração física para que através dessa recuperação se eliminem problemas de exclusão social associados ao declínio regional e precarização do espaço público. Também aqui os problemas de coerência externa a existirem são de âmbito intrarregional, podendo até falar-se mais de coerência interna na programação do PO. A relação PO Alentejo e DLBC de base urbana tem de ser clarificada, pois estas componentes de política eminentemente intraurbanas são retiradas pelo Acordo de Parceria do âmbito de intervenção dos ITI NUTS III. Por isso, o PO Alentejo necessita de identificar que zonas urbanas desfavorecidas devem ser mobilizadas para a aplicação deste instrumento para se compreender que incidência territorial esta prioridade de investimento vai ter.
Síntese analítica	

A principal ideia que resulta da análise de coerência externa deste EP é a desvalorização dos riscos de coerência externa suscitados pela programação. O Acordo de Parceria concede ao PO exclusividade em algumas áreas relevantes e garante-lhe um potencial de intervenção inclusiva apreciável em relação a períodos de programação anteriores. É um aspeto a considerar como muito relevante do ponto de vista do afinamento final da programação.

Porém, se os problemas de coerência externa com o POT Inclusão Social e Emprego não se afiguram muito relevantes, em contrapartida há problemas de coerência interna alargada, induzidos pelo facto de três níveis serem possíveis para o PO Alentejo exercer essa exclusividade: o nível regional, o nível NUTIII dos ITI e o nível local e intraurbano que as DLBC que podem intervir sobretudo em zonas urbanas desfavorecidas. Há, por isso, problemas de modelo de governação e coordenação a ter em conta, sobretudo a necessidade de clarificar se os ITI NUTS III em formação mostrarão apetência por intervir nesta matéria. Do mesmo modo, será necessário identificar com clareza que zonas urbanas desfavorecidas poderão ser envolvidas na prioridade de investimento 9.8.

Estima-se que o Plano Regional para a Empregabilidade, figura admitida pelo Acordo de Parceria, que estará a ser preparado na CCDR Alentejo e sobre o qual a AEA não dispôs de informação, possa constituir um relevante instrumento de coordenação, com as CIM NUTS III a participar ativamente na concretização operacional desse instrumento.

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
Eixo 7. Eficiência Energética e Mobilidade.	
4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	O POR tem a total responsabilidade na mobilização de recursos nesta matéria, sem a necessidade de articulação com o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Esta prioridade poderá ter também um contributo das empresas nos apoios do Eixo 1 pelo que se exige uma cuidadosa regulamentação tanto no PO Alentejo, como no PO Competitividade e Internacionalização, sendo necessário assegurar complementaridades entre as duas famílias de incentivos.
4.3 Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	Trata-se de um domínio em que há complementaridade com o PO Temático da Sustentabilidade (o POR para a administração local e setor da habitação social, o POT para a administração central e a habitação particular), FEADER e FEAMP, mantendo-se algumas áreas de convergência (e potenciais riscos de sobreposição). A intervenção do PO Alentejo para os setores de promoção pública, como o dos resíduos e o da água, por exemplo, é mais evidente.
4.5 Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana sustentável e medidas de adaptação relevantes para a redução	Enquanto o POR enquadra projetos para os utilizadores de transportes públicos e operadores de transporte e logística, o POSEUR é responsável pelo fomento de ações destinados a empresas de transportes públicos de passageiros, para a entidade gestora da rede da mobilidade elétrica e para os operadores da mobilidade elétrica. Assim, parece não existir risco de sobreposição de intervenções. Já o fator mais crítico encontra-se associado à mobilidade ecológica uma vez que deverão estar bem regulamentadas as ações que pertencem a cada PO.
Síntese analítica	
Na linha dos períodos de programação anteriores, o PO Regional terá uma intervenção fortemente complementar da que corresponde ao PO Temático na área ambiental e, também, ao PO Competitividade, FEADER e FEAMP. Tendo em conta algumas áreas assinaladas como constrangimento no diagnóstico regional, é de assinalar que o PO Alentejo não tem intervenção ao nível das alterações climáticas e gestão de, pelo que as intervenções do PO Temático da Sustentabilidade e também do PDR/FEADER e FEAMP exigem a devida monitorização. Na prioridade 4.5, embora o risco de sobreposição seja reduzido devido à seletividade das tipologias de ação, as intervenções de mobilidade ecológica merecerão uma articulação mais marcada, já que não muito claro que projetos tenderão a integrar o programa regional.	
Eixo 8. Ambiente e Sustentabilidade	
6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	O PO Alentejo concentrará toda a intervenção do FEDER neste domínio, sendo a única prioridade onde existe um campo de intervenção para o desenvolvimento de ações culturais promovidas pelo setor privado ou público.
6.5 Medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	O PO Alentejo concentrará toda a intervenção do FEDER neste domínio, complementado com o apoio do Fundo de Coesão (PO Temático) nas ações de descontaminação de solos (passivos e minas), não se antevendo aspetos críticos de articulação.
Síntese analítica	
Neste eixo não existem problemas de sobreposição uma vez a prioridade 6.5, embora estabeleça articulação com o POSEUR, tem as fronteiras de intervenção bem delimitadas. Ficam fora do âmbito do PO Alentejo os apoios à gestão de resíduos e ao ciclo urbano da água, aspetos que o diagnóstico regional não assinala como muito críticos. Adicionalmente, também excluem-se as ações de descontaminação de solos, assim como a reabilitação dos solos, monitorização de solos das águas superficiais e subterrâneas, a projetos de reabilitação ambiental de áreas	

EIXO /Prioridade de investimento	Elementos de AEA
degradas afetas à indústria extrativa.	
Eixo 9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	
2.3 Reforço das aplicações TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	Esta prioridade estabelecerá articulação com o PO Competitividade e Internacionalização, sendo o caracter selecionador definido em função da entidade, ou seja, se o organismo pertence à administração central é abrangido pelo PO temático, já os serviços da administração local e descentralizada são da responsabilidade do POR. Não merece preocupações de sobreposição nas tipologias de ação dada a clareza da definição da fronteira de intervenção.
11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.	Existe articulação com o PO Competitividade e Internacionalização. Ambos os programas antecipam formação de funcionários públicos, embora exista o mesmo grau de delimitação da prioridade anterior.
11.2 Criação de capacidades para as partes interessadas que operam no domínio do emprego, do ensino e das políticas sociais, e o estabelecimento de pactos sectoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	O PO Alentejo concentra todas as tipologias de ação inseridas nesta prioridade.
Síntese analítica	
Não existem problemas de coerência externa a destacar, existindo delimitações bem delineadas entre os programas. A capacitação dos parceiros sociais, de exclusividade do PO Alentejo, é uma ferramenta importante e relevante face às debilidades associativas da região.	

ANEXO Nº 10 – INDICADORES E MONITORIZAÇÃO

Os quadros seguintes sistematizam os resultados da análise ao sistema de indicadores, realizada com base na resposta às questões de avaliação que é possível abordar com base na informação disponível no Programa Operacional.

Para facilitar a leitura dos resultados da análise, propõe-se as seguintes duas tabelas:

- Uma primeira, destinada à sistematização dos indicadores de realização e de resultado de acordo, respetivamente, com Prioridades de Investimento e Objetivos Específicos, incluindo também informação sobre as Tipologias de ações por Prioridade de Investimento;
- Uma segunda, que sistematiza os comentários relativos às questões de avaliação abordadas.

Questões de abrangência:

Questão 18. "Os indicadores de realização e de resultado previstos para o PO cobrem de forma adequada e suficiente os seus principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir bem o seu desempenho global?"

Questão 19. "Esses indicadores apresentam uma designação inequívoca e uma definição clara proporcionando uma interpretação normativa?"

Questão 20. "A sua forma de cálculo está devidamente enunciada?"

Questão 21. Os valores de partida (baselines) e os valores das metas estão devidamente calculados, sendo clara e explícita a sua forma de cálculo?

Questão 22. As fontes de dados para o estabelecimento dos pontos de partida e para os valores das metas são conhecidas?

Questão 23. Está garantida a robustez – fiabilidade das fontes de dados, representatividade das amostras, para o caso dos indicadores de resultado FSE? São suficientemente próximos das intervenções apoiadas, de modo a não serem demasiado afetados por fatores externos à intervenção, permitindo assim avaliar em que medida cobrem as principais mudanças atribuíveis ao PO?

Questões de fundamentação de *baselines*, metas e *milestones*:

Questão 24. "Os indicadores de resultado, embora em número limitado permitem aferir os progressos na concretização dos objetivos (para o grupo, território, setor ou outra finalidade)?"

Questão 25. A situação de referência (baseline) definida para os indicadores do PO (incluindo os indicadores comuns europeus previstos na proposta de regulamento e que se aplicam ao mesmo, face às ações que prevê apoiar), quando possível/aplicável, está devidamente fundamentada? As metas propostas no âmbito do quadro de performance, incluindo as metas ou objetivos intermédios (milestones), são realistas e adequadas face aos objetivos e prioridades do PO?

Questão 26. Os dispositivos previstos para assegurar a monitorização e a avaliação do PO levam em consideração a experiência de anteriores períodos de programação e o contexto institucional do país (em particular no que respeita à coordenação entre fundos, sistema de informação de suporte e de avaliação, capacitação institucional e simplificação administrativa)? Os recursos previstos para esse efeito são adequados (em quantidade e qualidade), no quadro das restrições existentes? Os dispositivos previstos têm em conta os objetivos de simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO?

Questão 27. Que avaliações devem ser promovidas para aferir, designadamente, os impactos do PO face aos objetivos e prioridades definidas? Que requisitos devem ser assegurados em matéria de informação de suporte, para permitir ou facilitar a realização dessas avaliações?

Quadro n.º 37 – Indicadores: EIXO 1 COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
3	3.1. Promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	**Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento**		**Novas empresas apoiadas (ICC)**	Apoio a projetos de **empreendedorismo qualificado e criativo** (incluindo instrumentos financeiros de capital de risco e que combinem financiamento com capacitação de gestão); Apoio a iniciativas de **deteção, estímulo e capacitação para o empreendedorismo**, incluindo o apoio a redes de suporte (incluindo tutoria/ coaching nos primeiros anos de vida); Apoio à **capacitação e consolidação das infraestruturas de incubação**.
	3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à sua internacionalização	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	**Valor de exportações/ VN nas PME**		**Número de empresas que beneficiam de apoio em ações de internacionalização**	Incentivos diretos a projetos individuais promovidos por micro e pequenas empresas: o que promovam a sua presença internacional; o que visem o conhecimento, prospeção e acesso a mercados externos e a promoção empresarial; o que visem a utilização das TIC e a economia digital Apoio a projetos e redes no âmbito coletivo, promovidos por entidades públicas ou privadas com competências específicas no domínio do desenvolvimento empresarial, que visem o

						relevante
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	**Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev.3, B a H, J, K, M e Q) com atividade de inovação (PME)**		**PME que beneficiam de apoio para a sua qualificação e inovação**	Apoio a projetos de **investimento produtivo de natureza inovadora** por parte de PME Apoio a projetos de **qualificação das estratégias das PME** (moda e design, desenvolvimento e engenharia de produtos, economia digital e TIC, propriedade industrial, certificação, eficiência energética, etc.) Apoio a projetos de **reforço das capacidades de organização e gestão das PME**, incluindo, em particular, o investimento em TIC Apoio a **ações coletivas de assistência empresarial**, incluindo serviços públicos de aconselhamento de PME Apoio à **procura de serviços tecnológicos por parte de PME**
					PME apoiadas para introduzirem novos produtos na empresa	
					PME que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções	

Quadro n.º 38 - Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 1 COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
3.1.	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	**Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento**	2009-2011 (média)	1,87	2,3	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas/anual	**Novas empresas apoiadas**	85	SI PO/anual
3.2.	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal	**Valor de exportações/ VN nas PME**	2012	9,76	14,00	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas/anual	**Número de empresas que beneficiam de apoio em ações de internacionalização**	611	SI PO/anual
3.3.	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	**Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev.3, B a H, J, K, M e Q) com atividade de inovação**	2010	60,20	62,00	Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (MEC), Inquérito Comunitário à Inovação (CIS)/bienal	**PME que beneficiam de apoio para a sua qualificação e inovação**	124	SI PO/anual
							PME apoiadas para introduzirem novos produtos na empresa	165	
							PME que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções	1020	

Quadro n.º 39 - Análise dos indicadores (Eixo 1)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	Os indicadores propostos apresentam-se adequados aos objetivos específicos do Eixo 1 e cumprem as orientações relativas aos indicadores fornecidas pelo Grupo de Trabalho das Competitividade e Internacionalização (segundo versão revista em 23 de janeiro de 2014) //Cadeia de Programação do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (versão 22 de janeiro de 2014). Sugere-se a inclusão de um indicador de resultado específico: **3.3. (2) " Proporção das vendas de novos produtos e serviços (em relação ao valor das vendas total) "** Espera-se que o reforço da "capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços" tenha como resultado um aumento das vendas desses produtos em relação à sua carteira. Por outro lado, a sugestão deste indicador auxiliar prende-se com a necessidade de aferir o resultado das PME que têm um número de trabalhadores inferior a 10, que estão em número maioritário na região de acordo com o diagnóstico realizado, não sendo objeto de avaliação através do indicador existente "proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Ver. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividade de inovação".	Os indicadores de realização são adequados. Considera-se também positiva a evolução dos indicadores ocorrida entre a versão anterior e a atual, nomeadamente a segmentação realizada nos indicadores de realização da prioridade de investimento 3.3. Contudo, por forma a relacionar mais diretamente os indicadores de realização com os objetivos específicos sugere-se o seguinte indicador de realização complementar: **3.1. (2) "(Número de) projetos de estímulo ao empreendedorismo qualificado e criativo** Este indicador de realização complementar pretende cobrir o objetivo específico que lhe está associado ("promover o empreendedorismo qualificado e criativo") de uma forma mais focalizada uma vez que será útil num programa vasto conhecer mais pormenorizadamente as questões mais específicas.
QUESTÃO 19	As designações dos indicadores são suficientemente claras e não geram equívocos.	As designações dos indicadores de realização são claras. Contudo, não cumprem perfeitamente a nomenclatura adotada pelo Regulamento "(número de) empresas apoiadas".
QUESTÃO 20	A folha de EXCEL complementar da versão final do PO Alentejo sob avaliação disponibilizada à equipa de avaliação pela CCDR Alentejo não contém informação técnica aprofundada sobre a forma de cálculo, pelo que com os elementos materiais disponíveis não é possível responder à questão.	
QUESTÃO 21	Idem em relação a esta questão de avaliação.	
QUESTÃO 22	As fontes de dados são conhecidas: os indicadores de resultado recorrem a informação do Instituto Nacional de Estatística e da Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, com a particularidade de, em resposta a comentários iniciais da AEA, se recorrer a informação bianual do Inquérito Comunitário à Inovação; os indicadores de realização alimentam-se através do Sistema de Informação do PO. Relativamente à fonte de informação dos indicadores de resultado, a equipa de AEA enfatiza a questão dos dados agregados (que inclui os resultados do PO Alentejo, mas que implicam resultados de políticas e questões diversas, impossíveis de isolar e quantificar) não reproduzirem fielmente os resultados isolados do programa, mas sim todo o contexto em que o PO Alentejo é aplicado, o que pode ser positivo ou negativo dependendo desse contexto de aplicação. Serão assim necessários processos de avaliação mais aprofundados para contornar essa limitação. Ainda assim, as fontes de informação estão de acordo com a Cadeia de Programação do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (22 de janeiro de 2014).	
QUESTÃO 23	Uma vez que não se tratam de indicadores do FSE, não existe pertinência na resposta.	
QUESTÃO 5	Os valores de partida, as metas, assim como a frequência de recolha de informação estão devidamente definidos, observando-se que as metas foram definidas assumindo valores muito prudentes. A inexistência na folha EXCEL complementar de argumentação técnica correspondente a estas definição não permite avaliar se se trata de mera prudência de programação ou se, pelo contrário, a cautela assumida tem fundamentação. Relativamente ao quadro de desempenho, a equipa considera que existe pouca ambição quanto aos objetivos intermédios. Se no caso do segundo indicador de realização da 3.3 a equipa considera essa apreciação pertinente à luz dos instrumentos financeiros com métodos de reembolso, o que apenas acontece um período de tempo após a	

	contratualização, e reutilização de recursos. O mesmo não acontece em relação ao primeiro indicador dessa mesma prioridade, uma vez que a o indicador intermédio corresponde a apenas 20% do objetivo final, quando o quadro financeiro prolonga-se apenas mais dois anos após a monitorização intermédia e já decorreram 5 anos de aplicação do atual quadro. Devido ao contexto de incerteza no início dos quadros de programação e da elevada burocratização entre o fecho de um programa e o início de um novo, a equipa pode considerar estas metas adequadas e realistas, mas o cumprimento de metas próximas das definidas deve consubstanciar num alerta de grande perigo de incumprimento da meta definida para 2023. Por outro lado, dado o papel que o presente eixo assume no PO seria pertinente indicar outros objetivos intermédios a fim de monitorizar as restantes prioridades, nomeadamente a PI 3.1.
QUESTÃO 26 – QUESTÂO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.

Quadro n.º 40 – Indicadores: EIXO 2 ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
10	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	Melhorar o sucesso escolar no ensino básico, através de: i) redução das saídas precoces do sistema educativo, ii) recuperação de jovens com percurso de insucesso (que se encontram na escola ou que já a abandonaram), iii) melhoria do aproveitamento escolar e iv) minimização das fragilidades no desempenho do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem:	**Diplomados envolvidos em interações com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo ISCED 2**		**Alunos abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível (ISCED 2)**	Intervenções que favoreçam a **melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono**, designadamente por via do aumento da oferta de atividades de âmbito curricular visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais Iniciativas específicas de âmbito local ou intermunicipal, designadamente, no âmbito de projetos educativos municipais, que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo, com enfoque na inovação social Projetos relacionados com a promoção da inclusão social e prevenção do abandono escolar, designadamente, no âmbito de projetos educativos municipais, que favoreçam a redução do abandono e a melhoria do sucesso educativo, com enfoque na inovação social Projetos relacionados com a promoção da inclusão social e prevenção do abandono escolar, designadamente através do desporto escolar
		Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	**Taxa de cobertura de crianças no pré-escolar associada aos contratos de desenvolvimento**		**Alunos com apoios específicos de ação social escolar**	

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
						Projetos-piloto de inovação no ensino e projetos científicos nas escolas Projetos associados ao reforço de competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação Ações de informação, monitorização e avaliação relativas às medidas e aos dispositivos de prevenção do abandono escolar e de promoção do sucesso educativo dos alunos, tendo em vista a melhoria da qualidade, da eficiência e da eficácia dessas medidas e destes dispositivos Desenvolvimento de dispositivos de ajustamento das ofertas e da reorganização da rede de entidades do sistema de educação/formação Projetos orientados para o desenvolvimento dos sistemas de regulação, avaliação e estruturação das ofertas formativas , incluindo sistemas de certificação **Ação social escolar** **Planos de transição para a vida pós-escolar dos alunos** com necessidades educativas especiais

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
						Programa de apoio às necessidades educativas especiais Programa de **reforço da educação pré-escolar** **Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens**
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para os grupos desfavorecidos	Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	**Alunos certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5**		**Participantes nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5**	**Apoios a estudantes do ensino superior**, nomeadamente Bolsas de Mérito e de Mobilidade para alunos deslocados para instituições de ensino superior da região , designadamente carenciados **Cursos técnicos superiores profissionais** **Programas de Doutoramento e Pós-Doutoramento** no âmbito da Estratégia Regional de Especialização inteligente (RIS 3)
		Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	**Doutoramentos concluídos**		**Bolseiros de doutoramento e pós doutoramento apoiados**	

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	**Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)**		**Participantes em cursos de nível ISCED 4 (CET)**	**Cursos de Especialização Tecnológica** Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de jovens, incluindo o desenvolvimento de recursos didáticos e ações de apoio à utilização das TICE Desenvolvimento de sistemas de monitorização e avaliação da eficácia da utilização de recursos e da produção de resultados do sistema de educação e formação Projetos orientados para o desenvolvimento dos sistemas de regulação, avaliação e estruturação das ofertas formativas, incluindo sistemas de certificação
	10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e de formação	Dotar as redes de educação pré-escolar e ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	**Taxa de cobertura do pré-escolar (% de crianças)** **Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino, básico, secundário, superior e infraestruturas de formação (refere-se a % de alunos)**		**Alunos/formandos abrangidos pelas infraestruturas de educação/formação intervencionadas**	Rede de **equipamentos da educação pré-escolar** Apetrechamento das **redes do ensino básico, secundário e das infraestruturas de formação profissional** **Intervenções nas infraestruturas prioritárias das redes do ensino básico, secundário e dos**

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
			Alunos / formandos abrangidos pelas infraestruturas de educação/ formação intervencionadas			**instrumentos de formação profissional** e das infraestruturas de formação profissional Adaptação de infraestruturas do ensino superior às funções educativas desempenhadas, nomeadamente a adaptação à formação dos cursos técnicos superiores profissionais

Quadro n.º 41 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 2 ENSINO E QUALIFICAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
10.1.	Melhorar o sucesso escolar no ensino básico, através de: i) redução das saídas precoces do sistema educativo, ii) recuperação de jovens com percurso de insucesso (que se encontram na escola ou que já a abandonaram), iii) melhoria do aproveitamento escolar e iv) minimização das fragilidades no desempenho do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem:	**Diplomados envolvidos em interações com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo ISCED 2**	2011/2013	85%	[86;88]	DGEEC/anual	**Alunos abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível (ISCED 2)**	H: 2400 M: 2619 T: 5019	DGEEC/anual
	Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	**Taxa de cobertura de crianças no pré-escolar associada aos contratos de desenvolvimento**	**n. d.**				**Alunos com apoios específicos de ação social escolar**	H: 3500 M: 3762 T: 7262	MEC/anual
10.2.	Aumentar o número de diplomados do ensino superior, diferenciando os ciclos curto e de licenciatura	**Alunos certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5**	**n. d.**				**Participantes nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5**	H: 11.000 M: 11.366 T: 22.366	SEC/FCT/anual
	Aumentar o número de mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos (inseridos em estratégias regionais RIS3) visando o	**Doutoramentos concluídos**	2012	75	H: 200 M: 266 T: 466	DGEEC/MEC/anual	**Bolseiros de doutoramento e pós doutoramento apoiados**	H: 180 M: 211 T: 391	SEC/FCT/anual

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
	reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação								
10.4	Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de pós secundário, de cariz profissionalizante que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa	**Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)**	n. d.				**Participantes em cursos de nível ISCED 4 (CET)**	H: 2.100 M: 2.373 T: 4.473	SEC/FCT
10.5	Dotar as redes do ensino básico, secundário e superior e as redes de infraestruturas de formação profissional das condições que aumentem a qualidade dos processos de aprendizagem e do ajustamento com o mercado de trabalho	**Taxa de cobertura do pré-escolar (% de crianças)**	2011/2012	98,6	99,0	DGEEC/anual	**Alunos/formandos abrangidos pelas infraestruturas de educação/formação intervencionadas**	H: 5.000 M: 5.968 T: 10.968	SIPO/anual
		Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino, básico, secundário, superior e infraestruturas de formação (refere-se a % de alunos)	2013	25	29	SIPO/anual			
		Alunos / formandos abrangidos pelas infraestruturas de educação/ formação intervencionadas	2013	7508	55181	SIPO/anual			

Quadro n.º 42 - Análise dos indicadores (Eixo 2)

Nota preliminar relativa aos indicadores FSE: A análise realizada assume que os indicadores definidos constituem o corpo central de indicadores do PO, um número limitado de indicador por PI, que inclui os indicadores comuns obrigatórios e os específicos definidos pelo Programa, em função das caraterísticas particulares da programação.

Assume-se também que este núcleo central de indicadores será complementado com indicadores de fluxo, que permitirão recolher informação mais detalhada quanto às operações e às caraterísticas dos projetos e dos participantes. Estes indicadores devem estar de acordo com os regulamentos, por exemplo, no seu desdobramento por género, e reforçar a abrangência das recolhas, tendo em vista o aumento da eficácia da monitorização e avaliação das operações e dos resultados.

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	PI 10.1. Os indicadores de realização abrangem dois dos quatro tipos de operações apoiadas – a ação social escolar e uma tipologia diversificada de projetos complementares às atividades letivas. Assume-se que estes indicadores abrangem a maioria das operações previstas, ficando excluídas as intervenções para os alunos com necessidades educativas especiais e o programa de reforço da educação pré-escolar. Dada a diversidade da tipologia de ações previstas no âmbito dos projetos complementares às atividades letivas, sugere-se que seja ponderada a possibilidade de integrar esta dimensão na formulação do indicador, ou a opção por um indicador de realização complementar que permita aferir o número das intervenções/ projetos considerados mais relevantes para o objetivo em causa. O indicador de resultado sugere algumas questões quanto à sua relevância. A opção pelo indicador “diplomados envolvidos em interações com vista à redução do abandono escolar …” estabelece uma relação direta entre o sucesso dos alunos e a totalidades das intervenções apoiadas, independentemente das suas características e da sua importância relativa para o sucesso e combate ao abandono. Admitindo a pertinência da inserção de um indicador deste tipo, questiona-se a sua relevância como indicador único e a sua relação com a totalidade das intervenções. Por isso, sugere-se a ponderação do indicador e a inserção de um indicador específico que permita medir a conclusão efetiva dos projetos, sobretudo os que assumem maior relevância para o objetivo em causa. O indicador “taxa de cobertura de crianças no pré-escolar …” não tem relação com o respetivo indicador de realização, regra geral a assumir na definição da hierarquia de indicadores. Assim, importa ajustar este indicador de modo a cumprir esta orientação. PI 10.2. Regra geral, os indicadores selecionados permitem medir as principais realizações e resultados, questionando-se porém a não inclusão de um indicador	

	relativo à redução dos constrangimento no acesso ao ensino superior para alunos carenciados (bolsas de mérito e mobilidade), sobretudo tendo em atenção sua relevância para a concretização do aumento da participação no ensino superior, em particular no que respeita aos curso TeSP. O tipo de indicador de resultado adotado (alunos certificados … doutoramentos concluídos …) é pertinente porque permite a contagem dos certificados e dos doutorados, mas é limitado para aferir outras dimensões dos objetivos específicos associados. No caso dos TeSP sugere-se, a inclusão de indicadores específicos que permitam aferir o sucesso escolar e o contributo para "aumentar o nº de diplomados do ensino superior …", por exemplo, "% de participantes certificados com nível ISCED 5 (abrangidos/ diplomados)" e "% de diplomados TeSP no total de diplomados do ensino superior". No caso dos doutoramentos, sugere-se a ponderação da inclusão de indicadores específicos que permitam aferir dimensões de objetivo não contempladas pelo único indicador definido, nomeadamente (i) um indicador relativo à relação dos doutoramentos concluídos com as diferentes prioridades temáticas da RIS3 e (ii) um indicador de longo prazo relativo à relação profissional e/ ou de parceria com as empresas e às iniciativas de empreendedorismo dos participantes. PI 10.4 Embora os cursos CET assumam protagonismo na PI e a sua cobertura pelos indicadores esteja assegurada, a inclusão de uma tipologia de ações complementares vocacionada para a melhoria das condições de qualidade e eficiência do sistema sugere a ponderação de um indicador específico de realização relativo a este tipo de projetos. Tal como no caso anterior o indicador de resultado definido "diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)" aponta para a contagem dos diplomados, o que por si só é relevante mas insuficiente para medir o progresso implícito no objetivo "aumentar o nº de jovens diplomados em modalidades de pós secundário …", dimensão relevante da agenda relativa ao aumento da qualificação dos jovens e jovens adultos. Neste sentido, sugere-se a integração de indicadores complementares, nomeadamente (i) "% de jovens que completaram percursos de pós secundário" (abrangidos/ diplomados) e (ii) um indicador de longo prazo relativo à inserção profissional dos participantes. PI 10.5. Os indicadores apresentados respeitam os regulamentos do FEDER, por via da utilização da unidade "pessoas" como referência central para a sua definição. Porém, sugere-se a integração de indicadores complementares de realização relativos ao número de projetos, por nível de ensino, e complementarmente um indicador de resultado relativo à conclusão dos mesmos.
QUESTÃO 19	PI 10.1. Na generalidade dos casos constata-se margem de evolução em termos da clareza da formulação dos indicadores. A formulação atual não evidencia a orientação das ações previstas no âmbito do objetivo "melhorar o sucesso escolar no ensino básico …", que se dirigem prioritariamente aos jovens que abandonaram precocemente a escola, estão em risco de abandono ou apresentam percursos de insucesso, inseridos designadamente no quadro de intervenções específicas, como é o caso dos projetos TEIP. A clarificação das características dos participantes reforçará a clareza dos indicadores

	associados a este objetivo. Relativamente ao objetivo "reforçar a igualdade no acesso ao ensino …", sugere-se finalizar a formulação com a indicação "por nível de ensino". PI 10.2. No caso dos indicadores relativos aos doutoramentos sugere-se integrar uma referência explícita à sua relação com a estratégia regional RIS3. PI 10.5. Sugerem-se melhorias na formulação dos indicadores tendo em vista o aumento da clareza e a facilidade da sua interpretação. Relativamente ao indicador de realização sugere-se maior precisão na definição dos alunos/ formandos abrangidos, por via da inclusão dos diferentes níveis de ensino a que se referem. Nos indicadores de resultado sugere-se a harmonização da formulação dos indicadores.
QUESTÃO 20	PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4, PI 10.5. A folha EXCEL complementar disponibiliza não fornece técnica quanto ao método de cálculo.
QUESTÃO 21	PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4, PI 10.5. Idem resposta anterior. Quanto aos indicadores de realização, a folha EXCEL complementar fornece pelo menos alguns valores unitários de referência que permitem compreender os valores utilizados para as metas.
QUESTÃO 22	PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4, PI 10.5. Os valores de partida utilizam praticamente todas as alternativas possíveis de informação disponíveis a nível oficial, mas ainda existem na proposta 3 indicadores de resultado para os quais não existe qualquer informação de fonte disponível: taxa de cobertura de pré-escolar; alunos certificados CTSP e diplomados CET
QUESTÃO 23	Esta questão remete sobretudo para os indicadores de resultado de longo prazo, tipologia de indicadores que não é contemplada no Programa.
QUESTÃO 25	PI 10.1, PI 10.2, PI 10.4, PI 10.5. A informação disponível não permite responder a esta questão, na medida em que não são conhecidos os pressupostos de fundamentação dos valores apresentados. A folha EXCEL complementar disponibilizada não permite captar essa fundamentação.

Quadro n.º 43 – Indicadores: EIXO 3 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
1	1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência nomeadamente os de interesse europeu	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	**Publicações em revistas de "top" (em domínios científicos enquadráveis na Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente)**		**Novos investigadores em entidades apoiadas (ICC)**	Apoio a projetos de I&D, totalmente alinhados com os domínios e prioridades regionais da EREI, tendo como escrutínio a excelência e os resultados potenciais em termos de inovação Apoio à participação em programas europeus de I&D, incluindo ações de sensibilização e de informação, apoio à preparação de candidaturas, divulgação e disseminação de resultados de I&D Apoio a atividades de transferência de novos conhecimentos e tecnologias para o tecido empresarial gerados no âmbito da I&D Apoio a outras ações de valorização económica dos resultados da investigação, nomeadamente: patenteamento e licenciamento de propriedade industrial ou projetos semente
		Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	**Percentagem dos fundos estrangeiros no financiamento das atividades de I&D (excluindo o setor empresas)**		**Infraestruturas de investigação apoiadas**	
		Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	**Percentagem das receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais e estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)**		**Projetos de transferência de utilização de conhecimento**	

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	1.2. Promoção do investimento das empresas em I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, na inovação social [...] e à difusão de tecnologias de interesse geral.	Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada em inovação	**Despesa das empresas em I&D em relação ao VAB**		**Empresas que cooperam com instituições de investigação (ICC)**	Apoio a **projetos de I&D por parte empresas** Apoio à **criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas** Apoio à **participação das empresas em programas europeus de I&D** Apoio a **atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&D empresarial e/ou em contexto empresarial** (divulgação de resultados e boas práticas em termos de I&I empresarial, propriedade industrial, ações de validação pré-comercial de novos produtos ou processos, etc.) Apoio à **coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva de âmbito regional** (ações de *clusterização,* ações visando a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia, atividades de colaboração internacional com outros Clusters e inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação) Apoios a **ações, de âmbito regional, de difusão das inovações no tecido económico**, Apoio a **projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME**, com investimento total igual ou inferior a 3 milhões de Euros, que se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação
		Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (Clusterização)	**Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev.3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação**		**Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (ICC)**	
		Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	**Proporção do volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total de volume de negócios de empresas com inovação de produto (não PME)**		**Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento (ICC)**	

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
						de valor acrescentado, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais ou, sendo investimento de natureza estruturante, quer pelo enquadramento estratégico (e.g. investimento âncora de clusters ou domínios da RIS 3), quer pela elevada mobilidade internacional ou de interesse estratégico, tenha claros efeitos de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional e impactes ao nível do emprego qualificado.

Quadro n.º 44 - Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 3 INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
1.1.	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização	**Publicações em revistas de "top" (em domínios científicos enquadráveis na Estratégia de I&I para uma Especialização Inteligente)**	A definir (o método de cálculo deste indicador está a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente				**Novos investigadores em entidades apoiadas (ICC)**	H: 40 M: 40 T: 80	SI PO/anual
	Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D, no quadro da estruturação, reorganização e aumento da eficácia e eficiência da rede nacional de infraestruturas de investigação	**Percentagem dos fundos estrangeiros no financiamento das atividades de I&D (excluindo o setor empresas)**	2009-2011 (média)	5,95	8,50	IPCTN/anual	**Infraestruturas de investigação apoiadas**	3	Infraestruturas do Roteiro/anual
	Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no sistema nacional de I&I e a criação de valor	**Percentagem das receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais e estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas)**	2009-2011 (média)	1,30	[1,5;1,8]	DGEEC/MEC/anual	**Projetos de transferência de utilização de conhecimento**	29	SI PO/anual

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
1.2.	Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades do sistema nacional de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada em inovação	**Despesa das empresas em I&D em relação ao VAB**	2012	0,31	[0,40;0,58]	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas/anual	**Empresas que cooperam com instituições de investigação (ICC)**	22	SI PO/anual
	Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (Clusterização)	**Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev.3, B a H, J, K, M e Q) com cooperação para a inovação**	2010	14,10	[18,20]	Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (MEC), Inquérito Comunitário à Inovação (CIS)/bienal	**Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (ICC)**	20	SI PO/anual
	Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico	**Proporção do volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total de volume de negócios de empresas com inovação de produto (não PME)**	2008-2010	8,4	[9,10]	Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (MEC), Inquérito Comunitário à Inovação (CIS)/bienal	**Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento (ICC)**	65	SI PO/anual

Quadro n.º 45 - Análise dos indicadores (Eixo 3)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	Os indicadores propostos para aferição de resultados assumem na generalidade as propostas estabelecidas pelo Grupo de Trabalho da Competitividade e Internacionalização (GTCI) /Cadeia de Programação do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (versão 22 de janeiro de 2014). Adicionalmente, os indicadores de resultado satisfazem integralmente os requisitos de cobertura dos objetivos específicos.	O Programa adota os indicadores de realização comunitários comuns (ICC) adequados, nomeadamente "número de novos investigadores em entidades apoiadas", "número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado" e "número de empresas que beneficiam de apoio" (sugere-se que se altere a designação para cumprir exatamente o Regulamento, retirando "na prioridade de investimento"). **1.1.(3) "(número de) empresas em cooperação com instituições de investigação"** Chama-se a atenção que um dos indicadores que sofreu alteração em relação à versão anterior é um indicador comum, sendo que se sugere a integração de "número de empresas em cooperação com instituições de investigação" mesmo que a equipa considere que o indicador não define o universo com clareza como refletiu em versões anteriores do relatório. Nesse sentido o indicador adotado na versão atual é mais claro. Sugere-se, ainda, que o PO Alentejo acrescente ao indicador específico "infraestruturas de investigação apoiadas" o seguinte indicador: **1.1.(2) "(Número de) investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação apoiadas** Este indicador comum é mais adequado, uma vez que corresponde ao regulamento e é também o indicador sugerido pela Cadeia de Programação do Domínio: Temático Competitividade e Internacionalização (22 de janeiro de 2014).
QUESTÃO 19	Os indicadores de resultado apresentam uma designação clara e proporcionam uma interpretação clara.	Os indicadores de realização estão também definidos de forma clara e inequívoca.
QUESTÃO 20	No caso da PI 1.1, ainda não é seguro que alguns dos indicadores propostos sejam regionalizáveis, de acordo com ao Cadeia de Programação do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização, o que poderá comprometer a sua forma de cálculo que não está ainda definida no Programa.	
QUESTÃO 21	Na última versão disponível do PO Alentejo ainda não existem fórmulas de cálculo. Contudo, com exceção do indicador "publicações científicas indexadas", todos têm valor de base e meta definidas.	
QUESTÃO 22	Enquanto os indicadores de resultado utilizam informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (2), do Instituto Nacional de Estatística (1) e da Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (2), os indicadores de realização alimentam-se através do Sistema de Informação do PO. A Cadeia de Programação do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (versão 22 de janeiro de 2014) prevê a utilização dessas fontes de informação, embora exista um problema de aferição do universo: o universo dessas amostras é muito mais lato do que o universo do PO Alentejo, o que implicará que o indicador meça um contexto muito mais amplo do que o resultado das ações por si apoiadas. Mas a equipa de avaliação considera muito positivo que tenha sido assumida uma opção de aproximação dos dados provenientes do	

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
	sistema de informação do PO com os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e aos dados provenientes do Inquérito Comunitário à Inovação. No caso dos indicadores relativos à investigação científica, o recurso às bases de dados como a veiculada pela DGEEC (BD Thompson-Reuters), é necessário assegurar que a classificação dessas bases permite a associação aos domínios científicos considerados prioritários para as estratégias de especialização inteligente, o que não é possível avaliar com a informação disponibilizada.	
QUESTÃO 23	Uma vez que não se tratam de indicadores do FSE, não existe pertinência na resposta.	
QUESTÃO 25	O eixo manifesta uma completa ausência de justificação do valor de partida, mas existe informação quanto ao ano a que se refere e à fonte de informação. Os valores assumidos como meta são realistas. A equipa de AEA salienta o salto qualitativo havido no quadro de desempenho uma vez que a versão atual do PO integra objetivos intermédios para as duas prioridades de investimento do eixo. Esta monitorização mais cuidada do desempenho é importante uma vez que a inovação da região é pouco robusta e este quadro comunitário corresponde a um instrumento de capacitação isolado no contexto do território, sendo que a equipa considerava crítico suportar toda a monitorização apenas na PI 1.2.	
QUESTÃO 26 – QUESTÃO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	

Quadro n.º 46 – Indicadores: EIXO 4: DESENVOLVIMENTO URBANOSUSTENTÁVEL

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
4	4.5 Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético	**Diminuição estimada dos gases com efeitos de estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas por estas intervenções)**		Acréscimo de população servida por intervenções de expansão/nos sistemas de transportes urbanos	Elaboração de planos de mobilidade urbana à escala municipal ou planos de mobilidade à escala intermunicipal Ações que decorram dos planos de mobilidade e que tenham impactes na eficiência do sistema de mobilidade e transportes (reduções de tempo de deslocação) e na redução de CO2 (transportes mais verdes) Ações que decorram dos planos de mobilidade e acessibilidade urbana que foram apoiados em anteriores períodos de programação e que tenham impactes na redução dos tempos de deslocação e na redução das emissões de CO2 Soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre aos territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo o apoio a soluções flexíveis de transporte.

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
6	6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	**Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano**		**Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas**	Qualificação e reabilitação do espaço publico e do edificado integrado em áreas de regeneração e revitalização urbana Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas Qualificação do espaço público, equipamentos e ambiente urbano, incluindo arranjos urbanísticos, áreas de recreio, lazer, cultura e desporto Desenvolvimento de soluções inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável; Reutilização, reurbanização e/ou reconversão de espaços industriais desativados (funcional ou ambientalmente desadequados em meio urbano) no âmbito de operações integradas de regeneração e competitividade urbana direcionadas para o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo; Melhoria das condições de acessibilidade ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços.

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
9	9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	**Grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção**		**Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas**	Requalificação sócio urbanística de centros urbanos regionais e centros estruturantes Requalificação do espaço e do edificado público, equipamentos e ambiente urbano · Refuncionalização de edifícios públicos abandonados

Quadro n.º 47 - Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 4: DESENVOLVIMENTO URBANOSUSTENTÁVEL

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
4.5	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético	**Diminuição estimada dos gases com efeitos de estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas por estas intervenções)**	2012	1.452.155	1.210.129	DGEG/anual	**Acréscimo de população servida por intervenções de expansão/nos sistemas de transportes urbanos**	140.000	SI PO/anual
6.5	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	**Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de**	n. d.		[50;60]	Inquérito/bienal	**Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas**	51.333	SI PO/anual

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
		desenvolvimento urbano							
9.8	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	**Grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção**	n. d.		[50;65]	SI PO/anual	**Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas**	10.162	SI PO/anual

Quadro n.º 48 - Análise dos indicadores (Eixo 4)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	Os indicadores de resultado aceitam as sugestões fornecidas pelo Grupo de Trabalho da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (versão já referida) e da Inclusão Social e Emprego. A opção assumida de, no caso dos indicadores respeitantes aos OT 6 e OT 9, por indicadores de resultado calculados com base em indicadores de satisfação nas áreas sujeitas a intervenção constitui uma decisão pioneira, que pode contribuir no entender da AEA para uma prática dos próprios PO investirem na organização de sistemas de informação específicos e preocupados com a captação dos seus resultados. Porém, no caso do OT 9, no entender da AEA, face à natureza da intervenção, seria preferível substituir o referido indicador de satisfação por um indicador relativo à melhoria das condições sociais nas áreas urbanas intervencionadas. Já no caso do OT 6, o indicador de satisfação constitui no entender da AEA uma boa opção.	Os indicadores de realização são adequados para aferir as tipologias de ação propostas no quadro deste eixo, assim como correspondem às sugestões fornecidas pelas Cadeias de Programação. Para garantir uma cobertura mais integral dos objetivos específicos, sugere-se que se acrescente os seguintes indicadores de realização complementares: **4.5.(1) "(Número de) intervenções de transporte urbano e de melhoria da mobilidade"** O indicador "Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de/nos sistemas de transportes urbanos" não se mostra suficiente para aferir a realização das ações apoiadas no âmbito da PI 4.5, para além disso apresenta caraterísticas de indicador de resultado. Sugere-se nesse sentido que se acrescente este indicador. **6.5.(2) "(Número de) projetos de reabilitação apoiados"** Uma vez que a intervenção não será apenas na malha urbana, mas também em zonas industriais, por exemplo, sugere-se que se acrescente o indicador proposto para cobrir as tipologias de ação deste objetivo específico. Em alternativa, o Regulamento FEDER apresenta outros indicadores comuns passíveis de utilização com o mesmo intuito.
QUESTÃO 19	No caso dos indicadores de satisfação, seria conveniente explicitar melhor que dimensões de satisfação pretende o indicador captar, sobretudo para ser compreendida a relação com os objetivos do Eixo Prioritário	Com o objetivo de homogeneizar os indicadores comunitários, sugere-se que o indicador 4.5. "Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de/nos sistemas de transportes urbanos" passe a denominar-se "Número adicional de pessoas cobertas pelos sistemas de transportes urbanos". Os restantes indicadores são claros.
QUESTÃO 20	A folha EXCEL complementar disponibilizada não permite responder a esta questão, com especial incidência nos indicadores de resultado medidos por indicadores de satisfação (*surveys*). Deve referir-se que para o caso dos indicadores de realização, a disponibilização de custos unitários de referência constitui um fator positivo.	
QUESTÃO 21	A folha EXCEL complementar disponibilizada não permite responder a esta questão, com especial incidência nos indicadores de resultado medidos por indicadores de satisfação (*surveys*). Deve referir-se que para o caso dos indicadores de realização, a disponibilização de custos unitários de referência constitui um fator positivo. Não há qualquer elemento de fundamentação que permita compreender a razoabilidade das metas definidas para os indicadores de resultado de satisfação.	
QUESTÃO 22	Existe informação quanto à fonte de informação. O Sistema de Informação do PO Alentejo alimentará os indicadores de realização e as respostas necessárias aos indicadores de resultado serão fornecidas através das estatísticas da DGEG e inquérito. No caso da PI 4.5 alerta-se para a possibilidade do indicador medir o contexto e não o efeito direto das medidas do PO. A metainformação e meta-alimentação dos indicadores de satisfação deve ser explicitada, até para ser possível compreender de que maneira os resultados visados	

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
	estão relacionados com os objetivos do Eixo Prioritário.	
QUESTÃO 23	Uma vez que não se tratam de indicadores do FSE, não existe pertinência na resposta.	
QUESTÃO 25	Não existe fundamentação para os valores de referência. As metas a atingir assumem valores realistas. O quadro de desempenho apresenta metas razoáveis de execução até 2018, uma vez que se espera que mais de metade dos "espaços abertos criados ou reabilitados" já estejam concluídos em 2018. Alerta-se a AG para o facto do indicador de desempenho conter informação por género, sendo um lapso dado que o indicador não afere o número de pessoas.	
QUESTÃO 26 – QUESTÂO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	

Quadro n.º 49 – Indicadores: EIXO 5: EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSO ENDÓGENO

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
8	8.1. Acesso ao emprego para candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	**Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio na administração local**		**Participantes que beneficiam dos estágios profissionais na administração local**	Estágios profissionais na administração pública local e nos serviços desconcentrados da administração central
	8.3.Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e dinamizar o empreendedorismo social	**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio**		**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego**	Apoios especificamente direcionados para novas micro empresas e PME que promovam a criação de emprego, como por exemplo, emprego verde Ações de sensibilização e formação de promotores de empresas ou das iniciativas de que decorre criação líquida de emprego Apoio a micro empresas e PME já existentes, desde que se vise a criação líquida de emprego Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, através da antecipação do pagamento total ou parcial destas prestações Iniciativas de microcrédito

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
						disponibilizando formação essencial e apoiando a criação de microempresas especialmente vocacionadas para a economia social Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social e da economia social, tornando o empreendedorismo social uma vertente importante das diferentes iniciativas de promoção e reconhecimento do empreendedorismo Apoio à criação de startups sociais Incentivo ao empreendedorismo cooperativo
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (incluindo o financiamento da componente FSE de projetos apoiados no âmbito dos OT 1 e 3)	Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I.	**Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio**		**Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas**	Apoio à integração de recursos humanos altamente qualificados nas empresas (no âmbito dos projetos de I&D ou no âmbito da estratégia empresarial) Apoio a programas de mobilidade de doutorados ou outro pessoal altamente qualificado entre empresas e outras entidades do sistema de I&I Desenvolvimento de ações de formação e de

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
		Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhorias da capacidade de gestão, assim como dos ativos das empresas	**Trabalhadores que concluíram as ações de formação para a inovação e gestão no total dos que frequentaram**		**Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial**	capacitação dos gestores e dos ativos das empresas para a inovação e gestão empresarial e *e-skills*, incluindo as metodologias de coaching e formação-ação. Participação de ativos de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projetos de investimento.
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego; dinamizar o empreendedorismo social	**Entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio**		**Entidades apoiadas**	Iniciativas de micro crédito Apoio ao empreendedorismo cooperativo Apoio ao desenvolvimento de viveiros de pequena escala Diversificação de instrumentos de financiamento a Organizações da Economia Social

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	**Grau de concretização das estratégias**		**Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos**	Estratégias de marketing e de animação territorial Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de recriação de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos Dinamização de iniciativas sustentáveis centradas no território

Quadro n.º 50 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 5: EMPREGO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSO ENDÓGENO

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
8.1.	Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	**Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio na administração local**	2012	223	600	SI PO/anual	**Participantes que beneficiam dos estágios profissionais na administração local**	H: 85 M: 89 T: 174	MSESS/anual
8.3.	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego e de dinamização do empreendedorismo social	**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio**	2013	30	[35;40]	SI PO/anual	**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego**	H: 1300 M: 1372 T: 2672	SI PO/anual
8.5.	Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas, como contributo para elevar as competências empresariais em I&I e intensificar as interações entre empresas e outras entidades do sistema nacional de I&I.	**Pessoal altamente qualificado contratado por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio**	2011	0,1%	0,2%	SI PO/anual	**Pessoal altamente qualificado contratado por empresas apoiadas**	H: 85 M: 89 T: 174	SI PO/anual
	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhorias da capacidade de gestão, assim como dos ativos das empresas	**Trabalhadores que concluíram as ações de formação para a inovação e gestão no total dos que frequentaram**	2013	87,5	[90;95]	SI PO/anual	**Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial**	H: 600 M: 621 T: 1221	SI PO/anual

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
8.8.	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas, bem como apoiando microempresas já existentes, na perspetiva da criação líquida de emprego; dinamizar o empreendedorismo social	**Entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio**	2013	65	75%	SI PO/anual	**Entidades apoiadas**	112	SI PO/anual
8.9.	Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas	**Grau de concretização das estratégias**	2013	30	[50;55]	SI PO/anual	**Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos**	5	SI PO/anual

Quadro n.º 51 – Análise dos indicadores (Eixo 5)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	Podemos considerar que a proposta de indicadores destinados a aferir os resultados alcançados no âmbito dos objetivos específicos do EP 5 permitem medir o seu desempenho. Relativamente à cobertura dos objetivos específicos ou concordância com o regulamento do FSE sugere-se a seguinte adaptação **8.9.(2) "(Número de) postos de trabalho criados, que permanecem 6 meses após o fim do apoio"** A equipa sugere a introdução do indicador anterior para que, há semelhança do que acontece com os restantes indicadores de resultado, se integre a dimensão da empregabilidade conseguida com a valorização económica dos recursos endógenos. **8.3. "(Número de) postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 6 meses após o apoio"** O indicador do PI 8.3 "postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o apoio" não é o proposto pela Cadeia de Programação do Domínio Temático Inclusão Social e Emprego (5 de fevereiro de 2014), uma vez que o grupo de trabalho sugere uma duração de 6 meses. Esta é também a duração do indicador de resultado de longo-prazo constante no regulamento do FSE e, por esse motivo, merece da nossa parte uma sugestão no sentido da redução do efeito da medida. Para além destas referências, os indicadores cumprem globalmente o Regulamento FSE e estão alinhados com os indicadores propostos pela Cadeia de Programação do Domínio Temático Inclusão Social e Emprego (5 de fevereiro de 2014). Em alguns casos, para além do indicador de longo prazo, o Programa ganharia em optar por incluir também indicadores para aferir os efeitos mais imediatos em termos de empregabilidade, embora se devam manter estes indicadores para observar os resultados de uma forma mais dilatada no tempo. Existem algumas sugestões no regulamento. De referir que todos os indicadores que contemplam aferição do que acontece após um dado período posterior à intervenção pressupõem um sistema de inquirição a beneficiários, com as exigências correspondentes de representatividade, a realizar coma supervisão de autoridades nacionais (sistema de informação FSE) e PO Alentejo. Essa matéria está omissa no PO	Os indicadores nem sempre asseguram a cobertura da diversidade de ações e públicos previstos. **8.5.(1) "(Número de) doutorados e pós-doutorados contratados por empresas apoiadas" e "(Número de) mestres contratados por empresas apoiadas"** Na PI 8.5, as medidas de inserção de mestres nas empresas espera-se que seja diferente da integração de doutorados e pós doutorados. Por essa razão, a equipa sugere que se separem as tipologias de integração que o referido indicador 8.5.(1) afere e se acrescente um indicador de realização complementar por forma a aferir individualmente a integração de mestres.

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 19	Globalmente, os indicadores adotam uma designação clara e inequívoca, até porque são aceites muitas das propostas do grupo de trabalho que elaborou a Cadeia de Programação, assim como existe uma preocupação de integração dos indicadores constantes no Regulamento. A AEA considera, entretanto, que existe uma exceção: não pode considerar-se de formulação inequívoca, o indicador "grau de concretização de estratégias". Conviria explicitar os critérios concretos para a definição do grau de concretização. Não é percetível a lógica assumida, mesmo que seja feita uma referência à lógica PROVERE. Trata-se de avaliar o grau de concretização das dimensões dos planos de ação? As entidades beneficiárias serão obrigadas a definir indicadores para caracterizar o caminho crítico da estratégia proposta? Que significado atribuir aos 30% de valor base?	Os indicadores assumem-se claros e inequívocos. A definição de "estratégias específicas" constante no PO constitui um contributo assinalável para essa clareza.
QUESTÃO 20	As metodologias de cálculo dos indicadores adotados, que cumprem orientações propostas pelo Grupo de Trabalho Temático no domínio da Inclusão Social e Emprego, nos respetivos Domínios Temáticos, não se encontram ainda estabilizadas. De acordo com a AEA, sobretudo os indicadores de resultado carecem, com maior relevo para o "grau de concretização de estratégias", a metodologia de cálculo permanece indefinida.	
QUESTÃO 21	A folha EXCEL complementar disponibilizada não permite compreender a lógica de determinação de metas e de *baselines*	
QUESTÃO 22	Embora exista informação da fonte de informação e da periodicidade da mesma, não está explícita a sua fórmula de cálculo. Também existe informação tanto do valor de partida, como da meta.	
QUESTÃO 23	As fontes de informação são fiáveis uma vez que se recorrerá ao Sistema de Informação do Programa Operacional. Contudo, deve-se ter atenção à monitorização da fiabilidade dos inquéritos.	
QUESTÃO 25	Não existe fundamentação técnica disponível para a AEA analisar criticamente os valores de referência. Os valores tidos como meta são cautelosos, o que se percebe pelas condições de contexto. De referir também que a indicação das metas em formato de intervalo de valores merece atenção particular, sendo que a equipa considera uma opção mais ponderada e com menores riscos de incumprimento num setor de elevada incerteza. Relativamente ao quadro de desempenho, sinaliza-se a falta de cobertura dos projetos de valorização do potencial endógeno que se perspetivam como muito prioritários no atual quadro comunitário. As metas intermédias apresentam valores realistas, embora a AEA deva referir que o número entidades apoiadas na ótica da PI 8.8 a atingir em 2018 coloca em causa a meta que se pretende. Contudo, deve-se referir que esta cautela relativamente ao objetivo intermédio 8.9 é adequada uma vez que se recorrerá a instrumentos financeiros relativamente inovadores, o que necessita de algum tempo para reconfiguração de expetativas. A AEA considera extremamente discutível a utilização do estudo FEP (Mónica Dias, José Varejão) como referencial para a fixação de valores de base e metas. Conforme os autores do estudo confirmaram à equipa de avaliação o estudo requer para ser interpretado imensa contextualização e a sua utilização como único instrumento de referência parece ser nessas condições precipitada.	
QUESTÃO 26 – QUESTÂO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	

Quadro n.º 52 – **Indicadores: EIXO 6 COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO**

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
9	9.1.Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	**Novas soluções desenvolvidas no âmbito de projetos de inovação e experimentação social objeto de utilização por outras entidades não envolvidas**		**Projetos de inovação e experimentação social apoiados**	Animação territorial e inovação social Desenvolvimento de abordagens integradas, de âmbito local, direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações Dinamização de ações intergeracionais e ações de promoção da transmissão de conhecimento e memória Inclusão social dos indivíduos de forma multissetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, que permitam contribuir para aumentar a empregabilidade, combater situações críticas de pobreza e de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos, e concretização de medidas de promoção da inclusão ativa Inclusão social de crianças, jovens e outros, em contextos socioeconómicos vulneráveis, assente numa lógica bottom-up, em projetos localmente planeados, tendo por suporte instituições locais Promoção de inclusão ativa Inclusão social de imigrantes
		Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	**Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário**		**Participantes em ações de trabalho socialmente necessário**	

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	9.6.Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio**		**Postos de trabalho criados, incluindo auto-emprego**	Ações integradas em estratégias de desenvolvimento local que por sua vez correspondem a programas de ação, devendo ser assegurada a coerência com a estratégia de desenvolvimento territorial estabelecida para a respetiva NUTS III (dinamização económica local, revitalização dos mercados locais, diversificação das economias locais, estímulo à inovação social e busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social, …)
	9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes	**Grau de satisfação dos utentes**		**Equipamentos intervencionados**	Qualificação da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social, através da modernização das infraestruturas e dos equipamentos. Aquisição de equipamentos tecnológicos em áreas terapêuticas, de diagnóstico e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida dos cidadãos/clientes; Qualificação de infraestruturas sociais ou de saúde para assegurar melhoria na qualidade das respostas ou a criação de respostas sociais ou de saúde inovadoras; Qualificação de infraestruturas e de equipamento que alteraram a sua funcionalidade resultante da reorganização, redefinição de papéis e funções das instituições, de modo a assegurar uma resposta mais adequada à procura (saúde -cuidados de saúde primários e hospitalares – e sociais)
					População coberta por serviços de saúde melhorados	

OT	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas e zonas urbanas rurais	Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	**Grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção**		**Espaços abertos, criados ou reabilitados, em áreas urbanas**	Requalificação sócio -urbanística de áreas urbanas críticas; Promoção do desenvolvimento dos espaços de baixa densidade
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	**Grau de cobertura das estratégias**		**Estratégias DLBC apoiadas**	Apoio à criação de rede de unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora; Apoio ao empreendedorismo cooperativo; Apoio ao empreendedorismo social, incluindo a promoção de *start-ups* sociais.

Quadro n.º 53 – **Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: EIXO 6 COESÃO SOCIAL E INCLUSÃO**

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
9.1.	Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	**Novas soluções desenvolvidas no âmbito de projetos de inovação e experimentação social objeto de utilização por outras entidades não envolvidas**	A apurar…				**Projetos de inovação e experimentação social apoiados**	57	SI PO/anual
	Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural	**Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário**	2010	5	[5;7]	Estudo da FEP/anual	**Participantes em ações de trabalho socialmente necessário**	H: 2500 M: 2837 T: 2337	MSESS/anual
9.6.	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio**	2013	50	[55;60]	SI PO/anual	**Postos de trabalho criado, incluindo autoemprego**	H: 38 M: 39 T: 77	SI PO/anual
9.7.	Qualificar e adaptar a rede regional de equipamentos e melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às	**Grau de satisfação dos utentes**	A apurar…		[50;65]	Inquérito/anual	**Equipamentos intervencionados**	75	SI PO/anual

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
	necessidades existentes						**População coberta por serviços de saúde melhorados**	750.000	SI PO/anual
9.8.	Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social	**Grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção**	n. d.		[50; 65]	Inquérito/anual	**Espaços abertos, criados ou reabilitados, em áreas urbanas**	3300	SI PO/anual
9.10	Reforçar a abordagem territorializada da intervenção social assente em parcerias locais	**Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio**	2013	30	[78;80]	SI PO/anual	**Estratégias DLBC apoiadas**	10	SI PO/anual

Quadro n.º 54 – Análise dos indicadores (Eixo 6)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	Embora os indicadores de resultado deste EP tenham experimentado uma significativa melhoria na versão final do PO sob avaliação, observam-se ainda algumas falhas de cobertura, como no caso da prioridade 9.7. **9.7.(2) "(Número de) vagas criadas através dos processos de adaptação da rede" ou "Aumento da população coberta por serviços de saúde melhorados"** Para além do grau de satisfação, devem-se medir os resultados em termos físicos da readaptação dos equipamentos de saúde e sociais. Por essa razão a equipa propõe este indicador específico. A equipa dá conta dessa intenção ao definir o indicador de realização "população coberta por serviços de saúde melhorados" e, por isso, sugere a adaptação, em alternativa, desse indicador. Outra preocupação da equipa prende-se com a periodicidade do efeito de longo prazo, uma vez que o Regulamento FSE indica que os efeitos dizem respeito aos 6 meses após o apoio/participação e o PO Alentejo refere sempre 12 meses. Sugere-se uma alteração para que exista o cumprimento do Regulamento ou, em alternativa, a apresentação de fundamentação pertinente para justificar a diferença assumida. Adicionalmente, o Regulamento também apresenta alguns indicadores de resultado que seriam pertinentes para que não se avaliassem apenas os efeitos de longo-prazo. A equipa considera positivo a inserção de um indicador complementar de criação de emprego por via das medidas destinadas aos DLBC, aferindo uma dimensão muito relevante destas ações: inclusão através do emprego. O indicador de resultado selecionado para medir a inovação social, no entender da AEA, parece mais um indicador de realização do que de resultado: "Novas soluções desenvolvidas no âmbito de projetos de inovação e experimentação social objeto de utilização por outras entidades não envolvidas", não acompanhado da meta-informação correspondente, coloca a sua alimentação no arbítrio da AG para classificar determinadas operações como de inovação social se tratasse. Para além disso, a ausência de *baselines* para o indicador impede a avaliação dos progressos na concretização dos objetivos. Recomendaríamos por isso um indicador distinto do número de unidades de soluções de inovação social, por exemplo em termos de cobertura de empregos abrangidos ou empresas de economia social. Tal como foi referido a propósito dos indicadores do EP anterior, o indicador "Grau de concretização de estratégias" carece de clarificação conceptual. Como definir esse grau de concretização? Pela % de ações programadas concretizadas? O mesmo se diga dos indicadores relativos à satisfação: importaria clarificar na meta-informação as dimensões da satisfação a inquirir.	Genericamente os indicadores de realização sejam adequados aos objetivos que pretendem aferir. Contudo, o indicador 9.7.(2) "População coberta por serviços de saúde melhorados" assume, no nosso entender, uma medida de resultado das intervenções. Nesse sentido deverá ser um indicador de resultado e não de realização. Neste eixo também são claramente visíveis melhorias significativas de cobertura e de adequabilidade observadas da anterior versão para a atual.
QUESTÃO 19	O Programa recorre ao Grupo de Trabalho que construiu a Cadeia de Programação do Domínio Temático, embora pudesse ter aceite a sugestão para o indicador 9.1.(2) por ser mais claro: "% de abrangidos empregados ou noutras medidas ativas de emprego 6 meses após o fim do apoio", mas também porque cumpre com o Regulamento FSE. No caso dos indicadores de satisfação, do indicador de inovação social e de concretização de estratégias, a AEA entende que não está garantida a interpretação normativa requerida pela questão de avaliação.	Globalmente os indicadores apresentam designações claras e inequívocas. De referir que o PO Alentejo poderia ter recorrido com maior frequência à Cadeia de Programação do Domínio Inclusão Social e Emprego (5 de fevereiro), nomeadamente para tornar mais claro o indicador que procura aferir o número de contratos de inserção realizados "N.º de abrangidos no âmbito dos Contratos emprego inserção". Por outro lado, para

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
		melhorar a homogeneização no seio dos indicadores, sugere-se que o indicador 9.7.(1) seja alvo de uma alteração com o objetivo de introduzir o número de entidades apoiadas, assim o "número de entidades intervencionadas" passaria a ter a designação de "número de entidades apoiadas".
QUESTÃO 20	As formas de cálculo dos indicadores de resultado respeitantes a satisfação, inovação social e de concretização de estratégias não são claras as suas formas de cálculo e a folha EXCEL complementar não nos proporciona fundamentação técnica sobre a meta-informação associada.	
QUESTÃO 21	A fundamentação de metas e de *baselines* é muito deficiente, inexistente no caso da inovação social, sem *baseline* nos indicadores de satisfação (o que é compreensível dada a situação pioneira deste tipo de indicadores) e a sua definição de metas é precária sem conhecer as dimensões da satisfação utilizadas na inquirição. Quanto à utilização do estudo FEP, ver comentários produzidos no EP anterior.	
QUESTÃO 22	Nesta fase de desenvolvimento do PO já seria de esperar uma bateria de indicadores sem qualquer falha ao nível das baselines e metas. Contudo, o indicador 9.1 ainda não tem informação. Os indicadores de realização da PI 9.7 e 9.8 também observam falhas ao nível das *baselines*. Relativamente aos restantes indicadores existe informação sobre todas as categorias necessárias (com exceção do referido nas questões anteriores).	
QUESTÃO 23	Há uma diferença considerável de robustez entre indicadores de resultado e de realização, sobretudo porque estes últimos recorrem ao Sistema de Informação do PO na sua maioria, apresentando-se por isso com maior fiabilidade de produção de informação. Os indicadores de resultado carecem de fiabilidade por vários motivos: (i) a questão da inovação social não está tratada; (ii) os indicadores de satisfação exigem pelo menos o conhecimento das dimensões a inquirir para avaliar da sua viabilidade; (iii) a concretização de estratégias requer clarificação de critérios, já que enunciar a lógica PROVERE não chega para o conseguir, sendo necessário esclarecer se se trata de uma decisão da AG que vai definir se a estratégia está ou não concretizada ou se, pelo contrário, vão ser enunciados critérios objetivos para o sistema de informação considerar que a estratégia está concretizada.	
QUESTÃO 25	Não existe fundamentação para as *baselines*, pelo que, relativamente ao quadro de desempenho, não é totalmente conclusivo se as metas finais e intermédias podem ser consideradas realistas ou se estão, pelo contrário, afetadas pelo efeito prudência que a avaliação de desempenho irá certamente determinar. No caso da PI 9.10, as estratégias DLBC assumem uma relevância muito particular nesta região, pelo que não existir qualquer projeto apoiado até 2018 pode resultar numa maior dificuldade de cumprimento do objetivo final.	
QUESTÃO 26 – QUESTÃO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	

Quadro n.º 55 – Indicadores: Eixo 7 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
4	4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	**Redução do consumo de energia primária nas empresas**		**Empresas com consumo de energia melhorado**	Medidas transversais associadas à atuação tecnológica sobre motores elétricos, produção de calor e frio, iluminação e outras medidas para a eficiência energética do processo industrial Outras medidas específicas aplicadas aos processos produtivos, em particular na industrial Medidas específicas associadas ao setor dos serviços: equipamentos eficientes, iluminação isolamento e calor verde Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração dos Planos de Racionalização Energética de suporte a investimentos Sistemas de monitorização de frotas que possibilitam um maior conhecimento e monitorização dos consumos energéticos, cálculo das emissões de CO2 e promoção da eficiência energética Apoio a tecnologias de produção de energia de base renovável para autoconsumo, desde que integradas num projeto conjunto e não apresentadas de forma isolada

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	**Consumos de energia primária na Administração Regional e Local**		**Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos**	Auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia (PREN); Implementação de energias renováveis em infraestruturas públicas Promoção dos contratos de gestão de eficiência energética em equipamentos públicos (modelo ESCO), nomeadamente edifícios. Difusão de boas práticas quanto ao desempenho energético -ambiental dos edifícios (Guias de termos de referência,) Investimentos na melhoria da eficiência da iluminação pública Medidas integradas de promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis com vista à melhoria do desempenho energético dos edifícios e equipamentos públicos existentes
		Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	**Fogos de habitação social com classificação energética**		**Agregados familiares com consumo de energia melhorado**	
	4.5.Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético	**Diminuição estimada dos gases com efeito de estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas) por estas intervenções)**		**Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de/nos sistemas de transportes urbanos**	Elaboração de **planos de mobilidade à escala** municipal na perspetiva da sustentabilidade; Ações que decorram dos planos de mobilidade e que tenham impactes na eficiência do sistema de mobilidade e transportes e na redução de CO2

Quadro n.º 56 – Valores Base e Valores Alvo dos Indicadores: Eixo 7 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E MOBILIDADE

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
4.2.	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	**Redução do consumo de energia primária nas empresas**	2012	71.471 MWh	6	PNAEE/anual	**Empresas com consumo de energia melhorado**	21	PNAE
4.3.	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	**Redução dos consumos de energia primária na Administração Regional e Local**	2011	44953 tep	30%	PNAEE	**Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos**	38.785.079 MWh/ano	PNAEE/anual
	Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	**Fogos de habitação social com classificação energética**	2012	4.524	77	PNAEE	**Agregados familiares com consumo de energia melhorado**	3.503	PNAEE/anual
4.5.	Estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO2 e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético	**Diminuição estimada dos gases com efeito de estufa nas áreas urbanas (potencialmente abrangidas) por estas intervenções)**	2012	1.452.155 Ton./CO2	1.210.129 Ton./CO2	DGEG/anual	**Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de/nos sistemas de transportes urbanos**	140.000	SI PO/anual

Quadro n.º 57 - Análise dos indicadores (Eixo 7)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	Os indicadores de resultado adotados coincidem com as propostas que decorrem do Grupo de Trabalho do Domínio Temático da Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (4 de fevereiro). O PO Alentejo recorre nesta família de indicadores a conhecimento disponibilizado a nível nacional, embora possa questionar-se a existência de alguns dos indicadores propostos para a unidade dos Centros Urbanos que serão objeto de cobertura. No que se refere à prioridade de investimento 4.3, mais especificamente ao objetivo relativo aos fogos de habitação social, o indicador apresentado ("Fogos de habitação social com classificação energética") poderia ser completado com um indicador de redução de consumo primário de energia, mas compreende-se que o indicador de certificação possibilitará uma meta-alimentação mais fiável. Os indicadores relativos à redução do consumo primário na administração pública e de decréscimo das emissões dos gases de efeitos de estufa nas áreas urbanas cumprem o Regulamento FEDER.	Embora a Cadeia de Programação sugira a inserção do indicador de realização "Diminuição anual estimada dos gases com efeito estufa por efeito dos projetos apoiados" com carácter de obrigatoriedade, a equipa considera adequado não o considerar como tal uma vez que o mesmo assume a dimensão de indicador de resultado, considerando a tipologia de ações que se enquadram na PI 4.2 e 4.3, diretamente relacionadas com consumos energéticos e não com as emissões. **4.5.(1) " (Número de) intervenções de transporte urbano e de melhoria da mobilidade"** Por outro lado, o indicador "Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de/nos sistemas de transportes urbanos" não se mostra suficiente para aferir a realização das ações apoiadas no âmbito da PI 4.5, para além disso apresenta caraterísticas de indicador de resultado. Sugere-se nesse sentido que venha a ser acrescentado o indicador avançado.
QUESTÃO 19	As designações dos indicadores não geram equívocos.	Os indicadores "Nº de Empresas com consumo de energia melhorado" e "Nº de Agregados familiares com consumo de energia melhorado (ICC) " deveriam ter uma designação mais objetiva, substituindo o consumo melhorado por redução de consumo após a intervenção.
QUESTÃO 20	Uma parte dos indicadores propostos não é certo que sejam regionalizáveis, trazendo consequências para a respetiva forma de cálculo (casos dos indicadores dos objetivos específicos 3 e 4 do PI 4.3). Contudo, ainda não existe informação sobre essa matéria no PO Alentejo. Estimam-se problemas nessa matéria, sobretudo ao nível dos centros urbanos. A folha EXCEL complementar é parca em matéria de meta-informação.	
QUESTÃO 21	Os valores de partida e as metas são conhecidos, embora a folha EXCEL complementar seja parca na fundamentação técnica.	
QUESTÃO 22	As fontes de informação são conhecidas. A equipa de AEA alerta para o perigo do universo de aferição poder ser mais amplo do que o próprio programa, o que dificulta na avaliação do resultado e realização das políticas específicas do PO Alentejo. Esta característica tanto pode ser positiva, considerando que existe um decréscimo generalizado do consumo de energia por contração da atividade económica, ou negativa, no caso de existir um aumento de energia generalizado. A regionalização da informação carece ainda de demonstração, sobretudo no caso das intervenções em centros urbanos.	
QUESTÃO 23	Uma vez que não se tratam de indicadores do FSE, não existe pertinência na resposta.	
QUESTÃO 25	Não existe fundamentação para os valores de referência. As metas a atingir assumem valores realistas na generalidade. O quadro de desempenho apresenta metas razoáveis de execução até 2018, embora com problemas de cobertura das prioridades de investimento. A prioridade de investimento mais relacionada com a redução da emissão dos gases de efeito de estufa (4.5) não integra a bateria de indicadores de desempenho, o que é do nosso ponto de vista um fator crítico.	
QUESTÃO 26 – QUESTÂO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	

Quadro n.º 58 – Indicadores: Eixo 8 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
6	6.3.Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	**Dormidas em estabelecimentos hoteleiras, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros**		**Aumento esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados**	Estruturação de rotas e itinerários para o aproveitamento das potencialidades associadas à fruição dos valores patrimoniais, conteúdos, informação, sinalização, valorização turística do destino Alentejo, que contribuam para qualificar os produtos turísticos e otimizar a estada turista Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens; Melhoria das condições de acolhimento e de interpretação das áreas naturais com interesse turístico Implementação, manutenção e reabilitação de infraestruturas de interpretação ambiental de apoio à atividade turística de suporte às atividades de visitação, observação e usufruto Valorização turísticas das albufeiras e cursos de água interiores, suportados nos recursos do património natural e direcionados para o reforço da visibilidade, interna e externa, da Região Operações valorizadas da paisagem natural que criem amenidades e serviços de apoio ao turista e que revalorizem as dinâmicas de projetos já existentes Qualificação e promoção de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico Cartas de desporto da natureza em áreas classificadas Conceção e implementação de um sistema regional de monitorização da biodiversidade

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
	6.5.Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	**Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano**		**Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas**	Qualificação e reabilitação do espaço público e do edificado integrado em áreas de regeneração e revitalização urbana Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas Qualificação do espaço público, equipamentos e ambiente urbano, incluindo arranjos urbanísticos, áreas de recreio, lazer, cultura e desporto Desenvolvimento de soluções inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável Reutilização, reurbanização e/ou reconversão de espaços industriais desativados no âmbito de operações integradas de regeneração e competitividade urbana direcionadas para o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo Melhoria das condições de acessibilidade ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços

Quadro n.º 59 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: Eixo 8 AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
6.3.	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	**Dormidas em estabelecimentos hoteleiras, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros**	2013	697.056	739.0698	TP/anual	**Aumento esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados**	H: 1.100.000 M: 1.280.000 T: 2.380.000	SI PO/anual
6.5.	Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	**Grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano**	n. d.		[50;65]	Inq./bienal	**Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas**	12500	SI PO/anual

Quadro n.º 60 - Análise dos indicadores (Eixo 8)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	A estratégia seguida pelo PO consiste, no caso da PI 6.3, em considerar que todos os projetos que o PO Alentejo apoiará em matéria patrimonial terão por resultado apenas o aumento do número de turistas. No entender da AEA, esta opção pode conduzir à interpretação enviesada de que não haverá no PO intervenções de âmbito patrimonial ambiental e cultural que não tenham impacto turístico, o que nos parece redutor dos objetivos estratégicos específicos. Nesse contexto, sugere-se o seguinte indicador complementar: **6.3.(2) "Acréscimo do número de visitantes de projetos culturais"** O indicador existente não afere os consumos culturais da animação cultural. Por outro lado, existe diferença entre os projetos que visam a valorização do património natural e os projetos de dinamização cultural. Sugere-se, por isso, a criação desde indicador específico adicional. Para além disso, não deve ignorar-se que a atividade turística da região disporá no PO Alentejo de outras famílias de apoios, designadamente no âmbito do EP 1, sendo por isso necessário assegurar que o número de dormidas contempladas no indicador da PI 6.3. respeita a territórios onde se tenham registado apoios à valorização patrimonial. Caso contrário, não haverá correspondência entre o indicador de realização "Aumento esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados (ICC)" o indicador de resultado.	A equipa sugere algumas alterações com o objetivo de melhorar o indicador existente e alargar a cobertura dos indicadores. **6.3.(1) "Número de projetos apoiados** Embora o indicador "Aumento esperado de visitantes nos sítios e atrações culturais ou naturais apoiados" coincida parcialmente com um dos ICC, no caso das ações incluídas neste objetivo específico, adquire caraterísticas de indicador de resultado. Sugere-se que em alternativa se utilize por exemplo o indicador proposto. **6.5.(2) "(Número de) projetos de reabilitação apoiados"** Uma vez que a intervenção não será apenas na malha urbana, mas também em zonas industriais, por exemplo, sugere-se que se acrescente o indicador proposto para cobrir as tipologias de ação deste objetivo específico. Em alternativa, o Regulamento FEDER apresenta outros indicadores comuns passíveis de utilização com o mesmo intuito.
QUESTÃO 19	O indicador de grau de satisfação das intervenções urbanas carece de explicitação das dimensões de satisfação a contemplar na inquirição, sob pena da interpretação normativa do indicador não ser satisfatória.	Os indicadores de realização estão designados com clareza.
QUESTÃO 20	Os indicadores de resultado propostos GTSEUR para o PO Regional não têm ainda definida a sua metodologia de cálculo e não é ainda certo que se possam regionalizar. É ainda fundamental assegurar que o indicador de dormidas hoteleiras manterá relação com as intervenções a cofinanciar no âmbito da PI 6.3., tal como foi documentado a propósito das questões 18 e 24. Caso contrário, não constituirá um indicador de resultado.	
QUESTÃO 21	A folha EXCEL complementar é parca nas especificações técnicas de meta-alimentação. O indicador de visitantes dos sítios culturais e naturais apoiados é calculado pelo Si do PO com base em informação dos sítios com pagamento de bilhete, que o Observatório da ERTA. A estimativa é de que 17% dos 2 M de habitantes visitem património cultural. A AEA entende que será necessário conhecer melhor as condições de fiabilidade dos números da ERTA para avaliar a forma de cálculo. No caso das intervenções urbanas, o indicador de realização é calculado com base em valores unitários e na dimensão financeira da PI, o que nos parece um método de	

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
	cálculo não necessariamente relacionado com as necessidades estratégicas da Região.	
QUESTÃO 22	A base de informação da ERTA respeitante a visitantes de património cultual exige alguma informação adicional para se poder compreender a fonte de informação aqui envolvida. No entender da AEA, será fundamental assegurar que as candidaturas apoiadas sejam vinculadas ao estabelecimento de sistemas de controlo de visitantes, mesmo que se trate de visitas a título gratuito, implicando neste caso a existência de uma bilhética de controle.	
QUESTÃO 23	Uma vez que não se tratam de indicadores FSE, não existe pertinência na resposta.	
QUESTÃO 25	Só o indicador de resultado respeitante à PI 6.3. possui valor de referência, embora não seja claro se esse valor considerado para 2013 abrange apenas dormidas turísticas em empreendimentos relacionados com património cultural e ambiental ou se, pelo contrário, se trata de um valor de dormidas em geral na Região. O indicador da PI 6.5 não dispõe de valor de referência, pois trata-se de um indicador de satisfação a avaliar por inquirição e sem histórico de comparação. O valor de satisfação selecionado para a meta 2023 é assim algo arbitrário, ainda por cima sem conhecer as dimensões de satisfação a ser inquiridas, presume-se algo relacionado com a perceção de qualidade de vida resultante das intervenções apoiadas. Quanto aos indicadores de realização, as metas para 2023 são tributárias da bondade dos dados da ERTA de habitantes visitantes turísticos e procura de património cultural e dos valores unitários das intervenções urbanas, para os quais o PO Alentejo não identifica fonte.	
QUESTÃO 26 – QUESTÃO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	

Quadro n.º 61 - Indicadores: Eixo 9 CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
2	2.3.Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	**Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que interagiram com organismos da administração pública através da Internet para fins privados nos últimos 12 meses** **Proporção de câmaras municipais que disponibilizaram o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras**		**Serviços da administração pública apoiados**	Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede Ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede Apoio à cooperação e à articulação entre serviços em matéria de redes e serviços TIC através do desenvolvimento de projetos de Governo eletrónico (E-Gov) integrados e/ou interoperáveis Melhoria da eficiência interna e a capacidade institucional da Administração Pública Apoio a projetos inovadores de utilização das TIC na resposta da Administração a desafios societais, como o envelhecimento ativo e saudável e serviços e aplicações de saúde em linha,…
11	11.1.Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	**Trabalhadores em funções públicas que concluíram ações de formação**		**Número de trabalhadores da administração pública envolvidos em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização**	Ações de formação dos trabalhadores em funções públicas associadas a projetos de modernização administrativa e ao aumento da eficiência na prestação de serviços públicos (e.g. no âmbito do reforço das competências de gestão, de processos de reorganização, reestruturação e inovação organizacional ou da melhor integração de novos quadros da Administração Pública), seja numa

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
						ótica de melhoria do atendimento, seja numa ótica de melhoria dos processos de backoffice e de competências em TIC. Capacitação institucional dos serviços públicos Iniciativas com vista à disseminação de boas práticas e partilha de conhecimento de novas formas de organização interna e de prestação de serviços públicos aos cidadãos e aos agentes económicos, a nível nacional ou internacional Sistema de avaliação da prestação de serviços públicos e da satisfação de utentes, de monitorização de níveis de serviço e de certificação de qualidade dos mesmos, introdução e difusão de boas práticas
	11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	**Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados**		**Número de projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (ICC)**	Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e sectoriais, designadamente do Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social e dos Pactos Territoriais para a Empregabilidade de nível NUTS III; Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais, incluindo os que visem o reforço das capacidades de cooperação internacional das instituições regionais;

OT	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO		INDICADORES DE REALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
						Projetos de reforço do trabalho em cooperação e em rede, que fomentem a articulação de nível regional e sub-regional, e de desenvolvimento de competências ajustadas ao papel de cada entidade, tendo em vista potenciar o seu contributo para o desenvolvimento regional Capacitação das entidades responsáveis pela implementação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (Comunidades Intermunicipais) e por Estratégias de Desenvolvimento Local (Grupos de Ação Local), tendo em vista o seu melhor desempenho enquanto entidades determinantes na afirmação da estratégia de desenvolvimento regional. Monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.

Quadro n.º 62 – Valores de Base e Valores Alvo dos Indicadores: Eixo 9 CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

PI	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES DE RESULTADO	AB	VB	VA	MA	INDICADORES DE REALIZAÇÃO	VA	MA
2.3.	Reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	**Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que interagiram com organismos da administração pública através da Internet para fins privados nos últimos 12 meses**	2010-2013 (média)	25,20	[27;30]	INE, Inquérito à utilização de TIC pelas famílias/anual	**Serviços da administração pública apoiados**	34	SI PO/anual
		Proporção de câmaras municipais que disponibilizaram o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	2012	23	[75;80]	DGEEC/anual			
11.1.	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas	**Trabalhadores em funções públicas que concluíram ações de formação**	A apurar…		[80;90]	SI PO/anual	**Número de trabalhadores da administração pública envolvidos em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização**	H: 420 M: 420 T: 840	SI PO/anual
11.2.	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	**Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados**	n. d.		20	SI PO/anual	**Número de projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (ICC)**	5	SI PO/anual

Quadro n.º 63 - Análise dos indicadores (Eixo 9)

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
QUESTÃO 18 QUESTÃO 24	A cobertura genérica dos objetivos e PI está assegurada, embora em matéria de capacitação institucional a AEA entenda que o indicador selecionado é muito pobre, sendo praticamente idêntico ao de realização: projetos versus instituições envolvidas. Esta situação penaliza a resposta á questão de avaliação nº 24, pois é difícil aferir dos progressos observados em matéria de capacitação institucional. No sentido de minimizar essa limitação, a AEA propõe um indicador adicional. **11.1.(2) "(Proporção de) serviços envolvidos em processos de capacitação"** Entende-se que um único indicador não é suficiente e, nesse sentido, se poderia acrescentar um indicador para aferir número de serviços envolvidos em projetos de capacitação. Poder-se-ia igualmente admitir a hipótese de, em vez de medir o número de serviços envolvidos em processos de capacitação, ser considerado o número de pessoas dos serviços envolvidos nessas ações de capacitação. A AEA entende que calcular o número de instituições envolvidas em processos de capacitação não é o melhor método para medir o resultado dessa capacitação. A AEA considera que o SI do PO tem obrigação de fornecer através da engenharia de candidatura melhores elementos para captar os resultados em matéria de capacitação. Para além disso, em determinados sectores de serviços públicos à população (social, cultural, etc.) o reforço das TIC não implica necessariamente o tipo de interação referido. Assim justifica-se acrescentar um indicador que afira o acréscimo de utentes em serviços públicos da administração local que tenham sido objeto de modernização associada à aplicação de TIC.	**11.1.(2) "(Número de) serviços da administração pública apoiados"** Justifica-se acrescentar um indicador de realização idêntico ao utilizado para a PI 2.3, capaz de aferir número de serviços públicos objeto de intervenção. Os restantes indicadores de realização cobrem os objetivos das prioridades de investimento, assim como o universo de ações a apoiar.
QUESTÃO 19	A definição dos indicadores não suscita comentários críticos à AEA.	A definição dos indicadores não suscita comentários críticos à AEA.
QUESTÃO 20	O indicador de resultado do uso de TIC entre os indivíduos tem como base o INE, Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação nas Empresas (IUTIC - famílias), mas a regionalização da informação não está assegurada, não sendo claro se o poderá ou não vir a sê-lo. O indicador de resultado relativo às TIC na administração pública tem por base o DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Inquérito à utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (IUTIC) - Câmaras Municipais, 2012. O indicador de resultado relativo à capacitação não tem qualquer fórmula de cálculo, não compreendendo a AEA por que razão o SI do PO não está vinculado à sua definição	
QUESTÃO 21	Ver considerações da resposta à questão de avaliação anterior. AS dificuldades anteriormente enunciadas agravam-se em relação aos valores de baselines e de metas.	
QUESTÃO 22	As fontes de dados são conhecidas e são de instituições nacionais credíveis ou decorrentes do próprio SI do PO. Deve-se ter em consideração que ao utilizar fontes de informação que contabilizam o contexto nacional, existe o risco de, mesmo sendo algo tão específico relacionado com a administração pública, contabilizar ações que não	

INDICADORES	DE RESULTADO	DE REALIZAÇÃO
	dizem respeito ao PO em avaliação. Para alguns indicadores de resultado existem problemas de regionalização da informação	
QUESTÃO 23	Apenas existe um indicador FSE com informação disponível e esse indicador não é de resultado. Ainda assim utiliza como fonte de informação o Sistema de Informação do Programa, pelo que se espera que o universo seja adequado. Os indicadores são próximos das intervenções apoiadas.	
QUESTÃO 25	A folha EXCEL é parca em matéria de fundamentação para os valores de referência. A avaliação do quadro de desempenho ressente-se das considerações anteriores. Para a dimensão capacitação a meta de 5 projetos parece muito cautelosa.	
QUESTÃO 26 – QUESTÂO 27	Resposta generalizada no espaço próprio de resposta às questões de avaliação.	